

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

JOANA MARIA GOUVEIA FRANCO DUARTE

TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS: DAS DETERMINAÇÕES SÓCIO-
HISTÓRICAS AOS SUBSÍDIOS PARA O TRABALHO PROFISSIONAL
COTIDIANO

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO
2017

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

JOANA MARIA GOUVEIA FRANCO DUARTE

TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS: DAS DETERMINAÇÕES SÓCIO-
HISTÓRICAS AOS SUBSÍDIOS PARA O TRABALHO PROFISSIONAL
COTIDIANO

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli.

SÃO PAULO
2017

Banca Examinadora

*Aos meus amores, Rogério Seiji Guibu e
Vô Nenê (em memória).*

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

AGRADECIMENTOS

A finalização da pesquisa expressa o percurso trilhado em vinte anos no Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Na verdade, em 1996, ainda no segundo grau, eu já frequentava a Biblioteca Nadir Kfoury e desde aquela época, nutria imensa vontade de ser filha dessa universidade.

Revisitando esses vinte anos, vejo que não concretizei apenas o sonho de ser filha da PUC-SP, mas vim forjando nesse caminho meus projetos pessoais, profissionais e acadêmicos, que me permitiram conhecer e trabalhar com diversas políticas e chegar até a docência e na área de consultoria e assessoria.

Tenho vivido essa trajetória com muita empolgação e alegria, mas também com a determinação e disciplina tão necessárias para dar conta "das muitas de mim".

De alguma maneira, então, preciso fazer referência a todos os amigos, familiares, professores, profissionais, usuários, colegas, alunos, que estiveram comigo nessas últimas duas décadas de Serviço Social. Sintam-se todos abraçados.

Esses agradecimentos foram determinados pelo processo do doutorado que se mistura com a história do meu filho Arthur e enaltece todos aqueles com quem estive de maneira mais próxima nesse contexto.

À Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli, minha querida orientadora desde o mestrado, por quem tenho profundo carinho, respeito, admiração e confiança, com quem partilho dificuldades, imprevistos, *insights*, ideias, inquietações, sempre tão generosamente acolhidos. Obrigada por tudo.

À querida Profa. Dra. Raquel Raichelis, que me acolheu nos grupos de pesquisa, compartilhando oportunidades e conhecimentos, onde tenho aprendido muito. Esses agradecimentos estendem-se a todos os companheiros dos grupos de pesquisa do Programa de Cooperação Acadêmica (Procad)/Casadinho e do Estudo Avaliativo de Implementação do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

À Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek, por ter aceitado mais uma vez estar em minha banca e pela proximidade afetuosa e sabedoria que a fazem ser uma grande referência para todos nós.

À Profa. Dra. Claudia Mazzei Nogueira, com quem tive a alegria de reencontrar e o privilégio de tê-la em minha banca e a felicidade de voltar a conviver.

À Profa. Dra. Berenice Couto, por ter aceitado fazer parte da minha banca. Uma honra!

À Profa. Isaura Isoldi de Mello Castanho, pelo generoso convívio! Seus toques, seu apoio, seus conhecimentos, suas experiências partilhadas foram muito importantes para mim, nesse período!

À Profa. Dra. Damares Pereira Vicente, pelas parcerias e por tão generosamente ter me aberto as portas da docência nos cursos de pós-graduação da Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Aproveito para agradecer a todos os estimados colegas e alunos com quem tive o prazer de partilhar e conviver. Tempos áureos!

À Dra. Valeria de Oliveira Albuquerque, que compartilha comigo as dores e delícias da vida de mãe acadêmica e pela amizade e troca constante.

Aos colegas discentes tão queridos do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social (PEPGSS) da PUC-SP. Em especial, Bruna Carnelossi, Cintia Aparecida da Silva, Marcia de Assis Costa e Tiago Cordeiro por dividirem as angústias na reta final.

Aos estimados docentes da Universidade de Santo Amaro (Unisa), que vivenciam comigo os desafios e dilemas cotidianos da docência e aos queridos alunos por me impulsionarem ao estudo e me ensinarem a ser professora.

Aos colegas e amigos que fiz nas "terras por onde passei" trabalhando como servidora e prestando consultoria e assessoria nas Prefeituras de São Paulo, Diadema, Mogi das Cruzes, Presidente Prudente, Guarujá, Bertioga. Agradeço especialmente a Edna Miani dos Santos, Zuleica Maria da Silva, Valquíria Rocha Longo, Silvana Trevisan, e a todos os demais, como diz a música, vou guardando recordações, aprendizados e saudades no coração.

Aos colegas da Escola do Parlamento, em especial ao Fábio Pierdomenico, obrigada pelo apoio e confiança.

À Dra. Carola Arregui e aos companheiros de trabalho na Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais (Cedepe): Dra. Dalva Gueiros, Dra. Euníciana Peloso, Dra. Mariângela Belfiore Wanderley, Marlene Merisse, e Vergílio dos Santos, pela incrível jornada e prazeroso convívio que tivemos no último ano.

Aos autores das publicações analisadas na revista *Serviço Social & Sociedade*, pelas valiosas contribuições a esta pesquisa.

À Andreia Canhetti, secretária do PEPGSS da PUC-SP, pelo suporte permanente.

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo auxílio financeiro.

À minha família: aos meus pais, Tônico e Angela; aos meus irmãos, Camilla, Guilherme e Rodrigo; à minha cunhada, Maria Cláudia; à Ivone Happ e aos meus

avós, Terezinha, Marcílio e Ziza (em memória). De forma muito especial, à Gloriete , que esteve presente e disponível para me ajudar nesses quatro anos, me encorajar e apoiar para que eu investisse em meus projetos profissionais, e ao meu irmão Bruno, por todos os socorros tão afetivos. A vocês dois, por terem ficado com o Tutu e coberto meu filho de amor nos momentos em que mais precisei, minha imensa gratidão.

Aos meus padrinhos, por tudo o que significam para mim.

Ao Rogério, por ter assumido múltiplas jornadas, apoiado as minhas escolhas e continuar me amando e dando todo o suporte na alegria e na tristeza, nas euforias e histerias (rs), no silêncio e nas ausências, vamos em frente.

À minha sogra, Rosa, que veio de longe para cuidar de mim e da nossa família. Obrigada.

Ao Otto, meu enteado querido.

Ao Tutu, que nasce com o doutorado, melhor parte de mim.

À Lorena e suas palavras de amor, incentivo e reconhecimento, tão importantes para mim.

À Giselle e ao Italo, meus amados amigos pela torcida.

Às famílias que são atendidas pelo Serviço Social, a história de vocês é a história da maioria de nós, a história de quem vive do trabalho.

Vai passar
Nessa avenida um samba
popular
Cada paralelepípedo
Da velha cidade
Essa noite vai
Se arrepiar
Ao lembrar
Que aqui passaram
sambas imortais
Que aqui sangraram pelos
nossos pés
Que aqui sambaram
nossos ancestrais
Num tempo
Página infeliz da nossa
história
Passagem desbotada na
memória
Das nossas novas
gerações
Dormia
A nossa pátria mãe tão
distráida
Sem perceber que era
subtraída
Em tenebrosas
transações
Seus filhos
Erravam cegos pelo
continente
Levavam pedras feito
penitentes
Erguendo estranhas
catedrais
E um dia, afinal
Tinham direito a uma
alegria fugaz
Uma ofegante epidemia
Que se chamava carnaval
O carnaval, o carnaval
(Vai passar)
Palmas pra ala dos
barões famintos
O bloco dos napoleões
retintos
E os pigmeus do bulevar
Meu Deus, vem olhar
Vem ver de perto uma
cidade a cantar
A evolução da liberdade
Até o dia clarear
Ai, que vida boa, olerê
Ai, que vida boa, olará
O estandarte do sanatório
geral vai passar
Ai, que vida boa, olerê
Ai, que vida boa, olará
O estandarte do sanatório
geral
Vai passar
(Chico Buarque, 1991)

RESUMO

DUARTE, Joana Maria Gouveia Franco Duarte. **Trabalho social com famílias**: das determinações sócio-históricas aos subsídios para o trabalho profissional cotidiano. 2017. 223 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

Nesta tese, analisa-se a processualidade do trabalho com famílias e suas determinações sócio-históricas na reconfiguração da política social contemporânea. Nesse percurso, busca-se contribuir para a construção de subsídios e metodologias críticas, no contexto do trabalho profissional do assistente social, que partam da centralidade do trabalho e da questão social, com o objetivo de estender direitos de cidadania e garantir as necessidades de reprodução social das *famílias que vivem do trabalho*, assim como analisar criticamente as determinações que moldaram historicamente o trabalho social com famílias. Para o desvendamento do objeto da tese, foi realizada pesquisa bibliográfica em produções teóricas da área de Serviço Social e sociologia crítica. Para a coleta de dados, realizou-se pesquisa qualitativa, na modalidade de pesquisa bibliográfica, utilizando edições da revista *Serviço Social & Sociedade*, no arco temporal de 2004 a 2015, buscando temas correlatos ao trabalho social com famílias. A análise apontou perspectivas no trabalho social com famílias que se antagonizam à construção e garantia de direitos, e, por meio da análise das bases teórico-metodológicas das produções sobre famílias, que, embora subutilizados nas publicações, é justamente a teoria social em Marx e os fundamentos da profissão que apresentam potência e vigor para o enfrentamento dos desafios colocados no trabalho social com famílias, tendo como horizonte a concretização da perspectiva crítica colocada no projeto ético-político contemporâneo.

Palavras-chaves: Famílias; Trabalho; Serviço Social; Trabalho Social com Famílias.

ABSTRACT

DUARTE, Joana Maria Gouveia Franco. **Social work with families**: from socio-historical determinations to contributions to everyday professional work. 2017. 223 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

This dissertation analyses work process with families and their socio-historical determinations in reconfiguration of current social policy. Research attempted to provide contribution and critical methodologies in the context of social workers profession, starting from centrality of work and social question in order to extend rights and to guarantee social reproduction needs for *working families*; as well as assessing historical determinations that have shaped social work with families. Based on theoretical papers in the field of Social Work and Critical Sociology, a bibliographical research was carried out. Regarding data collection, a qualitative research was conducted and issues of *Serviço Social & Sociedade* Journal from 2004 to 2015 were evaluated, seeking topics related to social work with families. Investigations pointed out perspectives on social work with families, which are opposite of constructing and ensuring rights. Through theoretical-methodological dimension contained in bibliographical productions on families, although not sufficiently used, Marxist theory and professional fundamental have potency and endurance for coping with challenges in social work with families, aiming at achieving critical perspectives, as outlined in contemporary ethical-political project.

Key Words: Families; Work; Social Work; Social work with families.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAPs	Caixas de Aposentadorias e Pensões
Capes	Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCQs	Círculos de Controle de Qualidade
Ceas	Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
Cedepe	Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais
Ceme	Central de Medicamentos
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
Dataprev	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESF	Estratégia de Saúde da Família
Febem	Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
Funabem	Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor
IAP	Instituto de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inamps	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IR	Imposto de Renda
JK	Juscelino Kubitschek
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
Loas	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
Nasf	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
NCA	Núcleo de Criança e Adolescente

Paefi	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PIB	Produto Interno Bruto
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNCFC	Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
PPGSS	Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social
Procad	Programa de Cooperação Acadêmica
PSC	Programa Comunidade Solidária
PSD	Partido Social Democrata
PSE	Proteção Social Especial
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Salte	Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
Seade	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Sesc	Serviço Social do Comércio
Sescoop	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado de São Paulo
Sest	Serviço Social do Transporte
SF	Saúde da Família
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
Sinpas	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SOCs	Sociedades de Organização da Caridade
Suas	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UDN	União Democrática Nacional
Ufal	Universidade Federal de Alagoas
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Unisa	Universidade de Santo Amaro

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – Recorte do período e número das edições da revista *Serviço Social & Sociedade*..... 124
- Quadro 2** – Títulos/temas e palavras-chaves localizados em 18 publicações de 48 revistas 124
- Quadro 3** – Traços que sustentam a formação social brasileira 196
- Quadro 4** – Perspectivas assumidas no trabalho social com famílias..... 197

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E ECONÔMICAS NA CONSTITUIÇÃO DAS FAMÍLIAS E DA SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	25
1.1 Bases para o Modelo Nuclear Burguês: A Questão Econômica, o Patriarcado e a Família.....	25
1.2 As Marcas Históricas na Conformação da Sociedade Brasileira ..	35
1.3 Transformações Societárias e Novos Modos de Ser Família.....	43
1.4 Famílias: (Anti)definições e Tipologias.....	50
1.5 A Sociabilidade Contemporânea e a Família	52
CAPÍTULO 2 – ESTADO E FAMÍLIAS: O PANTANOSO TERRENO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL	61
2.1 Estado, Formação Capitalista e Políticas Sociais	61
2.2 Impacto do Capitalismo Contemporâneo na Proteção Social das Famílias	78
CAPÍTULO 3 – SERVIÇO SOCIAL E FAMÍLIAS	92
3.1 A Raiz Burguesa e Conservadora do Serviço Social.....	92
3.1.2 Gênese, desenvolvimento e trabalho com famílias.....	97
3.2 Serviço Social, Questão Social e o Compromisso com as Famílias que Vivem do Trabalho	106
3.3 Serviço Social na Divisão Social e Técnica do Trabalho e o Assistente Social como Trabalhador Assalariado	109
3.4 O Trabalho Como Categoria Marxiana de Análise.....	113
CAPÍTULO 4 – EXPLORANDO CAMINHOS DE ANÁLISE SOBRE FAMÍLIAS: REVISTA <i>SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE</i> DE 2004 A 2015	121
4.1 Metodologia de Pesquisa	122
4.2 Análise das Bases Teórico-Methodológicas das Produções sobre Famílias	128
4.3 Referencial Histórico-Conceitual.....	131
4.3.1 Determinações da questão econômica	132
4.3.2 Estado e políticas sociais.....	137
4.3.3 Perspectiva de direitos	141
4.3.4 Política neoliberal e sistemas de proteção social	143
4.3.5 Formação social brasileira	148
4.4 Concepções de Família	151
4.5 Referências Bibliográficas e Documentais	156
4.6 Trabalho Profissional do Assistente Social.....	161
4.7 A Mão que Afaga É a Mesma que Apedreja: Perspectivas de Trabalho Social com Famílias.....	166
4.7.1 Perspectiva de endogeneização das famílias	170

4.7.2	Perspectiva de submissão das famílias	171
4.7.3	Perspectiva de moralização das famílias	173
4.7.4	Perspectiva de discriminação das famílias	175
4.7.5	Perspectiva de responsabilização das famílias	178
4.7.6	Perspectiva de culpabilização das famílias	180
4.7.7	Perspectiva de penalização das famílias	181
4.8	Construção de Subsídios para o Trabalho Social com Famílias...	183
4.8.1	Quadros sínteses	195
CONSIDERAÇÕES FINAIS		198
REFERÊNCIAS		212
APÊNDICE		223

INTRODUÇÃO

As múltiplas determinações do cotidiano é que suscitaram o nosso interesse em estudar no mestrado¹ os dilemas e desafios da Proteção Social Especial (PSE) no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Uma das motivações, à época, foi pensar o impacto das práticas conservadoras na PSE e se algumas dificuldades residiam nessa herança no contexto da política de assistência social, obstaculizando seu avanço.

Nosso objetivo consistia em aprofundar a reflexão, contribuindo para ampliar as possibilidades de debate e intervenção e para romper com práticas conservadoras, ultrapassando os velhos modelos com a radicalidade necessária.

A pesquisa nos mostrou, dentre outros resultados, a partir do olhar dos profissionais para os próprios profissionais, a reiteração de traços conservadores em condutas e posturas na condução do trabalho social com as famílias, como: a culpabilização dos indivíduos que são atendidos, leituras moralizantes da realidade vivida pelos cidadãos, e responsabilização das famílias.

Ainda na análise da pesquisa, foi possível verificar abordagens de matrizes positivistas no trabalho profissional, cujo julgamento moral apontado tem estreita conexão com uma psicologização das expressões da questão social e despolitização dos discursos, esvaziando a gênese da questão social.

Nos deparamos assim com as armadilhas de uma nova perspectiva conservadora sobrecarregando e culpabilizando o indivíduo, numa ação moralizadora e disciplinadora, permitindo interpretações e condutas profissionais conservadoras e retomada de modelos historicamente superados, como por exemplo, o de supervalorizar e onerar as mulheres em seu papel materno (DUARTE, 2012, p. 89).

Dentre uma série de fatores que incidiram na análise da pesquisa, entendemos que as forças conservadoras sempre estiveram presentes na assistência social e que ainda há um lastro, contido na PSE, como tributária de um passado histórico conservador, assim como na atenção prestada por alguns profissionais, que extirpa de seus usuários a condição de sujeito de direitos.

¹ **Dilemas e desafios da proteção social especial no âmbito do suas**: uma contribuição ao debate. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

Atualmente, lecionamos em cursos de graduação e experienciamos a docência em programas de pós-graduação em Serviço Social nos cursos *lato sensu* de Trabalho Social com Famílias, Trabalho Interdisciplinar com Crianças e Adolescentes na Área Sociojurídica, Organização e Gestão de Políticas Sociais e Gestão do Suas.

Trabalhamos ainda na prestação de consultorias, assessorias, supervisões técnicas às prefeituras no âmbito da proteção social, em especial com demandas ligadas à média e à alta complexidade no âmbito do Suas.

No que diz respeito à nossa inserção como pesquisadora, participamos, desde 2012, do projeto Integrado de Pesquisa, no âmbito do Programa de Cooperação Acadêmica (Procad), integrado pelas PUC-SP, Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na modalidade Procad/Casadinho, cujo título é Espaços Sócio-ocupacionais e Tendências do Mercado de Trabalho do Serviço Social no Contexto de Reconfiguração das Políticas Sociais no Brasil².

Desde 2015, também fazemos parte ativamente da pesquisa Estudo Avaliativo da Implementação do Sistema Único de Assistência Social no Brasil³ financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Nesse contexto, a vida profissional e a acadêmica tem nos requisitado o aprofundamento de nossos estudos sobre o trabalho social com famílias como mediação socioinstitucional que mais nos aproxima dos usuários e tem sido objeto de estudos e polêmicas.

Como apontado por Duarte (2012), tem se mostrado suscetível às perspectivas conservadoras, de cunho altamente moralizante, que se alastram em nosso cotidiano, o que verificamos, inclusive, no discurso dos alunos e profissionais.

² A pesquisa objetiva captar as tendências atuais dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social e do mercado de trabalho profissional no contexto de reestruturação produtiva e de reforma do Estado e das Políticas Públicas Sociais no Brasil no século XXI.

³ Tem como objeto a Política de Assistência Social no Brasil, especificamente no que se refere à implementação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), considerando duas dimensões: a análise crítica do conteúdo, dos fundamentos e da realidade da Política Nacional de Assistência Social e o processo de implementação do Suas em nível nacional.

Aqui nossas motivações permanecem inalteradas, uma vez que a questão central em nosso debate e que perseguimos em nossa trajetória profissional e acadêmica é quanto práticas conservadoras obstaculizam o avanço de políticas públicas e a concretização da perspectiva crítica do Serviço Social posta no projeto ético-político contemporâneo.

O conservadorismo a que nos referimos aqui não pode ser confundido, nem reduzido ao tradicionalismo nas ações profissionais.

Falamos aqui de um *sistema de ideias e posições políticas* de cunho ideopolítico cultural, que tem sua gênese pós 1789, na decadência do feudalismo, no seio das classes dominantes, a partir da própria contradição do sistema capitalista que estava em ascensão, para conservar as estruturas vigentes, naquele momento em especial, no que dizia respeito às relações de produção⁴.

A seu tempo, os conteúdos conservadores assumem novos contornos e particularidades. Hoje, suas manifestações nas ações profissionais podem se dar pela via do moralismo, preconceito, racismo, machismo, da misoginia, dentre outras formas.

Podem se expor na psicologização e individualização da questão social, na culpabilização dos usuários, na despolitização da pobreza, como anunciados anteriormente.

A perspectiva conservadora também se manifesta quando se reduzem direitos e políticas sociais a benefícios e submete-se o acesso das famílias a testes de meios e critérios de elegibilidade, assim como quando os profissionais aprisionam suas ações profissionais a manuais e a convicções religiosas, passando ao largo do projeto profissional.

Também aparece na mediação reduzida à conciliação, na negação da contradição nas relações ou quando na leitura da realidade os profissionais se valem apenas do tempo presente e do que salta aos olhos, retirando a historicidade e a perspectiva de totalidade das ações profissionais.

Situa-se e revela-se nas relações hierarquizadas com as famílias, privando-lhes da vez e voz.

⁴ SOUZA, Jamerson Murilo Anúnciação de. O conservadorismo moderno: um esboço para uma aproximação. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 122, 2015.

Como apontamos em nossa pesquisa:

Alguns profissionais têm sobrecarregado ainda mais essas famílias e tornado a possibilidade cada vez mais real, através da ação disciplinadora, de uma avalanche de práticas conservadoras, relacionadas às famílias, no centro do reordenamento e das polêmicas (DUARTE, 2012, p. 90).

Essas são só algumas das formas que se expressam no trabalho social com famílias e que contribuem na manutenção da ordem vigente, se distanciando de um horizonte de transformação societária que deve estar colocado no cotidiano profissional.

Isso posto, a presente tese está vinculada à linha Profissão: Trabalho e Formação em Serviço Social, na área de Serviço Social do PEPGSS da PUC-SP.

Tem como objeto a processualidade do trabalho com famílias e suas determinações sócio-históricas na reconfiguração da política social contemporânea. O objetivo é contribuir para a construção de subsídios e metodologias críticas na perspectiva da consolidação de direitos sociais no contexto do trabalho profissional do assistente social, assim como analisar criticamente as determinações que moldaram o trabalho social com famílias, visando superar as concepções estereotipadas de famílias e naturalizadoras das expressões da questão social.

Para tal, partindo do trabalho com famílias como mediação socioinstitucional, o relacionamos com as dinâmicas societárias e os processos históricos mais amplos, buscando, na formação sócio-histórica e nas raízes da questão social brasileira, as repercussões em nosso objeto de trabalho.

A metodologia utilizada decorre de uma opção política e rechaça qualquer tentativa de neutralidade para enfrentar o problema do impacto das práticas conservadoras no trabalho com famílias.

Almejamos possibilitar o entendimento da construção do trabalho com famílias hoje, partindo das determinações históricas e conjunturais para desvelar o real e, assim, construir processos de trabalho de natureza emancipatória⁵.

Adotamos a pesquisa qualitativa, na modalidade de levantamento e análise bibliográfica, além da observação participante, uma vez que atuamos como profissional na docência e na atividade de consultoria e assessorias para o setor público.

⁵ Ciente de seus limites em uma sociedade sob a égide do capital.

Trilhamos um percurso metodológico partindo dos determinantes sócio-históricos da formação das famílias e da sociedade brasileira no capítulo 1.

Abordamos, na primeira seção, as bases do modelo nuclear burguês, a partir das determinações econômicas na origem e conformação das famílias e da relação entre seus membros, em especial as mulheres e crianças, a partir dos clássicos de Engels⁶ e Ariès.

Na segunda seção, analisamos as marcas históricas na formação social do Brasil, para compreender as dinâmicas societárias e particularidades brasileiras.

Procuramos nos aproximar das heranças históricas do colonialismo, escravismo, autoritarismo e enraizamento de valores burgueses que os sustentaram, a partir da relação entre as classes e o posicionamento do Estado. Assim como entender elementos do clientelismo, patrimonialismo e da cultura do favor, que incidem, de maneira basilar, no sistema de proteção às famílias no Brasil.

Para tal bebemos nas ricas fontes da sociologia contemporânea e crítica; nos apoiamos nos estudos de Fernandes sobre o impacto da escravidão na formação social brasileira, assim como em sua análise sobre a sociedade de classes. Utilizamos Ianni e Prado para a apreensão das forças sociais nos períodos da Colônia, Império, República. Por meio dos estudos de Chauí, aprofundamos nossos entendimentos sobre um Brasil que dispõe de diversas estratégias para defender e preservar os interesses das classes dominantes. Com Martins, que também problematiza a história numa concepção dialética, nos aproximamos do cotidiano e do "modo capitalista de pensar".

Das marcas históricas da conformação da sociedade brasileira, caminhamos para a terceira seção, explorando os contornos das famílias contemporâneas, que se moldaram com as transformações societárias, em especial, a partir da Revolução Industrial e da formação do modelo nuclear burguês de família.

⁶ Cientes das críticas em torno da tese de Engels pela antropologia contemporânea, reafirmamos essa opção em seu sentido crítico, histórico e datado para aportar a pesquisa.

Nesse contexto, a divisão sexual do trabalho ganha relevância e trabalhamos com as autoras feministas, Kergoat, Hirata e Nogueira que trazem especial contribuição para o tema quando se referem à divisão sexual do trabalho e trabalham a relação dialética entre precarização e emancipação, na perspectiva de gênero e classe.

Na quarta seção, discutimos algumas definições e tipologias sobre famílias que vêm sendo utilizadas como referência no Serviço Social passando pelas contribuições de Sarti, Kaloustian, Szymanski, Romanelli e da própria PNAS.

Na quinta seção do primeiro capítulo, nos debruçamos sobre a sociabilidade nos dias hoje. Damos ênfase às transformações no mundo do trabalho, assim como à renovação de velhas características conservadoras no atual estágio do desenvolvimento capitalista.

É preciso entender como o projeto neoliberal concretiza-se no seio das famílias e é sustentado por um jeito de ser, viver e pensar, no âmbito da produção e reprodução das relações sociais.

Hoje, as determinações que o capital impinge à família são atravessadas por profundas modificações nas relações de trabalho e produção e por características específicas desta época, como o individualismo, a competitividade e o consumismo. Ainda presentes no ideário contemporâneo, estão a revalorização da moral cristã e um conservadorismo de cunho moralista; essas são questões que têm se expressado de maneira contundente no trabalho profissional.

Desvendar essas nuances, parece ser fundamental para entender o trabalho com famílias que é ofertado hoje. Apoiamo-nos em autores que estudam o trabalho, como Antunes; Franco e Druck; e Seligmann; e sobre a sociabilidade contemporânea nos valem de autores como Barroco; Simionatto e Tonet.

No capítulo 2, tratamos da construção sócio-histórica das políticas sociais e como foram sendo moldadas pelas particularidades da formação capitalista brasileira e pelo movimento dialético da sociedade e do Estado.

Nessa trajetória, abordamos as dificuldades para a edificação e efetivação dos direitos sociais no Brasil e sua emergência como privilégio e favor, prevalecendo a lógica do compadrio, da concessão e dependência.

Nesse bojo, os direitos e as políticas sociais são aqui compreendidos, pavimentados em seu caráter contraditório, como produto e expressão das lutas de classes, num contexto de respostas às expressões da questão social. Utilizamos como referência Behring; Boschetti; Couto; Paula; Pereira-Pereira; Pereira Potyara; Raichelis; e Yazbek.

Na segunda seção, delimitamos os impactos do capitalismo contemporâneo na proteção social às famílias. Esclarecemos, nesse item, as contradições contidas na proteção social como campo de cidadania e suas potencialidades para o atendimento das necessidades sociais das *famílias que vivem do trabalho*.

No diálogo com algumas teses contemporâneas e críticas, explicitamos como a proteção social, no contexto neoliberal, vai diversificando seu perfil e sua estratégia protetiva e impactando na vida das famílias.

No capítulo 3 trazemos a aproximação do Serviço Social com o trabalho com famílias e como este foi historicamente concebido e conduzido, a partir de suas origens conservadoras.

Nas duas primeiras seções, refletimos sobre o Serviço Social desde suas origens, elucidando sua raiz burguesa e conservadora e seu papel estratégico frente à questão social, estabelecendo as devidas conexões com o trabalho social com famílias hoje.

Na perspectiva de integração, enquadramento e moralização, o Serviço Social, como estratégia, propunha-se a penetrar no ambiente doméstico da família operária, com os profissionais orientados por uma racionalidade cujo intuito era de preservar os interesses das classes dominantes.

As duas últimas seções desse capítulo demonstram como o Serviço Social muda radicalmente seu referencial com a aproximação ao marxismo, adensando conhecimento na perspectiva crítica, forjando novos fundamentos teórico-metodológicos para a profissão e colocando a possibilidade de mudar a relação com as famílias que atendem, e radicalizar o compromisso com as *famílias que vivem do trabalho*.

Esse contexto supõe a apreensão da questão social como base sócio-histórica da profissão e o entendimento do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho e o assistente social como trabalhador assalariado, exposto aos tensionamentos que atravessam a sociedade de classes; aos dilemas da alienação; e à restrição da autonomia profissional. Utilizamos Yamamoto, Martinelli, Netto, Raichelis e Yazbek.

Finalizando o capítulo 3, apresentamos o trabalho como categoria de análise, à luz da teoria social em Marx.

Na quarta unidade, tratamos da pesquisa propriamente dita, explorando caminhos de análises sobre famílias. A metodologia de pesquisa propõe-se qualitativa e apoia-se na pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico.

Utilizamos como principais recursos da pesquisa, o levantamento e a análise bibliográfica nas publicações da revista *Serviço Social & Sociedade* dos anos de 2004 a 2015, dos números 77 a 124, buscando nos títulos e nas palavras-chaves temas correlatos ao trabalho social com famílias: família(s), familiar(es), trabalho com famílias, matricialidade familiar, centralidade nas famílias, familismo.

Almeja-se possibilitar a análise e dar visibilidade às bases teórico-metodológicas da produção sobre famílias, por meio da apreensão de seus referenciais histórico-conceituais; das categorias de análise que se ancoram nas produções das políticas sociais e dos planos que se relacionam traduzindo o posicionamento do Estado e a defesa de direitos que revelam; das referências bibliográficas e documentais; das concepções de famílias apreendidas; e as abordagens em publicações sobre o trabalho profissional.

As ausências e omissões temáticas também são apreendidas nesse contexto, não como forma de desqualificação das produções ora estudadas, mas de reforçar a necessidade de se apoiar em matrizes que tenham potência para interpretar a realidade.

Ainda dentro da perspectiva crítica e propositiva que nos convoca, apoiados na problematização do atual trabalho social com famílias, em nossa experiência profissional, assim como na análise das publicações e no contexto da pesquisa, apresentamos perspectivas de trabalho com famílias que estão colocadas hoje, que se antagonizam à construção e garantia de direitos.

Por fim, seguindo a tradição de pesquisa do programa, nos dedicamos à construção de subsídios para o trabalho social com famílias, conduzido por assistentes sociais, para contribuir com metodologias críticas, que reconheçam a centralidade do trabalho e da questão social na vida das famílias, com o objetivo de estender direitos de cidadania e garantir as necessidades de reprodução social das *famílias que vivem do trabalho*.

Finalizando o caminho trilhado, apresentamos quadros sínteses baseados em exercícios reflexivos impulsionados ao longo da pesquisa.

Mais do que nunca, é necessário que se anuncie que privilegiamos o legado marxista não só para a análise crítica do trabalho com famílias, sem desqualificá-lo como mediação da qual não podemos prescindir em muitos espaços sócio-ocupacionais, articulando a análise ideológica com as questões concretas do cotidiano, mas para qualificar a construção de respostas, direção e processamento do trabalho profissional, neste caso, com *famílias que vivem do trabalho*, em consonância com o projeto ético-político contemporâneo.

Em tempos de individualização da questão social, naturalização e despolitização da pobreza e retomada do conservadorismo, o trabalho social que é realizado com as famílias, no bojo do sistema de proteção social brasileiro deve estar na ordem do dia para que se constitua numa mediação para a efetivação de direitos.

CAPÍTULO 1

DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E ECONÔMICAS NA CONSTITUIÇÃO DAS FAMÍLIAS E DA SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

1.1 Bases para o Modelo Nuclear Burguês: A Questão Econômica, o Patriarcado e a Família

A terceira condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que renovam diariamente sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar – a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a *família*. Essa família, que no início constitui a única relação social, torna-se mais tarde, quando as necessidades aumentadas criam novas relações sociais e o crescimento da população gera novas necessidades, uma relação secundária (salvo na Alemanha) e deve, portanto, ser tratada e desenvolvida segundo os dados empíricos existentes e não segundo o “conceito de família”, como se costuma fazer na Alemanha (MARX; ENGELS, 2007, p. 33, destaques originais).

Temos nos deparado, no cotidiano profissional, com perspectivas de família aprisionadas em modelos estanques e estereotipados. À revelia dos recortes determinados pela classe, desconsidera-se o peso das condições materiais objetivas das famílias para satisfazer suas necessidades humanas mais básicas e “proteger” seus membros.

No século XIX, ao pensar nos pressupostos para a existência humana, Marx e Engels, em obra escrita entre os anos de 1845-1846 já apontavam alguns elementos importantes que ultrapassam essa visão, dentro da perspectiva sócio-histórica: a constituição da família é determinada historicamente pelo processo de produção e reprodução da vida social; a família se processa na relação entre seus membros; a família deve ser pensada a partir da força viva da realidade, em constante movimento, e não partir de preconceitos, cuja parcialidade retira de sua análise a perspectiva de totalidade.

Para os autores, a constituição, configuração e as demandas dessa categoria histórica que é a família são determinadas pela questão econômica, a partir das “novas necessidades”.

Partindo dessa afirmação, podemos dizer que a família é a instituição social histórica mais antiga, assentada em diversas formas, pelo seu tempo, seu lugar e, principalmente, pelos interesses e pelas demandas de classe social.

Deve ser concebida em constante mudança, fora de modelos preestabelecidos, pois não há linearidade, nem universalidade, e muito menos padrão.

Em sua obra mais conhecida sobre o tema, *A Origem da Família, Propriedade Privada e do Estado*, Engels (1884) trata da origem e do desenvolvimento da família explicitando a sua origem e suas determinações pelas questões materiais. Utilizando-se dos estudos de Morgan⁷, discorre sobre seus formatos e como seus modos de se relacionar são atravessados pelo tempo histórico e estão intrinsecamente ligados às condições de reprodução e acúmulo de riqueza.

Segundo o autor, nas ditas sociedades “primitivas”, a organização social era nômade, coletivista e matrilinear. Nos tempos primitivos, cabia a todos a coleta dos alimentos para subsistência e cuidado com as crianças, modelo coletivista antagônico ao que se desenhou posteriormente a partir das sociedades patriarcais, e que perdura nas configurações atuais de família, onde a mulher ainda é sobrecarregada pelos serviços domésticos e pela responsabilidade, na maioria das vezes, solitária, dos cuidados com os filhos.

Outra particularidade daquele tempo é que as mulheres tinham a possibilidade de se relacionar com vários parceiros. Foi essa constituição poliândrica⁸ que fez com que a filiação fosse somente baseada na linhagem materna, além de propiciar um exercício da sexualidade de forma mais livre para as mulheres daquela época e uniões sexuais mais democráticas, já que os homens também eram polígamos.

No período pré-histórico, a poliandria prevaleceu até que o acúmulo de bens moldasse outras formas de relacionamento, como veremos adiante.

A conformação das famílias, pautada pela produção e reprodução da existência, foi pensada em três períodos históricos: em linhas gerais, pode-se dizer que o período selvagem foi caracterizado pela apropriação dos produtos da natureza, o matrimônio, nesse período, era realizado por grupos.

⁷ Lewis Henry Morgan dedicou-se ao estudo sobre gens dos indígenas norte-americanos em seu livro *A Sociedade Antiga*.

⁸ No estudo, aponta três estados de relacionamento: poligamia (homem com diversas mulheres), poliandra (mulher com diversos homens) e monogamia.

Na fase da barbárie, a sobrevivência dava-se pela pecuária e agricultura e pela ocorrência do gradativo aumento da produção e do trabalho humano. O matrimônio naquela fase era sindiásmico.

Finalmente, na civilização, a monogamia passa a dar o tom das uniões, num período de introdução da escrita, fundição e da complexificação do trabalho humano.

O acúmulo das condições objetivas para reprodução também vai moldar a permanência das famílias em determinados locais. Além da busca por melhores condições, característica nômade, somente na medida em que manejam o uso do fogo e da pesca é que as famílias vão povoando os territórios. Não é de hoje que a ocupação e apropriação dos territórios trazem elementos imprescindíveis para entender a vida das famílias.

Outra questão relevante foi verificar que Morgan, em seus estudos, já anunciava a família em constante mudança e diferenciava família e parentesco, colocando a família como algo mais dinâmico e ativo e parentesco como passivo e permanente, o que já nos dá uma pista fundamental para entendermos que família é muito mais do que “laços de sangue”. Para Morgan (apud ENGELS, 2009, p. 39):

A família é o elemento ativo; nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado. Os sistemas de parentesco, pelo contrário, são passivos; só depois de longos intervalos, registram os progressos feitos pela família, e não sofrem uma modificação radical senão quando a família já se modificou radicalmente.

A consanguinidade, embora não seja o elemento definidor das famílias, é o elo fundamental para entender a sua formação na época primitiva.

Pode-se dizer que a possibilidade de união sexual entre parentes é o que desenhou o formato das famílias na pré-história.

A primeira forma de família foi a consanguínea, onde o incesto entre irmãos era permitido, embora não ocorresse entre pais e filhos. Como viviam em grupos que se relacionavam sexualmente, nesse modelo, cada filho tinha vários pais.

Na família punaluana, gradativamente, o incesto passa a ser proibido. A denominação “punalua” vem de “companheiro íntimo”, demonstrando esse movimento de seletividade sexual.

No período entre o estado selvagem e a barbárie, na família sindiásmica, os matrimônios, dentro dos grupos, começam a ser realizados por pares.

Para Engels (2009), o que diferencia a barbárie e a civilização, é que uma se caracteriza pelo matrimônio por grupos e a outra pela monogamia.

Nessa época, embora as uniões fossem facilmente dissolúveis, a mulher passa a dever fidelidade ao seu companheiro, primeiros contornos da relação monogâmica. Contudo, o parentesco continua sendo determinado pela linhagem materna.

Já existia a divisão sexual do trabalho: cabia ao homem a procura do alimento e confecção dos instrumentos necessários para tal e à mulher o ambiente doméstico; mas com a separação do clã, esse trabalho doméstico, em âmbito privado, já não tinha o mesmo *status* que o cuidado com os lares coletivos.

Aqui, a domesticação de animais e a criação do gado haviam aberto mananciais de riqueza até então desconhecidos, criando relações sociais inteiramente novas [...] haviam adquirido riquezas que precisavam apenas de vigilância e dos cuidados mais primitivos para reproduzir-se em proporção cada vez maior e fornecer abundantíssima alimentação de carne e leite (ENGELS, 2009, p.68).

O direito que prevalecia era o materno, logo, quem herdava os bens eram os parentes mais próximos, determinados pela ascendência feminina. Com a paternidade desconhecida, o que era do homem costumava ficar para os irmãos. Assim, os filhos nunca herdavam o que era dos pais.

Com o matrimônio por pares, foi possível determinar quem era o pai e, com os bens produzidos, as propriedades das famílias.

Na medida em que a riqueza aumenta, aufer-se ao homem maior importância. O xeque-mate para a consolidação do modelo patriarcal foi o desmonte do direito de herança pela ascendência feminina, e, para Engels (2009), a grande derrota do sexo feminino, passando o direito do patrimônio a ser determinado pela filiação masculina e pelo direito hereditário paterno.

Esse contexto é que determina o surgimento da família monogâmica, sustentada pela fidelidade feminina, sob domínio do homem, pai, chefe e herdeiro dos bens e riquezas.

A monogamia nasceu da concentração de grandes riquezas nas mesmas mãos - as de um homem - e do desejo de transmitir essas riquezas, por herança, aos filhos deste homem, excluídos os filhos de qualquer outro. Para isso era necessária a monogamia da mulher, mas não a do homem (ENGELS, 2009, p. 95).

Por meio de sólidos laços de matrimônio, que só podem ser dissolvidos por vontade do homem, mulheres, assim como os filhos, passam a ser subjugados ao poder masculino, que se alimenta da própria supremacia masculina e da acumulação (escravos, meios de produção, gados).

Esse modelo baseado no homem pai – o patriarcado –, restringe a mulher ao ambiente doméstico, aos cuidados com a família. Sem o prestígio, a consideração e liberdade de antes, a mulher é relegada a condições muito próximas às do escravismo.

Para Engels (2009), a fidelidade pregada pela monogamia da mulher tem como único objetivo preservar a propriedade, e não sendo fruto de amor sexual individual, emerge de condições econômicas que objetivam a concentração de bens.

Para os estudiosos de gênero, o ganho do patriarcado é a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo.

O patriarcado determina a sobrecarga, culpabilização e responsabilização da mulher pelos acontecimentos de toda ordem, no âmbito familiar, e, diametralmente, a ausência do homem, que se desresponsabiliza da totalidade das questões familiares – ficando ainda restrito ao exercício da provisão – essas questões reverberam até os dias de hoje na relação entre Estado e família e na concepção e operacionalização do trabalho com famílias, que é realizado no conjunto de proteção social.

Segundo Engels (2009, p. 83):

[...] A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade.

A passagem de maneira comunista (propriedade comum fruto de trabalho coletivo) para a propriedade privada dos meios de produção (riqueza das mãos de poucos do sexo masculino), superando o modelo primitivo, torna a família um grupo menor e mais restrito, dando as bases para a família nuclear burguesa.

Dentro desse estudo, Engels (2009) formula sua reconhecida tese que coloca a família como unidade econômica, demonstrando o quão intrínsecas são as relações de exploração econômica e dominação entre os membros para a conformação das famílias.

O resgate dessas determinações históricas dá sustentação ao nosso entendimento de que as questões econômicas e o patriarcado, em seu rastro, determinam a conformação das famílias e por isso devem ser explicitadas e entendidas.

Na relação com as crianças, a questão econômica também foi determinante. Philippe Ariès, em *História Social da Infância e da Família* (1981), ao estudar as sociedades tradicionais europeias, afirma que crianças tinham infância reduzida e um dos motivos é que elas iniciavam muito cedo no mundo do trabalho, introduzidas de forma precoce no mundo dos adultos.

Ele vai chamar de "papuricação" o primeiro sentimento da infância que surge no meio familiar; uma infância curta, até no máximo 7 anos, depois, o mundo infantil se fundia com o mundo adulto.

Muitas vezes, quando superados os perigos iniciais da infância, as crianças deixavam de coabitar com os pais.

Se, hoje, temos um plano nacional que assegura o direito à convivência familiar e comunitária, incentivando o protagonismo juvenil, na Idade Média, o que existia era ausência de sentido da infância e família, era um período vivido de modo público, externo, com certo desapego.

Uma das hipóteses era a alta taxa de mortalidade infantil, determinante no modo de relação com as crianças da família.

Até o século XV, as crianças eram entregues a outras famílias, como um estágio em serviços domésticos para servir a mesa, arrumar a cama, acompanhar e secretariar seu "mestre", que lhe transmitia seus conhecimentos. Percebemos aí que

não só a divisão sexual do trabalho, mas etária e geracional, também contribuem para o entendimento do funcionamento das famílias.

Os vínculos tão discutidos atualmente pareceriam não ser um fator de importância, já que a sociedade cuidava da criança, não a família. O sentimento e afeto eram desenvolvidos muito mais fora, do que dentro da família.

Segundo Ariès (1981), a transmissão de valores e dos conhecimentos acontecia enquanto as crianças ajudavam os adultos. Essa aprendizagem só passa a ser responsabilidade da escola no século XVII.

Os sentimentos de infância, de família, surgem somente atrelados à preservação e necessidades dessa fase e com a tomada de consciência das fragilidades da infância.

A escola passa a ser um mediador da Igreja, de forte cunho moralizante; o seu objetivo não era a educação, mas a formação religiosa.

Nesse sentido, o trabalho educativo voltado às questões de ordem moral com as famílias parece ter atravessado os séculos e vem reapresentando-se, no presente, sob a mesma égide de um conservadorismo moralista de muitos séculos atrás.

Ariès (1981) já tinha clareza de que aquilo que era visto como inexistência do sentimento da infância estava ligado a uma ausência de compreensão das particularidades dessa fase, e não podia ser entendido como sinônimo de negligência e desprezo.

Nos dias de hoje, as famílias são, muitas vezes, “rotuladas” no trabalho social como negligentes, e, como todo rótulo, retira da atenção a essas famílias a perspectiva de totalidade. Assim como desconsidera a dimensão educativa do trabalho social e as possibilidades de transformação.

A partir dessa preocupação com a disciplina e racionalidade dos costumes, no século XVIII, para Ariès (1981), há nítida separação dos universos adulto e infantil.

Interessante que Ariès (1981) é irônico e denomina a escolarização como longo processo de "enclausuramento" das crianças, enclausuramento este, ele diz, a que são submetidos os loucos, os pobres e as prostitutas. A expressão desse modelo são os internatos. Colocando para reflexão se os serviços que ofertamos,

hoje, para crianças e adolescentes no sistema de proteção social brasileiro trazem ainda contornos de clausura.

Se, por um lado, estava colocada a clausura institucional, a clausura doméstica foi relegada às meninas. Até o fim do século XVII, elas mal sabiam escrever.

Não é de hoje que o patriarcado promove a separação dos espaços público e privado para sua sustentação, ficando o primeiro, prioritariamente, para os homens, e o segundo para as mulheres.

Embora identificadas diversas mudanças, o papel do provedor ainda é, muitas vezes, associado ao masculino; isso se evidencia na identificação, pelas mulheres, do chefe de família. Ainda que caiba à mulher o sustento, recorrentemente é atribuído ao homem o papel de chefe. A mudança é na aparência, mas não muda, na essência.

A hierarquia não era uma exclusividade da relação entre homem e mulher, mas também entre os irmãos. Ainda havia predileção do filho mais velho para transmissão dos bens familiares. Somente no final do século XVIII, os filhos passam a ter os mesmos direitos. Em muitas culturas, o primogênito tem a responsabilidade de cuidar dos negócios, da família e dos pais.

Foi também nesse século que aparece a preocupação com a saúde numa perspectiva mais preventiva, já que até o momento só se preocupavam com os doentes.

Ariès (1981, p. 79) refere-se também ao lazer dizendo que as pessoas se divertiam mais porque "o trabalho não tinha o valor existencial que atribuímos a ele há pouco mais de um século".

Nessa época, os filhos que eram entregues para as amas de leite passam a permanecer com os pais. Os mais pobres sempre cuidaram dos filhos dos mais ricos. Restou para os primeiros tentar se organizar como podem para garantir os cuidados. Até hoje, no Brasil, mães perdem a guarda dos seus filhos porque saíram em busca do sustento e deixaram os filhos sozinhos, exatamente pelo Estado não ofertar a proteção necessária.

De fato, só a partir do século XIX é que a família começa a dar importância para a criança, contrapondo-se a essa ausência de sentimentos da Idade Média.

Embora Ariès (1981) coloque com clareza o recorte de classes, quando diz que, para a criança pobre, a infância continua sendo reduzida. Historicamente, as crianças pobres sempre tiveram suas infâncias ceifadas, seja para oferecer sua mão de obra em serviços remunerados, domésticos ou, ainda pior, escravos.

A história mostra que essas determinações atravessam séculos e envolvem questões estruturais que severamente têm marcado a infância de nossas crianças. Atualmente, os programas de erradicação do trabalho infantil preveem um trabalho com famílias e, muitas vezes, individualizam o problema, buscando respostas no seio da família.

Em que pese esse recorte, a valorização da criança passa a ser um traço da identidade da família moderna.

Ariès (1981) dedica-se aos estudos da pintura, dos túmulos, das fotos, dos trajes, das representações religiosas, dos brinquedos e das brincadeiras para entender a história social da infância.

Com a Revolução Industrial⁹, no século XVIII, as mudanças no sistema produtivo¹⁰ geraram mudanças nos costumes e valores morais, na morfologia e relação das famílias. Para Hobsbawn (1995), as mudanças advindas desse período são de suma importância para entender os rumos da história da humanidade.

Essa família, como transmissora de valores, passa a alargar o seu convívio entre os próprios membros, retraindo-se à sua intimidade e privacidade, criando as bases para a individualização da família.

Se antes havia uma convivência comunitária maior, a vida profissional e familiar passa a esgarçar as relações sociais, de vizinhanças e entre as classes.

Com o êxodo rural, a família que vivia em agrupamentos passa a viver em pequenos grupos. Do ponto de vista arquitetônico, as grandes salas – as casas –, passam a ter cômodos.

⁹Para Marx, a Revolução Industrial iniciada na Grã-Bretanha integrou o conjunto das chamadas Revoluções Burguesas do século XVIII, responsáveis pela crise do Antigo Regime na passagem do capitalismo comercial para o industrial.

¹⁰Retomaremos alguns aspectos no item 1.3.

A burguesia, a partir do século XVIII, já não quer mais se misturar e se transforma numa organização à parte, fechada, em bairros novos: “o sentimento da família, o sentimento de classe e talvez em outra área, o sentimento de raça surgem portanto como as manifestações da mesma intolerância diante das adversidades” (ARIÈS, 1981, p.208).

Essa intolerância calcada nos valores da família nuclear burguesa, que hoje aparece como um traço da sociabilidade contemporânea, é fundamental para entendermos os posicionamentos relacionados aos modos de ser família e o repúdio à diversidade.

Já a casa para as *famílias que vivem do trabalho*¹¹ parece ter outro sentido, que nada tem a ver com a vontade de não se misturar, da burguesia, que hoje se transmutou num isolamento dito protegido, mas de natureza absolutamente segregadora dos bairros, dos condomínios, das varandas *gourmet*.

No contexto de industrialização, Heller (1987, p.10) diz que a casa passa a ser o porto seguro, o lugar de se refazer das humilhações. A família “permanece sendo a única forma de comunidade real, é a ‘casa’, o ‘porto seguro’ do indivíduo. [...] E é dentro da família que cada um deseja receber atenção, respeito e reconhecimento da própria personalidade”.

A autora afirma também que o papel da mulher, dentre tantos outros, passa a ser restituir a autoestima perdida do marido, extirpada no trabalho. A caricatura disso seriam as crianças agitadas e a mãe falando para os filhos: “*Não mexe com seu pai, menino, que ele chegou de cabeça cheia do trabalho*”.

A família vai assumindo novos contornos, no pós-industrialização, principalmente pela entrada da mulher no espaço produtivo industrial, acentuando sobremaneira as relações de desigualdade e exploração.

Com a família, não só como transmissora dos bens, mas também responsável pelas funções moral e espiritual, moldada pela divisão social e sexual do trabalho, é que o modelo de família burguesa nuclear - pai, mãe, filho - consolida-se no século XIX.

¹¹ São as famílias que, historicamente, vêm demandando, nas políticas públicas, o trabalho social com famílias, numa alusão aos estudos de Antunes quando se refere à “classe -que -vive- do-trabalho”.

1.2 As Marcas Históricas na Conformação da Sociedade Brasileira

A questão é saber como a história irrompe no tempo de todo dia.

(MARTINS, 2008, p.10)

O enfrentamento de desafios tão complexos, colocados no trabalho social com famílias, no cerne das políticas sociais, passa pela compreensão de dinâmicas societárias mais amplas e por diversas particularidades da cena brasileira.

Em outras palavras, entender a história de um povo, suas marcas e sua identidade, passa a ser determinante para a construção de respostas à realidade que as famílias brasileiras vivenciam.

Essa realidade, matéria-prima de nosso trabalho, é particularizada pelo movimento da história do Brasil que aprendemos nos bancos da escola, de forma distorcida, carregado de mentiras, estereótipos, quase como numa fábula: cheia de heróis das elites e perigos vindo das classes menos abastadas, cujo enredo parece sempre desconsiderar que a história desse continente é de dominação (WANDERLEY, 2013).

Não se trata de refazer toda a história, segundo Ianni (2004, p. 54):

A história se resgata seletivamente, a partir do presente. Os desafios com os quais se defrontam os grupos e as classes sociais, em certas conjunturas, põem estas ou aquelas exigências sobre o presente e o passado em suas determinações recíprocas.

Compreender a cena brasileira a partir das épocas do Brasil Colônia, Império e República, significa apreender uma história marcada pelo escravismo, pela monarquia, ditadura e movida por dependências, desigualdades, hierarquias e autoritarismo exacerbados.

São aspectos culturais, sociais e políticos cravados em nossa história, a partir da relação entre as classes, pelo posicionamento do Estado e pelos modos de produção. Apreender essas relações passa por entender as forças variadas do espectro político brasileiro, em que os interesses do Estado e das elites do País sempre se misturaram.

Segundo Prado (1942), três processos, de envergadura histórica em especial devem ser entendidos para compreender a formação social brasileira: “o sentido da colonização, o peso do regime do trabalho escravo e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado”¹².

Esses processos impregnam o jeito de viver, trabalhar, se relacionar, até os dias de hoje.

A colonização caracterizou-se fundamentalmente pelos ciclos e pela apropriação de riquezas nacionais:

Se vamos a essência de nossa formação veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros, mais tarde ouro e diamante depois algodão, e, em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso [...] virá o branco europeu para especular, realizar um negócio, interverá seus cabedais e recrutará a mão de obra que precisa: indígenas ou negros importados [...] (PRADO, 1942, p. 31).

Chauí (2012) afirma que a nossa história é de ascensão e queda desses poderes regionais, através dos ciclos econômicos, e que esses poderes se constituíram intrinsecamente ligados à história política do País.

A escravidão no Brasil perdurou por séculos e sua herança ainda reverbera “determinando a organização do trabalho e vida, a economia, política e cultura. Os séculos de trabalho escravizado produziram todo um universo de valores, padrões, ideias, doutrinas, modo de ser, pensar e de agir” (IANNI, 2004, p. 57-58).

O desenvolvimento desigual e combinado a que Prado (1942) se refere abarca um *mix* de todas as épocas, gerando novas conformações e contornos, caracterizando toda a formação social brasileira, como num caleidoscópio¹³.

“O Brasil moderno parece um caleidoscópio de muitas épocas, formas de vida e trabalho, modo de ser e pensar. Mas é possível perceber as heranças do escravismo predominando sobre todas as heranças” (IANNI, 2004, p. 61).

¹² A teoria do desenvolvimento desigual e combinado advém da formulação trotskista, e defende haver avanços e atrasos no contexto do desenvolvimento econômico dos países atrasados se opondo a visões dualistas e etapistas da história.

¹³ Um caleidoscópio ou calidoscópio é um aparelho óptico formado por um pequeno tubo de cartão ou de metal, com pequenos fragmentos de vidro colorido, que, através do reflexo da luz exterior em pequenos espelhos inclinados, apresentam, a cada movimento, combinações variadas e agradáveis de efeito visual.

A dependência atravessa nossa formação e, como ressaltado por Martins (2008, p. 28) em seus estudos, é produtora de misérias, valores e mentalidades.

Sociedade originada da escravidão e da desigualdade étnica e social institucionalizada nos estamentos, em que as corporações de ofício foram extremamente débeis, mais um instrumento de controle do rei sobre o povo do que um instrumento de afirmação dos direitos do povo em face da monarquia absoluta, nunca dispôs de um código de direitos sociais. Foi mais a sociedade do castigo e da privação do que a sociedade do privilégio. Sociedade estamental, Portugal regulamentou no Brasil as relações sociais apenas onde fosse necessário para assegurar os privilégios da elite branca e católica e as diferenças sociais em que se fundavam. E mesmo o Brasil independente, até o Brasil republicano, foi e tem sido lento no reconhecimento da igualdade social de todos, negros, brancos, mulheres e homens, pobres e ricos.

Nossas origens lusitanas, a que Martins (2008) se refere, advindas de uma sociedade estratificada, carregam os prejuízos dessa subdivisão em grupos, condenando-os a permanecer nessas “castas”¹⁴, sem nenhuma possibilidade de ascensão social.

Nos dias de hoje, vemos claramente esse ranço estamental, em que a mobilidade social gera profundo incômodo nas elites como, por exemplo, com o acesso dos mais pobres aos aeroportos, carros, *shoppings*¹⁵. De reclamações, passando pelas chacotas ao repúdio desavergonhado, vemos diversas manifestações contrárias ao acesso e à ascensão social, principalmente nas redes sociais, onde não se esconde a ânsia de segregação social.

Depois de 300 anos de colonização, o Império nada mais foi do que uma maneira de manter os colonos nessa condição e a nobreza brasileira no poder, através da monarquia, para que, assim, os portugueses continuassem reinando.

A aparente história das peripécias da corte, reis bobalhões, escândalos sexuais dessa época escondem uma verdadeira cruzada para a manutenção dos monarcas no poder, das titulações – de barões, viscondes, marqueses e duques – e dos privilégios. A queda prematura para seus defensores deu-se por uma inabilidade e falta de vontade política de um único monarca, dom Pedro II.

¹⁴ **Castas** são expressões de estratificações com base em classificações sociais, geracionais, de raça, cultura, profissionais, religiosas, entre outras.

¹⁵ Os movimentos chamados de **rolezinho** – encontros simultâneos, marcados por Internet, de centenas de pessoas nos *shoppings centers* atraindo diversas classes sociais – foram, em certa medida, expressão e resposta a essa segregação social. Sob a justificativa de supostos delitos, portas de *shoppings* foram fechadas, adolescentes pobres agredidos, motivando expressões de repulsa na internet, tanto por parte daqueles que defendiam a segregação, como dos que a denunciavam.

Além disso, sua filha Isabel também não estava disposta a assumir a coroa, embora se estivesse, apesar de legalmente possível a sucessão por uma filha mulher, socialmente, dificilmente a legitimaria para tal. Se assim não o fosse, teriam permanecido no poder.

Não pairam dúvidas, para nós, que, nesses períodos, os negros sofreram os maiores prejuízos de toda ordem, desde que foram marcados pela escravidão. Esse padecimento imenso - seja pelo preconceito, pela discriminação ou apartação social - nos coloca e recoloca a necessidade de nos apropriarmos efetivamente da dívida histórica para com os negros neste país, como estudou Fernandes (1965, p. 193).

Tomando-se a rede de relações sociais como ela se apresenta em nossos dias, poderia parecer que a desigualdade econômica, social e política, existente entre o "negro" e o "branco", fosse fruto do preconceito de cor e da discriminação racial. A análise histórica-sociológica patenteia, porém, que esses mecanismos possuem outra função: a de manter a distância social e o padrão correspondente de isolamento sociocultural, conservados em bloco pela simples perpetuação indefinida de estruturas parciais arcaicas. Portanto, qualquer que venha a ser, posteriormente, a importância dinâmica do preconceito de cor e da discriminação racial, eles não criaram a realidade pungente que nos preocupa. Esta foi herdada como parte de nossas dificuldades em superar os padrões de relações raciais inerentes à ordem social escravocrata e senhorial. Graças a isso, ambos não visavam, desde o advento da Abolição, instituir privilégios econômicos, sociais e políticos para beneficiar a "raça branca". Tinham por função defender as barreiras que resguardavam, estrutural e dinamicamente, privilégios já estabelecidos e a própria posição do "branco" em face do "negro" [...]

Mas também é preciso elucidar a vida de todos os sujeitos históricos que foram subjugados para garantir os privilégios dessa elite branca e católica, como os índios dominados, os camponeses explorados, imigrantes vitimados pelos preconceitos.

Igualmente em relação a esses sujeitos históricos é que Chauí (2012), em sua obra *Mito Fundador e Sociedade Autoritária*, reporta-se quando diz que no Brasil o outro jamais é reconhecido como sujeito, nem sujeito de direitos. Para ela, são as relações de parentesco – cumplicidade e compadrio –, que determinam os acessos.

Essa via de acesso é alicerçada pela cultura do favor, do clientelismo e do patrimonialismo. O patrimonialismo diz respeito a uma apropriação da máquina pública, em que as oligarquias ocupam o Estado, através dos cargos públicos, e se mantêm no poder.

Victor Nunes Leal (1948), em *Coronelismo: Enxada e Voto*, vai nos dizer que à medida que o Estado se fortalecia, os latifundiários, senhores de terras, os

coronéis, se mantinham-se no poder em troca de seus votos, assim chancelando o poderio político destas figuras.

Os patriarcas das famílias de posse eram patrões, responsáveis pela lei e política. Até hoje, esse é o desenho das famílias poderosas de muitos estados, neste Brasil.

As famílias ricas brasileiras sempre foram ligadas aos grandes proprietários de terra, que tinham interesses e grandes influências política e econômica, sempre apoiados pelo Estado (CHAUÍ, 2012).

Esse poder privado historicamente transformou o Estado em sua “propriedade privada” e seu funcionamento para interesses privados em detrimento dos interesses coletivos.

A máquina pública, assim, é disposta aos familiares e amigos, através de cargos, jeitinhos, favores. O primeiro-damismo é uma expressão desse estado patrimonialista que ainda persiste, principalmente na política de assistência social.

Esse histórico, sem dúvida, impacta na qualidade do trabalho ofertado às famílias, não só pela desqualificação técnica, mas pelo traço indistinto entre interesses privados e públicos.

Não se pode falar do patrimonialismo sem falar de um de seus pilares: o clientelismo, que consiste em receber o voto em troca de algo – uma troca de favores. Quando se tem a máquina pública na mão, essas repostas são construídas, ilegal e/ou imoralmente por dentro do Estado, podendo ser sob forma de emprego, benefícios, isenções, privilégios, ou transformando as demandas de seus “clientes” em prioridade, seja em filas, fluxos, esperas, atendimentos.

Com os eleitores, são estabelecidas relações de cooptação, favor, clientela:

O cidadão, num grande número de casos, é mera imitação, pois comportamento eleitoral e político, é frequentemente um comportamento carneiril subjulgado por deveres de lealdade próprios da dominação pessoal, do clientelismo e do populismo. É um cidadão que vota por obrigação e não por dever, e que não se considera investido de direitos em relação à conduta dos votados, às leis e às instituições (MARTINS, 2008, p. 44).

Historicamente, essa relação entre as classes deu-se de forma verticalizada, hierarquizada, de mando e obediência, entre inferiores e superiores, como estudou

Chauí (2012) em uma das obras em que se debruça na conformação do Brasil como sociedade autoritária.

Esse recorte de classes, sustentáculo das desigualdades sociais, econômicas, políticas, culturais, coloca do outro lado da força senhores de engenho, grandes mineradores, fazendeiros, que moldaram a elite brasileira, alimentando-se de uma “cultura senhorial”, calcada em práticas autoritárias.

Para Chauí (2012), é da sociedade que advém o autoritarismo político; esse autoritarismo social, essa “cultura senhorial”, que naturaliza a desigualdade e as exclusões e determina o funcionamento da política.

A divisão de classes é naturalizada por práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação numa sociedade sob o signo da nação una e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais (CHAUI, 2012, p. 89-90).

Quando falamos dessa divisão de classes, costumamos nos ater aos *que vivem do trabalho*. Netto, quando ministra suas aulas¹⁶, diz que, para entendermos a conformação da sociedade brasileira temos que nos atentar para as famílias ricas. Um dos exemplos que cita, são os casamentos, elucidando que muito mais do que laços matrimoniais, os casamentos entre famílias ricas são verdadeiras fusões do capital.

Nazari (2001), em seu estudo sobre mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, no período de 1600-1900, ressalta alguns aspectos das famílias com posses, apontando a estreita ligação da família paulista abastada com o desenvolvimento econômico. A autora ironiza relatando que o jovem começa o patrimônio investindo num casamento com a mulher com dote, ou poderia se aventurar numa bandeira (escravizando índios).

No século XVII, casar era sinônimo de acordo econômico, pois a família da noiva concedia um dote para o sustento do novo casal. O casamento era uma “empresa”, um negócio, fazia parte dos interesses corporativos da família.

A conformação dos interesses das famílias ricas através dos casamentos extrapolava os interesses privados já que esses acordos econômicos desenham a

¹⁶ Afirmação feita pelo professor em disciplina ministrada no PEPGSS-PUC-SP, em 2012.

morfologia do acúmulo de riquezas, que, no Brasil, não se restringe ao poder econômico, mas estende-se ao poderio político.

Essa elite branca, católica e autoritária, que escamoteia os recortes de classes – para os quais até os critérios de elegibilidade amorosa são pautados pelas posses –, como já havia acenado Engels, também esconde o recorte de gênero.

Sob as bases do patriarcado mantiveram muitos mais homens do que mulheres à frente desses poderios político e econômico. Tudo isso alimentado por um pensamento conservador que defende a autoridade, Igreja, família, o patrimônio e está sempre se reatualizando para restaurar e preservar essa elite no poder.

Outro período histórico de extrema relevância é a ditadura militar, forjada no próprio movimento do desenvolvimento capitalista brasileiro, caracterizado naquele momento pela alta extração de mais-valia, manutenção dos latifúndios, dependência do capital estrangeiro e profundas contradições entre a burguesia e a democracia, expressão da luta de classes.

Sob os mesmos valores autoritários, elitistas e antidemocráticos já citados, os ditadores permaneceram no poder desde o golpe de 64, até 1985, com a chamada abertura democrática.

O ideário da ditadura foi difundido nas escolas, na meios de comunicação, e sustentado pelo verdeamarelismo, além de toda a violência, censura, perseguições e por "tenebrosas transações"¹⁷

A partir do golpe de 64, ao governo João Goulart, um processo perverso assolou o País, não por uma ameaça comunista real, como propagaram os militares, mas porque as correlações de forças demonstravam-se mais favoráveis aos trabalhadores, ainda que numa lógica reformista.

Segundo Netto (2014, p. 17), em sua obra mais recente, *A Pequena História da Ditadura Brasileira*, o golpe foi estrategicamente definido para impor um processo de modernização conservadora, agravando a dependência e condicionando o País ainda mais ao grande capital internacional, encampado pelos setores mais reacionários do Brasil.

¹⁷ Chico Buarque, na música *Vai Passar* (1990), numa referência à corrupção dos militares na ditadura.

Foram vinte longos anos que impuseram à massa dos brasileiros a despolitização, o medo e a mordaza: a ditadura oprimiu (através dos meios mais variados, de censura à onipresença policial militar), reprimiu (chegando a recorrer a um criminoso terrorismo de Estado) e deprimiu (interrompendo projetos de vida de gerações, destruindo sonhos e aspirações de milhões e milhões de homens e mulheres). Para durar por duas décadas, o regime do 1º de Abril teve que perseguir, exilar, torturar, prender e assassinar (e/ou fazendo desaparecer) operários e trabalhadores rurais, sindicalistas, estudantes, artistas, escritores, cientistas, padres e até mesmo burgueses e militares que tinham compromissos com a democracia - o que significa que aqueles vinte anos foram também anos de resistência.

O terror da ditadura teve seu ápice nos Anos de Chumbo que sustentaram a tortura como uma política de Estado, como o próprio autor refere, e seu declínio, em 1984, com o chamado processo de democratização.

Para Netto (2014, p. 262):

A democratização viu-se tão truncada que, para alguns analistas, deixou de ser um processo de transição e converteu-se num processo de transação e coroadando mais uma conciliação política que reiterou, na história brasileira, a velha e nefasta solução de urgência, de transformações estruturais pela via de saídas “pelo alto”.

Essas são questões, como as heranças históricas do colonialismo, escravismo, da ditadura, do autoritarismo, clientelismo, patrimonialismo, assim como enraizamentos de valores burgueses que os sustentaram, atrelados aos recortes de classe, gênero, raça e etnia, que são fundantes para o entendimento das famílias com as quais trabalhamos.

O clientelismo, patrimonialismo e favor não só irrompem em nossa vida cotidiana, como são características que historicamente marcaram a formação do País e moldaram o perfil da política social no Brasil (YAZBEK, 2010).

São esses alguns dos aspectos da história brasileira, cindida entre carência e privilégios (CHAUÍ, 2012), que reverberam no cotidiano, e, por isso, devem ser compreendidos para alargar as possibilidades de transformação social.

Para Martins (2008, p. 10):

A questão é saber como a história irrompe no tempo de todo dia. Como, no tempo miúdo da vida cotidiana, travamos o embate, sem certeza e sem clareza, pelas conquistas fundamentais do gênero humano, por aquilo que liberta o homem das múltiplas misérias que o fazem pobre de tudo: de condições adequadas de vida, de tempo para si e para os seus, de liberdade, de imaginação, de prazer no trabalho, de criatividade, de alegria e de festa, de compreensão ativa de seu lugar na construção da sociedade.

1.3 Transformações Societárias e Novos Modos de Ser Família

A sociedade brasileira, do Brasil Colônia à República, passou por profundas mudanças nos modos de ser família e nos valores e comportamentos contemporâneos, a partir do período pós-revolução industrial, com a passagem para o modelo de família nuclear burguesa e das mudanças advindas do mundo do trabalho.

Com o modelo burguês de família consolidado pela industrialização, na segunda metade do século XIX, a família foi modificando de “patriarcal”, que se caracterizava pela dominação masculina e supremacia do homem nas relações sociais, para a construção de uma sociedade “conjugal”.

Sua estrutura é fundada na ideia de esposa, marido e filhos, constituída pelo amor romântico, com fins de procriação, pelos laços do matrimônio.

O homem vai consolidando seu papel no espaço de produção, com a tarefa de prover e a mulher, no espaço de reprodução, com a tarefa de cuidar, trabalhar, e onde o capital encontra espaço para reproduzir sua própria lógica.

Contudo, as mudanças no mundo do trabalho, especialmente a industrialização e a inserção da mulher no mercado de trabalho, são determinantes para uma série de mudanças no contexto da família, que tem suscitado diversas discussões, por vezes de cunho moralista, que responsabilizam a saída da mulher para o mundo do trabalho por qualquer ruído no espaço de reprodução.

Nas sociedades pré-industriais, as famílias trabalhavam para si, em seus pedaços de terra, baseadas em sistemas agrícolas e artesanais, em seus ambientes familiares.

As famílias vão perdendo o controle do espaço produtivo, na medida em que passam a vender sua força de trabalho e, conseqüentemente, a posse da matéria-prima, do produto final e lucro. Os espaços coletivos e familiares, nos quais as famílias eram possuidoras dos meios de produção, foram substituídos pelas grandes indústrias, com a Revolução Industrial.

A Revolução Industrial iniciada na Europa, tendo como precursora a Inglaterra, a partir do século XVIII, suscitou um conjunto de mudanças não apenas

no espaço produtivo, com a divisão social do trabalho, advinda da substituição do trabalho artesanal pelo trabalho assalariado nas indústrias, como também no espaço reprodutivo.

Sob a ilusão de que, com a indústria, as condições de vida melhorariam, as famílias foram em busca de oportunidades nos grandes centros urbanos através da migração. Como Netto (2001, p. 43) aponta em seu texto *Cinco Notas a Propósito da Questão Social*, contudo, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas.

Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro de escassez (quadro determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez.

Se outrora viviam em núcleos extensos, a família vai se reduzindo, em número de membros. Certamente, a Revolução industrial não impacta só na estrutura, mas nos valores que são inerentes a esse processo, como a construção da intimidade das famílias e o foco nas necessidades cada vez mais individuais, não mais coletivas.

Logo, as mulheres e crianças têm que se incorporar à massa dos trabalhadores das fábricas, para garantir o próprio sustento, barateando assim a mão de obra. O impacto da inserção da mulher no mercado de trabalho traduz, paradoxalmente, não só as necessidades de mão de obra do capital e de barateá-la, mas a conquista de direitos, já que na esteira dessas mudanças vieram seus direitos civis e políticos, que subvertem a lógica da divisão sexual do trabalho.

Segundo Kergoat (1989, p. 95):

Do ponto de vista histórico, a estruturação atual da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado/trabalho doméstico; fábrica, escritório/família) apareceu simultaneamente o capitalismo, a relação salarial só podendo surgir com a aparição do trabalho doméstico (deve-se notar de passagem que esta noção de trabalho doméstico não é nem a-histórica nem transitória; ao contrário, sua gênese é datada historicamente). Do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades desta divisão do trabalho entre os sexos, tanto no assalariamento quanto no trabalho doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante às relações de produção.

Mesmo assumindo um lugar no mercado de trabalho, as mulheres não foram desoneradas das atividades domésticas, da execução do trabalho não remunerado,

por isso, algumas estudiosas acentuam que a entrada no mercado de trabalho nada tem a ver com emancipação.

A partir daí, acumulam as responsabilidades de prover, cuidar e, a qualquer dificuldade em relação aos cuidados, as mulheres são responsabilizadas, enquanto o Estado permanece desresponsabilizado por criar as condições necessárias para a reprodução social. Nogueira (2011, p. 23) aponta:

Neste sentido, mesmo após o período referente à Revolução Industrial, o qual permitiu, de certa forma, uma acentuada inserção feminina no espaço produtivo industrial, as tarefas domésticas continuavam reservadas exclusivamente à mulher, ou seja, aos poucos, foi se organizando a família operária patriarcal: marido provedor e esposa provedora complementar e dona de casa, confirmando a divisão sexual desigual do trabalho que se mantém até o presente.

As transformações societárias, advindas da Revolução industrial, vão transformando, assim, família não só numa “unidade de consumo”, mas mantém a família como espaço de desigualdade e das mulheres, ambos a serviço do capital.

O capitalismo incorporou as mulheres como mão de obra mais barata e auferir largas vantagens com o trabalho não remunerado que realizam no ambiente doméstico, já que o valor desse trabalho não está embutido no salário.

A partir do século XIX e início do século XX, com o advento do fordismo¹⁸ e taylorismo¹⁹, subverte-se a lógica dos meios de produção e a exploração torna-se ainda mais acirrada:

As mulheres trabalhadoras nas fábricas ficaram à mercê, juntamente com os trabalhadores, dos extenuantes mecanismos de exploração e opressão que pertenciam ao regulamento da produção industrial fordista, isto é, intensa produtividade, rigidez disciplinar, baixos salários etc., sendo que, no caso da força de trabalho feminina, historicamente era pouco valorizada, a intensificação e precarização era enorme, ou seja, as trabalhadoras recebiam salários aviltantes, ocupavam os cargos mais baixos da hierarquia produtiva, etc. (NOGUEIRA, 2011, p. 144).

O movimento feminista foi ganhando força em meados de 1960 questionando a divisão sexual do trabalho, os valores do patriarcalismo, como a autoridade do homem sobre a família, os papéis sociais atribuídos à mulher, a sexualidade, os mitos envolvendo as qualidades ditas femininas e a naturalização da maternidade.

¹⁸ O processo de produção fordista, criado por Henry Ford, traz como principal característica a produção em série e em massa, iniciada na indústria automobilística e posteriormente expandida para outros setores da produção industrial.

¹⁹ O processo de produção taylorista intensifica o ritmo de produção para aumentar a produtividade, tendo como principal estratégia a organização e o controle do tempo.

Encampam a luta pelos direitos civis e políticos, como o voto e divórcio, pelo direito ao próprio corpo e o controle de sua sexualidade e capacidade reprodutiva, assim como pela socialização dos espaços públicos.

O movimento feminista continua sendo de suma importância para subverter a lógica de exploração, dominação e opressão a que são submetidas as mulheres até os dias de hoje.

Somente em 1962, cerca de 50 anos atrás, com o Estatuto da Mulher Casada, a mulher deixou de ser considerada civilmente incapaz e ampliou sua autonomia.

O século XX é marcado pela defesa da democracia. Os movimentos sociais estão a pleno vapor, lutando pelos direitos dos trabalhadores, denunciando a exploração do capital a que são submetidos as mulheres, os negros, homossexuais, contrapondo-se aos valores autoritários, preconceituosos e opressores que, historicamente, tem impingido sofrimento às famílias.

O movimento negro denuncia as dificuldades no que diz respeito ao racismo, aos postos de trabalho, à imagem na mídia, identidade, aos acessos, à escolaridade, e a todo o peso escravocrata que está impregnado na sociedade brasileira.

A luta dos direitos homossexuais tem em seu cerne o livre exercício da sexualidade. Nesse sentido, essa bandeira converge com a das mulheres.

O advento da pílula anticoncepcional, em 1960, tem forte impacto na sexualidade e procriação. Com a diminuição da natalidade, conseqüentemente, as famílias vão ficando menores.

A partir da década de 1960, [...] em escala mundial, difundiu-se a pílula anticoncepcional, que separou a sexualidade da reprodução e interferiu decisivamente na sexualidade feminina. Esse fato criou as condições materiais para que a mulher deixasse de ter sua vida e sua sexualidade atadas à maternidade como um “destino”, recriou o mundo subjetivo feminino e, aliado à expansão do feminismo, ampliou as possibilidades de atuação da mulher no mundo social. A pílula, associada a outro fenômeno social, a saber, o trabalho remunerado da mulher, abalou os alicerces familiares, e ambos inauguraram um processo de mudanças substantivas na família [...] (SARTI, 2007, p. 21).

O casamento foi concebido como instituição indissolúvel e, por isso, diversos eram os empecilhos para o rompimento efetivo. Só muito recentemente, foram facilitadas as formas de dissolvê-lo com rapidez.

Tanto que, por alguns séculos, o que havia era a chamada “separação de corpos”, mas não o rompimento do vínculo matrimonial. Como acontecia no desquite, regulamentado com o Código Civil de 1917.

Nesse mesmo código, foram instituídas as obrigações maritais mútuas, onde o casamento, chancelado por um contrato, permitia ao homem mandos e desmandos sobre a mulher. Como, por exemplo, autorizar que a mulher trabalhasse, inclusive após o desquite, reforçando o papel de proprietário e provedor e a mulher de responsável pelos serviços domésticos.

Nessa época, o homem também gestava o celibato das mulheres atrelado ao pagamento de pensão, legitimado pelo código. Esses fatores colocavam a mulher numa situação de dependência e submissão.

O desquite só era permitido em situações de adultério, tentativa de morte, sevícia, ou injúria grave, e abandono voluntário do lar conjugal (art. 317). As mulheres desquitadas foram aprisionadas a estereótipos de “largadas”, “sofredoras”, “destruidoras de lares”, “desonestas” ou “incapazes de cumprir as tarefas matrimoniais”. Como estudou Maia (2009), em seu artigo: Entre "Inocência" e "Corrupção": Gênero e Representações de Mulheres Desquitadas (1917-1936), nesse período, as mulheres desquitadas transitavam como vítimas inocentes ou corruptoras da família e das normas sociais.

Essas mulheres foram condenadas a viver sozinhas, ou vivenciar seus afetos na clandestinidade, não por escolha, mas pela pressão social que sofriam.

Mesmo com a regulamentação do divórcio, em 1977²⁰, este demandava um processo extremamente burocratizado, já que havia uma espécie de pedágio de tempo para converter a separação de fato em divórcio e a necessidade de ação

²⁰ Datada de 28 de junho de 1977, a Emenda Constitucional 9 regularizou a dissolução do casamento civil no Brasil há quase 35 anos.

judicial. Somente em 2010 ficou mais fácil divorciar-se, com uma emenda²¹ que altera a constituição.

A escolha amorosa por elegibilidade individual, pautada em critérios afetivos e sexuais, é intrinsecamente ligada também à revisão legal de temas, como virgindade, adultério, separação e ao advento da pílula anticoncepcional e à distinção entre sexo e reprodução.

A consolidação da mulher no mercado de trabalho e o redimensionamento da divisão sexual do trabalho e os divórcios cada vez mais frequentes impactam no modelo e na subsistência das famílias, assim como nos cuidados com os membros.

Segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), hoje, 37,3% dos lares conta com mulheres chefes de família, 15% a mais do que 10 anos atrás.

Com a escolha do parceiro, ou de não ter parceiro, as novas tecnologias reprodutivas – (anti)concepção e reconhecimento através de DNA na década de 80, as famílias vão ficando menores e ocorre a legitimação dos filhos havidos fora do casamento, com o fim da diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos, garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Hoje, as pessoas que vivem sozinhas somam 12,1%, segundo o IBGE, e a família passa a ter uma média de 3,3 membros.

Os casamentos em idade tardia, a permanência dos filhos em casa, a procriação com idade avançada, estão na cena contemporânea pautando novas discussões.

A luta do movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) possibilitou a união homoafetiva²² constituída por duas pessoas do mesmo sexo, através da constituição da união estável e seu reconhecimento legal pelo Supremo, em 2011.

²¹Emenda Constitucional 66/2010, que alterou a redação do § 6º, do art. 226, da Constituição Federal, suprimindo a separação judicial e os prazos para o divórcio.

²² O reconhecimento de casamento entre pessoas do mesmo sexo, no Brasil como entidade familiar, por analogia à união estável, foi declarado possível pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 5 de maio de 2011 .

Essa foi uma batalha ganha, das uniões homoafetivas, contra a moral cristã contra o preconceito e um Judiciário extremante conservador, colocando modos de ser família que sempre existiram e agora vão sendo publicizados e legitimados.

Outras conquistas vieram, nessa esteira das uniões homoafetivas, como igrejas mais inclusivas, direito ao nome social, inclusão dos companheiros e companheiras no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e no Imposto de Renda (IR), licenças-maternidade e paternidade para casais do mesmo sexo. Ainda é garantida a equiparação aos casais heterossexuais no que diz respeito aos direitos à pensão, herança, inclusão em seguro saúde, comunhão de bens e direito à adoção.

As novas formas de adoção e possibilidade de um casal do mesmo sexo assumir a guarda de uma criança que precisa de proteção e cuidado e a luta pela criminalização da homofobia são outros avanços nessa guerra contra a intolerância.

Essas conquistas distanciam, cada vez mais, a imagem das famílias homoafetivas da promiscuidade, pedofilia, anormalidade, com uma referência ruim que “confunde a cabeça das crianças” tão propagados pelos estigmas que sustentam a família nuclear burguesa como a família ideal, e que pressupõem a heterossexualidade para a construção de políticas públicas.

Outro aspecto que merece ser aprofundado diz respeito às questões etária e intergeracional. A expectativa de vida, com a mudança no processo de envelhecimento da população, invertendo a pirâmide etária e o aumento da expectativa de vida nas últimas décadas, mais precisamente nos últimos 60 anos, aumentou de 43 para 73 anos.

Isso atrelado à queda da taxa de fecundidade das últimas três décadas: em 1975, o número médio de crianças que uma mulher concebia era seis filhos; caindo para dois, em 2005; e para 1,9, em 2010. Com essa média de 1,9 filhos, os casais que têm menos que dois filhos, não se ‘repõem’.

As famílias passam a ter novas estruturas, com ou sem filhos e com mais idosos, se desdobrando em novas formas de organização, sustento, divisão e cuidados entre os membros da família.

As transformações societárias foram influenciando novos modelos e a morfologia das famílias vai mudando. Há uma clara desvalorização das formas autoritárias de se relacionar tanto do ponto de vista de gênero, como geracional,

assim como as supremacias branca e heterossexual, ainda que se tenha muito que caminhar.

Depois de anos de ditadura, o Brasil parece agora olhar para os diversos modos de ser família, e muitos deles não são novos, mas pelos preconceitos e discriminação que sofriam eram forçados a ficar reclusos à sua intimidade.

As conquistas democráticas, desde a Constituição Federal (CF) de 1988, desdobram-se em instrumentos de luta como as políticas, sistemas, planos e estatutos: ressaltamos o Sistema Único de Saúde (SUS) (1990), o ECA (1990), a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) (1993), o Estatuto do Idoso (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (1996), a Política Nacional de Assistência (PNAS), em 2004, a Política Nacional de Inclusão da Pessoa em Situação de Rua (2009) e o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2010).

As legislações avançam em relação aos direitos civis, ao poder familiar, aos conceitos de família, como apontado.

Todas essas mudanças vão configurando novos modos de ser família. O modelo hegemônico nuclear vai esmorecendo e com isso reverbera um discurso propagado pelas alas conservadoras na sociedade de que a família está acabando. De fato, o que acontece é que se consolida a chamada família contemporânea, que é plural em suas formas.

1.4 Famílias: (Anti)definições e Tipologias

Pelo exposto utilizaremos o termo “famílias” e modos de ser família. Os dias atuais mostram que a maneira como as famílias se apresentam não se define por uma única forma (o modelo nuclear burguês: marido, esposa e filhos).

Para Sarti (2007), a família contemporânea comporta enorme elasticidade, multiplicidade de formas e arranjos, unidos por diversas motivações: são construídos social, cultural e historicamente e formam a família.

Dada a multiplicidade, não utilizaremos tipologias: famílias são diversidade, não tem modelo, nem receita. São permeadas pela diversidade de culturas, crenças,

valores, tradições, divisão de papéis, relações de gênero, relação com os jovens, com os idosos, relações econômicas, vinculação, condição de vida e classe social.

Em muitas bibliografias, encontramos como tipologias: “famílias reconstituídas”, “famílias homoafetivas”, “famílias monoparentais”, “famílias extensas”, “famílias unipessoais”, contudo, entendemos que as famílias prescindem de adjetivação para serem compreendidas em suas funções e que essa tipificação das famílias acaba por reforçar os rótulos, por isso não nos valeremos deles.

A família teve a sua função socialmente construída de cuidado e proteção a seus membros, e se consolidou, sobretudo, através de aportes afetivo e material.

Apresenta-se como lócus complexo e contraditório, de sociabilidade, produção e reprodução das relações sociais, de pertencimento, construção das identidades, afeto, assim como de sua ausência, e também da violação de direitos.

As definições de famílias foram mudando de acordo com a necessidade de superar algumas concepções, ao longo do tempo, e trazem em si a crítica das antigas definições.

Szymanski (2002, p. 9) entende família “como sendo uma associação de pessoas que escolhem conviver por razões afetivas e assumem um compromisso de cuidado mútuo”.

Segundo Romanelli (2003), a família corresponde a um lugar privilegiado de afeto, no qual estão inseridos relacionamentos íntimos, expressão de emoções e de sentimentos.

Kaloustian (2005) retrata que a família é o “espaço da garantia da proteção integral e da sobrevivência”.

A PNAS coloca a família como instituição central, no âmbito das ações da política de assistência social (CF, art. 203), por se constituir em um complexo de relações privilegiadas e insubstituíveis de proteção e socialização primárias dos cidadãos; provedora de cuidados aos seus membros.

As tipologias e definições pensadas naquele momento histórico representavam um avanço para o que estava colocado nas concepções. Hoje, as tipologias e os nominalismos perdem espaço para a valorização das matrizes teórico-conceituais.

Outra questão é a mitificação dos membros da família. O tempo todo lidamos com figuras mitificadas e modelos idealizados de mãe, pai, avós, maridos, esposas, madrastas, sogras, entre outros.

E as famílias que diferem desse modelo ideal sofrem diversos julgamentos morais e preconceito. Como já sofreram historicamente os ditos bastardos, mulheres desquitadas, solteiros, pessoas que vivem só, casais em união homoafetiva, entre outros segmentos.

Contudo, a família parece continuar preservando a função de procriação, provimento, educação afetiva e moral, transmissão de valores e de manutenção das tradições. O que de fato mudou?

Resta compreender se essa família contemporânea parece trazer mudanças mas no fundo cristaliza suas bases do capitalismo, reiterando conteúdos conservadores.

1.5 A Sociabilidade Contemporânea e a Família

A partir da recessão econômica dos anos 70, com a ascensão do pensamento neoliberal e sua repercussão nas relações de trabalho e produção e o enfraquecimento do Estado de Bem-Estar (*welfare state*), que garantia um sistema de proteção social mais efetivo, mudanças significativas aconteceram na sociedade.

A influência da política neoliberal coloca o mercado no comando, o consumo como carro-chefe e reestrutura o trabalho e a produção, num contexto de desresponsabilização do Estado e na contramão da efetivação de direitos, impactando sobremaneira a vida das famílias.

No Brasil, mesmo nesse contexto, conseguimos aprovar a Constituição Cidadã em 1988, diante de uma avalanche de mudanças que já se anunciavam mundialmente.

Aprofundam-se a exploração do trabalho, os desempregos estrutural e conjuntural (novas formas de trabalho precário) e destroem-se os direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores.

As transformações no mundo do trabalho, alteradas pelas novas configurações do capital, sob o signo do neoliberalismo, num período atualmente marcado pela *mundialização, transnacionalização e financeirização dos capitais* (ANTUNES, 2010) vêm incidindo de forma avassaladora nas *famílias que vivem do trabalho*.

As mudanças acentuam-se principalmente, a partir de 1990, encampadas pelo Consenso de Washington, e

desencadeia[m] uma onda enorme de desregulações nas mais distintas esferas políticas [...] houve também transformações no plano da organização sociotécnica do universo produtivo, redesenho da divisão internacional do trabalho, metamorfoses no mundo do trabalho e no espaço de organização sindical, reterritorialização da produção, dentre tantas consequências (ANTUNES, 2004, p. 14).

Entre 1950 e 70, o Brasil estabeleceu padrões de acumulação que se garantiam por meio de longas jornadas, baixos salários e ritmo intensificado. Nos anos 80, embora ainda não estivesse totalmente incorporado o projeto neoliberal.

A necessidade de elevação da produtividade ocorreu através de reorganização da produção, redução do número de trabalhadores, intensificação da jornada de trabalho dos empregados, surgimento dos CCQs e dos sistemas de produção *Just in time* e *kamban* (ANTUNES, 2004, p. 16).

Nos anos 90, a reestruturação produtiva assola o país, principalmente através da subcontratação e terceirização e de descentralização produtiva, buscando níveis mais rebaixados da remuneração da força de trabalho.

No estágio atual, o capitalismo combina enxugamento da força de trabalho, mudanças no processo produtivo, flexibilização, desregulamentação, terceirização, baixa remuneração da força de trabalho e condições de trabalho precarizadas.

Assiste-se hoje a uma dupla transformação do trabalho, tanto quanto ao conteúdo da atividade, tanto quanto as formas de emprego [...] de um lado a exigência de estabilização, de implicação do sujeito no processo do trabalho, por intermédio de atividades que requeiram autonomia, iniciativa, responsabilidade, comunicação e intercompreensão. Por outro lado, verifica-se um processo de instabilização, precarização dos laços empregatícios, aumento do desemprego prolongado e flexibilidade da força de trabalho. Em duas palavras: *perene* e *superfluidade*. E esse movimento é global e mundializado (ANTUNES, 2010, p. 9).

A nova morfologia do trabalho – ou seja, sua nova forma de ser – conforma um processo de mudanças, trabalhadas por Antunes (1995; 1999; 2010) em sua

trilogia²³, que se concretizam, em linhas gerais, na redução do proletariado fabril, industrial, tradicional, manual, estável, especializado; no aumento do novo proletariado fabril e de serviços; na feminização do labor; na expansão dos assalariados médios no setor de serviços; na exclusão de jovens e idosos e na inclusão criminosa de crianças; na expansão do terceiro setor e do trabalho em domicílio, apresentando novas modalidades precarizadas de trabalho, como *telemarketing e call center*.

Franco e Druck (2007;2009) identificam cinco grandes tipos de manifestações da precarização do trabalho no Brasil expressos nas formas de mercantilização da força de trabalho (informalidade, subcontratação/terceirização, cooperativas, pejotalização, consultorias) e “desestabilização dos estáveis”, na alienação do trabalho e suas novas determinações, na organização e condições de trabalho (ritmo, intensidade, autonomia controlada, metas inalcançáveis, pressão do tempo, extensão da jornada, polivalência, rotatividade, multiexposição aos agentes prejudiciais) junto à intensificação do trabalho e autoaceleração, das condições de segurança no trabalho e das condições de representação e organização sindical.

Nogueira (2004), em seu seus estudos sobre a “feminização no mundo do trabalho”, termo cunhado pela autora, indica que, apesar do crescimento da inserção da mulher no mercado de trabalho, essa vem ocorrendo em espaços onde a precarização é mais acentuada.

O trabalho vem se metamorfoseando, para acomodar os interesses do capital e, por consequência, causa o empobrecimento acelerado, a desigualdade, o não acesso, dentre as inúmeras dificuldades que as famílias vivenciam para sobreviver.

As formas de (re)produção social imprimem nova dinâmica ao conjunto das relações sociais, impactados pelas mudanças da nova morfologia do trabalho, de forma peculiar, expressas principalmente por meio da precarização/flexibilização e intensificação do trabalho e reverberam no seio dessas famílias.

Estudiosos do tema, como Seligmann (2011), apontam que o impacto do aviltamento desses direitos na nova morfologia do trabalho, muitas vezes, tem significado um processo de adoecimento do trabalhador, certamente suscitado pela

²³ *Adeus ao Trabalho* (1995); *Os Sentidos do Trabalho* (1999); e *O Caracol e sua Concha* (2010).

expropriação da qualidade de vida e do bem-estar das famílias pela exploração do capital.

Outro aspecto é que o trabalho também é intrinsecamente ligado à divisão de tarefas e aos cuidados dos membros da família. E, como fazê-lo, se o trabalhador tem expropriada a energia, vive com baixíssimos salários e é submetido a longas jornadas?

Nesse sentido, as políticas sociais deviam estar preparadas para construir respostas, além de creches e espaços de convivência com vagas suficientes; soluções mais coletivas, como lavanderias e restaurantes comunitários.

Contudo, com a crise do Estado de Bem-Estar, no transcurso dos anos 70, as políticas sociais transformaram-se em políticas focalistas, privatistas, fragmentadas, emergenciais, sem recursos suficientes, com forte presença da sociedade civil, cheias de critérios de elegibilidade e condicionalidades, desvirtuando o caráter de política pública como concretização de direitos.

Como alternativa para as insuficiências públicas, as famílias são chamadas a atuar e acabam sendo responsabilizadas e penalizadas por questões estruturais no bojo das políticas sociais²⁴.

Na contemporaneidade, todo esse projeto neoliberal concretiza-se no seio das famílias e é sustentado por um jeito de ser, viver e pensar, e a tendência ao conservadorismo torna-se cada vez mais evidente.

Esse ideário produz-se e reproduz-se nas relações sociais no interior das famílias contemporâneas e expressa-se por um conjunto de transformações econômicas, sociais e políticas, representado por uma ideologia típica desse estágio atual do capitalismo.

Segundo Rounet (2009, p. 94), as expressões da pós-modernidade podem ser verificadas em grandes planos.

No plano do cotidiano, através da valorização das vivências particulares, dos signos, do simulacro e da hipercomunicação; no plano econômico, mediante a mundialização ou planetarização do capitalismo e suas manifestações estruturais e superestruturais com destaque para a cultura informatizada; e, no plano político, pela desqualificação do Estado e as novas formas de expressão da sociedade civil, através de uma vasta rede

²⁴ Avançaremos nessa discussão no segundo capítulo.

de grupos segmentares que passam a compor o terreno da política moderna.

As necessidades do capital vão impondo uma nova sociabilidade. Gramsci já apontava ao longo de sua obra que para sustentar a hegemonia burguesa nos modos, formas e condutas de viver em sociedade, seria necessário uma “reforma moral e intelectual”, e esta reforma, de fato, ocorreu.

A ideia do ter, com vistas à felicidade, em detrimento do ser, é uma ode da sociabilidade contemporânea, reiterada a todo instante pelos meios de comunicação.

A falência dos valores tradicionais que, de alguma forma, fazia uma referência maior ao aspecto comunitário, deve-se exatamente a essa exacerbação daquilo que é a própria essência do capitalismo: a concorrência. Afinal, o valor supremo dessa forma de sociabilidade é o ter. Não por um suposto egoísmo humano natural, mas como imposição à lógica da reprodução do capital, que se espraia por toda a vida cotidiana. Daí porque a preocupação com o bem comum, a solidariedade, um agir eticamente orientado são, na maioria das vezes, um discurso vazio ou apenas expressões pontuais e superficiais que não podem transformar-se, de modo permanente e profundo, em vida cotidiana. Do mesmo modo, a ação coletiva para a solução dos problemas sociais se vê tremendamente dificultada por um mundo onde a lei maior é a lei do “salve-se quem puder” (TONET, 2009, p.120).

Essa lógica contemporânea é permeada por certos narcisismo, hedonismo e individualismo, em que o culto ao prazer, ao corpo, à autorrealização tem suas necessidades atendidas pelo mercado, como se “consumissem felicidade”.

Na vida das mulheres, o impacto relacionado a um ideal inatingível, pode ser outro: mesmo com todo o arsenal de cremes e cirurgias à disposição, os efeitos colaterais observados são ansiedade, sentimentos de inadequação, baixa autoestima, chegando até aos transtornos alimentares, como anorexia e bulimia, como trabalha Moreno (2008)²⁵.

O efêmero, fugaz, descartável, sustentam o consumo desenfreado, inerente ao processo produtivo e às necessidades do capital. Nessa lógica, o mercado passa a ser a salvação, onde o cidadão tudo pode achar, e o Estado torna-se mero subsidiário, desqualificado em suas funções de provisão.

A competitividade é a tônica do momento. Nos dias de hoje, a figura do colega de trabalho se transformou em algoz: é o colega, do mesmo nível hierárquico, que estrategicamente “puxa o tapete”, não mais o chefe.

²⁵ Em seu livro *A Beleza Impossível: Mulher, Mídia e Consumo*, de 2008.

Barroco (2011) ressalta que esses valores oriundos da sociabilidade burguesa e do *ethos* burguês, como o consumismo e a competição, apoiam-se, portanto, no princípio da propriedade privada, incorporado pelos indivíduos como sinônimo da felicidade, de liberdade e realização pessoal.

No estágio atual do capitalismo é como se as oposições não fossem bem definidas; propaga-se que os ideários de esquerda e direita já não existem mais, se apoiando em falsos consensos e em falsa harmonia entre as classes. Há clara desqualificação da política, principalmente a partidária e as organizações.

Esse discurso genérico tem um efeito imediato no campo prático-operativo, na medida em que as ações desenvolvidas para a recuperação econômica aparecem como sendo de natureza transclassista, ou seja, beneficiando a todos sem distinção. No entanto, do ponto de vista político, essa estratégia cria a subalternidade das demais camadas de classe, obstaculizando a possibilidade de as mesmas elaborarem uma visão de mundo de corte anticapitalista, e, assim, articular alianças e forças em defesa de seus interesses. Produz-se, dessa forma, uma cultura de passividade e de conformismo, que incide diretamente no cotidiano das classes subalternas, reforçando a alienação, o corporativismo e as ações particularistas, em detrimento de projetos de natureza coletiva (SIMIONATTO, 2009, p. 97).

Difunde-se com força a “rasa” política, a militância de frases feitas no Facebook, onde os sujeitos se escondem através do teclado. Paradoxalmente, a política para a construção de uma nova ordem é rechaçada como se o capitalismo fosse inexorável.

Já somos muito parecidos com a sociedade norte-americana, que preconizou os hábitos do *junk food*, com a obesidade da população; dos grandes, hiper, mega centros de consumo; de compras com o controle remoto; da hipercomunicação.

Um surpreendente número de antenas parabólicas indica que a casa incompleta e precária e a mesa pobre não estranham a tecnologia sofisticada do satélite e o imaginário luxuoso e manipulável da televisão. É como se as pessoas morassem no interior da imagem e comessem imagens. A imagem se tornou no imaginário da modernidade um nutriente tão ou mais fundamental que o pão, água e o livro. Ela justifica todos os sacrifícios, privações e também transgressões (MARTINS, 2008, p. 36).

Nesses tempos, crianças que parecem adultos em suas rotinas e hábitos de consumo, adultos que parecem crianças, a adolescência e seus hábitos tomaram o espaço das outras fases infantil e adulta e muitos idosos fazem de tudo para parecer jovens.

Há certa nostalgia com os tempos de convívio, mas também por tempos mais bélicos. Aliado a isso, contempla-se a uma reorganização da direita, como foi

possível presenciar nas manifestações de junho²⁶ e nos "panelaços"²⁷. Setores conservadores já não mais se envergonham de ir às ruas clamando pela ditadura.

Vivenciamos a criminalização da questão social e dos movimentos sociais; a militarização da vida cotidiana; e se alastra o hasteamento de bandeiras, como a pena de morte e a redução da maioria penal.

Os direitos historicamente construídos viram sinônimos de atraso e empecilho para o avanço de novos tempos.

A ideologia neoliberal - veiculada pela mídia, em certos meios de comunicação como o rádio, a TV, a internet e revistas de grande circulação - falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a "questão social", incita o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, os linchamentos, a xenofobia (BARROCO, 2001, p.208).

Numa sociedade de raízes culturais conservadoras e autoritárias como a brasileira (CHAUÍ, 2012), a violência é naturalizada; tende a ser despolitizada, individualizada, tratada em função de suas consequências e abstraída de suas determinações sociais.

A violência cresce e, com ela, o medo, atrelado aos novos contornos das expressões da questão social, que se tornam cada vez mais complexas e difíceis de construir respostas.

Essa violência é tratada como fenômeno, atribuída a indivíduos, desatrelada da exploração do capital sobre o trabalho, das formas assumidas pelo capital contemporâneo.

Para Barroco (2011, p. 207):

A insegurança e o medo levam ao reforço de antigas instituições, sobretudo a família e o clã como refúgios contra um mundo hostil, ao retorno de formas místicas e autoritárias ou fundamentalistas de religião e a adesão à

²⁶ As manifestações em junho de 2013, são atravessadas por análises divergentes, no campo da esquerda. Tiveram início com uma pauta pelo passe livre relacionada ao transporte público, com a presença de setores da esquerda, *black blocks* e respostas violentas do governo do Estado à organização popular, mas tergiversou seus objetivos iniciais, chegando a reunir mais de 1 milhão de pessoas, na avenida Paulista, *pró-impeachment* da Presidenta Dilma Roussef, proposta de partidos contrários ao PT, contando com o apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Para alguns analistas, representou a volta dos setores conservadores às ruas, fazendo lembrar a Marcha pela Família com Deus pela Liberdade.

²⁷ No período das manifestações de junho, o panelaço foi um recurso de manifestação em que se batem panelas e outros utensílios de metal, em forma de protesto. Chamou muito a atenção o fato de os protestos acontecerem em varandas *gourmet* e bairros nobres.

imagem da autoridade política forte ou despótica. Dessa maneira, bloqueia-se o campo da ação intersubjetiva e sociopolítica, oculta-se a luta de classes e fecha-se o espaço público, que se encolhe diante da ampliação do espaço privado.

Diante de tanta desigualdade, a família e a religião têm apoiadas suas funções na ideia salvacionista, que não é nova, mas ganha novo fôlego e contornos.

Para Barroco (2011, p. 210), nesse contexto:

O conservadorismo tem encontrado espaço para se reatualizar, apoiando-se em mitos, motivando atitudes autoritárias, discriminatórias e irracionais, comportamentos e ideias valorizadoras da hierarquia, das normas institucionalizadas, da moral tradicional, da ordem e da autoridade.

Os valores da sagrada família e da moral cristã retornam com toda força num chamado pela defesa da família nuclear burguesa. Um exemplo atual é a bancada evangélica, que vem ganhando cada vez mais força no Congresso Nacional. Como estratégia, manifestam-se contra o nome social, contra o aborto, a legalização da maconha. Menosprezam a laicidade do Estado, fazendo cultos dentro do plenário. Defendem a (re)criação do Estatuto da Família com diretrizes para políticas públicas voltadas para a entidade familiar; voltadas para a família nuclear burguesa heterossexual, expurgando os demais arranjos.

Esse grupo conservador, levado pelo voto às suas cadeiras, intervém na cena pública, propagando a intolerância às minorias, apoiada nos valores do patriarcado, rechaçando as bandeiras do movimento feminista e LGBT.

Conseguiram estar à frente da própria Comissão de Direitos Humanos e Minorias, transformando-a em palco de disputas e retrocessos.

Dentro dessa correlação de forças, fazem parte da Bancada do Congresso Nacional chamada de BBB (bíblia, boi, bala), composta de evangélicos, ruralistas e defensores da indústria de armamento e da militarização da vida cotidiana.

Nada de estranhar num país onde sempre se privilegiou a elite, em especial, a agrária, caracterizando-se pela concentração fundiária, conseguida sob as bases do autoritarismo, utilizando ora a mediação da política, ora da religião, ora da violência, fazendo sangrar índios, camponeses, negros e imigrantes.

A renovação de velhas características conservadoras no atual estágio do desenvolvimento capitalista reverbera no seio nas famílias e oprime ainda mais os pobres, que, além de não conseguirem acessar as necessidades sociais básicas e

serem protegidos pelo Estado por meio das políticas sociais, precisam atender a uma agenda moralista e se enquadrar em modelos ideais de família (caso contrário, correm o risco de ficar de fora, como preconiza o Estatuto da Família).

Podemos dizer, ainda, que são os próprios signos contemporâneos, tão reproduzidos e induzido pelos meios de comunicação e essa sociabilidade contemporânea, permeada pela competitividade, individualismo, hedonismo, excesso de vaidade, que são corrosivos aos vínculos familiares e comunitários, para a organização política e a solidariedade.

Essa crise nas famílias, tão propagada hoje, especialmente pela ala conservadora, está intrinsecamente ligada ao “poder metabólico do capital” (MESZAROS, 2002) em atender às suas necessidades e colocar as *famílias que vivem do trabalho* em situações cada vez mais vexatórias e excluídas das riquezas socialmente produzidas.

Tonet (2009) afirma que a natureza das crises é eminentemente material, advindas das crises cíclicas do capitalismo e não da perda dos valores tradicionais.

Todas as outras dimensões da vida humana – política, direito, ciência, filosofia, educação, arte, valores, religião, ecologia, psicologia, relações sociais, vida pessoal e familiar – são profundamente afetadas por essa crise nos fundamentos materiais da sociedade.

Importante ressaltar que essa seara individualista reflete-se na família, esgarçando os vínculos, a solidariedade e o apoio. Quem pode terceirizar os cuidados assim o faz, mas quem não possui condições para tal, não conta com as políticas sociais, parece ficar à mercê do julgamento moral de quem opera a política.

CAPÍTULO 2

ESTADO E FAMÍLIAS: O PANTANOSO TERRENO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

As dificuldades de acesso aos direitos para a maioria dos brasileiros, forjada em favorecimentos às classes dominantes, atravessam o desenvolvimento do Estado brasileiro desde a sua gênese.

No Brasil, o entendimento da CF/88 e do processamento desses direitos, em especial dos sociais, é intrinsecamente ligado à questão da grande propriedade e aos padrões de relação de poder aqui estabelecidos (COUTO, 2010), que se traduzem pelas formas de favor, autoritarismo, clientelismo, patrimonialismo, e que, amalgamadas, moldam as políticas sociais brasileiras.

2.1 Estado, Formação Capitalista e Políticas Sociais

Para analisar as políticas sociais no Brasil, pavimentadas em seu caráter contraditório, revelando em uma de suas faces a possibilidade de afiançar direitos, nos reportaremos à formação capitalista brasileira e ao movimento dialético da sociedade e do Estado.

Aqui, o Estado é concebido como arena de conflitos, palco onde se expressam os interesses antagônicos entre as classes e o protagonismo na possibilidade de interferir em relações tão assimétricas.

O papel do Estado só pode ser objeto de análise se referido a uma sociedade concreta e à dinâmica contraditória das relações entre as classes sociais nessa sociedade. É nesse sentido que o Estado é concebido como uma relação de forças, como uma arena de conflitos. Relação assimétrica e desigual que interfere tanto na viabilização da acumulação, como na reprodução social das classes subalternas. Na sociedade capitalista o Estado é perpassado pelas contradições do sistema e, assim sendo, objetivado em instituições, com suas políticas, programas e projetos, apoia e organiza a reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador e fiador dessas relações. A forma de organização desse Estado e suas características terão, pois, um papel determinante na emergência e expansão da provisão estatal face aos interesses dos membros de uma sociedade (YAZBEK, 2008, p. 4).

O Estado brasileiro foi tecido meticulosamente na defesa de interesses privados e internacionais, traço indistinto desde nossas origens. O processo de colonização serviu à acumulação de capital dos países centrais, assim como o Império e a República mantiveram essa tendência sob diferentes formas (PRADO Jr, 1942).

O “desenvolvimento desigual e combinado”, estudado pelo autor, a partir da tese de Trotsky²⁸, para entender a formação social brasileira, no sentido da colonização e peso do regime do trabalho escravo, foge de apreensões dicotômicas da realidade, apontando, ainda, a complexa articulação de progresso e adaptação ao sistema capitalista, assim como a conservação da antiga ordem.

O Estado nacional já nasce patrocinando os interesses econômicos da elite política brasileira e a Independência é marcada pela ausência de compromisso com a defesa de direitos dos cidadãos, demonstrando que, desde sua emergência, é marcado por uma promíscua relação entre o público e privado (FERNANDES, 2005).

O Estado, muito mais voltado à defesa de interesses privados, mantém a cúmplice “interdependência e complacência com o capital internacional” e seus controles, entre outros aspectos, voltando à produção e ao consumo para fora, constituindo uma economia voltada à exportação, conformando seu traço “heteronômico” (FERNANDES, 2005). Posteriormente, essas características do Estado terão rebatimentos concretos na constituição das políticas sociais.

O estado brasileiro nasceu sob o signo da forte ambiguidade entre um liberalismo formal como fundamento e patrimonialismo como prática no sentido de garantia dos privilégios das classes dominantes. O desenvolvimento da política social entre nós acompanha aquelas fricções e dissonâncias e a dinâmica própria da conformação do Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 75).

²⁸ A tese do desenvolvimento desigual e combinado, formulação originalmente trotskista, conforme apontado no primeiro capítulo, consiste em uma tentativa de explicar as modificações e contradições econômicas e sociais dos países periféricos do sistema capitalista, tomando em seu conjunto o caráter irregular, complexo e combinado, a partir de uma visão dialética do movimento histórico, se opondo à visão evolucionista, etapistas dos mencheviques. Referindo-se à Rússia Czarista, em *A História da Revolução Russa*, Leon Trotsky (1962, p.21) afirma: “A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com o máximo de vigor e de complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o açoitamento de necessidades exteriores, a vida retardatária é estrangida a avançar por saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, na falta de uma denominação mais apropriada, chamaremos lei do desenvolvimento combinado, no sentido da reaproximação de diversas etapas, da combinação de fases distintas, do amálgama de formas arcaicas com as mais modernas”.

Um dos exemplos da defesa de interesses privatistas, é o escravismo. A força do poder oligárquico escravista e a prevalência dos interesses do setor agroexportador que atravessam os primeiros 400 anos de Brasil, se revelam, ao retardar o nascimento do trabalho livre. O Brasil não cumpria o compromisso assinado com a Inglaterra de colocar fim ao tráfico de escravos, assinado em 1810 e reiterado em 1827 e 1845, com Bill Aberdeen²⁹, em 1845.

Pressionado, o governo imperial passa a estimular a imigração europeia, e mesmo oferecendo condições desfavoráveis, ganha adeptos diante da proletarização dos trabalhadores rurais europeus no contexto da guerra.

Mesmo com a independência declarada, o trabalho escravo só foi abolido oficialmente em 1888, e os negros, abandonados à própria sorte, viviam sua "liberdade" em condições de miséria. Nesse sentido, os traços de opressão, violência, miséria e exploração sobre os quais se assentaram a escravidão e sua "abolição", ainda pesam nas relações sociais até os dias atuais.

No Brasil, a apropriação das ideias liberais é bastante peculiar e a burguesia não se apoia nos interesses progressistas e democráticos, perante a modernização econômica, como aconteceu em outros países. "A elite brasileira queria emancipar-se da tutela portuguesa, conservar sua liberdade de comércio, livrar-se do fisco, mas também queria manter o trabalho escravo" (COUTO, 2010, p. 80).

Sob as bases de um "conservantismo sociocultural e político" (FERNANDES, 2005), especialmente para conservar seus interesses e privilégios, a burguesia nacional não se furta em estabelecer com a classe operária uma relação de dominação, intolerância e disputa do espaço público, que perdura até os dias de hoje.

Em 1822, com a Independência do Brasil, era preciso organizar uma Constituição que a referendasse, o que acontece dois anos depois, passou a "retratar, especialmente no campo dos direitos, os elementos da sua herança histórica: dependência política, processo de trabalho escravocrata e relações de poder, centralizadas nos grandes proprietários" (COUTO, 2010, p.83).

²⁹ Essa medida permitia aos ingleses o aprisionamento de navios suspeitos de estarem praticando o tráfico.

Em relação ao direito ao voto, a grande massa dos trabalhadores é excluída, por recorte de renda, além, claro, dos escravos e mulheres. Ainda, há registros de entrega pronta de voto, reiterando velhas formas de patrimonialismo e compadrio.

Por outro lado, a Constituição de 1824 afirmava o direito à liberdade de expressão e de igualdade, trazendo inclusive trechos transcritos da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (1789), mostrando que a dificuldade de transitar do texto para o contexto não é nenhuma novidade e remonta à primeira Constituição, já não cumprida.

As necessidades de reprodução social da grande massa de trabalhadores não se constituíam como preocupação do Estado e não se expressavam no texto constitucional. A subsistência dos escravos e dos trabalhadores livres era de responsabilidade dos grandes proprietários e contavam também com respostas apoiadas na "caridade" cristã advinda do campo privado.

A emergência dos direitos sociais, como respostas a essas demandas configura, pois, concessões e favor e se constroem a partir dos interesses das elites nacionais. As respostas eram construídas ora na lógica dos privilégios, ora pela repressão, como estratégia de desmonte das reivindicações, de acordo com a conveniência.

Nesse contexto, dá-se a construção sócio-histórica dos direitos sociais no País, "o liberalismo à brasileira não comporta a questão dos direitos sociais, que foram incorporados sob pressão dos trabalhadores e forte dificuldade para sua implementação e garantia efetiva" (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.81).

A promulgação da Constituição de 1891 também reitera "relações de poder de uma classe sobre a outra, a preservação da propriedade privada e a exclusão de parcela da população que não tinha o perfil obreiro" (COUTO, 2010, p. 92), seguindo a mesma toada de reafirmar os traços que conformam a sociedade brasileira e um evidente descaminho à sua efetivação.

A lógica do compadrio, da concessão e dependência prevalece no campo dos direitos:

[...] embora alguns estivessem escritos na Constituição, a relação entre o povo, a elite e o governo fluía através da ótica persistente da dádiva e do compadrio. Desse modo, a noção do direito foi substituída pela da concessão, que tem como compromisso fundante a manutenção do *status quo*. E essas características atravessam os vários movimentos e regimes políticos da sociedade brasileira, construindo uma relação de dependência entre quem detém o poder, a terra, os meios de produção e o capital *versus* aqueles que vivem e sobrevivem à margem da riqueza socialmente produzida e que tem incorporado a "concessão social" como demarcadora de sua vida e o direito social como categoria inatingível pela ótica da cidadania (COUTO, 2010, p. 92).

Direitos sociais vão expressar a correlação de forças, como produto e expressão da luta de classes, no contexto das respostas construídas à questão social, no Brasil. São direitos, embora duramente conquistados, aqueles que foram implementados, devem estar sob permanente vigília pelos ventos regressivos soprados ciclicamente pelo capital, outros, ainda, são *letra morta*. Segundo Vieira (2004), não existe direito sem sua realização, do contrário, os direitos e a política social continuarão presos à letra da lei irrealizada.

Atravessada por características sócio-históricas muito peculiares, como as marcas do escravismo, a relação de cooptação com os trabalhadores e elites que nunca tiveram compromissos efetivamente redistributivos, "tem-se um cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos de cidadania, que envolvem a constituição da política social" (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.79).

O surgimento da política social no Brasil também não acompanha o mesmo tempo histórico e desenvolvimento dos países no capitalismo central, em comparação às experiências ligadas ao keynesianismo³⁰ e ao fordismo.

Adotaremos aqui, então, a noção de Política Social, à luz de Yazbek (2008, p. 4), que, assim como os direitos, também é produto e expressão da luta de classes:

³⁰ Segundo Harvey (1992, p. 9) "a visão keynesiana de Estado correspondeu a um padrão de acumulação capitalista monopolista, onde se difundiu a organização fordista da produção, criando um modo de vida tipicamente americano, e disseminado para os outros países. Para garantir a reprodução ampliada do capital, o Estado assume um papel preponderante de financiador de infra estruturas de produção e de políticas sociais amplas, a partir de um fundo público, que se constitui em elemento de valorização do capital".

como modalidade de intervenção do Estado no âmbito do atendimento das necessidades sociais básicas dos cidadãos, respondendo a interesses diversos, ou seja, a Política Social expressa relações, conflitos e contradições que resultam da desigualdade estrutural do capitalismo. Interesses que não são neutros ou igualitários e que reproduzem desigual e contraditoriamente relações sociais, na medida em que o Estado não pode ser autonomizado em relação à sociedade e as políticas sociais são intervenções condicionadas pelo contexto histórico em que emergem.

Nesse pantanoso terreno, a Política Social move-se, pelas mãos do Estado, tensionada por interesses difusos, objetivada em relações concretas, como respostas às expressões da questão social: “ao colocar a ‘questão social’ como referência para o desenvolvimento das políticas sociais, estou colocando em questão a disputa pela riqueza socialmente construída em nossa sociedade” (YAZBEK, 2008, p. 5).

Para Vieira (2004, p. 59), “sem justiça e sem direitos, a política social não passa de ação técnica, de medida burocrática, de mobilização controlada ou de controle da política quando consegue traduzir-se nisto”.

A política social brasileira é implementada nos idos de 1930, diante da emergência da classe operária e suas reivindicações, como estratégia de gestão social da força de trabalho, privilegiando a via do Seguro Social. Até 1887, não se tinha registro de nenhuma legislação social.

Antes da década de 30, fracas medidas de proteção social foram adotadas, num Brasil recém-saído do escravismo: caixa de socorro para a burocracia pública (1888); direito à pensão e 15 dias de férias aos funcionários da imprensa nacional (1889); pensão aos funcionários da marinha (1892), são alguns dos exemplos.

Contudo, após o fim da escravidão e passagem para o trabalho livre, num cenário de pauperismo, como “manifestação da questão social, revelando a pobreza que crescia na razão direta em que se aumentava a capacidade de produzir riqueza” (NETTO, 2001, p.153), era preciso produzir respostas para as reivindicações.

Na passagem para o século XX, registram-se as primeiras greves e as primeiras organizações sindicais, no campo, influenciados pelos imigrantes. Essas organizações foram reconhecidas legalmente em 1907.

Até então, a economia era fundada na monocultura do café, voltada para exportação, e as respostas estatais construídas miravam certamente em categorias implicadas no processo de circulação e produção de mercadoria. Como é

o caso da precursora Lei Eloy Chaves, em 1923, com as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), dirigidas aos ferroviários. Posteriormente, em 1926, é implantado o primeiro Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAP), voltado a funcionários públicos, que foi agregando outras categorias, a partir de 1933.

Em 1929, impactados pela crise internacional³¹, há mudança na correlação de força no interior das classes dominantes, já que as oligarquias agroexportadoras ligadas ao café ficaram vulneráveis pela paralisação do mercado internacional e não conseguiam vender sua mercadoria.

Através da chamada Revolução de 1930³², a oligarquia do gado aproveita para "dar o bote", e, pelas suas mãos, leva o gaúcho Getúlio Vargas ao poder, rompendo com a política do "café com leite", em que paulistas e mineiros se alternavam no comando do país.

O presidente Vargas centrou esforços em interferir e regulamentar as relações entre capital e trabalho, institucionalizando direitos trabalhistas, reprimindo partidos e organizações de esquerda:

[...] Neste período, são criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) na lógica do seguro social e nesta década situamos a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Salário Mínimo, a valorização da saúde do trabalhador e outras medidas de cunho social, embora com caráter controlador e paternalista. Progressivamente, o Estado amplia sua abordagem pública da questão, criando novos mecanismos de intervenção nas relações sociais como legislações laborais, e outros esquemas de proteção social como atividades educacionais e serviços sanitários, entre outros (YAZBEK, 2008, p. 10).

A estratégia de interferir através da legislação para harmonizar a relação entre as classes e criar uma aura cooperativa com os trabalhadores, delineava um

Estado Social autoritário e a conformação inicial de um sistema de proteção social de tipo conservador ou meritocrático particularista, com fortes marcas corporativas e clientelistas na consagração de privilégios e na concessão de benefícios (DRAIBE, 1992, p.11).

³¹ A crise de 29, que culminou na quebra da Bolsa de Nova York, é considerada uma das grandes crises sistêmicas do capitalismo, que ultrapassou as fronteiras dos EUA, impactando todo o globo. A crise econômica, causada pela superexploração do mercado consumidor, afetou todas as classes sociais com a quebra de bancos, fechamento do comércio e aumento do desemprego.

³² A Revolução de 1930, expressão do que Florestan Fernandes denominava revolução burguesa no Brasil "[...] o Estado que emerge no Brasil a partir da Revolução de 1930, e se consolida no curso do processo de industrialização, é um Estado que não se limita a garantir a ordem capitalista (quer dizer: manter as condições sociais externas à produção capitalista), mas que passa a atuar *internamente* ao sistema de produção para organizar a acumulação, tornando-se ao mesmo tempo promotor e autor da industrialização" (MARTINS, 1985, apud NETTO, 2001a, p. 33).

Os instrumentos de acesso a direitos passam a ser denominados benefícios, como aponta Couto (2010, p. 96).

Para além da semântica representa a discussão central na questão dos direitos sociais no Brasil e seus critérios de acesso passam pela vinculação ao mercado formal, colocando somente os trabalhadores urbanos em posição de privilégio, numa realidade onde a maioria estava vinculada ao trabalho rural, e portanto, desprotegida.

A Constituição de 1934 vai expressar um conjunto de direitos, com forte ênfase no campo social, em especial trabalhista e previdenciário, que vigora apenas até 1937, quando Vargas dá início à ditadura do Estado Novo.

Nesse período, a questão social, que era tratada como "caso de polícia", marcada pela coerção, que responde e reage à organização da classe trabalhadora, também é respondida com o desenvolvimento das políticas sociais diante das necessidades do processo de industrialização.

Para dar sustentação ao período, uma nova Carta Magna entra em vigor, a Constituição de 1937, de inspiração polonesa fascista, que ficou conhecida como Polaca. A Polaca proíbe as greves e vai criar uma "dualização entre atenção previdenciária para os trabalhadores formais e para o trabalhador pobre, sem carteira assinada ou desempregado" (YAZBEK, 2005, p.11).

Da caridade à filantropia, sob as bases da doutrina social da Igreja, as obras sociais se fortalecem e passam a atender a essa massa trabalhadora desprotegida. A construção de respostas se dá de maneira pontual, fragmentada, sob a forma de favor, tutela, benesse, reiterando a subalternidade, a dependência, como "política de alívio, para neutralizar demandas e reivindicações"³³ (MESTRINER, 2011, p. 16-17).

Com força, as entidades encampam o trabalho orientadas pela ideia de ajustar os desajustados, estruturar os desestruturados, psicologizando as ações e promovendo o que entendiam ser uma "reforma moral" dos trabalhadores e de suas famílias, depositando sobre o indivíduo a responsabilização sobre as expressões da questão social.

³³ Nesse contexto se dá a emergência do Serviço Social, da qual trataremos no próximo capítulo.

Em 1938, o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) é criado, para concessão de auxílios e subvenções às organizações da sociedade civil, a partir da avaliação de homens e mulheres da elites, como *monarcas generosos* (MESTRINER,2011), que fazem caridade a seus súditos.

Do ponto de vista estatal, a atenção para esses segmentos vai basear-se numa lógica de benemerência, dependente de critérios de mérito e caracterizada pela insuficiência e precariedade, moldando a cultura de que “para os pobres qualquer coisa basta” (YAZBEK, 2008, p. 11).

A lógica do auxílio, das subvenções e da chancela atravessará as políticas sociais, em especial a da política da assistência social, por muitas décadas, distanciando-a de seu potencial afiançador de direitos.

Em 1942, a primeira instituição nacional de assistência social é criada, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), sob o comando da então primeira-dama Darcy Vargas, para atender aos “pracinhas”³⁴ e, posteriormente, expande suas ações, de cunho paternalista e emergencial, à maternidade e infância, através de convênios com entidades filantrópicas, mobilizando a sociedade civil e o trabalho feminino.

A LBA é a mais pura expressão e elucidativa demonstração dos traços da formação brasileira que moldaram as respostas às expressões da questão social: condensando primeiro-damismo, patrimonialismo, tutela, favor, clientelismo, assistencialismo e fortalecimento das instituições privadas.

Em 1943, a CLT, inspirada na Carta del Lavoro³⁵, de Benito Mussolini, cria carteira de trabalho, institui jornada, férias, salário-maternidade, mantendo os direitos vinculados ao trabalho.

O perfil das políticas de 37 a 45 foi marcado por traços de autoritarismo e centralização técnico-burocrática, pois emanavam o poder central e sustentavam-se em medidas autoritárias. Também eram compostos por traços paternalistas, baseavam-se na legislação trabalhista ofertada como uma concessão e numa estrutura burocrática corporativa, criando um aparato institucional e estimulando o corporativismo da classe trabalhadora (COUTO, 2010, p.104).

³⁴ Pracinhas é um termo utilizado para fazer referência aos soldados veteranos, membros da Força Expedicionária Brasileira, enviados para integrar as forças aliadas contra o nazismo e fascismo na Segunda Guerra Mundial.

³⁵ O Partido Nacional Fascista italiano cria o documento em 1927, apresentando as linhas de orientação para as relações de trabalho entre trabalhadores, patrões e Estado, com fortes traços corporativistas.

Em 1945, Vargas é derrubado pelos militares e Eurico Gaspar Dutra assume, permanecendo no poder até 1951, com destaque para implementação do Plano Salte³⁶ e a manutenção do caráter repressivo desses governos. Anos depois, Vargas retorna ao poder por eleições diretas, movido pela expectativa popular de que reassumiria seu papel de “pai dos pobres”³⁷.

O traço indistinto deste e de outro período varguista – de 1951 a 1954 – foi, sem dúvida, a ampliação do entendimento acerca das estratégias e alcances da política econômica. Isto é, Vargas não tardou a descobrir, como já fizera no governo do Rio Grande do Sul, que a aliança com a classe trabalhadora é capaz de surtir efeitos maiores e melhores para o seu governo e para o seu projeto de desenvolvimento do que aquelas medidas afetas ao âmbito da coesão, de caráter positivista-funcionalista que utilizara na “República Gaúcha” (PAULA, 2016, p. 195).

Nesse período, Vargas centrou esforços no que surtiria efeitos imediatos no desenvolvimento econômico, como o ensino técnico profissionalizante, incentivando o setor de serviços, a contratação de mão de obra qualificada. É criado o Sistema “S”, conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional para qualificação da mão de obra trabalhadora. Fazem parte o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem, ainda, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest).

O segundo período Vargas também se caracterizava por forte repressão, em especial aos opositores conservadores, que conformavam em seu discurso o antivarguismo e o anticomunismo, tendo à frente a União Democrática Nacional (UDN), liderada por Carlos Lacerda, com apoio das burguesias industrial e financeira, comprometidas com o capital estrangeiro.

O conservadorismo reinante da época que estamos tratando (Segundo Governo Vargas) apresenta fortes resquícios tanto de um legado colonialista - e coronelista, por assim dizer - quanto traços dominantes de perspectiva fascista. Portanto, não é difícil perceber por que as mudanças provocadas por Getúlio, sobretudo no campo social trabalhista, mas também de modo claro na estrutura jurídica política do estado, incomodavam tanto a esses setores (PAULA, 2016, p. 200).

³⁶ O Plano Salte (iniciais de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) foi um plano econômico lançado por este governo, para estimular os setores que compõe a sigla.

³⁷ Vargas ficou historicamente conhecido como “pai dos pobres”, em especial pelas leis trabalhistas, suas práticas populistas e paternalistas. Mas também é conhecido como “mãe dos ricos”, pelos incentivos às elites e controle da organização dos trabalhadores.

O arranjo partidário da época era composto pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), governista, que encampava o projeto nacionalista de desenvolvimento de Getúlio, a UDN; seu principal opositor, o Partido Social Democrata (PSD), que reunia os setores agrários mais tradicionais, liderado por Jânio Quadros; e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), no campo da esquerda. Esse período é marcado por forte disputa de projetos e intensificação da luta de classes.

Vargas se suicida em 1954 e Juscelino Kubitschek (JK) assume interinamente em 1955. JK governa pautado em um Plano de Metas que conformava diretrizes para o desenvolvimento do Brasil, acelerando o processo de industrialização e escancarando a economia para o desenvolvimento estrangeiro.

Paula (2016) vai afirmar que em JK, o nacionalismo de Vargas se transforma em nacional-desenvolvimentismo, cuja diferença fundamental do segundo para o primeiro é que este considera fundamental um arranjo quase simbiótico entre o Estado, a empresa nacional e o capital estrangeiro, mesmo em áreas consideradas estratégicas para a soberania de um país, como a infraestrutura e industrial de base.

Segundo Yazbek (2012, p. 10), o desenvolvimentismo percorre o ideário nacional desde os anos de 1930.

Quando no país articula-se um novo bloco de poder, resultante da aliança entre o Estado e uma burguesia nacional emergente que não vai “romper totalmente com as antigas classes dominantes, notadamente os latifundiários”. Assim, ao lado da manutenção das antigas estruturas coloniais emerge a sociedade industrial brasileira, resultado de um processo de formação econômico-social caracterizado pelo desenvolvimento tardio, dependente, desigual e combinado entre distintos modos de produção. (Cf. Castelo: 2012) Esse arranjo político não rompeu com o poder das oligarquias e constituiu o que se denominou de modernização conservadora ou a via passiva da revolução burguesa no Brasil (Coutinho, 1999:196-202) Sem dúvida, o peso da cultura colonialista, expresso na formação social, econômica e cultural do país, aliado à estrutura concentrada de riqueza e poder forjou um perfil peculiar para a questão social brasileira e para definição da condição capitalista periférica do Brasil.

Enquanto no mundo, entre 1945 e 1975, “as políticas sociais das chamadas democracias ocidentais conheceram a ‘fase de ouro’³⁸, que lhes permitiu realizar, mediante intervenções públicas, melhoria nas condições de vida e de trabalho de considerável parcela da população” (PEREIRA; SIQUEIRA, 2014, p. 454), a

³⁸ Muitas são as polêmicas que giram em torno do *welfare state*, que se desenvolveu na Europa, em especial em países escandinavos, pautado no pensamento keynesiano, pós-crise de 29. Em nosso entendimento, possibilitam avanços civilizatórios, dentro daquele momento histórico, mas como não é objeto de nosso trabalho, não aprofundaremos essa discussão.

preocupação de JK com o social era residual, voltando suas ações para a formação profissional.

Foi nessa época que, como observa Paula (2016, p. 205), um dos carros chefes de JK, o *boom* da indústria automobilística, principalmente no ABC paulista, se "difundiu o mito do transporte particular em detrimento dos investimentos em transporte coletivos para as massas", um dos signos da elite brasileira.

O desenvolvimentismo de JK traz um alto custo para os trabalhadores (inflação, queda do poder aquisitivo, entre outros) e com isso um fortalecimento da organização política sindical de resistência.

Após o breve governo de Jânio Quadros (1960), João Goulart assume. Fértil em movimentos sociais e greves, no governo Jango também se fortalecem as primeiras organizações que emergiram do campo, através das precursoras Ligas Camponesas, além da criação do Estatuto do Trabalhador Rural e Confederação dos Trabalhadores da Agricultura.

Jango conduzia seu governo, diferente dos demais, negociando com os trabalhadores e encampando reformas sociais e legislações, para responder às expressões da questão social, tão latentes no período pós-industrialização.

Na sua gestão, foi regulamentado o décimo terceiro e o salário-família. Embora não tenha fugido do modelo das políticas sociais, à época, que eram voltadas aos trabalhadores urbanos, excluindo a grande massa de trabalhadores que moravam no campo.

Até a década de 70, os trabalhadores rurais não contavam com apoio estatal e se submetiam às oligarquias rurais.

Já que as propostas do Estado Brasileiro no campo das políticas sociais, mostram a trajetória de criação de uma estrutura institucional voltada a atender prioritariamente às demandas do trabalho urbano-industrial, mediando, assim, a relação capital e trabalho (COUTO, 2010, p. 117).

As oligarquias rurais, os liberais e o Exército, com auxílio da classe média, não suportam a efervescência dos movimentos sociais, tampouco ao constatar que a balança pende levemente para o lado do trabalho e orquestram o golpe, sob a alegação de enfrentar o perigo comunista, e em 1964 os militares assumem o poder.

Os militares conduzem forte processo de internacionalização da economia brasileira, dando corpo à chamada modernização conservadora, como via de aprofundamento das relações sociais capitalistas no Brasil, agora de natureza claramente monopolista (BEHRING; BOSCHETTI, 2011; NETTO, 2001a).

Num governo autocrático burguês³⁹:

Os segmentos da burguesia local, mais uma vez profundamente associados ao capital estrangeiro, perceberam a liquidez de capitais no contexto de crise e os atraíram para o Brasil, num processo intensivo e substituição de importações, incentivado e conduzido pelo Estado. Esse processo implicou o extraordinário crescimento do bolo, mas sem nenhuma perspectiva de divisão posterior (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.135).

Num contexto de forte repressão, tortura, perseguição e força, e instrumentos de exceção para enfrentar o contraditório, convivia-se com os signos alienados propagados pelos militares, como “ufanismo”, “ame-o ou deixe-o” e o “verde-amarelismo”.

No País, vivia-se o ilusório Milagre Brasileiro⁴⁰, apoiado no discurso etapista do crescimento do bolo e na exploração dos trabalhadores, via arrocho salarial e duras condições de trabalho.

O “fordismo à brasileira” não impactou na redistribuição dos ganhos de produtividade, “caracterizando-se por um regime de trabalho com fraca proteção social e elevados índices de rotatividade da força de trabalho, derivados da informalidade e precariedade estruturais do mercado de trabalho no Brasil” (RAICHELIS, 2013, p. 617).

A questão social passa a ser enfrentada num “*mix* de repressão e assistência” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 136), a saber:

Nessa época, foram criadas a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem)/Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), fortalecendo a institucionalização das crianças pobres sob a lógica “prender para proteger”, com técnicas repressivas, de adestramento, fazendo jus à natureza histórica das políticas

³⁹ Conceito originalmente pensado por Florestan Fernandes para se referir à burguesia poderosa, autoritária, voltada a seus próprios interesses, articulada ao capital internacional, mas sem projetos internos no contexto do capitalismo dependente e periférico que se desenvolveu no Brasil. O período da ditadura militar é considerado o ápice da autocracia burguesa (NETTO, 2001a).

⁴⁰ Denominação dada à época, de “crescimento econômico” durante a ditadura militar, proporcional, no período, foi também o aumento da concentração de renda e da desigualdade.

públicas de atenção à infância e juventude, que se coloca muito mais como proteção às elites do que das crianças e adolescentes (RIZZINI, 2011).

Na ditadura, é instituída a Política Nacional de Habitação, através do Banco Nacional de Habitação (BNH), que beneficia muito mais a classe média do que a população que mais necessitava de moradia. Até os dias de hoje, esses conjuntos habitacionais, pelo seu alto custo, são por ela ocupados, em algumas cidades.

Nesse período, há forte crescimento das empreiteiras, que erguem “estranhas catedrais”⁴¹, como diz a música.

Em 1966, é instituído o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que retira os trabalhadores da gestão da previdência social, e aos poucos vai ampliando a cobertura a diversas categorias e aos trabalhadores rurais.

Mais tarde, em 1974, é criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, e, em 1979, o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas), que reunia sob a mesma estrutura as instituições que operam e ofertam benefícios à população, agregando o INPS, Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), a Funabem, LBA, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) e Central de Medicamentos (Ceme).

No “bate e assopra” das políticas sociais, o bloco militar – tecnocrático - empresarial buscou legitimidade por meio da expansão e modernização das políticas sociais (FALEIROS, 2000). Nesse contexto, a política social se expande de forma tecnocrática e conservadora, assim como a ideia do direito como benefício e concessão, como forma de controle da população .

Configura-se, nesse período, um sistema dual de acesso às políticas sociais, que atravessou a história da proteção social no Brasil, entre os que podem pagar e recorrem ao sistema privado, mesmo que este seja de baixa qualidade, e os que não podem pagar.

“Essa é uma das principais heranças do regime militar para a política social e que nos aproxima mais do sistema norte-americano de proteção social que do Welfare State europeu” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.137).

⁴¹ Referência à música de Chico Buarque, Vai Passar (1990).

Nos idos de 1974, o modelo encampado pelo regime militar não se sustenta, pois a dependência da economia se acentua e, com isso, a era do desenvolvimento entra em declínio. Apesar de ampliar o leque de respostas à questão social, pela própria orientação do projeto militar, essas não impulsionam melhores condições de vida à população, mas foi o oposto.

Ao contrário do que aconteceu historicamente com o capitalismo dos países centrais, o Estado Brasileiro não criou condições para a reprodução social da totalidade da força de trabalho, nem estendeu direitos de cidadania ao conjunto da classe trabalhadora, excluindo imensas parcelas de trabalhadores do acesso ao trabalho protegido e às condições de reprodução social (RAICHELIS, 2013, p. 617).

A ditadura militar no Brasil chega ao fim, deixando como herança as atrocidades cometidas por seu regime, mas também um arcabouço institucional implantado, seu *modus operandi* de construir respostas à questão social e sua ideologia, ancorados nos valores da sociabilidade burguesa.

Ainda, o regime militar deixa enorme dívida econômica externa, assim como moral, a milhares de brasileiros, que perderam seus familiares, histórias e identidades nos porões da ditadura, e com eles foi-se o direito à memória e verdade⁴².

O Brasil passa pelo processo de *transição conservadora* para a abertura lenta e gradual do regime “sem ousadias e sem turbulências” (FERNANDES, 1986, p.19), trazendo na mala o endividamento externo e o passaporte carimbado pela ditadura militar, para uma crise econômica crônica, com elevação de juros e da inflação que culminou num empobrecimento sem precedentes, nos anos 80.

A crise que se inicia nos anos 1970 indicando os primeiros sinais de esgotamento da fase expansiva do desenvolvimento capitalista no pós segunda guerra mundial, é responsável direta pelas transformações do Estado e reconfiguração das políticas sociais nas décadas seguinte. São dinâmicas que envolvem a questão social e, portanto, remetem às contradições geradas pelas relações entre as classes sociais, em um complexo de novas determinações que vão ensejar respostas do Estado e do capital à crise de acumulação (RAICHELIS, 2013, p. 610).

Em relação às políticas sociais, nos anos 80, Behring e Boschetti (2011, p. 144) sintetizam o ocorrido.

⁴² Em que pesem alguns avanços na última década, com as Comissões da Verdade, espalhadas em todo o País, ainda estamos distantes de atender às reivindicações das famílias que vivenciaram esse processo.

Do ponto de vista dos últimos anos da ditadura e do governo Sarney, na chamada Nova República, apesar dos anúncios de priorizar a área social, houve iniciativas pífias no enfrentamento das expressões da questão social. O carro chefe da política social de Sarney, por exemplo, foi conhecido com Programa do Leite, mais voltado para instrumentalizar as associações populares - incumbidas de distribuir os *tickets* para as famílias, o que gerou vantagens clientelistas - do que promover a ampliação do acesso à alimentação. Assim, nesse período, mantém o caráter compensatório, seletivo, fragmentado e setorizado da política social brasileira, subsumida a crise econômica, apesar do agravamento das expressões da questão social. As propostas de reestruturação das políticas sociais, formuladas no âmbito dos grupos de trabalho criados pelo governo Sarney destinados a "repensar" as políticas de previdência, saúde, educação e assistência, não foram implementadas. Suas contribuições, contudo, foram incorporadas no processo constituinte e ajudam a definir nosso conceito de seguridade social.

Dispostos a enfrentar essa gravidade, os movimentos sociais interferem na Constituinte e conseguem aprovar a Constituição Cidadã, que expressa avanços em relação aos direitos sociais e inovações nas políticas sociais, com a definição de um sistema de Seguridade Social, "colocando-se como desafio a construção de uma Seguridade Social universal, solidária, democrática e sob a primazia da responsabilidade do Estado" (YAZBEK, 2008, p. 3).

O controle democrático passa a ser um desafio numa sociedade tão constrangida por seus traços autoritários e particularistas e por disputas tão intensas de projetos. Para Behring e Boschetti (2011, p. 181), a "radicalização da democracia é um desafio grande na formação social brasileira, marcada que é por uma cultura política resistente e por um tecido social hostil – repleto de assincronias e privações".

Em que pesem os avanços, a CF/88 ainda conservou o velho modo no enfrentamento da militarização do poder no Brasil, expressando as correlações de forças da época, e todo um suporte à relação público/privada.

O Brasil adentra os anos 90 com uma massa de trabalhadores derruída pela inflação, cada vez mais aviltada pela precarização do trabalho, que ainda se acentuará sobremaneira nas décadas seguintes, e, num contexto de (des)proteção do campo das políticas sociais, que respondiam muito mais à reiteração das marcas do clientelismo e da lógica do favor do que afiançavam os tímidos direitos previstos legalmente.

No Brasil antes mesmo da onda (neo)liberalizante dos ajustamentos estruturais, as diferentes formas de precarização do trabalho, os altos índices de subemprego e informalidade da força de trabalho urbana ou rural, e a ausência e fragilidade do sistema de proteção social já se apresentavam como traços marcantes do capitalismo dependente brasileiro, na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, contexto que desencadeia a questão social no país (RAICHELIS, 2013, p. 616).

A pauta democrática e progressista trazida pela Constituição Cidadã é assolada pela agenda neoliberal⁴³, preconizada pelo Consenso de Washington⁴⁴ e difundido pelos organismos multilaterais e internacionais, agravando ainda mais as condições de vida do trabalhador e as respostas produzidas pelo Estado.

A “nova morfologia do trabalho”⁴⁵ (ANTUNES, 1995; 1999; 2010) incide nos conteúdos e nas formas de trabalho: formas regressivas de contratação, gestão, organização e relações de trabalho; e de conteúdo: superexploração da mão de obra, precarização, intensificação, perfil polivalente, em contextos de informalização, insegurança e desproteção do trabalho.

Os trabalhadores aviltados em suas condições de vida e trabalho passam a requerer ainda mais o sistema de proteção social, conformando um novo perfil dos usuários das políticas sociais.

As novas estratégias de extração dos superlucros constroem a política social a submeter-se às políticas econômica e fiscal. Planos e programas de ajuste vêm responder à crise que se abateu em toda a América Latina. Nesse contexto, as políticas sociais são transmutadas às políticas focalizadas na pobreza, ressentindo-se de seu caráter universal.

O projeto neoliberal distancia os trabalhadores de seus direitos sociais, principalmente os trabalhistas e aqueles assegurados pela Seguridade Social.

⁴³ Política neoliberal coloca o mercado no comando, o consumo como carro chefe e reestrutura o trabalho e a produção, num contexto de desresponsabilização do Estado, como visto no primeiro capítulo.

⁴⁴ Consenso de Washington é a “cartilha” do neoliberalismo, que conjuga uma série de medidas para a implantação do “ajustamento macroeconômico”, formuladas por representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, em 1989.

⁴⁵ Apresentada no primeiro capítulo, a nova morfologia do trabalho, trabalhadas por Antunes em sua trilogia, se concretizam em linhas gerais na redução do proletariado fabril, industrial, tradicional, manual, estável, especializado; no aumento do novo proletariado fabril e de serviços; na feminização do labor; na expansão dos assalariados médios no setor de serviços; na exclusão de jovens e de idosos e na inclusão criminosa de crianças, na expansão do terceiro setor e do trabalho a domicílio, apresentando novas modalidades precarizadas de trabalho, como *telemarketing* e *call center*.

O país foi pego a caminho na sua tentativa tardia de montagem do Estado do Bem-Estar Social (2000: 35), num processo que foi atropelado pelo ajuste neoliberal, alimentado pelo drama crônico brasileiro tão bem apanhado por Fernandes (1987), no qual a heteronomia e o conservantismo político se combinam para delinear um projeto antinacional, antidemocrático e antipopular por parte das classes dominantes, no qual a política social ocupa um lugar concretamente secundário, à revelia dos discursos neossociais e dos solidarismos declarados (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 159)

Orientado pelo projeto vigente, o primeiro governo FHC ignora a Carta Constitucional e seus avanços com a Loas, no que diz respeito à área social, e desloca a responsabilidade estatal para a solidariedade privada, tendo como carro chefe das políticas sociais o Programa Comunidade Solidária (PCS), que contribui para a “desintegração do padrão de seguridade, preparando o terreno para uma redefinição conservadora dos programas sociais, do perfil seletivo e focalizado, e dissociado das instâncias democráticas de participação” (BEHRING, 2003, p.108).

Nesse contexto, o sistema de proteção social brasileiro assume novos contornos, alterando o conjunto de respostas à questão social, tanto no que diz respeito ao acesso às políticas sociais, quanto na efetividade, qualidade e cobertura das respostas produzidas às necessidades sociais, gerando impactos acintosos na vida das *famílias que vivem do trabalho*.

2.2 Impacto do Capitalismo Contemporâneo na Proteção Social⁴⁶ das Famílias

Nos marcos do capitalismo, nem sempre proteger significa os objetivos que persegue, do ponto de vista semântico, trazendo em seu processamento a garantia de direitos das famílias atendidas.

Para Potyara Pereira (2016, p. 32), que defende essa tese, a proteção social “encerra, em si, um ardid ideológico, visto que falseia a sua realidade por se expressar semanticamente como algo sempre positivo”.

A proteção social, como campo de cidadania e atendimento das necessidades sociais, precisa ser concebida como campo complexo, que carrega em si a

⁴⁶ O item em questão apoia-se em diversas teses sobre a proteção social; aqui enfatizamos como repercutem na vida das famílias.

contradição como fundante, por ser seara de disputa e interesses antagônicos de classe. Segundo a autora:

No seu processamento, ela também tem demonstrado grande maleabilidade em termos de cobertura, compromisso e finalidade, o que ressalta o seu caráter dialeticamente contraditório. Assim, dependendo das mudanças estruturais e das correlações das forças políticas em vigência, a proteção social pode ser focalizada ou universal, comprometida com os direitos de cidadania ou com os méritos exigidos pela competitividade econômica, atender às necessidades humanas ou as do capital; proteger de fato ou punir; e ser, simultaneamente, positiva ou negativa. Tudo isso indica que o processo de proteção social não é inocente, nem tampouco desprezível, e exerce um papel estratégico nas sociedades divididas em classes.

Partindo desse pressuposto, a equação: proteção social igual a direitos afiançados, não é exata, e, no Brasil, se assenta em particularidades definidoras de seu padrão de atenção.

No cerne da proteção social brasileira, portanto, estão as relações de poder – dependência, submissão, compadrio, favor e os traços indistintos de formação social brasileira – autoritarismo, clientelismo, patrimonialismo, tutela, para conformar, sobretudo, a proteção dos interesses privados, através do subjugo daqueles que necessitam, extirpados da sua condição de sujeito de direitos, ajustados à lógica da benesse/benefícios, sob influência da moral cristã e da virtuosa caridade.

É preciso conhecer o Estado brasileiro para entender o conjunto de respostas produzidas às expressões da questão social: “as forças sociais que predominam na sociedade em dada época, podem não só influenciar a organização do estado como incutir-lhe tendências que influenciam o jogo das forças sociais e o conjunto da sociedade” (IANNI, 1989, p.7).

Dentro dessa correlação de forças, estão as políticas sociais, como um dos mecanismos de proteção estatal, que emergem como aparato de controle, alívio, contenção das famílias, não primando por quaisquer compromissos democráticos ou redistributivos.

As medidas protetoras pelas mãos do Estado surgem no bojo da exploração do trabalho industrial, como antídoto produzido e articulado pelas classes abastadas no rol de respostas às pressões do movimento operário.

As elites brasileiras, em especial as do agronegócio e dos latifúndios, e dos bancos e mercado financeiro, perdem batalhas, mas não querem perder a guerra. E,

para tal, dispõem de estratégias econômicas, políticas, ideológicas, a maioria apoiada pelo Estado, para legitimação de seus interesses.

Não é novidade, no Brasil, o incremento de uma “racionalidade privatizante” por parte do Estado, desde a Era Vargas e aprofundado na Ditadura. Alguns autores referem-se aos seus desdobramentos, como “americanização perversa”, “dualidade discriminatória” (VIANNA, 1998; BEHRING, 2003), que cria cidadãos consumidores, e cinde a população entre aqueles que podem e os que não podem pagar.

O “bem-estar consumido” no mercado afasta as famílias da perspectiva de direitos e, o Estado, de seu papel fiador de universalização.

Desde então, as famílias que não podem pagar e demandam a atenção estatal, são relegadas a um “fosso” público, de caráter temporário, onde têm destacadas suas inabilidades, incompetências, fracassos individuais, e que devem reunir todos os esforços para superar a situação que a fez chegar naquele lugar obscuro, nem que seja para os “iluminados” serviços de baixa qualidade ofertados pelo mercado.

Nesse período, são submetidos todo o tempo a testes de meios, a comprovação vexatória de sua condição, que Fleury (1989) denomina de “cidadania invertida”.

Essa lógica conservadora deveria ter sido superada, especialmente pela CF/88. O Brasil, apesar da crise do *welfare state*, na Europa, na conjuntura das lutas democráticas, consegue prever direitos, em especial os da Seguridade Social, mas o que vemos ainda são as trocas por contrapartidas e condicionalidades.

O Brasil guarda essa particularidade da “regulação social tardia” (SPOSATI, 2002). A autora nos lembra:

Estados ditatoriais não incluíam pactos democráticos de universalização de cidadania. São, portanto, sociedades carentes de um contrato social alargado, o que torna uma tensão contínua a construção universal da cidadania e a superação do divisor entre pobres e não pobres (SPOSATI, 2002, p. 3).

Hoje a Seguridade Social brasileira tem um modelo misto: os direitos previdenciários, inspirados no modelo bismarkiano, que nasce no século XIX, na Alemanha, e prevê a socialização dos custos para cobertura de proteção, num pacto entre patrão e empregado, tendo o seguro social como sua principal mediação.

Já a saúde e assistência social se apoiam na lógica Beveridiana, que inclui os trabalhadores não formais na perspectiva de universalidade. Esse modelo foi ampliado na Inglaterra e posteriormente a alguns países da Europa, dando vida ao Estado de Bem-Estar.

Contudo, no Brasil, algumas questões sobre o modelo misto merecem destaque: o primeiro é que a realidade do trabalho no Brasil, atravessada por imensa informalidade, não é compatível com um sistema de proteção em que o passaporte é a carteira assinada.

Vence a máxima da “formiga”. O trabalho com “carteira assinada” e contributivo não só é vencedor, mas é aniquilador das condições de vida da “cigarra”. A informalidade de seu trabalho, embora tivesse alegrado o ambiente com música e canto, foi considerada como “inútil” à produção de *commodities*. Que morra de frio ou de fome! (SPOSATI, 2009, p. 16, destaques originais).

Outra questão refere-se ao "reconhecimento de direitos à provisão pública das necessidades sociais da população, base do modelo do *welfare state*". Como diz a autora, “a universalização da proteção social exige superar o embate entre sua alternativa securitária, vinculada ao trabalho, e a de cidadania, assentada em padrões civilizatórios da sociedade” (SPOSATI, 2009, p.12).

No Brasil, a caridade e a benesse são muito bem aceitas: o prato de comida, o trocado, o agasalho, todo o altruísmo do trabalho voluntariado, mas o compromisso solidário e o reconhecimento da necessária provisão pública é um sapo na garganta das elites, que não se furtam a reclamar do peso dos custos dos empregados, do ônus da previdência social, da saúde aos haitianos, bolivianos (não por acaso negros e latinos).

Os direitos sociais construídos no Brasil, de maneira tardia, muitas vezes residuais em seu processamento, foram sempre objeto de disputa, ameaças e não efetivação.

Exemplo disso hoje é o Bolsa Família, maior programa social do País. O primeiro destaque está em concebê-lo como benefício, e não como direito. O outro é a sua própria mitificação, assentada em teses do mau aproveitamento das famílias, da procriação programada para garantir o sustento por um governo que seria paternalista ou da negativa de emprego, do trabalho formal, para o acesso, reiterando a ideia do brasileiro preguiçoso, acomodado.

Sua desqualificação é quase um mantra entoado pelas elites, que, no fundo, carregam a repulsa ao sistema solidário de contribuição e pela socialização dos custos do sistema de proteção.

Com o esgotamento do modelo keynesiano, no final dos anos 60, e a emersão em um modelo que carrega em si a incessante busca pelo aumento do lucro em detrimento de qualquer necessidade do trabalho, os custos da acumulação capitalista constroem os sistemas de proteção social.

O enfraquecimento dos sistemas de proteção recai sobre as *famílias que vivem do trabalho*, que, no Brasil, além de serem tratadas como não dignas do compromisso formal da socialização dos custos de proteção, reforça-se uma espécie de darwinismo social, em que só os fortes sobrevivem (no caso brasileiro, a "força da grana"⁴⁷ das famílias que podem pagar e se garantem em serviços privados).

A partir dos anos 70, com a crise do Estado de Bem-Estar, alguns princípios liberais são requeentados: cada um é responsável por si, a defesa da liberdade do mercado, redução do papel social do estado, a naturalização da pobreza.

Nos anos 80, na esteira da crise, se fortalece o *welfare mix*, ou pluralismo do bem-estar, nova modalidade de atendimento às demandas sociais, cuja responsabilidade é compartilhada entre Estado, sociedade civil e mercado, compondo com:

o voluntariado (representado pelas organizações voluntárias), o comercial (representado pelo setor mercantil) e o informal (representado pela família, a vizinhança, o círculo de amigos, a comunidade), pondo-se ênfase na autoajuda, na ajuda mútua e nas colaborações derivadas do potencial solidário da sociedade (PEREIRA-PEREIRA, 2000, p.128).

Os princípios liberais e o *welfare mix*, em que o Estado já não é mais o principal responsável, fazem com que a família seja potencializada e ganhe especial relevância para responder às suas próprias necessidades de reprodução social. Conforme a autora: "a família vem sendo convocada para ajudar a amortecer os efeitos deletérios produzidos por determinações estruturais e políticas que vem como prioridade o aumento da competitividade capitalista em escala planetária (PEREIRA-PEREIRA, apud MIOTO *et al.*, 2005, p.16).

⁴⁷ "[...] da força da grana que ergue e destrói [...]"], referência à música Sampa (1978), de autoria de Caetano Veloso.

Com os novos padrões de acumulação, trazidos pelo neoliberalismo, a questão social se agrava.

A questão social, constitutiva da sociedade capitalista, amplia seu fosso de desigualdade e injustiça, assumindo novas configurações e expressões em um mundo globalizado pelo capital financeiro, pelos interesses das grandes corporações, das mídias, do conhecimento planetarizado, saturado, e a serviço de minorias (YAZBEK, 2012, p. 5).

O neoliberalismo tem “efeitos disruptivos sobre o protagonismo do Estado no processo de atenção pública as demandas sociais. especialmente daquelas precedentes de necessidades humanas coletivas” (PEREIRA-PEREIRA, apud MIOTO *et al.*, 2005, p.16).

Mesmo com os avanços na perspectiva dos direitos da Carta Constitucional, a proteção social, marcada por seu DNA, e pelas necessidades de acumulação no atual estágio, assume algumas características peculiares no Brasil, absorvendo os impactos regressivos do terremoto neoliberal.

Nessas circunstâncias, ocorre o seguinte ciclo vicioso: o desmonte dos direitos sociais tem como consequência a quebra do protagonismo do Estado e na provisão da garantia da política social, ficando essa provisão por conta do mercado e das organizações da sociedade civil, que não tem poderes para garantir direitos (PEREIRA; SIQUEIRA, 2014, p. 462).

O governo FHC, de costas para a perspectiva dos direitos afiançados na Constituição, abraça o projeto neoliberal, afrontando o princípio constitucional de responsabilidade pública, e desloca a responsabilidade estatal para a solidariedade privada, o Programa Comunidade Solidária (PCS), reeditando o primeiro-damismo, com sua esposa à frente do programa e garantindo toda a legislação para o terceiro setor.

Longe de ser perfumaria de primeira-dama (o PCS) opera como uma espécie de alicate que desmonta as possibilidades de formulação das políticas sociais regidas pelos princípios universais dos direitos e da cidadania: implode prescrições constitucionais que viabilizariam integrar políticas sociais no sistema de Seguridade Social previsto na Constituição de 1988, passa por cima dos instrumentos previstos nas formas da lei, desconsidera direitos conquistados e esvazia as mediações democráticas construídas, sempre sob suspeita de incompetência e corporativismo (TELLES, 1998, p. 19).

A operação do PCS sustenta-se no Programa de Publicização, que prevê o repasse dos serviços sociais para entidades, por meio de projetos, mobilização de voluntários e fortalecimento do terceiro setor, sob o argumento da necessidade do equilíbrio fiscal.

O PCS, para Behring (2003, p. 108), contribui para a

desintegração de um padrão de Seguridade; redefine os programas sociais de forma conservadora, reforçando seu perfil seletivo; desmonta a ideia de responsabilidade e bem públicos, assim como se processa dissociado das instâncias democráticas de participação, esvaziando as noções de democracia e de justiça social.

É possível perceber que o argumento da crise fiscal não é novo para justificar ajustes regressivos para os direitos e para as políticas sociais.

Tendência geral tem sido a restrição e a redução de direitos sob o argumento da crise fiscal do Estado transformando as políticas sociais - a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e de grau de consolidação da democracia e da política social nos países - em ações pontuais e compensatórias direcionadas aos mais perversos efeitos da crise (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 156).

Outro aspecto é a desprofissionalização presente nas políticas sociais; a ausência de saberes profissionais, forjada no fortalecimento do voluntariado, onde qualquer um é capaz de fazê-lo, prescindindo de remuneração. A cultura tecnocrata e de ajuizamento profissional vem impingindo às famílias uma agenda, pautada num *mix* de moral cristã com senso comum.

Não é de hoje que as *famílias que vivem do trabalho* têm submetidas sua vida e privacidade ao crivo de profissionais e voluntários despreparados, dos pontos de vista técnico e ético, para lidar com questões que envolvem seu cotidiano.

Nesse contexto, o próprio Estado fará de tudo para afiançar os paradigmas da solidariedade, filantropia e da benemerência (MESTRINER, 2011). É o que Yazbek (2000) vai chamar de "refilantropização da questão social", e algumas expressões são cunhadas por outros autores, como "as pequenas soluções *ad hoc*", "reinado do minimalismo", "descentralização destrutiva" (BEHRING; BOSCHETTI, 2011) todos eles reforçando "esquemas tradicionais de poder" (SOARES, 2009)

Todo esse processo é assentado na "demonização" do Estado como arcaico, oneroso, burocrático, ineficiente, corrupto, rígido e em crise (fiscal), subsumido em sua pretensa incompetência e na falência; e, compondo o quadro, a idealização do privado e romantização da sociedade civil (MONTAÑO, 2003). Assim, para o autor, as organizações do terceiro setor são "vendidas" como dinâmicas, democráticas, populares, flexíveis.

Com isso, o terceiro setor se consolida, pautado em princípios neoliberais, e, fortalecido, assume a função social de desresponsabilização do Estado, de desoneração do capital e a autorresponsabilização do cidadão e da comunidade local, construindo um novo padrão de resposta as expressões da questão social, com perda de direitos e garantia de qualidade (MONTAÑO, 2003), onerando as famílias e afastando a perspectiva de construção de um padrão público e universal.

Essa direção dá um xeque-mate na universalidade e impõe uma “redefinição conservadora na relação Estado-sociedade” (BEHRING, 2003, p. 108) e a “construção de um *welfare* privado” (TELLES, 1998, p. 115).

Orquestradamente, o Estado vai sendo destituído de seu protagonismo no que diz respeito aos mecanismos de proteção e o mercado e o terceiro setor aparecem como tábua salvadora, conformando a onda privatizante, num pretensão discurso de corresponsabilidade e parceria, trazendo impacto regressivo à perspectiva dos direitos.

Nessas condições históricas, de reorganização econômica e política da maioria dos países capitalistas, de emergência de novas manifestações e expressões da Questão Social, de alteração das experiências contemporâneas dos sistemas de proteção social, ressurgem processos de remercantilização de direitos sociais, e fortalece-se a defesa da tese de que cada indivíduo é responsável por seu bem-estar. Assim o Estado passa à defesa de alternativas que envolvem a família, as organizações sociais e a comunidade em geral (YAZBEK, 2012, p. 5).

O antigo princípio da subsidiariedade, baseado na teoria católica de solidariedade social, retorna com força e a família ganha centralidade como apoio privado, na contramão da responsabilidade pública. Segundo Pereira-Pereira (apud MIOTO *et al.*, 2015, p. 16), “as pessoas necessitadas devem, em primeiro lugar, recorrer a si mesmas, a seus próprios recursos, ou como sabiamente traduz um antigo dito popular ‘fazer das tripas em coração’ para continuar sobrevivendo”.

A orientação liberal da autossustentação é o mote dessa retomada e ganha força nos programas, projetos e serviços estatais.

[...] O segundo passo, caso os indivíduos não possuam nenhum "ativo" de que possam lançar mão para se autoajudar, deverá ser dado em direção da família. É neste lócus que o cuidado de ordem social se individualiza e devem ser tratados como assuntos particulares. Para enfrentá-los caberá à instituição familiar valer-se da virtude que só ela possui - o dever moral da ajuda parental - a qual deverá ser colocada a serviço de boas práticas voluntárias que configuram externalidades econômicas, mas das quais o sistema econômico se beneficia (PEREIRA-PEREIRA, apud MIOTO *et al.*, 2015, p.16).

As famílias pobres são ainda mais sobrecarregadas e devem ajudar uns aos outros, sob orientação do Estado. Como é o caso das avós, que, cada vez mais, ficam responsáveis pela guarda e criação dos netos, quando não há possibilidades financeiras dos pais.

As expressões da questão social passam a ser individualizadas e atribuídas às famílias. Os técnicos recorrem ao discurso da capacidade protetiva da família, corresponsabilidade, reorganização familiar, e, na raiz da questão, está a dificuldade de oferta de serviços.

Muitas vezes, as competências, habilidades e "capacidade protetiva da família", são postas em dúvida, mesmo diante de vicissitudes e desigualdades que fazem as famílias operarem verdadeiros "milagres" para sobreviver. Um exemplo é a situação de crianças que ficam sozinhas, muitas vezes cuidadas por seus irmãos mais velhos, em que as famílias, em especial as mães que criam sozinhas os filhos, são tratadas como negligentes, e revelam só uma das faces da estigmatização das famílias.

Quando esgotadas as possibilidades dentro da família de origem, busca-se, na rede de apoio, pelas funcionalidades que podem oferecer, muitas vezes, em substituição ao Estado.

Contudo, na falta da família, uma terceira instância privada a ser acessada por indivíduos carentes repousa ainda no altruísmo associativo. Trata-se não só de instituições filantrópicas, religiosas ou laicas, mas também de amigos e vizinhos; isto é; daquelas estruturas de relações informais que se organizam e funcionam movidas por sentimento de fraternidade (PEREIRA-PEREIRA, apud MIOTO *et al.*, 2015, p.17).

Todos são convocados a contribuir, numa situação de desamparo do Estado, ao conjunto do trabalho familiar. Saraceno (apud MIOTO, 2015, p. 706) chama de trabalho familiar a "um conjunto de atividades abarcadas pela família no processo de bem-estar social, abrangendo tarefas domésticas, cuidados de seus membros, relação com instituição, exigindo energia, tempo e habilidades". Com as famílias cada vez menores e relações cada vez mais precarizadas de trabalho, obviamente, o cenário que se apresenta às famílias é de muitas dificuldades.

[...] donde se conclui que a eleição dos poderes públicos, como último recurso a ser ativado, nada significa em termos educativos ou meio individual. Pelo contrário, a ausência do protagonismo estatal no processo de provisão social, não apenas priva o cidadão da fruição de direitos, que só o estado pode garantir, mas também sobrecarrega a família com encargos que superam as possibilidades de bancá-los (PEREIRA-PEREIRA, apud MIOTO *et al.*, 2015, p.17).

Mioto (2015), ao analisar a relação família-Estado, denomina de "familismo" a responsabilização excessiva da família no cuidado a seus membros dependentes, pelo Estado, em detrimento de suas funções, que se intensificam no contexto das privatizações, ativando cada vez mais a família para a provisão de seu bem-estar, inclusive no contexto dos serviços sociais.

Nesse sentido, expressam-se as várias faces do *care work*, como denomina HIRATA (2012), ou "trabalho de cuidado", tanto do trabalho familiar, quanto os cuidados com a saúde. Com a mudança do perfil demográfico, destacam-se as necessidades advindas do envelhecimento e dos idosos, que requerem cuidados.

Os estudos da autora apontam que o trabalho de cuidado, formal ou informalmente, é realizado de forma precarizada, desqualificada, apoiado em valores altruístas, como se as atividades do cuidar que se desenvolvem em ambiente doméstico, fossem inatas às mulheres. Ainda, quanto mais desqualificadas, no âmbito da reprodução, mais esse trabalho é delegado a mulheres pobres e não brancas.

Nesse cenário, a sobrecarga da mulher no núcleo familiar é uma constante, em especial, as que mais sofrem com as consequências da desigualdade. No Brasil, diversas mulheres deixam de trabalhar, porque a remuneração não compensa, mas continuam exercendo trabalho não remunerado no âmbito doméstico.

A perspectiva do familismo e do *care work* reflete um dos aprendizados mais importantes, com o movimento feminista, de orientação marxista, que sempre bradou, que, se o Estado não o assume, o trabalho é repassado para as mulheres. O trabalho não remunerado da mulher, na divisão sexual do trabalho, é fundamental na estruturação dos sistemas de proteção.

Nos governos Lula e Dilma, o programa Bolsa Família torna-se o carro-chefe das políticas sociais.

No Brasil, o Programa Bolsa Família (PBF), que tem na extrema pobreza o seu foco principal, acabou por se destacar como núcleo central e face mais visível da Política Social brasileira na atualidade, inclusive pela magnitude de seu alcance, atingindo 13 milhões de famílias ou cerca de 50 milhões de pessoas, com previsão para mais de 17 milhões de famílias, em 2013 (RAICHELIS, 2013, p.619).

Na maioria das políticas regulamentadas, a partir dos anos 2000, como é o caso do Bolsa Família, a família é o foco de atenção fundamental para a efetivação de políticas sociais.

A família é colocada pelas novas regulamentações, pelos programas, projetos e pelas políticas nacionais no centro das políticas sociais, em especial as de Seguridade Social, acentuando ainda mais o tensionamento na relação Estado-família.

Quanto às políticas sociais, no período, “a combinação de ‘medidas de natureza oposta’ articula dualidades que expressam diferentes concepções de política social: de um lado a tendência à focalização, de outro a perspectiva de construção de direitos” (YAZBEK, 2012, p.10).

Em decorrência desse cenário, alguns autores defendem a tese do neodesenvolvimentismo.

De acordo com autores que defendem que o país vive um novo-desenvolvimentismo, o Brasil estaria vivendo uma etapa do desenvolvimento capitalista inédita por conjugar crescimento econômico e justiça social – o que inauguraria um original padrão de acumulação no país, o social-desenvolvimentismo – e, no limite, por apontar para o rompimento com o neoliberalismo ou o subdesenvolvimento (YAZBEK, 2012, p.11).

Segundo Yazbek (2012, p.11), essa questão é

extremamente complexa e exige aprofundamento teórico e o desvendamento de inúmeros processos sociais que vão da necessária análise dos danos sociais da agenda neoliberal ao desempenho macroeconômico.

De acordo com Paula (2016, p. 315),

o Brasil ocupa a vanguarda mundial em relação à política social no mundo pós neoliberal, contudo, assenta esta modernização em bases estruturais com características coloniais. A nova arquitetura, que não abandona por completo o apelo ao voluntarismo/voluntariado, mas o minimiza, supera as expectativas no campo do intervencionismo estatal, conferindo ao Estado tons modernos e até aparentemente progressistas, todavia, a estrutura sem a proliferação da cultura de direitos, sem a politização das massas - que as levaria a apreender o significado das "responsabilidades estatais neste campo", para além da lógica liberal. O desenvolvimento desigual e

combinado atinge, pois, todas as esferas da vida social. O que se abre daí é um enorme fosso entre o tecnicismo burocrático praticado pelo governo que invoca o recurso da legalidade - até os limites do seu comprometimento com as diversas frações da classe dominante - e uma cultura popular que tarda a apreender as potencialidades do que o novo momento lhe confere.

No que diz respeito às famílias demandatárias das políticas sociais, estas continuam sem condições objetivas de responder por todas as suas necessidades de reprodução social, e restam respostas estatais, que não impactam expressivamente na desigualdade social e acabam sendo um *alívio da pobreza*, com alto grau de focalização e seletividade.

O Programa Bolsa Família, apesar de representar importante via de acesso a benefícios não contributivos por parcela significativa da população, e de produzir impactos positivos na vida de seus beneficiários e na dinâmica das economias locais, principalmente de pequenos e médios municípios do NE e das zonas rurais, caracteriza-se pela sua ultra focalização na extrema pobreza, operando com condicionalidades acompanhadas da adoção de práticas disciplinadoras e exigências de contrapartidas que constroem as famílias beneficiárias a buscarem as chamadas “portas de saída” na perspectiva da empregabilidade e do assim chamado empreendedorismo (RAICHELIS, 2013, p.620).

Pode parecer contraditório, quando falamos aqui em focalização, apresentando os números de 13 milhões de famílias, mas os critérios de acesso pautam-se em características individuais das famílias e em condições para sua permanência, que são regressivos à lógica da universalidade.

Sem desconsiderar aqui a importância da transferência de renda, já que a proteção social, via renda, poderia alçar patamares ainda mais altos, se não fosse pelos questionáveis aspectos: abrangência, critérios de acesso, permanência, processamento e porta de saída. Outra questão é a possibilidade do uso clientelista e eleitoreiro dos programas sociais, tão comuns no Brasil.

Quanto aos critérios de permanência, o Bolsa Família mais uma vez pode ser tomado como exemplo. São as chamadas condicionalidades, ou seja, condições para elegibilidade e permanência, como frequência escolar e cuidados de saúde, como efeitos punitivos às famílias, antítese da garantia de direitos.

Quando uma família descumpra os compromissos do Bolsa Família, são aplicados efeitos que podem causar repercussão nos benefícios. Esses efeitos são gradativos e variam conforme o histórico de descumprimento da família [...] Os efeitos dos descumprimentos são:

Advertência: a família é comunicada de que algum integrante deixou de cumprir condicionalidades, mas não deixa de receber o benefício.

Bloqueio: o benefício fica bloqueado por um mês, mas pode ser sacado no mês seguinte junto com a nova parcela.

Suspensão: o benefício fica suspenso por dois meses, e a família não poderá receber os valores referentes a esse período;
Cancelamento: a família deixa de participar do PBF. (Disponível em: <<https://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>>. Acesso em: 17 fev. 2017).

As famílias têm sido submetidas à comprovação de suas necessidades, por vezes de formas vexatórias, de sua condição, por condições e contrapartidas, e também pelo crivo do mérito, pautado na ótica do "fez por merecer" e no ajuizamento profissional por parte dos técnicos que operam a política, que certamente se distancia da perspectiva de direitos.

Dentro dessas contrapartidas, estão as políticas de ativação do emprego, que sustentam a lógica do *workfare*. Segundo Raichelis (2013, p. 616), o *workfare* é o

núcleo estruturante do novo padrão de políticas sociais, que busca consolidar nova racionalidade redistributiva, fundada no compromisso obrigatório dos cidadãos de se subordinarem a medidas de "ativação" (políticas ativas de emprego) para a inserção e a integração no mercado de trabalho, como contrapartida do acesso à "proteção social".

Isso ocorre não somente na política de assistência social, mas também em outras políticas sociais, como é o caso da saúde.

Há uma profunda relação entre as transformações, em andamento, no regime de acumulação na ordem capitalista, especialmente as mudanças que caracterizam a esfera da produção e o mundo do trabalho, associadas à nova hegemonia liberal-financeira e as transformações que ocorrem nas políticas sociais com o advento, por um lado, da ruptura trabalho/proteção social e por outro com a recomposição das políticas sociais que se tornam cada vez mais focalizadas e condicionadas. Ou seja, trazem a lógica do *workfare* ou da contrapartida por parte dos que recebem algum benefício (YAZBEK, 2012, p.1).

No bojo das políticas sociais conformadas no regime de acumulação capitalista, o emprego é colocado como contrapartida. "Estar trabalhando" passa a ser critério de elegibilidade e/ou permanência, como moeda de troca para o acesso às políticas sociais.

Dentro desse contexto, qualquer tipo de trabalho é ofertado e possibilitado, não importando os níveis de precarização e intensificação a que são submetidas as famílias, reiterando a lógica de que, para as famílias pobres, qualquer coisa basta.

A ideologia do *workfare* propaga-se rapidamente, endurecendo contrapartidas e critérios de elegibilidade, exercendo pressão para que os beneficiários da assistência social pública que estejam "aptos ao trabalho" ingressem no mercado a qualquer custo, mesmo que seja para estabilizar os instáveis na precariedade laboral e nos baixos salários (RAICHELIS, 2013, p. 619).

Se a tendência é ativar os demandantes de proteção social para o trabalho desprotegido, precário, mal pago, podemos dizer, hoje, que o Estado também impulsiona um *workfare* não remunerado, em âmbito reprodutivo, em que as famílias são ativadas a assumir todas as necessidades humanas, através do trabalho familiar.

CAPÍTULO 3

SERVIÇO SOCIAL E FAMÍLIAS

3.1 A Raiz Burguesa e Conservadora do Serviço Social

Refletir sobre o Serviço Social a partir de suas origens nos remete à sua raiz burguesa e seu papel estratégico frente à questão social no bojo do capitalismo industrial. Pensar o Serviço Social plasmado no projeto político da burguesia é essencial para entendermos suas conexões com o sistema capitalista e como isso repercute em sua identidade profissional⁴⁸, nos processos de trabalho que se insere e no atendimento às famílias até os dias de hoje.

Como o Serviço Social, na perspectiva crítica, só pode ser pensado situado no contexto das relações mais amplas, nos referimos aqui à apreensão de um sistema que não só extirpa, através dos meios de produção, a força de trabalho, mas que, como modo de produção, garante a sua reprodução assentado no sistema de classes e nas próprias relações sociais que reproduz.

Entender essas relações para a manutenção do sistema, subordinadas ao capital e como este fez dos trabalhadores porta-estandartes de um projeto circunscrito em exploração, humilhações e sacrifícios de suas vidas e de suas famílias, conjugado à destruição de seus próprios interesses, em nome da acumulação, nos parece central, na perspectiva que adotamos.

Dito isso, é possível compreender o trabalho do assistente social, nesse contexto, inserido na divisão social do trabalho, reificado na sua origem, em

⁴⁸ “A identidade profissional está sendo pensada, dialeticamente, como categorias política e sócio-histórica que se constroem na trama das relações sociais, no espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que a engendram e por elas são engendradas” (MARTINELLI, 2000, p.17, publicação original de 1989). Na identidade profissional assenta-se a centralidade da obra *Serviço Social: Identidade e Alienação*, de Maria Lúcia Martinelli, uma das referências para a construção deste capítulo. Dessa obra, mais do que cronologia, dialogamos com alguns aspectos relevantes para pensar a conexão e os aspectos desde a emergência do Serviço Social com o trabalho com famílias.

estratégia de domínio de classe e instrumento de reprodução das relações sociais de produção capitalista⁴⁹.

O Serviço Social só pode ser pensado, polarizado pelos interesses de classes, participando tanto dos processos de reprodução do capital, quanto de reprodução do trabalho, no bojo das respostas construídas pela sociedade e Estado às expressões da questão social.

Neste sentido, quando nos remetemos às origens e influências europeias e norte-americanas para pensar o Serviço Social hoje, é possível resgatar uma série de eventos e respostas históricas à questão social, em especial as de controle social, que, como num retrovisor histórico, devem nos colocar vigilantes na perspectiva de trabalho com famílias ofertados hoje.

Podemos buscar, já nas sociedades pré-capitalistas, o cerne das práticas assistenciais que se assentavam em uma condição para perpetuar o regime servil.

Quando as relações sociais de produção eram baseadas no trabalho servil, estruturando-se a partir da sujeição do trabalho escravo ao senhor, do servo ao amo, do vassalo ao suserano, do plebeu ao nobre, as práticas assistenciais foram uma forma de ratificar essa sujeição (MARTINELLI, 2000, p. 61).

Na ordem burguesa, as intenções de eternizar o sistema vigente, assim como aconteceu no sistema feudal, permanecem as mesmas, modificadas em suas táticas e estratégias.

Segundo a autora, a busca da racionalização da prática social desejada pela burguesia tinha objetivos muito claros: de transformá-la em instrumento auxiliar de produção capitalista, relacionando-se diretamente ao projeto hegemônico de domínio de classe, sem produzir nenhuma alteração na ordem social e mantendo os trabalhadores, que resistiam de forma combativa, sob controle.

A história das práticas sociais na Europa é atravessada por grandes contradições, desde as primeiras iniciativas: além de se colocarem a serviço dos objetivos de quem as constroem e sanciona, e não de quem as recebe, trazem

⁴⁹ Como defende a tese de Martinelli (1989), no percurso da profissão, está impressa uma trajetória alienada, alienante e alienadora à construção sócio-histórica. Isso nos remete ao necessário entendimento da condição e identidade de classe, a seus antagonismos e contradições, para avançar em nossas análises.

consigo práticas punitivas, controladoras e ratificam a submissão dos trabalhadores e a espoliação burguesa.

Na legislação dos pobres, era comum o encarceramento dos mendigos e a marcação dos pobres com ferro em brasa, por recusa de trabalho ou fuga da aldeia ou das casas de correção (MARTINELLI, 2000).

A Lei dos Pobres, de 1597, previa o confinamento, nas Casas de Correção, de todos aqueles que demandassem assistência pública, onde havia a obrigatoriedade do trabalho. A pobreza era identificada e tratada como um problema de caráter.

Em 1834, a lei é reformulada, quando foram criadas as Casas de Trabalho e instituída a Caixa dos Pobres, para concessão de auxílios. Ambas dependiam de um inquérito pessoal e familiar que era realizado por um "inspetor" da lei dos pobres, imbuído de seu papel fiscalizatório.

Na Inglaterra do século XIX, apoiados pela burguesia, os filantropos denominados "reformistas sociais" pretendiam aprimorar as formas de atendimento aos problemas sociais que assolavam a família operária, advindos das (in)consequências da Revolução Industrial.

Uma vida minada pela doença, pela fome, pelas adversidades das condições de trabalho e habitando em locais insalubres e impróprios às condições da vida humana, a família operária tinha sua vida reduzida, sendo frequentes os óbitos de adultos, jovens e crianças [...] não eram problemas individuais de uma ou outra família, como também não era um ou outro jovem que tinha a vida ceifada pela morte prematura, era toda uma classe que estava sendo massacrada por um nefasto regime (MARTINELLI, 2000, p. 70-71).

Além disso, existia forte função ideológica no trabalho dos filantropos com as famílias operárias para fortalecimento das bases de sustentação do sistema.

Era para criar tais bases de sustentação (ideológicas e sociais), capazes de garantir a irreversibilidade do capitalismo, que a burguesia desejava utilizar a prática social dos filantropos, entre outras estratégias. Utilizando-se da facilidade do acesso desses agentes à família operária, a classe dominante pretendia transformá-la em um expressivo veículo de sujeição do trabalhador às exigências da sociedade burguesa constituída, em um instrumento de desmobilização de suas reivindicações coletivas (MARTINELLI, 2000, p. 65).

Encampadas pela histórica aliança entre burguesia, Estado e Igreja, as práticas sociais tinham em seu núcleo fundante o combate às expressões políticas e sociais produzidas pelo modo de produção capitalista.

Ocultando suas reais intenções em um abstrato discurso humanitário, baseado em igualdade e harmonia entre as classes, a prática social burguesa procurava gerar a ilusão de que havia, por parte da sociedade, um real interesse pelas condições de vida da família operária, por seu salário, por suas condições de habitação, saúde, educação (MARTINELLI, 2000, p. 65).

As atividades desses filantropos, organizados nas Sociedades de Organização da Caridade (SOCs), acabaram sendo aprimoradas e transformadas em atividade que se profissionalizou e os transformou nos primeiros assistentes sociais.

A origem do Serviço Social como profissão, tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes - alienação, contradição e antagonismo - pois foi neste vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido. [...] É uma profissão que nasce articulada com um projeto de hegemonia do poder burguês, gestada sob o manto de uma grande contradição que impregnou suas entranhas, pois produzida pelo capitalismo industrial, nela imersa e com ele identificada (MARTINELLI, 2000, p. 66).

Interessante ressaltar que os trabalhadores não legitimavam essas práticas, pois não respondiam às suas reivindicações coletivas, e só as acessavam quando não dispunham de alternativas entre os próprios trabalhadores.

Com o passar do tempo, foram conferindo padrões de eficácia e eficiência a essas práticas, para ampliar seu espectro de controle e contenção dos trabalhadores.

Nos idos de 1800, já atuavam os visitantes domiciliares voluntários e, ao longo do tempo, essa prática foi se associando às questões de higiene e educação.

Vale destacar o trabalho de educação familiar e social iniciado por Octavia Hill, em 1865, que posteriormente se desdobrou na criação do Centro de Ação Social, como importante referência aos trabalhos desenvolvidos com a família operária.

A visita domiciliar era um dos principais instrumentos na ação educativa no processo de racionalização da assistência, influenciado por Florence Nightingale, que, embora fosse professora de enfermagem, é chamada de pioneira do trabalho social.

Essa prática, que remonta à Lei dos Pobres, quando os comissários e inspetores fiscalizavam as condições de vida das famílias atendidas, tinha duplo objetivo, que consistia em conhecer *in loco* as condições de moradia e saúde da classe trabalhadora e socializar o "modo capitalista de pensar"⁵⁰, ambos dispostos como meio de intimidação do trabalhador ou de fiscalização da vida pessoal e da familiar.

O contato direto com a família operária era muito valorizado nesta época, pois, segundo a concepção da burguesia, tanto seus problemas de subsistência como suas reivindicações no contexto de trabalho eram relacionados com problemas de caráter. Foi com base nesta concepção que a Sociedade de Organização da Caridade adotou e difundiu a ideia da assistência social como reforma de caráter (MARTINELLI, 2000 p. 103).

No processo de criação, institucionalização e profissionalização das escolas de Serviço Social, destacamos aqui o papel de Mary Richmond, da Sociedade de Organização da Caridade, de Baltimore/EUA, que reforçava em suas ações o "tratamento" individual das famílias, as práticas reintegradoras de caráter e a importância do inquérito social por meio das visitas. Richmond passa a usar a denominação "trabalho social" e cunha em sua obra seu sentido como operação essencial para a reintegração social do ser humano, com forte aceitação pela burguesia.

Dar à prática da assistência social o título de "trabalho social" mostrava-se útil à burguesia, pois a ajudava a retificar a ideia, na classe trabalhadora, de que era uma prática criada para atender ao trabalhador e sua família e de que o agente profissional também era um trabalhador (MARTINELLI, 2000, p. 109).

O termo "trabalho" (*work*) diferenciava o caráter de caridade e trazia uma conotação de realização pessoal, recriação intelectual.

Enquanto o Serviço Social europeu, em seu percurso, distancia-se da perspectiva individual, nutrido pelo pensamento sociológico que buscava a interpretação da sociedade (COMTE; DURKEIM; LE PLAY), mas nem por isso menos conservador, pois trazia em si a dimensão da repressão, do controle e ajuste à sociedade burguesa, caminhando de mãos dadas com a Igreja Católica, para reiteração de sua doutrina.

⁵⁰ "O modo capitalista de produção, na acepção clássica, é também o modo capitalista de pensar e deste não se separa" (MARTINS, 1978, p. 11).

O terreno em que o Serviço Social deitou suas raízes tinha, pois, uma topografia bastante específica, e assim como a seiva com a qual as nutria, provinha de uma ideologia claramente determinada. Na base de ambos, o que estava presente era a religião, como princípio de vida, diretriz para ação. A concepção religiosa de mundo correspondia à concepção religiosa da prática, que demandava para sua operacionalização, qualidades morais e pessoais, além de conhecimento científico e bases técnicas (MARTINELLI, 2000, p. 120).

Muito embora seja no Serviço Social europeu que se assenta a principal referência do Serviço Social brasileiro, em sua origem, há de se considerar a influência americana e europeia a partir de seus processos de institucionalização que repercutem de maneira diferenciada na profissão.

Como se verifica, em sua origem burguesa e conservadora, o Serviço Social atuava na ratificação do sistema e no *status quo* da burguesia, e, para tal, suas práticas, eram voltadas para a defesa dos interesses de quem as construía.

A individualização, moralização e criminalização da questão social são traços fundantes das práticas sociais voltadas aos trabalhadores e suas famílias.

Nas estratégias dispostas, utilizavam inquéritos sociais, visitas domiciliares, trabalho de educação familiar para conhecer as condições de vida das famílias operárias e socializar o "modo capitalista de pensar", com claro intuito fiscalizatório e de "reintegração" social.

3.1.2 Gênese, desenvolvimento e trabalho com famílias

Nos anos 30, o cenário, em que surge a profissão, é desenhado pela complexidade de um quadro histórico que marcava o país naquela época. A Crise de 29⁵¹ era sentida no plano internacional e, no Brasil, suas repercussões geravam altos índices de desemprego e piora nas condições de vida, pois rebatiam diretamente na exportação do café que movia a economia brasileira.

Com o deslocamento do setor agroexportador para o industrial, amadurecendo o mercado de trabalho nos centros urbanos, as vicissitudes

⁵¹ Crise internacional que culminou na quebra da Bolsa de Nova York e foi sentida no plano nacional acarretando mudanças na correlação de força no interior das classes dominantes, já que as oligarquias agroexportadoras ligadas ao café ficam vulneráveis pela paralisação do mercado internacional e não conseguem vender sua mercadoria.

enfrentadas pelos trabalhadores e suas famílias não passavam incólumes e a luta dos trabalhadores avançava. Obviamente, esse avanço representava para a burguesia um temor que suscitava a necessidade de dispor de estratégias e táticas disciplinadoras da força de trabalho.

Assim, a burguesia precisava ultrapassar os mecanismos de coerção e criar novas formas de dominação e controle do movimento operário. Nesse contexto, Iamamoto e Carvalho (2011, p. 145-146) ressaltam dois elementos da prática social do empresariado que estão diretamente relacionados com a implantação do Serviço Social, na perspectiva de integração, enquadramento e moralização.

O primeiro refere-se à crítica do empresariado à inexistência de mecanismos de socialização do proletariado, isto é, de instituições que tenham por objetivo produzir trabalhadores integrados física e psicologicamente ao trabalho fabril [...] essa animalidade do homem operário só encontra barreira a disciplina do trabalho, e ao desligar-se fica perigosamente exposto aos vícios e aos baixos instintos, porque não foi refinado pela educação, pelo meio social [...] É preciso que o operário possa cultivar seu lar e, portanto, intervir e ensiná-lo a bem organizá-lo com seus recursos etc. Isto é, elevar o proletariado a um padrão ético-moral, a uma racionalidade de comportamento ajustada à interiorização da ordem capitalista industrial.

Fica claro o intuito de domesticação do operariado e de penetrar em seu ambiente doméstico, imprimindo a moral burguesa à sua existência, como estratégia para consecução de seus objetivos.

O segundo aspecto ressaltado pela autora refere-se à política assistencialista desenvolvida pelo empresariado. Muito embora, como enfatiza, este rechaçasse qualquer tentativa de organização e participação política do operariado, a maioria das empresas contava com vasta gama de serviços assistenciais a seus empregados, como as vilas operárias, ambulatórios, creches, escolas e benefícios, condicionados ao bom comportamento, sujeitando os trabalhadores e suas famílias ao controle de suas vidas cotidianas.

[...] os mecanismos assistenciais aplicados individualmente pelos empresários se constituem em atividade que, mesmo no plano estritamente contábil, tem um custo adicional reduzido ou mesmo nenhum. Nesse sentido, apesar de sempre aparecer sobre a aura paternalista e benemerente, constituem-se numa atividade extremamente racionalizada, que busca aliar o controle social ao incremento da produtividade e aumentar a taxa de exploração (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.148).

Há uma racionalidade que orienta as ações assistencialistas, não no sentido de distribuição, mas claramente voltada à acumulação e amenização das tensões sociais ocasionadas pela própria exploração.

Nesse período, almejando retomar o poder e a influência na dinâmica da sociedade brasileira, a Igreja institui o Movimento de Reação Católica. Com o movimento político-militar de 1930, que põe fim à Primeira República, e através do golpe militar que levou Getúlio Vargas ao poder, e a instabilidade política advinda da crise econômica e dos conflitos intraoligárquicos, a Igreja consegue avançar de forma mais agressiva para recuperar seus fiéis, privilégios e legitimar suas posições na sociedade.

Logo nos primeiros anos do governo Vargas, a legislação do trabalho é revista e ampliada. Ao mesmo tempo, reprime duramente as organizações sindicais, criando estruturas corporativas, fazendo das legislações sindicais e trabalhistas centrais para regular as tensões entre as classes sociais e desmobilizar a classe operária.

O Estado, paulatinamente, passa a se orientar pela estratégia de harmonização entre as classes, com o claro intuito de manter o poder das classes dominantes. Nesse contexto, o Estado fortalece sua aliança com a Igreja e com a sua histórica parceira, a burguesia.

Na aproximação com a Igreja, como uma de suas primeiras medidas, o governo torna facultativo o ensino religioso nas escolas públicas. A Constituição de 1934 traz indícios claros dessa relação, como o reconhecimento do catolicismo como religião oficial; a proibição do divórcio; e a garantia do acesso da Igreja às instituições públicas.

Vale ressaltar a natureza elitista e autoritária do movimento católico por sua influência europeia, assim como sua ligação com a Ação Integralista Brasileira (AIB)⁵². Segundo Iamamoto e Carvalho (2011, p. 173),

⁵²Movimento político fascista nacionalista, de extrema direita, fundado por Plínio Salgado, em outubro de 1932.

tudo indica, no entanto, que previamente ao surgimento da AIB, setores consideráveis da Ação Católica e do clero já nutriam fortes simpatias pelo fascismo europeu. Essa predisposição só poderia contribuir para a aproximação entre esses dois movimentos. A trilogia integralista - Deus, Pátria, Família - seu visceral anticomunismo e defesa intransigente da família e da propriedade se identificam plenamente com o espírito do movimento católico.

Nesse período, o Serviço Social tem sua origem como desdobramento da ação católica e da ação social.

Em 1932, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (Ceas), *como manifestação original do Serviço Social no Brasil*, é criado para qualificar a intervenção dos agentes sociais do movimento de reação católica, fundamentando a ação voltada a problemas sociais, na doutrina social da Igreja.

O Ceas surge influenciado pelo Serviço Social franco-belga, frequentado pelas moças da burguesia católica, para minimizar as sequelas do modo de produção capitalista. O Ceas passa a existir, pois, conjugando os esforços da Igreja em manter seu poder, assim como da burguesia, para manter seu *status quo*, impregnado pela visão de ambos.

Diante das pressões da organização política do proletariado, o Estado se realinha com a Igreja, combatendo a subversidade das ideias anarcossindicalistas que eram propagadas às famílias operárias.

Uma das estratégias são os Centros Operários, promovidos pelo Ceas, que concentra como um dos seus objetivos a educação familiar, fortalecendo a ideia de que cabe à mulher a preservação das ordens moral e social.

Nesse contexto, em 1936, é criada a primeira Escola de Serviço Social de São Paulo, fundada pelo Ceas, a partir de iniciativas da burguesia, distante dos movimentos populares e sem legitimidade junto à população usuária de seus serviços.

O Serviço Social nasce influenciado pelas encíclicas papais *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII, de 1891, e pela *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, de 1931. Em sua gênese, está a profunda relação entre a profissão e o ideário católico,

que vai imprimir à profissão caráter de apostolado fundado em uma abordagem da questão social como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais (YAZBEK, 2009, p.145).

Como as ações conduzidas pelas mãos da Igreja deveriam ser emergenciais e paliativas, assim como apregoavam as encíclicas, já que não enfrentavam pela raiz as contradições da questão social, concebendo-a como questão moral, desde cedo, os assistentes sociais foram imprimindo à profissão a marca do agir imediato, da ação espontânea e a responsabilização individual dos sujeitos. Com o Serviço Social alinhado à Igreja, era preciso fortalecer a família operária na fé cristã, no bojo da ação cristianizadora.

O trabalho era, em suas origens, voltado às famílias operárias. Em 1939, em São Paulo, firma-se um convênio entre o Ceas e o Departamento de Serviço Social no Estado, para organização dos Centros Familiares. Dois anos antes, no Rio de Janeiro/RJ, já contava com o Instituto de Educação Familiar e Social, composto pelas escolas de Serviço Social.

A finalidade dos Centros Familiares consistia em prevenir a desorganização e decadência familiares, e contava com diversos serviços, dentre eles, o curso de formação familiar (moral e formação doméstica para o lar). No Rio de Janeiro, atividades da mesma natureza eram desenvolvidas.

À medida que aprofundam a experimentação empírica dos "problemas sociais", por meio de diversas frentes em que se decompõe sua atuação, com maior precisão os assistentes sociais veem a necessidade de intervir na crise de "formação moral, intelectual e social da família. É necessário reajustá-la através de uma ação educativa de longo alcance, para que obtenha um padrão de vida que possibilite "mínimo de bem-estar material", a partir do qual se poderá começar sua reeducação moral (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 217).

Nesse contexto, está colocada, para o Serviço Social, a necessidade de instruir e reajustar as famílias, já as dificuldades vivenciadas eram atribuídas ao "abandono" do lar pela mulher, que acabam por gerar desorganização e desagregação moral da família.

O projeto teórico – e as práticas incipientes desenvolvidas – dos assistentes sociais orienta-se para intervenção na reprodução material do proletariado para sua reprodução enquanto classe. O centro de suas preocupações é a família, base da reprodução material e ideológica da força de trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 224).

O trabalho social voltado às famílias marca o Serviço Social desde suas origens e institucionalização.

Nos anos 30 e 40, os "benefícios" concedidos aos trabalhadores mascaravam as intenções de controlar suas manifestações. Nessa linha controlista, o Estado cria uma estrutura corporativista que anula as organizações autônomas. E, posteriormente, no chamado Estado Novo, destitui o Congresso Nacional, implanta leis trabalhistas e reprime fortemente os trabalhadores, marcando seu governo por dependência, repressão e paternalismo.

As ações sociais eram, sobretudo, movidas pelo fluxo expansionista do capital.

Assim, não obstante para muitos de seus agentes a ação social atendesse a motivações pessoais e religiosas e buscasse atingir objetivos filantrópicos e altruístas, para a classe dominante o que importava eram os resultados materiais e concretos. Tais resultados, expressando-se no atendimento às carências mais prementes do grande número de pobres e as necessidades mais imediatas dos trabalhadores e suas famílias, produziam um efeito social muito importante, reduzindo as manifestações aparentes dos problemas e fortalecendo a ilusão de que o Estado nutria um paternal interesse pelo cidadão (MARTINELLI, 2000, p. 126).

Em fase de industrialização, a burguesia carecia de mão de obra qualificada. O Estado, subsidiário da acumulação capitalista, prontamente intervém para incentivar a formação técnica e profissionalizante, com o sistema S, criado em 1942, destinado a preparar para o trabalho os jovens das famílias operárias.

Nesse contexto do capitalismo monopolista, os assistentes sociais são convocados para atender às sequelas do sistema que atingia as famílias operárias, formulando e executando políticas sociais e moldando os trabalhadores "ao modo capitalista de pensar".

Nos anos 40, há, no Serviço Social, um "arranjo técnico doutrinário"⁵³ (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011), que expressa a composição do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico de inspiração positivista. A influência, pelo Serviço Social norte-americano tecnifica a ação profissional sob a matriz teórico-positivista, ampliando os referenciais teóricos para a profissão.

A análise dos "problemas" que incidem sobre as famílias, os chamados "desajustamentos familiares", era centrada em apreensões imediatas e individualizadas do ser social.

⁵³ Expressão cunhada por Iamamoto (1982) na obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Histórico-Metodológica*.

Esse horizonte analítico aborda as relações sociais dos indivíduos no plano das vivências imediatas, como fatos, como dados, que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade. O método positivista trabalha com a relação aparente dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis. É a perspectiva positivista que restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. Não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para ajustes e conservação. Particularmente, em sua orientação funcionalista, esta perspectiva é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas de intervenção [...]. (YAZBEK, 2009, p.147-148).

Ao longo desta década, no processo de institucionalização e legitimação do Serviço Social, o Estado desponta como grande empregador dos assistentes sociais, consolidando seu papel nas instituições públicas e privadas. Os estudantes que chegam ao Serviço Social não são mais apenas movidos por questões religiosas, mas também por aqueles que queriam acessar o mercado de trabalho.

Nas décadas de 1950 e 60, sob a ideologia desenvolvimentista, o Serviço Social se volta para os grupos e comunidades, através do Desenvolvimento da Comunidade. A linha operacional predominante era a Organização de Comunidade, que conjumina com os interesses do expansionismo americano que carecia aprimorar suas estratégias e se alastrar ideologicamente mundo afora.

Na década de 1960, a agitação do cenário político e o medo do comunismo se alastrava. Com a popularidade de JK, prejudicada pelas próprias condições que criou, Jânio Quadros assume o poder por um curto período e logo depois é substituído por João Goulart, que propõe algumas reformas atemorizando ainda mais a burguesia.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade⁵⁴, ocorrida em 1964, é uma das expressões do ideário burguês e da insatisfação dos setores burgueses com esse governo.

Entoavam palavras de ordem, como: "Vermelho bom, só o batom"; "Um, dois, três, Jango no xadrez"; "Abaixo os imperialistas vermelhos"; e "Verde e amarelo, sem foice nem martelo". Os manifestantes distribuíam o Manifesto ao Povo do Brasil, que em um de seus trechos trazia:

⁵⁴ Série de manifestações encampadas por setores das elites, da igreja e da pequena burguesia contra o governo João Goulart, chegando a levar um milhão de pessoas às ruas, que guarda bastante similaridade com recentes manifestações, também apoiadas pela Fiesp e por setores políticos conservadores.

O povo está cansado das mentiras e das promessas de reformas demagógicas. Reformas sim, nós a faremos, a começar pela reforma da nossa atitude. De hoje em diante os comunistas e seus aliados encontrarão o povo de pé. [...] Com Deus, pela Liberdade, marcharemos para a Salvação da Pátria!

Em 64, os militares tomam o poder por meio de um golpe de Estado que culmina em um intenso projeto violento e autoritário, conformado na ditadura militar⁵⁵. "O que o golpe derrotou foi uma alternativa de desenvolvimento econômico e político que era virtualmente a reversão do já mencionado fio condutor da formação social brasileira" (NETTO, 2001a, p. 25).

Segundo Netto (2001a), a burguesia prefere a ditadura do que encarar os contrastes advindos do processo de industrialização. Não por acaso o mercado de trabalho dos assistentes sociais ampliou-se, estruturando cada vez mais para atender aos interesses desse governo autocrático burguês⁵⁶.

O aumento da contratação acontece em grande escala em todos os setores (empresas, ONGs, Estado) e a esses profissionais é demandada uma nova nacionalidade técnica, administrativa, uma roupagem moderna.

Até a primeira metade da década de 60, o Serviço Social não tinha nenhuma "polêmica de relevo".

Os anos 60, ao longo dos quais se processou o agravamento do quadro político nacional, encontraram o Serviço Social recuado no cenário político nacional, produzindo e reproduzindo práticas incapazes de se somarem a esforços de construção e preservação de espaços democráticos em uma sociedade oprimida por uma ditadura militar (MARTINELLI, 2000, p.142).

Contudo, após a década de 60, o mundo não foi mais o mesmo e, conseqüentemente, o Serviço Social também não. Foi um período de muitas transformações culturais, sociais, políticas e de questionamento das amarras imperialistas. Toda a agitação reverbera nas universidades e no Serviço Social, inspirando um processo de discussão política no interior da categoria.

O questionamento ao funcionalismo e ao papel profissional vem com toda a força, e com ele a erosão do Serviço Social tradicional, culminando num profundo processo de renovação.

⁵⁵ Abordada no capítulo 1.

⁵⁶ Como já referido, a ditadura militar é considerada o ápice da autocracia burguesa.

Nas décadas de 70 e 80, o processo de renovação do Serviço Social ocorre em toda a América latina, e no processo dessa revisão crítica, pulsa a necessidade de construção de um projeto comprometido com a classe trabalhadora. Nesse contexto, a profissão incorpora outra matriz teórica: a teoria social em Marx.

O movimento de Reconceituação, atravessado pela ditadura e por sua mordada política, em seu primeiro momento, reforçou o Serviço Social tradicional e de modernização a profissão, em suas abordagens funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas, no contexto da modernização conservadora que vivia o País.

Desse movimento, emergiram algumas vertentes⁵⁷: a perspectiva modernizadora, hegemônica, até os anos 70, que tinha os documentos de Araxá e Teresópolis como suas principais expressões. Esses documentos são de grande valia, pois expressam as tendências teórico-metodológicas da época.

O primeiro, em 1967, traz como eixo nucleador a natureza do Serviço Social, assim como sua posição e funções no contexto capitalista e o segundo, em 1970, enfatiza a metodologia, trazendo a discussão de modelos operacionais e variáveis almejando racionalizar e modernizar a prática profissional.

Os documentos produzidos pelo CBISS, seja nos seminários de teorização, seja por seus próprios esforços, foram bastante difundidos. Tiveram grande repercussão na categoria profissional, constituindo importante material de apoio para os docentes na realização de seus cursos [...] natureza, objeto, funções foram as diferentes formas através das quais a identidade da profissão foi buscada, concebida, ainda, sob a forte influência do pensamento positivista, como marca da singularidade, o traço distintivo que lhe atribuía a possibilidade de ser uma entidade única e peculiar (MARTINELLI, 2000, p. 24).

A vertente inspirada na fenomenologia, que, para Netto (2001a), foi uma forma de reatualização do conservadorismo, reforçava um enfoque psicologizante.

E, por fim, a intenção de ruptura, representada pela vertente marxista, que remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes, questionando sua prática institucional e seus objetivos de adaptação social, ao mesmo tempo que se aproxima dos movimentos sociais.

Vale dizer que, inicialmente, o marxismo foi incorporado de maneira envezada, pela via althusseriana, recusando a via institucional, posteriormente, a profissão vai à fonte e se reposiciona em relação à sua inserção na divisão social e

⁵⁷ Trabalhadas por Netto, na obra *Ditadura e Serviço Social*, publicada em 1989.

técnica do trabalho. De qualquer forma, cabe destacar que lamamoto (2001), em suas problematizações, vai no cerne da apropriação mecanicista da profissão, quando discute o *fatalismo* e o *messianismo*⁵⁸, colocando que o primeiro desconsidera as possibilidades de intervenção na sociedade capitalista, e, o segundo, superestima a capacidade profissional.

A intenção de ruptura dá as bases para o projeto ético-político de profissão que temos hoje. Trazer novos referenciais teórico-metodológicos e interventivos, a partir da tradição marxista para a profissão, carrega consigo a possibilidade de mudar a relação com as famílias atendidas pelo Serviço Social, na medida em que rechaça análises calcadas na imediatividade e moralidade burguesa.

3.2 Serviço Social, Questão Social e o Compromisso com as Famílias que Vivem do Trabalho

A abordagem do significado social da profissão, sob o referencial marxiano, muda radicalmente, em especial com a obra de lamamoto, em 1982, que marca a vertente de ruptura e aponta para a profissão como componente da organização da sociedade inserida na dinâmica das relações sociais e participe dos processos de reprodução das relações sociais.

Esse referencial crítico supõe o entendimento do movimento da sociedade, rompendo com a visão endógena no Serviço Social, aproximando-se da totalidade da apreensão da vida social e abre o flanco de um novo tempo no Serviço Social, voltado a romper com as amarras do conservadorismo na profissão, influenciando os Códigos de Ética de 1986 (que marca o rompimento com o tradicionalismo na profissão) e, posteriormente, de 1993; os currículos de 1982 e as atuais diretrizes curriculares, as leis de regulamentação da profissão, além de permear os debates, eventos e a produção intelectual da área.

A bibliografia produzida pelo Serviço Social, que se constitui referência até os dias de hoje, também assume essa base teórico-metodológica, apesar do pluralismo, objeto de polêmicas no interior da profissão, adensando o conhecimento

⁵⁸ O *Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional* foi originalmente publicado em 1998.

profissional na perspectiva crítica, como é o caso das obras de lamamoto (1982), Martinelli (1989) e Netto (1989)⁵⁹.

O projeto ético-político de profissão que temos hoje foi construído sob essa inspiração, vinculado à politização dos profissionais desde o Movimento de Reconceituação e fortalecido pelas lutas democráticas dos anos 80.

Os projetos profissionais apresentam uma autoimagem da profissão, elegem seus valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos assistentes sociais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições privadas e públicas (inclusive Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 1999, p.144).

O compromisso com as classes trabalhadoras desponta como valor ético central, a partir do Congresso da Virada⁶⁰ e é referendado no Código de Ética de 1986.

Em 1993, o Código de Ética é revisto e reafirma a centralidade do trabalho na constituição do homem; vincula-se a valores como a liberdade, justiça social e democracia e ao conjunto de direitos humanos defendidos pela classe trabalhadora (BARROCO, 2008), assim como a recusa de toda forma de autoritarismo e arbítrio, nos posicionando para uma condução democrática do trabalho profissional, incentivo ao protagonismo da classe trabalhadora e pela luta por direitos humanos.

Outro aspecto é a busca universal do acesso aos bens e aos serviços nos programas e nas políticas sociais, reforçando a mediação das políticas sociais para o acesso aos direitos e seu imprescindível papel, numa sociedade cindida por classes.

O projeto profissional que temos hoje expressa a construção coletiva da profissão e se articula à luta mais ampla dos trabalhadores por uma nova ordem social.

Na passagem dos anos 80 para os anos 90, o Serviço Social expressa rupturas com o conservadorismo, contudo, conforme acena Yazbek (2009), essa

⁵⁹ Aqui nos referimos aos anos das publicações originais, para elucidar o período histórico considerado.

⁶⁰ III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo em 1979, que marcou a trajetória do Serviço Social e sua "virada", rompendo com o conservadorismo do projeto tradicional.

herança conservadora, gênese constitutiva da profissão, atualiza-se e permanece presente.

No contexto pós-CF/88, ainda que em condições adversas, alarga-se o campo dos direitos sociais, com o SUS (1990), o ECA (1990), a Loas (1993), o Estatuto do Idoso (1994), a LDB (1996) e, posteriormente, o Suas. Os assistentes sociais tiveram papel fundamental dos processos de luta pela consolidação de um sistema de proteção social e vem ultrapassando a posição de meros executores de políticas sociais para o âmbito da gestão, na medida em que o Estado também expande seu espectro de atuação.

Contudo, apesar dos avanços, os anos 90 foram palco de regressões em relação aos direitos conquistados, decorrentes da agenda neoliberal e da reestruturação produtiva, repercutindo no campo profissional, em especial nos sistemas de proteção social⁶¹ e na vida dos trabalhadores, onde usuários e assistentes sociais se inserem.

Os anos 80/90 foram anos adversos para as políticas sociais e se constituíram em terreno particularmente adverso para as políticas sociais e se constituíram em terreno particularmente fértil para o avanço da regressão neoliberal que erodiu as bases dos sistemas de proteção e redirecionou as intervenções do estado em relação à questão social. Nestes anos, em que as políticas sociais vem sendo objeto de um processo de reordenamento, subordinado as políticas de estabilização da economia, em que a opção neoliberal na área social passa pelo apelo à filantropia e à solidariedade da sociedade civil e por programas seletivos e focalizados de combate à pobreza no âmbito do Estado (apesar da constituição de 88), novas questões se colocam para o Serviço Social (YAZBEK, 2009, p. 154).

Em 1996, a nova proposta de diretrizes gerais para o curso de Serviço Social trouxe uma orientação assentada nas matrizes da teoria social, possibilitando, pelas bases teórico-metodológicas, uma formação profissional crítica. Três elementos são fundamentais nesse novo currículo: a apreensão da questão social como base sócio-histórica da profissão e chave analítica para a formação e o trabalho profissional, a apreensão do movimento da história como imprescindível e não como simples verniz e a "prática profissional" como trabalho e, portanto, os assistentes sociais como trabalhadores, *permitindo as interconexões entre o exercício do Serviço Social e a prática da sociedade.*

⁶¹ Segundo capítulo.

Mesmo com todos esses avanços, por outro lado, a conjuntura neoliberal enseja o flerte do Serviço Social com abordagens pós-modernas, negando a tessitura das análises dos contextos sociais mais amplos baseada na teoria crítica e buscando a criação de novos paradigmas, abrindo espaço para o conservadorismo que se atualiza no tempo presente.

Iamamoto (2001) alerta para esse "tempo de divisas"⁶², e para a necessidade de extrapolarmos os muros do Serviço Social, entendendo-o como parte e expressão da história e para a necessidade de construir respostas competentes e criativas, articulando as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas para enfrentar a conjuntura.

Com a entrada do novo milênio, vem o desafio da consolidação do projeto ético-político da profissão e de um trabalho a serviço daqueles que vivem do trabalho e de suas famílias.

Na contramão, um Serviço Social ameaçado por mudanças estruturais propostas pelo capital, que reconfigura os sistemas de proteção social, esvaziando o papel do Estado, num contexto de precarização do trabalho e dos direitos historicamente conquistados.

3.3 Serviço Social na Divisão Social e Técnica do Trabalho e o Assistente Social como Trabalhador Assalariado⁶³

O entendimento do Serviço Social como trabalho⁶⁴ e do assistente social como trabalhador assalariado e, portanto, sofrendo com os mesmos constrangimentos, as explorações, humilhações à que está submetida a classe que vive do trabalho no capitalismo, é a premissa da análise deste item.

Portanto, as mudanças no padrão de acumulação social e regulamentação do trabalho atingem visceralmente os assistentes sociais.

⁶² *Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional* publicado em 1998.

⁶³ Discussões adensadas no âmbito da pesquisa nacional Espaços Sócio-ocupacionais e Tendências do Mercado de Trabalho do Serviço Social no Contexto da Reconfiguração das Políticas Sociais no Brasil, do Procad/Casadinho, financiada pela Capes/CNPq.

⁶⁴ Algumas correntes teóricas não entendem Serviço Social como trabalho, o que, para nós, é um equívoco, que não nos cabe enfrentar diretamente, pois a polêmica fugiria dos objetivos da pesquisa.

Como vimos, o Serviço Social está ligado às respostas construídas pelo Estado e pelas classes dominantes, no processo de regulação das tensões e contradições entre as classes.

O Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, como especialização do trabalho coletivo e, portanto, o assistente social como trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho a empregadores diversos, grande parte ao Estado, coloca uma série de questões ao debate profissional, que vem sendo enfrentada por alguns intelectuais para desvendar como se particularizam no cotidiano, a partir de sua condição de trabalhador no atual estágio do capitalismo contemporâneo.

A institucionalização do Serviço Social tem relação direta com a progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação social, por meio de políticas públicas, em especial das políticas sociais que se organizam como objeto da ação estatal: seja para garantir condições adequadas de funcionamento da força de trabalho necessária ao desenvolvimento capitalista e seus objetivos de acumulação; seja para responder, sempre de modo precário e insuficiente, às necessidades sociais coletivas e individuais derivadas dos processos de produção e reprodução social, frente as pressões de mobilização da classe trabalhadora (RAICHELIS, 2014, p. 1).

A profissão tem, pois, um caráter contraditório, pois responde às necessidades do capital e do trabalho, dentro da divisão social e técnica do trabalho, participando dos processos de produção e reprodução das relações sociais capitalistas por meio das respostas construídas à questão social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011)⁶⁵.

Embora regulamentado como profissional liberal, a profissão não tem caráter autônomo, já que as contratações são feitas pelas instituições e não diretamente pelos usuários, portanto, submete-se aos objetivos institucionais dos empregadores.

No interior dessa contradição, forjam-se as possibilidades diante da *autonomia relativa*⁶⁶ e também as ingerências dos empregadores na definição do trabalho profissional.

O exercício do trabalho é tensionado pelas contradições que atravessam os antagonismos entre as classes, pela relação de compra e venda de trabalho, já que

⁶⁵ Publicado em 1982.

⁶⁶ Formulação trabalhada por Iamamoto (2001) em: *O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional*.

o assistente social não tem controle, assim como as massas dos trabalhadores, dos meios e das condições como são dispostos nos espaços sócio-ocupacionais.

A discussão hoje nos pauta a radicalizar as análises, em especial sobre as tensões e contradições entre o *projeto profissional e o trabalho assalariado*, atravessados pelo processamento desse trabalho e seu efetivo exercício profissional, pelos dilemas da alienação⁶⁷, impactando na autonomia profissional, colocando o trabalho como valor central, como fez Iamamoto (2007)⁶⁸.

O desafio consiste em apreender as formas pela quais o trabalho do assistente social ingressa (ou não) no reino do valor – da sua produção e/ou distribuição do valor e da mais-valia – no âmbito da inserção no setor de serviços, campo por excelência do exercício profissional no contexto das políticas sociais nas quais é demandada essa força de trabalho assalariada (RAICHELIS *et al.*, 2016, p.8).

O mercado de trabalho dos assistentes sociais também se localiza dentro desse quadro mais amplo, pois é a partir dessa inserção que o Serviço Social se institucionaliza como profissão.

As novas exigências do capital que repercutem no mercado, conformando a “nova era da precarização estrutural do trabalho” (ANTUNES, 2009), incidem nas condições e na gestão da força de trabalho e precisam ser explicitadas e entendidas.

A informalização, desproteção ao trabalho, subcontratação, terceirização, insegurança no emprego, os baixos salários, o trabalho temporário, são algumas das mudanças na nova morfologia do trabalho que atingem o mercado dos assistentes sociais.

Incidindo de forma mais aviltante sobre as mulheres, notadamente no campo dos serviços, e numa profissão majoritariamente feminina, como o Serviço Social, nos remete a agregar a divisão sexual à divisão social e técnica do trabalho para análise e como estratégia de luta (HIRATA, 2009; NOGUEIRA, 2006; 2011; RAICHELIS *et al.* 2016)

A intensificação também é uma das características desse processo que remete à maneira de trabalhar e às exigências para maiores empenhos físico,

⁶⁷ Trazida por Martinelli, em *Serviço Social: Identidade e Alienação*, no ano de 1989.

⁶⁸ Em sua obra *Serviço Social em Tempo de Capital Fetice: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social*, publicada em 2007.

mental, intelectual, emocional (DAL ROSSO, 2008). Por isso, o autor traz em suas pesquisas que o trabalho é mais intenso, o ritmo, a velocidade são maiores; o controle e a cobrança por resultados são mais fortes, assim como o perfil polivalente, versátil e flexível, leva a "mais trabalho".

Dentro desse escopo, estão também a gestão da informação e a cultura do gerencialismo, que distanciam os assistentes sociais dos usuários e os aproxima das planilhas, como tendências do mercado profissional, "que esvaziam conteúdos reflexivos e criativos, enquadrando processos e dinâmicas institucionais às metas de qualidade e de produtividade a serem alcançadas" (RAICHELIS, 2013, p. 16). Essas características são facilmente identificadas nos processos de trabalho em que estão inseridos os trabalhadores do SUS e do Suas⁶⁹.

Outro aspecto que pesquisadores do Serviço Social começam a enfrentar é o adoecimento advindo desse cenário, que exige

um conhecimento mais amplo sobre os processos de trabalho, os meios que dispõe o profissional para realizar suas atividades, a matéria sobre a qual recai sua intervenção, e também um conhecimento mais profundo sobre o sujeito vivo responsável por este trabalho que é o próprio profissional assistente social (RAICHELIS, 2013, p. 631).

Essas mudanças afetam ao mundo do trabalho, no contexto da acumulação capitalista, que redefinem o papel do Estado, diante da questão social que assume um novo perfil⁷⁰, em um contexto de insegurança, vulnerabilidade e precarização do trabalho e das condições de vida, e de desproteção social, desencadeiam transformações nas competências, demandas e requisições do assistente social nas políticas sociais⁷¹.

"Trata-se de um contexto que interpela a profissão sob diversos aspectos: das novas manifestações e expressões da questão social, aos processos de redefinição e da política social em geral, que emerge desse contexto" (YAZBEK, 2009, p. 159).

As políticas sociais constituem-se como campo de excelência para a profissão e novas respostas à questão social impactam diretamente no conteúdo e na direção do trabalho.

⁶⁹ Em outros campos, sublinhamos a terceirização na habitação (VICENTE, 2015), a intensificação na docência (ALBUQUERQUE, 2015), como expressões da precarização.

⁷⁰ Capítulo 2.

⁷¹ Aprofundado na pesquisa Espaços Sócio-ocupacionais e Tendências do Mercado de Trabalho do Serviço Social no Contexto da Reconfiguração das Políticas Sociais no Brasil, do Procad/Casadinho, financiada pela Capes/CNPq.

Nas políticas sociais, o Estado, embora imbuído das condições constitucionais para afiançar direitos, conformam traços regressivos, obscurecedores de suas responsabilidades: defendem alternativas privatistas, meritocráticas, disciplinadoras e, nesse contexto, ativam a família para assumir cada vez mais responsabilidades no contexto da proteção social. Os trabalhadores, pelas condições de desproteção a que são submetidos, acionam cada vez mais os sistemas de proteção social⁷².

Dentro dessa lógica do *workfare*, os assistentes sociais são chamados a ativar as famílias para o trabalho, tanto no âmbito da produção, quanto da reprodução. Embora o trabalho assuma diferentes formas nas instituições públicas e privadas, convergem na ênfase no trabalho com famílias.

Diante de tantas questões que incidem sobre o trabalho profissional cotidiano e seus inúmeros desafios, em especial na operacionalização das políticas sociais, frente à efetivação do projeto ético-político profissional, nos interessa aqui pensar como os assistentes sociais vêm ofertando esse trabalho com famílias, seus fundamentos e quais são as perspectivas para tal.

3.4 O Trabalho como Categoria Marxiana de Análise

No âmbito do Serviço Social, inserido na divisão social e técnica do trabalho, é preciso se deslocar da perspectiva endógena que ainda paira em algumas análises da profissão e posicioná-lo em processos sociais mais amplos.

O trabalho tem valor central nos fundamentos teórico-metodológicos da profissão na sociedade capitalista contemporânea. Esta tese, sob as bases da teoria social em Marx, esforça-se nessa direção, partindo de uma categoria medular densamente explanada pelo autor: o trabalho.

A categoria trabalho, em seu caráter ontológico e histórico, na perspectiva marxiana, como fundante do ser social, é central para iluminar a análise do trabalho social, com as famílias que dele vivem e para a compreensão das demais relações sociais.

⁷² Capítulo 2.

O trabalho, segundo Marx (2013, p. 201):

[...] é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária eterna do intercâmbio material entre o homem e natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais.

Na perspectiva marxiana, o trabalho possibilita a mediação do homem com a natureza, não só para atender às necessidades "do estômago ou da fantasia", mas por produzir relações sociais concretas, posicionando o homem na sua relação com o mundo, com os outros e com a sua própria existência.

A dimensão teleológica, denominada por Marx, é atravessada pela consciência, que diferencia os homens dos animais; permite que o trabalho seja previamente antecipado, concebido, planejado; e, através, de escolhas pré-ideadas, a ação se projete sobre o objeto. Esse movimento transformador aufere valor social aos objetos, a elementos outrora naturais, e possibilita edificar em nossas mentes sonhos, planos e ideais, particularizando essa ação como essencialmente humana.

Assim, mulheres e homens vêm construindo sua existência e suas respostas às necessidades sociais.

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo, comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhões de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter homens vivos (MARX; ENGELS, 1987, p. 39).

Na medida em que esse empreendimento de força humana acontece, o trabalho se transforma, é transformado, e transforma os homens, as relações, num movimento dialético: "à medida que se efetiva uma realização prática no ato laborativo, por intermédio de uma posição teleológica, a própria natureza humana é metamorfoseada" (NOGUEIRA, 2011, p.127).

No cotidiano, o trabalho ultrapassa sua dimensão meramente técnico-material, interferindo na produção e reprodução das relações sociais (da própria existência humana) interferindo diretamente na sociabilidade dos seres sociais. O

trabalho não produz apenas utilidades e bens para a reprodução da vida material, mas relações entre as pessoas que edificam a sociedade.

A força de ser tão humano, transformador e imprescindível para a própria existência, coloca o trabalho num lugar central na vida de mulheres e homens e também nesta pesquisa.

Contudo, a partir da produção capitalista, ganha novos contornos. O modo capitalista extirpa a nobreza de seu sentido original e o transforma em mercadoria, novamente transformando a vida humana. O sistema capitalista ancora-se na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do capital sobre o trabalho para acumulação da riqueza socialmente produzida e na relação entre as classes sociais, burguesia e proletariado, que se antagonizam em seus interesses e modos de vida.

Através do tempo, o trabalho vem assumindo diferentes formas de extração de valor, desenvolvendo-se por diferentes meios, relações e necessidades sociais, conformados nas próprias condições históricas.

O trabalho não pode ser pensado desconectado das formas históricas que assume e das relações sociais que produz, como afirma Raichelis *et al.* (2016, p. 7),

a apreensão do significado do trabalho na sociedade burguesa implica considerar a indissociável relação entre a produção de bens materiais e imateriais, que não pode ser desvinculada da forma social em que é realizada, na totalidade das relações sociais em sociedades historicamente determinadas.

A Revolução Industrial, como marco histórico, engendrou profundas transformações na relação homem-trabalho e na relação com outros homens.

O trabalho é subvertido em seu significado mais fundamental. A auto objetivação do sujeito metamorfoseia-se na sua própria negação, na perda do controle de sua atividade e de seu tempo de vida, subordinada a finalidades que lhe são estranhas (IAMAMOTO, 2011a, p. 41).

O trabalhador passa a vender sua força de trabalho, e o trabalho, que tem seu valor de uso, seu valor social, é oprimido pelo valor de troca (salário), num sistema injusto, em que o capital não somente deixa de aportar o que vale esse trabalho, como expropria seu excedente, a mais-valia. Mais do que a produção da mercadoria, a mais-valia é produzida durante o processo de trabalho; produção esta que não fica para o trabalhador, mas é apropriada pelo capital.

O salário torna-se a base das relações para a manutenção e reprodução do sistema. “O preço da força de trabalho será constantemente pressionado para baixo daquele nível pela progressiva constituição de um relativamente amplo exército industrial de reserva” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 127).

Contudo, é preciso ressaltar aqui a “produção social não se restringe à produção de objetos materiais, mas de relação sociais entre as pessoas, entre as classes sociais que personificam determinadas categorias econômicas” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.36). A classe que vive do trabalho é forjada exatamente compondo -se de trabalhadores produtivos e do “mundo” compósito e heterogêneo dos assalariados que vivem da venda de sua força de trabalho e são despossuídos dos meios de produção (RAICHELIS *et al.*, 2016, p. 7).

Essa relação entre as classes, historicamente, relega as *famílias que vivem do trabalho* a patamares indignos e “a completa subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca – no interesse da autorrealização expansiva do capital – tem sido o traço mais notável do sistema de capital desde sua origem” (ANTUNES, 2000, p. 23).

O trabalho, nos moldes de produção capitalista, aliena-se dos próprios homens e

[...] é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica, portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. [...] Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. (MARX, 2002, p.114).

O trabalhador não é mais dono de si mesmo - nem de sua força de trabalho, nem dos meios de produção, e os indivíduos já não se constroem mais pelo seu poder de projeção e transformação que o particularizam, mas são determinados pela "máquina de moer humanos" que é o capital, que trucidada sonhos, projetos, necessidades e direitos.

Para Antunes (2000, p. 21-22), o trabalho, no modo de produção capitalista, assume as seguintes características:

- 1) a *separação* e *alienação* entre o trabalhador e os meios de produção;
- 2) a *imposição* dessas condições objetivadas e alienadas sobre os trabalhadores, como um poder separado que exerce o *mando sobre eles*;

- 3) a *personificação do capital* como um valor egoísta – com sua subjetividade e pseudopersonalidade usurpadas – voltada para o atendimento dos imperativos expansionistas do capital;
- 4) a equivalente *personificação do trabalho*, isto é, a personificação dos operários como *trabalho*, destinado a estabelecer uma relação de dependência com o capital historicamente dominante: essa personificação reduz a identidade do sujeito *desse trabalho* e suas funções produtivas fragmentárias (itálicos originais).

Isso posto, podemos afirmar que o crescimento da riqueza é diametralmente proporcional ao aumento da pobreza, já que se assenta na expropriação de um pelo outro.

Nesse sentido, a complexificação da divisão social de trabalho, sua forma de gestão e organização da força de trabalho e dos trabalhadores, fundamentais para acumulação, precisam ser apreendidas.

No Brasil, as mudanças do padrão de acumulação e regulação social do trabalho, impactados pelas formas como são construídas as respostas à questão social e às características da formação social brasileira, fazem com que a relação com o trabalho assuma características que a particularizam.

O Brasil é profundamente marcado pelo trabalho escravo, que ainda perdura até os dias de hoje, sobretudo vitimando trabalhadores sem-terra, migrantes e sem emprego, assim como sua herança impera nas relações de trabalho, percebida no alto grau de exploração de algumas categorias e em suas diversas conformações, com baixos salários, altas jornadas e descumprimento dos direitos sociais e trabalhistas.

Com a Lei Áurea, o "dito" trabalho livre vai ganhando o espaço do escravismo, embora o último sobreviva ao novo modo de produção, por ser encontrado, especialmente, no agronegócio, como forma de maximizar a extração da mais-valia, envolvendo inclusive marcas conhecidas, demonstrando toda a força política e econômica da Casa-Grande, ainda nos dias de hoje.

A questão social forja-se no desenvolvimento histórico do Brasil, sobretudo no que diz respeito às relações de trabalho.

A “questão social” seu aparecimento diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites de formação econômico-

social brasileira. Sem que se tenha realizado em seu interior a acumulação (primitiva) que lhe dá origem, característica que marcará profundamente seus desdobramentos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 127).

A passagem do trabalho escravo para o trabalho livre promove o aceleração do processo de industrialização e o acirramento das desigualdades, antagonizando e marcando as diferenças entre as classes sociais.

Com o início da industrialização, muitas famílias que vivem do trabalho migram para os grandes centros urbanos e passam a viver e trabalhar em condições sub-humanas. Como o valor aportado ao trabalho é injusto e insuficiente, mulheres e crianças engrossam a massa de trabalhadores, com salários ainda mais inferiores, em jornadas extenuantes, ambientes impróprios, sem nenhuma forma de proteção ao trabalho.

As resposta às reivindicações dos trabalhadores era a repressão policial, o uso da coerção e da força. Não havia legislação que respondesse às suas necessidades de proteção.

[...] a prática normal de usar a repressão como forma mais eficaz de apoio aos mecanismos econômicos, de esmagamento e dominação, aparecem como a face mais evidente de seu comportamento durante a Primeira República (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 140).

Outro aspecto importante é que os trabalhadores brasileiros foram historicamente estereotipados como “incapazes, vagabundos, insolentes, ignorantes” (CHAUÍ, 2012).

Dentro dessa lógica burguesa, era preciso garantir o disciplinamento através do trabalho, para atender aos anseios capitalistas de exploração, e o Serviço Social tem papel importante nesse processo, pois foram diversas as estratégias utilizadas nesse processo de domesticação.

Nestas, são muito comuns as *Vilas operárias*, ambulatórios, creches, escolas etc., aliadas a certas atitudes comuns à época, como não descontar o tempo das operárias que amamentam seus filhos etc. O uso desses equipamentos, em geral gratuito ou a preço muito reduzido – à exceção do aluguel das casas – tem uma contrapartida constante no rebaixamento salarial face a empresas do mesmo ramo que não os possuam, e a sujeição ao controle da sua vida cotidiana, política e reivindicatória. Os *benefícios* são condicionados ao bom comportamento diante das greves e a uma vida pessoal regrada (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 148, itálico original).

As legislações trabalhistas brasileiras respondem à pressão dos trabalhadores, aviltados pelas condições em que viviam, muito mais pelo temor da

força organizativa dos operários do que pelo reconhecimento da necessidade de proteção. Destaca-se aqui, o papel de Vargas, que promove a própria manutenção no poder por meio de medidas como a implementação da legislação trabalhista.

Posteriormente, o desenvolvimentismo proposto pelo governo de JK proporciona, com o plano de metas, a ampliação de alguns pontos, como a energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação e construção de Brasília. Fica conhecido pela ampliação da indústria automobilística e expansão das cidades e dos anéis periféricos (no entorno das cidades). O desenvolvimento industrial é assentado na exploração dos trabalhadores, mas também proporciona sua aglutinação e organização.

Na ditadura militar, os trabalhadores são submetidos à violência do domínio estatal, que controla os sindicatos, as associações, e fábricas. Havia militares infiltrados nas indústrias para detectar focos de subversão e muitos trabalhadores passaram a viver na clandestinidade.

O emprego era associado a homens de bem e o desemprego aos comunistas (perigo para a sociedade). Essa visão foi difundida pelas campanhas do regime. Muitas vezes, nas ruas, os trabalhadores, ao serem interpelados, eram “liberados” mediante a apresentação da carteira de trabalho.

As transformações engendradas pela indústria japonesa, nos idos de 1970, na produção de automóveis e a paulatina substituição do modelo taylorista/fordista (trabalho em massa especializado) pelo toyotismo, culmina nos processos de reestruturação produtiva, que atinge os modos de produção e reprodução social no capitalismo. A partir daí, a terceirização, polivalência e precarização do trabalho tomam proporções nunca antes vistas, como tratado anteriormente.

Particularmente nas últimas décadas a sociedade contemporânea vem presenciando profundas transformações, tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade, dadas as complexas relações entre essas formas de *ser* e *existir* da sociabilidade humana. A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas consequências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital (ANTUNES, 2000, p. 15, *italicos originais*).

Essas formas assumidas pelos processos de trabalho conformam os novos processos e as formas de exploração e alienação com que nos deparamos atualmente, e atingem também os assistentes sociais, trabalhadores e usuários das políticas sociais.

No âmbito do sistema capitalista, as transformações ocorridas no mundo do trabalho exigem um novo padrão de comportamento, de sociabilidade e de ideais para atender às necessidades do capital, dentre elas o *workfare*, fundado no compromisso de políticas de ativação de emprego como passaporte de acesso às políticas sociais, como vimos.

Dentro desse contexto, são enaltecidos os valores morais do trabalho; fundado no pensamento conservador, que se sustenta não em um avanço civilizatório, potencial das políticas sociais, mas em um novo padrão produtivo "amplamente desfavorável aos trabalhadores que se torna compulsório aceitar qualquer emprego, ainda que indigno, mal remunerado e precário, em troca do direito a sobrevivência" (RAICHELIS, 2013, p. 616).

Transitar para a análise do exercício profissional, onde ocorre o trabalho social com famílias, requer apreender todo esse complexo emaranhado processamento do trabalho e de sua mercantilização nos processos de produção de valor e nas formas que assume no capitalismo contemporâneo.

CAPÍTULO 4

EXPLORANDO CAMINHOS DE ANÁLISE SOBRE FAMÍLIAS: REVISTA *SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE* DE 2004 A 2015

O material em análise, situado no arco temporal que vai de 2004 a 2015, integra a revista *Serviço Social & Sociedade*, publicação da editora Cortez. A escolha dessa revista se deu por diversos motivos.

Primeiramente, por sua importância histórica para a profissão e para o trabalho, e por sua qualidade reconhecida, já que se constitui em uma publicação editada desde 1979, ranqueada como Qualis 1, pela Capes, que vem publicizando trabalhos, em sua maioria, derivados de pesquisas científicas originadas dos docentes e alunos dos programas de pós-graduação *stricto sensu* na área do Serviço Social.

Esta revista é também referenciada pelos assistentes sociais e utilizada de maneira recorrente para atualização profissional, assim como tem se constituído em aporte bibliográfico para concursos e seleções no interior da categoria.

Outro aspecto é sua relação com o PPGSS-PUC-SP pois, em algumas de suas publicações vem expressar discussões adensadas no contexto das disciplinas, núcleos e atividades e produção do conhecimento neste programa.

E, finalmente, sua tradição crítica, ainda hegemônica, na produção do conhecimento, constituindo-se em um espaço de manifestação do Serviço Social e das ciências sociais aplicadas, compondo o acervo intelectual dos assistentes sociais.

A compreensão teórico/metodológica da realidade, fundada no acervo intelectual que se constituiu a partir das principais matrizes do pensamento social e de suas expressões nos diferentes campos do conhecimento humano, é processo que se constrói na interlocução com o próprio movimento da sociedade (YAZBEK, 2009, p.145).

4.1 Metodologia de Pesquisa

Apresentamos aqui o caminho trilhado para a construção desta pesquisa, que se propôs qualitativa, apoiando-se na pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico, que aproximou nossas lentes para a apreensão da realidade.

Tal opção metodológica possibilitou a análise e dar visibilidade às tendências e ao conhecimento produzido, tendo como objeto de pesquisa e interesse de estudos temas correlatos ao trabalho com famílias, assim como traçar um panorama das perspectivas sobre as quais se assentam as análises do tema.

Como a aproximação com o objeto foi dada a partir de fontes bibliográficas, agora retomamos essas produções como um contributo para avançar em subsídios para o trabalho com famílias.

A metodologia proposta expressa a visão de mundo da pesquisadora, que refuta análises a-históricas e tem a convicção de que o método dialético, partindo da dimensão histórico-crítica da realidade, das contradições e da totalidade é que pavimentaram e iluminaram o caminho destas análises.

Portanto, realizar uma pesquisa entendendo a realidade social dinâmica, contraditória, histórica e ontológica implica na utilização de procedimentos metodológicos que consigam engendrar todos esses pressupostos com a mesma intensidade como se apresentam quando estão em relação (MIOTO; LIMA, 2007, p. 40).

A partir da escolha da fonte utilizada na pesquisa, elencamos como parâmetro para seleção das publicações a cronologia e os temas, nos apoiando em obras relacionadas ao objeto de estudo, de acordo com os temas correlatos ao trabalho com famílias.

O período analisado traz um recorte de uma década, marcado a partir de 2004, quando é implantada a Política Nacional de Assistência Social, que tem a família como elemento central, por isso, hipoteticamente, trabalhamos com a ideia de que posteriormente a esse período encontraríamos maior volume de publicações sobre a temática.

São artigos, comunicações de pesquisa, resenhas, entrevistas, que abarcam mais de uma década e, por isso, não alheias às condições sociais políticas e acadêmicas em que foram produzidas.

Esses materiais revelam-se elementos preciosos para entender as concepções, perspectivas e os subsídios para o trabalho com famílias e a abordagem de temas correlatos ao objeto, sua construção sócio- histórica, no bojo da profissão de Serviço Social, particularmente no que concerne aos referenciais histórico-conceituais, as categorias de análise utilizadas, as políticas sociais e os planos nacionais que se relacionam às questões ligadas ao trabalho e às preocupações profissional, como refletem também as condições e o contexto sociopolítico da sua elaboração. Por isso mesmo, neles pulsa, igualmente, a história do Serviço Social e das políticas sociais.

A opção pela perspectiva histórico-crítica nos conduziu a investigar não só o produto, mas também o contexto, entendendo-o como parte de um todo, ou seja, foi nossa preocupação situar as determinantes sociais, políticas e científicas em que os trabalhos publicados foram produzidos.

Outro aspecto foi fugir da perspectiva exploratório descritiva, cunhada somente em recortes, subsumindo os movimentos da sociedade. Os movimentos da sociedade são, neste sentido, entendidos não somente como cenário ou pano de fundo onde se projetam os acontecimentos, mas a determinante deles.

As ausências e omissões temáticas têm também um significado a relevar, fugindo das perspectivas dicotômicas que estabelecem certo/errado, conservador/progressista.

Cabe considerar ainda que poderíamos nos deparar com fragilidades no conteúdo e controvérsias nas formas teórico-metodológicas da sua construção, nesse sentido, essas foram igualmente representativas das condições de produção e passíveis de identificação de seu valor, no contexto sócio-histórico em que se inserem.

Nessa esteira, ainda foi possível identificar que muitos produtos elaborados constituem, por vezes, a primeira abordagem sobre o tema.

Para nós, a perspectiva crítica, como caminho de análise, não se coloca como justificativa para desqualificação das outras produções, mas para reforçar a necessidade de matrizes que tenham potencial para interpretação da realidade com a radicalidade necessária e as superações propositivas para a dimensão interventiva da profissão.

O método dialético implica sempre em uma revisão e em uma reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação preexistente sobre o objeto de estudo. Traz como necessidade a revisão crítica dos conceitos já existentes a fim de que sejam incorporados ou superados criticamente pelo pesquisador. Trata-se de chegar à essência das relações, dos processos e das estruturas, envolvendo na análise também as representações ideológicas, ou teóricas construídas sobre o objeto em questão (LIMA; MIOTO, 2007, p. 40).

A perspectiva exploratória na análise da produção baseou-se nas variáveis de um tratamento bibliotecário prévio, abrangendo as categorias: temas, título e palavras-chaves; centrando as buscas em: família/s, familiar/es, trabalho com famílias, matricialidade familiar, centralidade nas famílias e familismo.

Na aproximação inicial, a partir do arco temporal previamente estabelecido, identificamos 48 revistas, dos números 77 a 124 (Quadro 1).

Quadro 1 – Recorte do período e número das edições da revista *Serviço Social & Sociedade*

Ano	Número da Edição			
2004	77	78	79	80
2005	81	82	83	84
2006	85	86	87	88
2007	89	90	91	92
2008	93	94	95	96
2009	97	98	99	100
2010	101	102	103	104
2011	105	106	107	108
2012	109	110	111	112
2013	113	114	115	116
2014	117	118	119	120
2015	121	122	123	124

Fonte: Elaboração própria.

Seguindo os critérios indicados, localizamos 18 publicações, em 48 revistas (Quadro 2).

Quadro 2 – Títulos/Temas e palavras-chaves localizados em 18 publicações de 48 revistas

Ano	Número	Autor	Título /Tema da Revista	Palavras-Chaves
2004	80	Susana Pires, Ana Matos; Margarida Cerqueira; Daniela Figueiredo; Liliana Sousa	Retratos da Vida das Famílias Multiproblemáticas (Política de Assistência Social)	Famílias Multiproblemáticas; Estrutura Familiar; Funcionamento Familiar; Intervenção Familiar
2005	81	Dalva Azevedo Gueiros; Rita de Cassia Silva	Direito à Convivência Familiar	Convivência Familiar

Quadro 2 – Títulos/Temas e palavras-chaves localizados em 18 publicações de 48 revistas

Ano	Número	Autor	Título /Tema da Revista	Palavras-Chaves
		Oliveira	(Temas em Debate)	
2005	83	Catarina Volic; Myrian Veras Batista	Aproximações ao Conceito de Negligência (Trocando em Miúdos) Crianças e Adolescentes	Família
2005	83	Abigail Aparecida de Paiva Franco	Instituição do Programa Família de Apoio na Direção de Política Pública de Acolhimento (Crianças e Adolescentes)	
2006	86	Joana Garcia	Política Social e Serviço Social: Contextos Distintos, Desafios Semelhantes (Espaço Público e Direitos Sociais)	Família
2006	86	Cassia Maria Carloto	Gênero, Políticas Públicas e Centralidade na Família	Centralidade na Família
2007	91	Eunice Teresinha Fávero	O que É o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Trocando em Miúdos - Projeto Profissional e Conjuntura)	
2007	92	Ângela Cristina Salgueiro Marques; Rousiley Celi Moreira Maia	Dimensões da Autonomia no Combate à Pobreza: O Programa Bolsa Família sob a Perspectiva das Beneficiárias (Política Social: Desafios para o Serviço Social)	
2007	92	Janete Aparecida Giorgetti Valente	Uma Reflexão sobre Acolhimento Familiar (Política Social: Desafios para o Serviço Social)	Acolhimento Familiar; Retorno à Família de Origem
2009	97	Carola C. Arregui; Mariangela B. Wanderley	A Vulnerabilidade Social é Atributo da Pobreza? (Serviço Social História e Trabalho)	Famílias
2009	98	Kathleen Elane Leal Vasconcelos; Sandra Amélia Sampaio Silveira; Thaísa Simplicio Carneiro; Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa	Serviço Social e Estratégia de Saúde da Família: Contribuições ao Debate (Mundialização do Capital e Serviço Social)	Estratégia de Saúde; Família; Equipes de Saúde da Família
2009	98	Inaia Maria Moreira de Carvalho; Claudia Monteiro Fernandes	Algumas Considerações sobre o Bolsa Família (Mundialização do Capital e Serviço Social)	Bolsa Família

Quadro 2 – Títulos/Temas e palavras-chaves localizados em 18 publicações de 48 revistas

Ano	Número	Autor	Título /Tema da Revista	Palavras-Chaves
2010	103	Veronica Gonçalves Azevedo	Entre Paredes e Redes: O Lugar da Mulher nas Políticas Pobres (Formação e Exercício Profissional)	Famílias
2011	105	Rosa Maria Ferreiro Pinto; Fátima Aparecida Barbosa de Oliveira Micheletti; Luzana Mackevícus Bernardes; Joice Maria Pacheco; Antonio Fernandes; Gisela Vasconcellos Monteiro; Magda Lucia Novaes Silva; Tânia Maria Horneaux de Mendonça Barreira; Aparecida Favorêto Makhoul; Amélia Cohn	Condição Feminina de Mulheres Chefes de Família em Situação de Vulnerabilidade Social (Comunicação de Pesquisa - Direitos Sociais e Política Pública)	
2012	111	Jane Valente	Acolhimento Familiar: Validando e Atribuindo Sentido às Leis Protetivas (Questão Social: Expressões Contemporâneas)	Acolhimento Familiar; Família Acolhedora
2012	110	Suenya Santos da Cruz	O Fenômeno da Pluriatividade no Meio Rural: Atividade de Base Agrícola Familiar (Questão Agrária e Pobreza)	Agricultura Familiar
2012	110	Remi Fernand Lavergne	Programa Bolsa Família: Uma Nova Modalidade de Biopolítica (Questão Agrária e Pobreza)	Bolsa Família
2015	124	Regina Celia Tamaso Mioto	Política Social e Trabalho Familiar: Questões Emergentes no Debate Contemporâneo (Conservadorismo, Lutas Sociais e Serviço Social)	Trabalho Familiar; Família

Fonte: Elaboração própria.

Salvador (1986) aponta para a necessidade de leituras sucessivas do material com o intuito de apreender os dados almejados e foi isso que se pretendeu. No caso da pesquisa bibliográfica, a principal mediação é a “leitura de reconhecimento do

material bibliográfico” que foi feita em biblioteca própria, para localização e seleção do material. Posteriormente, a “leitura exploratória” serviu para verificar se as informações e/ou dados selecionados interessavam de fato para o estudo.

A seleção dos trabalhos possibilitou o teste do instrumento de coleta que se mostrou adequado, permitindo o alcance das informações consideradas importantes.

Os artigos demonstraram atender aos objetivos da pesquisa e, desde as aproximações iniciais, indicaram estreita conexão com a implantação de políticas sociais, sistemas únicos e planos nacionais da época e de temas que emergem nesse contexto.

Revelaram ainda, em seus conteúdos, opções temáticas e metodológicas da formação e das preocupações pedagógicas e profissionais, retratando discussões de uma década.

O instrumento de coleta de dados, com o intuito de orientar o exame das obras escolhidas, foi elaborado e preenchido a partir das leituras. Neste caso, utilizamos um roteiro para leitura com campos para investigação que traziam a identificação da obra (referência bibliográfica completa e localização da obra), caracterização da obra, com destaque para o principal tema abordado; o objetivo da obra, conceitos utilizados, identificando as referências histórico-conceituais e as categorias de análise presentes na obra e se eram pertinentes ao objeto de estudo proposto; contribuições da obra para o estudo proposto – consistem no registro das reflexões, dos questionamentos e encaminhamentos suscitados pela leitura da obra (MIOTO; LIMA, 2007).

Com o uso do roteiro, foram captadas as referências histórico-conceituais em que se assentam os trabalhos.

A pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (GIL, 1994, apud LIMA; MIOTO, 2007, p. 40).

Nesse sentido, identificamos em quais categorias se ancoram as análises: especialmente se as marxianas têm especial relevância, e, ainda, se trazem a discussão de classe, gênero, raça e etnia, quando discorrem sobre temas correlatos às famílias.

Almejamos entender se os artigos em questão estão relacionados a políticas sociais e planos nacionais, traduzindo o posicionamento do Estado e a defesa de direitos que relevam. Consideramos, ainda, dentro da perspectiva sócio-histórica, se as publicações estabelecem relação com a formação social brasileira.

Centramos esforços em captar quais conceitos de famílias permearam as publicações.

A análise investigativa no Serviço Social assenta-se nas especificidades dessa área do conhecimento, como afirma Iamamoto (2011a, p. 210), por derivar das “particularidades atribuídas à profissão na divisão social e técnica do trabalho e suas implicações para a interpretação e condução do trabalho do assistente social na atualidade”.

Por esse motivo, nos centramos também em compreender as leituras que amparam as publicações e como os artigos se referem ao trabalho profissional (definições, atribuições, demandas, requisições) direcionado às famílias e quais as preocupações profissionais que atravessam esse contexto.

Para tal, iniciamos a *leitura seletiva* relacionando-a diretamente aos objetivos da pesquisa. Momento de seleção das informações e/ou dados pertinentes e relevantes, quando são identificadas e descartadas as informações e/ou dados secundários.

A partir da pesquisa e experiência profissional, apresentamos as perspectivas do trabalho social com famílias encontradas hoje que antagonizam com a construção de direitos e corroboraram com o que encontramos na análise das publicações.

Por fim, do que encontramos nas publicações, e com o caminho pavimentado pela pesquisa, buscamos ofertar subsídios para o trabalho com famílias.

4.2 Análise das Bases Teórico-Methodológicas das Produções sobre Famílias

Das 48 revistas pesquisadas, encontramos 18 publicações (Quadro 2): Títulos como Retratos da Vida das Famílias Multiproblemáticas (2004); Direito à

Convivência Familiar (2005); Aproximações ao Conceito de Negligência (2005), Instituição do Programa Família de Apoio na Direção de Política Pública de Acolhimento (2005); Política Social e Serviço Social: Contextos Distintos, Desafios Semelhantes (2006); Gênero, Políticas Públicas e Centralidade na Família (2006); O que É o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2007); Dimensões da Autonomia no Combate à pobreza: o Programa Bolsa Família sob a Perspectiva das Beneficiárias (2007); Uma Reflexão sobre Acolhimento Familiar (2007); A Vulnerabilidade Social é Atributo da Pobreza? (2009); Serviço Social e Estratégia de Saúde da Família: Contribuições ao Debate (2009); Algumas Considerações sobre o Bolsa Família (2009); Entre Paredes e Redes: O Lugar da Mulher nas Políticas Pobres (2010); Condição Feminina de Mulheres Chefes de Família em Situação de Vulnerabilidade Social (2011); Acolhimento Familiar: Validando e Atribuindo Sentido às Leis Protetivas (Questão Social: Expressões Contemporâneas) (2011); O Fenômeno da Pluriatividade no Meio Rural: Atividade de Base Agrícola Familiar (2012); O Programa Bolsa Família: Uma Nova Modalidade de Biopolítica (2012); Política Social e Trabalho Familiar: Questões Emergentes no Debate Contemporâneo (2015).

As unidades de análise pesquisadas foram: temas da revista, título e palavras-chaves, centrando as buscas em: família/s, familiar/es, trabalho com famílias, matricialidade familiar, centralidade nas famílias, familismo.

Das 18 publicações pesquisadas, 14 possuíam referência no título e 14 nas palavras-chave. Encontramos: famílias multiproblemáticas, estrutura familiar, funcionamento familiar, intervenção familiar (2004); convivência familiar (2005); família (2005;2015); família de apoio (2005); famílias (2006); centralidade na família (2006); convivência familiar (2006); acolhimento familiar, retorno à família de origem (2007); famílias (2009; 2010); saúde da família (2009); bolsa família (2007; 2009; 2012); chefes de família (2011); acolhimento familiar (2011); agricultura familiar (2012); trabalho familiar(2015).

Os temas encontrados referem-se a "conhecimento sobre as características estruturais e funcionais das famílias multiproblemáticas"; "convivência familiar como direito das crianças e dos adolescentes e de seus pais"; "conceito de negligência tendo em vista superar a fragilidade que tem permeado sua utilização nos

diagnósticos norteadores da prática profissional"; "família acolhedora em Franca /SP"; "aspectos da relação dos assistentes sociais com as políticas sociais, a partir das experiências britânicas e brasileiras"; "enfoque dado às mulheres das políticas públicas de combate à pobreza, a partir da centralidade da família"; "apresentação dos conteúdos centrais do PNCFC"; "situação de crianças e adolescentes que necessitam ser tiradas de sua família de origem, como proteção e explicitar o trabalho de acolhimento familiar"; "bolsa família sob a perspectiva das beneficiárias"; "reflexão sobre conceito de pobreza e vulnerabilidade resultado da discussão de trabalhos empíricos realizados com famílias em situação de pobreza"; "debate acerca de assistentes sociais na ESF"; "discussão sobre o programa Bolsa Família"; "em que medida a desigualdade de gênero pode incidir sobre a condição de pobreza e as formas de proteção a família"; "condições de vida, estratégias de sobrevivência, representações sobre o papel feminino, construção de identidade das mulheres na região central de Santos"; "execução do serviço de acolhimento em família acolhedora em todo o território nacional"; "contradições da pluriatividade para explicar a agricultura familiar"; "programa Bolsa Família e biopolítica"; e "contraditória relação política social e trabalho familiar".

As temáticas predominantes ancoram-se na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e foram encontradas em seis artigos; cinco deles dizem respeito à convivência familiar e comunitária; família acolhedora; e acolhimento familiar e o outro sobre o conceito de negligência.

Esses temas são de suma importância para o objeto e refletem o contexto sociopolítico da década pesquisada, onde a defesa do direito à convivência familiar e comunitária mobilizou esforços especialmente daqueles inseridos no Sistema de Garantia de Direitos (SGD), com claros reflexos na produção do Núcleo da Criança e do Adolescente (NCA)-PUC-SP, protagonistas nas lutas travadas pelos direitos das crianças e dos adolescentes e de suas famílias.

Seguidas das edições com a temática predominante, encontramos três publicações pautadas no programa Bolsa Família, núcleo central da política social brasileira, objeto de estudos e polêmicas, sob diferentes abordagens: o primeiro deles tratando sobre as controvérsias dos impactos do programa; o segundo abordando o programa sob a perspectiva das beneficiárias; e, por fim, o terceiro

almejando demonstrar como o programa bolsa família remete a uma forma biopolítica, nos termos de Foucault.

Encontramos três publicações relacionadas à temática de gênero, sendo duas voltadas para as políticas públicas e uma pesquisa sobre o que chamam de "condição feminina".

Localizamos também temas voltados a: estrutura e funcionamento familiar; relação das políticas sociais e dos assistentes sociais; inserção do assistente social na Estratégia de Saúde da Família; problematização conceitual sobre vulnerabilidade e risco, agricultura familiar e política social e trabalho familiar.

4.3 Referencial Histórico-Conceitual

Procuramos captar em quais referências e conceitos se ancoram as publicações e encontramos um universo bastante heterogêneo, assentados em pesquisas de experiências em cidades (Franca/SP, Santos/SP, Campinas/SP, Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ), comparativas com outros países (Brasil e Reino Unido); instituições (Vara da Infância e Juventude); projetos; programas; planos; e políticas (acolhimento familiar, Bolsa Família, Plano de Convivência Familiar e Comunitária, Estratégia de Saúde da Família, SUS, Suas); estudos e pesquisas socioeconômicas; legislações (convivência familiar e comunitária); conceitos (vulnerabilidade e pobreza e negligência); periódicos nacionais e internacionais (línguas espanhola e italiana).

O contexto sociopolítico em que se inserem as produções não são alheios aos contextos social e político em que foram produzidas.

Nessa direção, a política social se altera, forjada nas mudanças do padrão de acumulação capitalista e do intenso processo de reestruturação produtiva; redimensionando sua oferta, a relação com as famílias; assim como o trabalho profissional e os espaços sócio-ocupacionais onde os assistentes sociais se inserem⁷³.

⁷³ Discussões situadas na própria tese.

Nesse arco temporal, demos especial destaque à luta pela aprovação da PNAS (2004) e pelo Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2006), sem desconsiderar as lutas que aconteceram no âmbito dos processos democráticos, nem de lutas que foram construídas antes desse arco temporal, nas quais os assistentes sociais têm participação fundamental.

Essas lutas desdobraram-se em discussões contempladas pelas publicações, como a efetivação da PNAS; implantação do Suas; programa Bolsa Família; trabalho com famílias; centralidade na família; efetivação do Plano de Convivência Familiar e Comunitária; o acolhimento familiar. Destacamos⁷⁴, ainda, as orientações técnicas e legislações que a sucederam, como a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009); orientações técnicas; assim como a criação de serviços como o Núcleo de Apoio a Saúde da Família (Nasf) (2008), na saúde, e as mudanças na lei de adoção.

Para nos aproximarmos do referencial histórico-conceitual encontrado nas publicações, nos apoiamos na construção de eixos de análise a partir das fichas bibliográficas, a saber: Determinações da questão econômica; Estado e políticas sociais; Perspectiva de direitos; Política neoliberal e proteção social; e Formação social brasileira.

4.3.1 Determinações da questão econômica

Nesse eixo procuramos captar como as publicações abordam as determinações da questão econômica sobre o objeto estudado, em especial as referências ao sistema de produção, à reprodução das relações sociais, à acumulação de riqueza socialmente produzida, e à questão social.

As referências histórico-conceituais mais utilizadas, quando se trata da questão econômica, foram a pobreza, a desigualdade e vulnerabilidade social.

⁷⁴ Os destaques aqui guardam estreita relação com o trabalho social com famílias que tem sido demandado no contexto das políticas sociais citadas.

Embora anunciadas nas publicações, raramente são definidas, problematizadas ou deixam pistas da perspectiva teórica de que partem, como fizeram Arregui e Wanderley (2009, p. 146) ao tratar de pobreza.

Vai se forjando a noção de pobreza como uma questão multidimensional, que ultrapassa suas históricas manifestações, assumindo novos contornos. Além de sua natureza econômica, de se constituir de privação e carência material - de alimento, moradia, emprego, meios de participar do mercado de consumo - é carência de direitos, de possibilidades, de esperança (MARTINS, 1991, p.11) É, portanto, também, uma dimensão política produzida e reproduzida no seio das relações sociais.

Ou ainda em Azevedo (2010, p. 577) que, ao trabalhar com o conceito de desigualdade, parte da construção teórica de Hanna Arendt, tomando a “desigualdade do ponto de vista da natureza humana”.

Entendemos como salutar que as publicações problematizem as categorias teóricas com as quais se filiam ou não⁷⁵ para possibilitar o debate.

Como Cruz (2012), que elegeu a teoria social marxista e, tomando como referência a categoria trabalho e reprodução social, vai no cerne do modo de produção capitalista para explicar a constituição da agricultura familiar, através de seu registro da dominação de classe ,a partir da apropriação privada e excludente dos meios de produção com a finalidade de acumulação de capital e renda.

Lavergne (2012), que trabalhou à luz de Foucault com as categorias de biopolítica e biopoder. Marques e Maia (2007) trabalharam com as categorias de participação e autonomia, na perspectiva habemasiana.

De modo geral, o que encontramos foram categorias descoladas das bases que as sustentam.

A maioria das publicações não relaciona seu objeto de estudo com o modo de produção capitalista, à reprodução das relações sociais e à acumulação da riqueza socialmente produzida.

Mioto (2015, p. 701) situa a família burguesa nos marcos do capitalismo e como consequência do processo de acumulação de capital.

⁷⁵ Arendt, em suas obras, teceu duras críticas ao pensamento de Karl Marx e desenvolve, por exemplo, sua própria concepção de trabalho.

Nasce uma família identificada como “instância privada”, isenta de responsabilidades públicas e, ao mesmo tempo, com disponibilidade de recursos privados com base na criação e no controle de um capital privado. Em outras palavras, sem a obrigação de responder às consequências sociais e coletivas do próprio processo de circulação e de acumulação de capital; conseqüentemente, cortando os vínculos de reciprocidade. Isso marca uma assimetria entre as famílias detentoras do capital privado e as famílias que para essas trabalhavam.

A autora ainda enfatiza a cisão entre o mundo da produção e reprodução e destaca seu diálogo com as feministas, de orientação marxista para entender nesse contexto o trabalho da mulher.

O Instituto de Estudos Especiais (apud ARREGUI; WANDERLEY, 2003, p. 147) também associa a pobreza com relações sociais mais amplas.

A pobreza, produzida e reproduzida no seio das relações sociais, depende não apenas da renda, mas também do acesso aos serviços sociais, a espaço de participação, ao poder, e a possibilidade de usufruir da riqueza material e imaterial socialmente construída.

Nessa esteira, observamos se as publicações tomaram como referência a questão social. As autoras situam a questão social⁷⁶ nos marcos da sociedade capitalista⁷⁷.

Historicamente, a pobreza tem sido considerada caso de polícia e, portanto, associada a classes perigosas e alvos de estratégias repressivas ou da vigilância sanitária. De fato, isso representa até hoje o tratamento clássico da questão social, revelando um sistema que não é capaz de resolver sua principal contradição: enquanto a produção social do trabalho coletivo, a apropriação dos seus frutos, fica monopolizada por uma parte da sociedade (ARREGUI; WANDERLEY, 2009, p. 146).

Assim como faz Cruz (2012, p. 243), para compreender a particularidade da agricultura familiar, imersa na dinâmica ampliada do capital, “mergulhando na gênese da constituição histórica desse modo específico de produção, trazendo à tona a contradição entre as classes sociais que fundamenta a questão social”.

⁷⁶ “A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. [...] Esse processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

⁷⁷ Importante ressaltar de onde se situam, pois, descontextualizadas, podem apresentar um uso indiscriminado ou na perspectiva conservadora da expressão, como situou Netto (2001) em *Cinco Notas a Respeito da Questão Social*.

A constatação de que apenas quatro publicações apoiavam suas análises na questão social, nos causou grande "estranhamento pelo estranhamento"⁷⁸, pois esta é tomada como matriz explicativa da profissão e da realidade, no projeto ético-político contemporâneo, com base na teoria social marxista.⁷⁹

Ao se distanciar de matrizes teóricas que colocam a questão social como medular para a análise, corre-se o risco de apreender suas expressões pela superfície, descolado do contexto sócio-histórico que as produzem.

Arregui e Wanderley (2009, ap. 157), ao tratar do uso indiscriminado do conceito vulnerabilidade social, situam muito bem esses riscos.

O grande problema dessa abordagem é identificar a vulnerabilidade social com a pobreza sem tecer as relações necessárias com a questão das desigualdades e da distribuição de riqueza. Dessa forma, corre-se risco de ficar engessado num discurso tecnocrata, fazendo de conta que não existem questões estruturais que condicionam a questão social. Descontextualizar pode levar, também, ao desvio da individualização dos problemas sociais e à desresponsabilização da coisa pública [...] Associar a pobreza com desvantagem, debilidade e, principalmente, com risco, numa sociedade que associa risco com medo, incerteza e segurança, pode derivar na retomada de estigmas que associam pobres com classes perigosas, e, portanto, reforçar intervenções repressivas e tuteladoras.

Nesse sentido, situar as análises nos marcos do sistema capitalista e da questão social, torna-se de fundamental importância. As vicissitudes enfrentadas pelas famílias citadas nas produções estudadas têm suas raízes na questão social, forjada no sistema de produção, voltada à acumulação da riqueza socialmente produzida. Chamou nossa atenção, que a maioria das publicações não cita nominalmente o capitalismo, sistema que produz e reproduz desigualdade.

Outro aspecto ressaltado, que, para nós, expressa a questão social, é apresentado como problema socioeconômico; conjunto de fatores, conflitos; nova problemática social; e pode não apenas subsumir o vigor explicativo da questão social como categoria de análise, como enviesar por um caminho que individualiza, psicologiza a questão social ou, ainda, responsabiliza as famílias.

⁷⁸ Estranhamento, no sentido mais marxista do termo, como posição assumida em relação ao trabalho.

⁷⁹ A partir dos anos 1990, difunde-se a tese que trata a questão social como base de fundação sócio-histórica da profissão, bem como matéria-prima de trabalho dos assistentes sociais em suas múltiplas expressões (IAMAMOTO, 2001).

Os problemas socioeconômicos são posicionados como “carência de recursos materiais, ausência de estrutura na organização familiar, vícios e enfermidades física e emocional dos seus membros” (FRANCO, 2005, p.164).

Aparece ainda a ideia de conjunto de fatores “que se inter-relacionam, sejam eles sociais, psicológicos, culturais, políticos, econômicos, internos ou externos a família” (VALENTE, 2007, p. 180). A ideia de conflito também está presente.

A luta pela sobrevivência, convivendo com a situação de pobreza, violência, drogas, falta de infraestrutura, desemprego, migração, ocupação territorial inadequada, tem acentuado os conflitos e dificuldades de convivência, resultando muitas vezes em sintomas de autodestruição, condutas impulsivas, violência doméstica, alcoolismo, drogadição, interferindo diretamente na dinâmica familiar.

O termo "nova problemática social", inspirado na "nova questão social" de Castel⁸⁰, também é utilizado (LAVERGNE).

A individualização da questão social, que se conforma nas questões individuais descoladas das estruturas que as produzem, foi encontrada.

“Apresentam uma história mórbida, repleta de tratamentos falhados, desenvolvimento de sintomas nos seus membros, crise familiares múltiplas, instabilidade profissional e funcionamento interpessoal seriamente afetado” (PIRES *et al.*, 2004, p. 8).

E a responsabilização e estigmatização das famílias ao serem tratadas como "consumidoras desenfreadas de serviços sociais" ficam evidentes:

A gestão financeira ou, usando outro termo, a relação com o consumo denota a dificuldade em gerir os rendimentos e definir prioridades, mas, acima de tudo, estas famílias são consumidoras desenfreadas de serviços sociais, até o ponto de existir uma relação privilegiada entre ambos, tornando difícil desemaranhar os grupos (PIRES *et al.*, 2004, p.11).

A psicologização da questão social, igualmente, é um perigo eminente, como aparece no resultado de uma das publicações que se refere à "miséria psicológica, individualidade dos sujeitos".

⁸⁰ Concordamos com José Paulo Netto quando afirma que a questão social é uma só, em *Cinco Notas a Propósito da Questão Social*.

O que se desvelou, nesse estudo, foram as manifestações da exclusão social na vida dessas mulheres, que já são oriundas de famílias pobres, também transfiguradas de seu papel protetor pela miséria física, psicológica e emocional. [...] foram memórias extraídas de um cotidiano onde se evidenciaram a individualidade dos sujeitos, rumo à construção de uma identidade muitas vezes descolada do sujeito mulher e dos laços familiares de origem (PINTO *et al.*, 2011).

Oliveira (apud ARREGUI; WANDERLEY, 2009, p. 160) alerta para o risco dos estigmas e, também, para o fato da vulnerabilidade se apresentar incompleta e insuficiente.

Os grupos sociais vulneráveis não são como portadores de atributos que, no conjunto da sociedade, os distinguiram, eles se tornam vulneráveis, melhor dizendo, discriminados, pela ação de outros agentes sociais. Isto é importante não apenas porque os retira da condição passiva de vulneráveis, mas porque identifica processos de produção de discriminação social e aponta para sua anulação.

4.3.2 Estado e políticas sociais

No eixo em questão, procuramos apreender como as publicações concebem o Estado e as políticas sociais, em especial, se captam seu caráter contraditório, expressando a relação entre classes.

Como fez Cruz (2012, p. 257), ao apontar em seu artigo que "o nível de pauperização em que se encontram os agricultores periféricos é fruto de uma histórica omissão do Estado, ou melhor, de uma atuante política excludente".

Essa polarização de interesses, que é fundante nas políticas sociais, foi captada no artigo de Gueiros e Oliveira (2005, p. 126), que traz as determinações sócio-históricas da construção dos serviços de atenção às crianças e aos adolescente e "a manutenção dos abrigos nas mãos da igreja e da sociedade civil", reforçando o viés caritativo e moral, em detrimento da perspectiva de direitos.

Entender as políticas sociais como produto e expressão da luta de classes, que respondem a interesses diversos, é imprescindível para perceber que não é qualquer política social, qualquer ação técnica ou medida burocrática que atendem aos interesses da classe que vive do trabalho, pois, nesse contexto contraditório, onde são forjadas, podem não ser afiançadoras das necessidades sociais das famílias.

Na mesma publicação, as autoras afirmam que somente se forem políticas garantistas é que mediarão o acesso a bens e serviços.

A inserção social [...] traz transtornos importantes a convivência familiar e dificulta a permanência da criança em sua família de origem, caso não contem com políticas sociais que garantam o acesso a bens e serviços indispensáveis à cidadania (GUEIROS; OLIVEIRA, 2005, p. 119).

Em um artigo de suma importância sobre a problematização do conceito de negligência, reitera-se a necessidade de políticas garantistas, pois as políticas sociais, em seu processamento, podem proteger ou punir.

Falar de negligência de pais/ responsáveis em relação à criança e adolescente é tratar sobretudo de um cenário de desigualdade social e de ausência de políticas garantistas, de um patamar que garanta uma vida com dignidade (FUZIWARA, apud VOLIC, 2005, p. 153).

No entanto, na maioria dos artigos que cita as políticas sociais, por vezes traduzidas em programas e planos, elas aparecem livre de contradições, como resposta exata às "dificuldades" que as famílias enfrentam; portanto, podendo mascarar aquelas que não têm nenhum compromisso redistributivo e ações moralistas e disciplinadoras com as famílias.

A centralidade da família nas políticas sociais foi problematizada em alguns artigos, em que nos deparamos com diversas perspectivas. Autores como Garcia (2006, p. 21) alertam para a ativação das famílias no contexto das políticas sociais.

A forma clássica de atender os pobres por meio das políticas públicas é tomar suas famílias como objeto de intervenção. Família é, sem dúvida, uma unidade mais complexa dos que os indivíduos que a compõem, do mesmo modo que planejar políticas com base na família implica uma ação mais abrangente, variada, capaz de atender a diferentes indivíduos e demandas, produzindo, teoricamente, resultados mais eficientes. Embora tomada como novidade, a escolha da família como foco da intervenção social constitui uma estratégia antiga e bastante eficiente como ação disciplinar.

Mioto (2015, p. 700) vai nessa direção, ao afirmar:

A intensificação dos mecanismos de privatização da seguridade social, por exemplo, como procedimento essencial para o processo de acumulação capitalista, evidencia a família como um importante canal para ativação desses mecanismos, especialmente quando envolve a questão dos cuidados aos seus membros dependentes.

Problematiza ainda o que vai chamar de caráter familista da política social.

Caráter familista da política social vem se efetivando e se reforçando em vários níveis e tem se refletido em especial no campo da oferta dos serviços sociais. Isso tem se realizado basicamente por meio de: insuficiência/ausência de serviços, especialmente públicos/estatais de caráter universal; forte investimento de recursos em subsídios à oferta de serviços por entidades não governamentais, os quais tendem a ser focalizados, seletivos, precários e normalizantes; e também da incorporação das famílias no cotidiano dos serviços ofertados (MIOTO, 2015, p.708).

Localizamos, ainda, um artigo que coloca as famílias como dependentes, sustentando a afirmação de que “raramente encontram famílias multiproblemáticas pobres sem ligação com os serviços sociais, as chamadas famílias multiassistidas” (PIRES *et al.* 2004, p. 7). Para completar, os autores afirmam que as famílias abrem mão de responsabilidade transferindo funções familiares para os serviços, explicitando sua concepção de política pública e de seus usuários.

Nesse mesmo artigo, referem-se a serviços adequados *versus* famílias inadequadas.

A interação e intervenção dos serviços com famílias multiproblemáticas e os que existem são bem intencionados, mas apresentam algumas inconsistências ou limitações que prejudicam suas intenções. Ou seja, o modelo de apoio não se adequa a especificidades das famílias multiproblemáticas pobres, que além dos problemas graves, apresentam uma desorganização como sistema (PIRES *et al.*, 2004, p.12).

Em apenas quatro artigos a questão de gênero aparece como categoria de análise. Um, em especial, problematiza o tema nas políticas sociais.

Há uma valorização da família como locus privilegiado de superação das sequelas da questão social por um Estado que pouco tem priorizado os gastos com o social e pouco tem implementado, em termos de política social, estratégias de superação de desigualdades sociais. O enfoque prioritário tem sido o papel da mulher na esfera doméstica, relacionado fundamentalmente à maternidade. Assim, as mulheres, mais que participantes ativas, são tratadas como receptoras passivas, sendo a criação dos filhos seu papel mais efetivo (CARLOTO, 2006, p. 145).

O artigo em questão traz a discussão de que o fato de serem as mulheres o enfoque prioritário dos programas sociais, não significa que esteja colocada a perspectiva de gênero como mediação para enfrentar as desigualdades.

Necessidade de distinção entre o que são programas que tem por alvo presencial as mulheres e os que são programas com perspectiva de gênero. Não é o fato de as mulheres serem centrais nestes programas que faz com que haja uma perspectiva de gênero ou enfoque de gênero. Como pudemos observar, muitas das ações e atividades desenvolvidas no âmbito das políticas públicas podem estabelecer e reproduzir as relações tradicionais de gênero (CARLOTO, 2006, p. 148).

Mioto (2015, p. 703; 712) aponta que, historicamente, a família, por meio do trabalho não remunerado da mulher, estruturou-se como um dos pilares do Estado de Bem-estar Social em muitos países e alerta que

o grande embate que se tem colocado no campo das relações entre política social e família refere-se às tendências entre uma perspectiva que persiste na ideia de manter as atividades de cuidado dentro da casa e tem redundado em um amplo processo de mercadorização e no aprofundamento da desigualdade de classe e de gênero.

Aliás, no trato da questão de gênero, nos deparamos com diferentes perspectivas teóricas. Enquanto um artigo discute gênero atrelado à perspectiva de classe, raça e etnia; outro se utiliza desses termos como força, feminilidade, condição feminina, autoestima, vulnerabilidade emocional.

A par da vulnerabilidade social a que estão expostas, pode-se constatar que elas também apresentam alto grau de vulnerabilidade emocional, seja pelo sentimento de abandono, seja pela violência e exploração a que foram submetidas, seja pela fragilização a que estão expostas cotidianamente na busca de estratégias para a sobrevivência de seu núcleo familiar (PINTO *et al.*, 2011, p. 169).

Interessante que este último anuncia como substrato a perspectiva marxista para a construção das categorias centrais, mas são utilizados: o empoderamento, as estratégias de sobrevivência, a resiliência, aspectos que parecem depositar no sujeito a responsabilidade de transformação, contrária à perspectiva indicada.

Quando as categorias utilizadas não têm estofos para explicar a desigualdade de gênero, no nosso entender, podem, inclusive, incorrer em sua reprodução, reiterando papéis e funções deslocadas de sua construção social e histórica.

Ao mesmo tempo, na sociedade brasileira, é a mulher quem assume as funções domésticas e o cuidado com os filhos, além da pressuposta subordinação ao namorado ou companheiro. Nesse sentido, é importante compreender as representações que estão inseridas nas relações familiares, na violência doméstica e suas vertentes, inclusive a psicológica, e o impacto que isso provoca nesses sujeitos que são, concomitantemente, mulheres trabalhadoras e chefes de família. No entanto, a capacidade de criar os filhos e de ter controle sobre o dinheiro, relacionadas com a atribuição de dona de casa e chefe de família, reforça a força feminina (PINTO *et al.*, 2011, p.170).

A responsabilidade estatal com as políticas sociais foi posicionada em algumas publicações, mas poucas se propuseram a entender quanto a formação e caracterização desse Estado impactam na qualidade dos sistemas de proteção.

Fica claro que o Estado precisa ser tomado como referência conceitual ou categoria de análise, para ser explicitado e entendido como fiador e regulador dessas políticas, como fez Mioto (2015, p. 715): “É necessária a instauração de mecanismos públicos que proporcionem às famílias/mulheres condições para gerir o trabalho de reprodução e para enfrentar os problemas advindos da própria precarização do trabalho”.

Por fim, um aspecto fundamental abordado em um dos artigos sobre a dimensão da autonomia no combate à pobreza diz respeito à participação política.

“Não basta que o Estado modifique seus projetos políticos, é preciso que também possa garantir condições de participação ampla na formulação de políticas sociais, oportunidades iguais, inclusividade” (DAGNINO, 2004; TATAGIBA, 2003, apud MARQUES; MAIA, 2007, p. 61).

Afirmam ainda que as políticas, para serem verdadeiramente democráticas e efetivas, requerem a participação (DAGNINO, 2004; TATAGIBA, 2003, apud MARQUES; MAIA, 2007), o que, para nós, constitui premissa de um Estado com compromissos redistributivos, onde vão se forjando sujeitos coletivos que lutem por melhores condições de vida.

4.3.3 Perspectiva de direitos

Neste eixo, procuramos captar a perspectiva de direitos impressa nas publicações: quais as referências; os limites colocados pelas dificuldades de acesso; os processos que envolvem sua implementação e garantia efetiva; assim como suas possibilidades.

A questão dos direitos apareceu, muitas vezes, anunciadas inicialmente pelas legislações que regulam o tema.

É a legislação que afirma que nenhuma criança poderá mais ser retirada de sua família por pobreza. Quando surgir a necessidade de proteção, a sociedade, o Estado e a comunidade precisam organizar-se, restabelecendo novos conceitos de participação e formação de uma rede de inclusão e proteção social em um trabalho articulado com as políticas sociais. O artigo 23 do Eca determina que a falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para perda ou suspensão do poder familiar (VALENTE, 2007, p. 176).

Muitas foram as referências ao ECA, à CF/88, assim como à Loas, ao SUS, Suas, às orientações técnicas da política de assistência social.

Gueiros e Oliveira (2005, p. 132) inovam, ao discutir a lei de adoção e problematizá-la no campo da proteção e não da legislação.

Neste sentido, verifica-se que, em vez de avançar na propositura de medidas que garantam efetivamente a proteção a família, e, conseqüentemente, o direito à convivência de crianças e adolescentes com seus pais biológicos, apresenta-se a adoção como um direito, e não como uma medida excepcional de proteção.

A necessidade de caminhar da legislação para sua implementação e garantia, aparece especialmente nas publicações que tratam do direito à convivência familiar e comunitária.

O avanço nas leis não garante a mudança nas ações se estas não forem fortemente embasadas em um compromisso de atender às famílias nas suas reais necessidades. O que vemos constantemente são crianças e adolescentes retratando e escancarando o grito de socorro de famílias que precisam ser cuidadas. Famílias que não conseguem acessar os programas ou programas que, quando existem, não atendem às necessidades de emancipação dessas famílias (VALENTE, 2007, p.177).

Outro aspecto essencial aparece em Valente (2007), quando afirma que, historicamente, a legislação penalizou os segmentos mais pobres, apontando a necessidade de caminharmos do direito para a justiça.

As dificuldades de acesso aos direitos, no Brasil, aparecem associadas à desigualdade social e falta de políticas sociais. Contudo, é importante que se enfatize quanto a questão dos direitos está ligada ao modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro.

A defesa da reforma agrária e da política agrícola é de fundamental importância porque está atrelada a problemas estruturais do modelo de desenvolvimento nacional. Sua importância reside no fato de serem políticas de garantia de trabalho no meio rural, portanto, não constituem políticas compensatórias (CRUZ, 2012, p. 265).

Marques e Maia (2007, p. 79) trazem, pela perspectiva habemasiana, a discussão da importância da autonomia política atrelada aos processos de formulação de direitos e políticas sociais, afirmando que “garantir direitos não assegura diretamente a autonomia, é preciso que cada um se entenda como cidadão capaz de cobrar e lutar pelos seus direitos”.

Cidadãos deliberantes precisam determinar quais políticas sociais são mais consistentes e respondem mais adequadamente às suas demandas, levando-se em conta os contextos cultural, econômico e social em que produzem suas relações e seu autoentendimento (HABERMAS, apud MARQUES; MAIA, 2007, p. 63).

Há artigos que se dedicam a trilhar um percurso jurídico-administrativo para contribuir na pavimentação dos caminhos de regulamentação de algumas leis, mas a perspectiva histórico-crítica, a emergência, compreensão e efetivação dos direitos no Brasil, intrinsecamente ligados ao privilégio e à conveniência de uma classe e desqualificação de outra, diz respeito à acumulação de riqueza e ao antagonismo entre as classes, e nos pareceu subsumida, na maioria delas.

Afirma que no Reino Unido, há uma compreensão ampliada da assistência social como direito social, enquanto no Brasil a oferta destes serviços sempre foi residual e entendida como benefício direcionado aos desvalidos, incapazes e demais rótulos que depreciam e os sujeitam a uma proteção aleatória e ocasional. Ainda é recente na cultura política e institucional brasileira a definição da assistência como política pública, mantida por recursos orçamentários garantidos por lei (GARCIA, 2006, p. 11).

As publicações enfatizaram a defesa de alguns direitos, mas é preciso que sejam contextualizados na permanente ameaça dos direitos historicamente construídos na sociedade de classes.

Para nós, a permanente tensão que paira na defesa de direitos, reflete a exploração de uma classe pela outra e lutas sociais mais amplas, e encampá-las se tornam mediações importantes da profissão.

4.3.4 Política neoliberal e sistemas de proteção social

Como um dos eixos de análise, buscamos apreender os rebatimentos da política neoliberal nos objetos estudados e referências aos novos contornos assumidos pelo sistema de proteção social, assim como nos traços da sociabilidade contemporânea.

A contextualização pós 1990 é muito importante para entender, como aponta um dos artigos, os “impactos em já precários sistemas de proteção social; sucessivos ajustes; reestruturação produtiva; privatização, erosão da responsabilidade pública; focalização” (ARREGUI; WANDERLEY, 2009, p.153).

Novas formas de enfrentamento da questão social são dispostas pela agenda neoliberal e encontradas em alguns artigos.

Cruz (2012, p. 264), ao tratar da agricultura familiar afirma que “a pluriatividade se constitui enquanto estratégia que ao mesmo tempo em que inclui em um mercado de trabalho precário, exclui da rede de proteção social e trabalhista”, contextualizando as transformações ocorridas nesse processo no âmbito da relação capital e trabalho.

O fato novo é que o acúmulo de atividades dos membros das famílias de agricultores, através da pluriatividade, se realiza num contexto de desemprego estrutural, de globalização financeira e de transformação do papel do Estado no âmbito das políticas públicas e na regulação da relação entre capital e trabalho (CRUZ, 2012, p. 263).

O comprometimento da perspectiva de universalidade é apontado por alguns autores. Carvalho e Fernandes (2009, p. 366) enaltecem essa dimensão.

As novas orientações governamentais dos anos 90 levaram a uma reconversão do tratamento da questão social no país, que deixou de ser focado como uma dimensão política de inclusão e proteção social universalizadas e orientadas para a promoção da justiça social e da cidadania, passando a ser enfrentada de outra perspectiva.

Essa nova perspectiva só pode ser pensada forjada num contexto de retração do Estado, que provoca importantes impactos na possibilidade de cobertura das políticas.

Em praticamente todas as análises acerca da chamada ofensiva neoliberal, o debate da focalização aparece como evidência de retração do Estado. Em um país que lamenta a perda do que não desfrutou plenamente, a focalização representa inimiga da justiça social e, portanto, um retrocesso na garantia de cidadania plena. Em relação às políticas universalistas, há uma aposta na sua expansão e melhoria, já que no caso das políticas de saúde e educação, embora universais, são, de modo geral, precárias e por isso, acabam sendo direcionadas aos pobres (GARCIA, 2006, p.16).

Nesse contexto de desresponsabilização do Estado, a responsabilização dos indivíduos conforma uma das estratégias de avanço do estado neoliberal.

No atual contexto de Estado Mínimo para os trabalhadores, a ideia de sucesso ou fracasso individual aparece com força e reflete as estratégias do salve-se quem puder, onde a disputa por trabalho está atrelada à ideia de sucesso ou fracasso individual, absolutamente descolada do contexto social mais amplo (CRUZ, 2012).

A individualização da questão social está evidenciada em vários campos, tanto no mercado, quanto nas políticas sociais.

Na leitura neoliberal: pobreza como incapacidade de adequação ao mercado, enfrentamento para fortalecer e capacitar o indivíduo, pobreza interpretada como falta de esforço [...] variações tipológicas sobre a pobreza são ilustrativas dos métodos para enfrentá-las: pobres como merecedores e não merecedores; pobres honrados ou não (aqueles que querem e os que não querem saber de trabalho) (GARCIA, 2006, p. 20).

Nesse contexto, a ativação das famílias, como orientação de organismos internacionais, apregoado pela cartilha neoliberal, também foi problematizada:

identificação nos setores pobres dos denominados ativos sociais e a indicação desses setores como administradores estratégicos de um portfólio, desvinculando-se do necessário papel de proteção social do Estado (ARREGUI; WANDERLEY, 2009, p.159).

O artigo, dentre outros aspectos, chama a atenção para a importância dada aos ativos da população que se encontra em situação de pobreza como recurso estratégico nos processos de inclusão social.

[...] Resgata a disponibilidade de recursos e estratégias que as populações pobres possuem para enfrentar os impactos que os afetam . Sem um questionamento sobre a insuficiência estrutural das proteções sociais dos Estados latino-americanos e dos processos de produção de desigualdade social, o que resta trazer as estratégias de sobrevivência que as populações desenvolvem no âmbito privado para dentro das políticas públicas (ARREGUI; WANDERLEY, 2009, p.160).

Mioto (2015, p. 714) aponta que “no momento em que se aprofunda a retração do Estado na provisão de bem-estar, a família vem sendo chamada a participar intensamente dos serviços na provisão de bem-estar”.

A autora traz alguns exemplos concretos dessa perspectiva nas políticas sociais:

No âmbito da política de saúde, a expressão mais recente dessa condição é o programa Melhor em Casa, lançado em 2011 pelo Ministério da Saúde (MIOTO e DAL PRÁ, 2012; MIOTO, DAL PRÁ e GELINSKI, 2013). Na política de assistência social, a ênfase na matricialidade sociofamiliar tem exigido uma família participativa e investido no fortalecimento de seus vínculos e no aumento da sua capacidade protetiva. Essa ênfase é amparada, em grande medida, pelas condicionalidades do programa Bolsa Família - é desvinculada da oferta efetiva de serviços sociais e, contraditoriamente, vinculada a programas de inclusão produtiva e aumento do consumo interno (MIOTO, 2015, p.714).

A reestruturação produtiva, no contexto no sistema neoliberal, embora citada, também foi aprofundada em poucos artigos, elucidando os seus impactos sobre as condições de reprodução das famílias.

Um dos artigos situa a análise na fase de reorganização do planejamento de renda agrícola das famílias que dela vivem dada pela combinação integrada da reestruturação produtiva e da política neoliberal no contexto de domínio do capital financeiro (CRUZ, 2012).

Em outra publicação, a dimensão do trabalho fica ainda mais evidente:

Com o esgotamento do tradicional padrão de desenvolvimento brasileiro, o ajuste e a reestruturação produtiva e os baixos níveis de crescimento econômico, as transformações das últimas décadas vêm tendo impactos bastante adversos sobre as condições de subsistência e reprodução social de grande parcela de famílias brasileiras. A retração do mercado de trabalho, a precarização das ocupações, o crescimento do desemprego e o rebaixamento dos salários vêm mantendo muitas delas em condições de pobreza e indignidade, sem que o sistema de proteção social do país possa contrabalançar essa situação (CARVALHO; FERNANDES, 2009, p. 363).

Os rebatimentos no mundo do trabalho foram problematizados, elucidando um cenário regressivo e desolador para as famílias que dele vivem.

A reestruturação produtiva como se sabe, as políticas neoliberais levaram a uma expressiva destruição dos postos de trabalho, notadamente no setor industrial, ampliando o tradicional excedente de mão de obra no país, intensificando a seletividade patronal e as dificuldades de acesso aos escassos postos disponíveis, com a flexibilização e precarização das relações de trabalho, o crescimento do desemprego e a queda do rendimento das pessoas que permanecem ocupadas (CARVALHO; FERNANDES, 2009, p. 365).

Ao tratar do neoliberalismo, no artigo, apontam também a despolitização da questão social e as sucessivas tentativas de mutação de seus sentidos.

Efetua uma desconstrução simbólica e ideológica dos sistemas de seguridade anteriores por meio de uma ruptura entre trabalho e proteção, da transfiguração dos direitos de proteção em ações de assistência e política redistributiva em gestão técnica do social, despolitizando a questão social e dissociando-a da questão da desigualdade e da justiça social (CARVALHO; FERNANDES, 2009, p. 367).

Pontuam o desmonte gradativo dos direitos, a perspectiva de individualização da questão social e de despolitização da pobreza, transfigurando os sistemas de proteção social.

Submete o conjunto de direitos inseridos no texto constitucional e os recursos aplicados na área social à lógica do ajuste fiscal, retirando, na prática, o caráter universalista desses direitos e passando, gradativamente, a uma individualização da ação pública segundo atributos pessoais, enfatizando a assistência àqueles que não têm nenhuma chance de integrar os circuitos produtivos e a proteção contratual. Enfatizando uma suposta eficácia do gasto público e dos recursos aplicados na área social, vem concentrando essa assistência por meio de um conjunto de programas emergenciais, setoriais e focalizados. São programas de caráter flexível, implantados à margem da institucionalidade vigente no campo de proteção social, não se constituindo como direitos voltados para o enfrentamento de carências e situações de vulnerabilidade de grupos específicos, os denominados "grupos mais vulneráveis" da população (CARVALHO; FERNANDES, 2009, p. 367).

Um dos artigos traz a discussão da proletarização das famílias que vivem da agricultura, uma importante perspectiva para apreender as formas que assumem a relação capital e trabalho para o conjunto de trabalhadores, onde se incluem os assistentes sociais.

Processo de proletarização inconcluso, porque nos marcos da expansão oligopolista tem-se um excedente de força de trabalho que já não encontra lugar no mercado formal de trabalho, fazendo com que o surgimento de *trabalhadores livres não signifique necessariamente o surgimento de trabalhadores que sobrevivam fundamentalmente de rendimentos percebidos sob a forma de salário*. A expansão capitalista na era da 'acumulação flexível' dissocia o trabalhador livre da condição assalariada. Faz crescer os longos períodos de desemprego, formas de *trabalho eventual e subcontratado, que se combinam com outros meios de sobrevivência através do trabalho autônomo por tarefas, do trabalho em domicílio, do artesanato, da posse provisória da terra em outras regiões etc. Produz o trabalho assalariado e não assalariado, formas de subordinação real e formal do capital* (IAMAMOTO, 2001, p. 155-156, apud CRUZ, 2012, p. 264, itálicos originais).

Em Arregui e Wanderley (2009, p.154) também há referências à sociabilidade contemporânea: a ambiência conservadora; a segregação e intolerância cada vez mais violenta entre as classes; as profundas mudanças no espaço público a segmentação e apartação social.

Menos da metade das publicações situaram a inflexão no neoliberalismo e destas, menos ainda aprofundaram seus efeitos disruptivos. Contudo, nenhuma deles se debruça sobre os efeitos destrutivos que incidem na própria profissão.

4.3.5 Formação social brasileira

Neste último eixo, trazemos a abordagem nos artigos no que se refere à formação social brasileira e se relacionam com os aspectos culturais, sociais e políticos da nossa história.

Entendemos que as particularidades de nossa formação sócio-histórica devem ser explicitadas e entendidas, assim como as raízes da questão social no Brasil para avançarmos em análises mais consistentes sobre o que a história nos coloca hoje. Como pontua um dos artigos: “[...] mudanças em curso estão sendo conduzidas para reproduzir uma pesada tradição de desigualdade e exclusão” (ARREGUI; WANDERLEY, 2009, p.154).

Cruz (2012, p. 249) assume a formação sócio-histórica brasileira para aprofundar a análise de seu objeto de estudo.

Para entender o processo de industrialização/urbanização no Brasil e seus impactos socioambientais no tempo presente, resgataremos elementos da história do país desde o período colonial, articulado ao contexto mundial de transformações econômicas, políticas, sociais, culturais, ambientais. Assim, avalia-se uma herança histórica que se caracteriza pela exploração das riquezas naturais, por meio da apropriação privada do solo brasileiro pela Coroa portuguesa, a despeito da exploração e extermínio dos povos que aqui habitavam. Tanto no período da Colônia (1500) quanto do Império (1822) a economia permaneceu mercantil com base na mão de obra escrava.

E continua:

No Brasil, país de capitalismo tardio, essa transição se deu pelo alto, ao introduzir reformas necessárias à expansão e à consolidação do capitalismo, conservando os traços patrimonialistas da oligarquia rural. Assim, a República nasceu no país, modernizando gradativamente a economia, sem modernizar as relações políticas, afastando a massa de trabalhadores dos processos decisórios, em especial do meio rural: “Os interesses atinentes à propriedade fundiária foram preservados sem impedir a modernização capitalista, dando forma à modernidade arcaica no Brasil” (IAMAMOTO, 2001, p. 110, apud CRUZ, 2012, p. 249).

Na fundamental discussão do plano de convivência familiar e comunitária, abordadas em alguns artigos, Fávero (2007, p. 183) aponta:

O plano admite que questões histórico-estruturais estão na raiz da desigualdade e iniquidade que dificultam a muitas famílias o provimento de cuidados e proteção adequados aos seus filhos, apontando que existem muitas tarefas estruturais para consecução dos objetivos gerais do plano como: *estabilidade econômica com crescimento sustentado, geração de emprego e oportunidade e renda, combate à pobreza e promoção da cidadania e da inclusão social; consolidação da democracia e defesa dos direitos humanos; redução das desigualdades regionais; promoção dos direitos das minorias de preconceito e discriminação* (itálicos originais).

Para nós, as questões histórico-estruturais são, na acepção da palavra, estruturantes para a construção de respostas à realidade que as famílias vivenciam.

Gueiros e Oliveira (2005, p. 122), ao apresentar a prática da institucionalização de crianças, trazem a colonização como referência.

A prática de institucionalização de crianças iniciou-se com a colonização do Brasil, quando, então, os curumins eram separados de suas famílias e tribos e enviados para a Casa dos Muchachos, com intuito de serem catequizados pelos jesuítas.

A relação com os períodos históricos que enfrentamos no Brasil, como a colonização, o império, a república, e a apreensão das marcas do escravismo, a monarquia, da ditadura, são fundamentais.

Embora o escravismo não tenha sido mencionado em nenhum dos artigos (assim como os prejuízos históricos na perspectiva de raça), "os baixos salários constituem uma das marcas históricas do desenvolvimento brasileiro" (CARVALHO; FERNANDES, 2009, p. 365) e estão relacionados a uma cultura escravocrata.

Garcia (2006, p.21) relaciona o período republicano com as intervenções nas famílias, prática que traz em sua gênese o caráter repressivo e disciplinador.

No Brasil, o projeto republicano se instaura com uma forte preocupação de implantar uma gestão higiênica da miséria (ADORNO, 1990) e de reorganizar a rede de relações sociais dos setores pauperizados, a partir da intervenção nas famílias e comunidades. Nesta medida, a esfera privada, representada pela casa, se opunha à rua com seus apelos viciosos e passou a representar o espaço da disciplina, da ordem, da integração, referências que se mantêm fortemente preservadas na cultura política brasileira. Coube à família, desde então, filtrar valores dominantes e difundí-los, preparando seus membros para o bom convívio social.

Por esse motivo, apontar a desigualdade, vulnerabilidade, assim como a "classificação das famílias" nesse contexto, sem suas bases sócio-históricas, tende a impossibilitar a visão da raiz da questão social no Brasil e de valores que reverberam até os dias de hoje, como é o caso do privilégio de determinada classe

em detrimento da outra e profundo incômodo com a mobilidade social que existe no Brasil.

No Brasil, a desigualdade não é representada apenas em dados estatísticos, mas faz parte da formação social, cultural e política do país e se expressa em suas instituições e valores socialmente difundidos. Apesar das lutas políticas em torno da universalização, esta não é assumida como valor universal. Não é casual que, em termos de política social, tal ideia só tenha se concretizado na Constituição de 88, ainda assim sujeita a resistências e impasses institucionais e políticos para sua implementação. Tendo em vista esta marca da cultura política brasileira, promover os pobres, diminuindo distâncias, pode representar incômodo para os setores médios, que preferem se assemelhar aos mais ricos. A defesa da política social, como forma de beneficiar os mais vulneráveis e incapazes de resolver suas demandas pelo mercado, tem aceitação mais fácil do que afirmar que, com ela, a distância entre eles e os setores médios diminui, o que poderia ser traduzido como uma depreciação destes últimos (GARCIA, 2006, p. 17).

A cultura do favor, o clientelismo e o patrimonialismo também são traços marcantes da nossa história, que entendemos ser de suma importância para a compreensão do Brasil, hoje, e foram apontados em um dos artigos.

No Brasil, os graus de desigualdade, apartação e exclusão detectados inspiraram o termo "brasilianização" para descrever o fosso entre as elites dominantes e a massa dos pobres, desempregados, subempregados, segmentos que sofrem contínuas perdas, sem qualquer senso de responsabilidade social da elite. Sposati (1997, p. 31) foi categórica ao retratar essa relação: "no Brasil, a exclusão ainda parte da cultura patrimonialista que rechaça a civilidade como padrão de convívio e sociabilidade" (ARREGUI; WANDERLEY, 2009, p.155).

Esses aspectos são basilares para entender a construção sócio-histórica dos direitos, em especial os sociais, sua concretização por meio de políticas públicas e quanto a apropriação da máquina pública e o não reconhecimento dos direitos forjaram um Estado que protege interesses privados em detrimento dos coletivos.

Telles (apud AZEVEDO, 2015, p. 578) afirma que "a pobreza se transformou em paisagem, um desenho de uma gente desumanizada e abandonada, sem pai ou mãe, um efeito indesejado de uma história sem autores e responsabilidades".

A história mostra que esse recorte de classes é o sustentáculo das desigualdades e entendemos ser imperativo que os artigos explicitassem essa raiz.

Aqui nos interessa pensar as famílias regidas sob o signo da pobreza. Imersas em desigualdades históricas quanto aos modos de ser e de viver e representadas por vezes como desestruturadas, tais famílias vivenciam a realidade do desemprego ou inserções precárias cujas consequências são os baixos rendimentos, a falta de oportunidades educacionais, acesso limitado e baixa qualidade dos serviços de saúde e infraestrutura habitacional, segregação socioespacial. Tudo isso conforma um conjunto de

desvantagens sociais alimentadas pelo caráter limitado de seu patrimônio cultural (AZEVEDO, 2010, p. 580).

Não encontramos menção a traços da formação social brasileira, na maioria dos artigos.

4.4 Concepções de Família

A análise das publicações almejou, ainda, verificar quais as concepções de famílias que continham.

A primeira observação é que, embora famílias tenham sido anunciadas nos títulos e/ou palavras-chaves das publicações em questão, menos da metade se dedicou a problematizá-la como categoria analítica.

As construções encontradas são variadas, trazendo a família: como categoria histórica; a partir do recorte de gênero; a burguesa; como espaço de controle; a partir de papéis e funções; nas legislações; e em tipologias, modelos estereotipados, idealizados e estanques.

As publicações apoiam-se em clássicos e literaturas largamente utilizadas pelo Serviço Social, quando o assunto é família, como Kaloustian e Szymanski.

Gueiros e Oliveira (2005, p. 118), tendo como referência Ariès, partem do princípio de que “família é uma construção histórica e sociocultural cuja configuração como locus de afeto e de convivência entre os pais e filhos e invenção da modernidade”.

Azevedo (2010, p. 580) se apoia na problematização de Szymanski e destaca que “o mundo familiar mostra-se numa vibrante variedade de formas de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas na busca de soluções para as vicissitudes que a vida vai trazendo”.

A autora reforça a importância de a família ser pensada no plural e aponta a questão geracional.

Vários são os modos de estabelecer suas relações, sintonizados com as mudanças sociais em curso. No entanto, se a família muda, o que se conserva é o seu lugar social. Tida como mediadora da relação indivíduo-sociedade assume ainda o papel do encontro de gerações (AZEVEDO, 2010, p. 581).

Enfatiza um aspecto de suma importância de que a família, como um espaço de contradição, não é só o ninho, mas também o nó. “Esse ‘encontro’ é também desencontro. Se tomarmos a família como espaço de ambiguidades e contradições perceberemos que ela não é só o ninho, mas também o nó (AZEVEDO, 2010, p. 581).

A família vem sendo concebida historicamente como espaço de proteção e, se não for demarcada também como espaço de contradições, pode-se restringi-la ao campo de idealizações.

O artigo traz ainda a imprescindível perspectiva de gênero, pela divisão sexual do trabalho, a partir da industrialização, matriz a que nos filiamos: “É necessário lembrar que o padrão dominante de família instituído nas sociedades industrializadas conferiu à mulher o espaço dos cuidados domésticos e afetivos” (AZEVEDO, 2010, p. 580).

Problematiza a família a partir da divisão de responsabilidades historicamente construída, que vem sobrecarregando a mulher.

A realidade de conciliação entre a vida familiar e trabalho, dos precários rendimentos, de pais ausentes, de formas desiguais de responsabilidade familiar, entre outras causas sociais, tem possibilitado alterações na dinâmica das famílias (AZEVEDO, 2010, p. 580).

O artigo em questão traz ainda o recorte de classes atrelado à perspectiva de gênero.

As condições de vulnerabilidade se acentuam não só pelo lugar da mulher na família, mas também pela família de determinado lugar. Importa pensar a dimensão geográfica da pobreza e o quanto isso recai sobre as famílias e mais especificamente sobre as mulheres (AZEVEDO, 2010, p. 583).

Para pensar em famílias, entendemos que, necessariamente, é preciso se filiar a categorias como classe, gênero, raça e etnia.

Nessa direção, Mioto (2015), trazendo o impacto da conformação da família burguesa, dialoga como autores como Parsons e Saraceno, explicitando a relação entre família, trabalho e economia, para pensar o trabalho familiar no contexto do trabalho doméstico e de cuidados em âmbito reprodutivo.

Posiciona o debate travado pelas feministas de orientação marxista sobre família e trabalho, em especial o da mulher, e se apoia na “ideia da família como unidade de produção de bens e serviços fundamentais para o bem-estar individual e dos membros da unidade familiar” (MEIL, 2004, apud MIOTO, 2015, p. 704), que se contrapõe à ideia de família apenas como unidade de consumo ou de oferta de força de trabalho.

Em publicação sobre uma pesquisa com mulheres de Santos, a definição de família é pautada nos estudos de Kaloustian e na ideia da família como espaço de proteção.

Espaço para a garantia da sobrevivência do desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. Ou seja, a família se constitui em um lugar das potencialidades protetoras, devendo ser compreendida como grupo social cujos movimentos de organização/reorganização mantêm estreita relação com o contexto sociocultural (FERRARI; KALOUSTIAN, 2000, p. 11-12, apud PINTO *et al.*, 2011, p.170)

Apoiam-se em outra perspectiva teórica para mostrar o lugar da mulher na família.

Ao mesmo tempo, na sociedade brasileira, é a mulher quem assume as funções domésticas e o cuidado com os filhos, além da pressuposta subordinação ao namorado ou companheiro. Nesse sentido, é importante compreender as representações que estão inseridas nas relações familiares, na violência doméstica e suas vertentes, inclusive a psicológica, e o impacto que isso provoca nesses sujeitos que são, concomitantemente, mulheres trabalhadoras e chefes de família (FERRARI; KALOUSTIAN, 2000, p. 11-12, apud PINTO *et al.*, 2011, p.170).

A ideia de proteção e de *família como a base de tudo*, descolada da contradição, ainda é recorrente.

Valente (2007, p. 176), em artigo, afirma: “é a família a base de apoio para o enfrentamento de conflitos e desenvolvimento humano, representando a responsabilidade de uma geração no cuidado e preparação de outra”.

A família tomada pela legislação apareceu em alguns artigos que têm como objeto o direito à convivência familiar e à comunitária⁸¹.

⁸¹Toda criança e todo adolescente têm direito de serem criados e educados no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta. Assim, acolhimento institucional é medida provisória, devendo ser assegurada a "preservação dos vínculos familiares e a integração em família substituta quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem" (CF/88, Arts. 92 e 100).

O art. 226 da CF estabelece que a "família é a base da sociedade", sendo competência dela, juntamente com o Estado, a sociedade em geral e as comunidades, "assegurar à criança e ao adolescente o exercício dos direitos fundamentais (art. 227), dentre os quais está o direito à convivência familiar e comunitária" (FÁVERO, 2007, p.180).

Valente (2007, p. 176) registra a importância da CF/88 como marco, pois a família passa a ocupar as questões de direito e exigências de responsabilidade no cenário brasileiro. Refere aos capítulos dedicados à família no que diz respeito a deveres e responsabilidades e "ao novo lugar para a família, entendendo que a sociedade e o Estado devem ajudá-la a cumprir esse dever quando os riscos de manejos e dificuldades de superação de problemas surgirem".

No ECA, citado nas publicações, é reforçado o papel da família na vida da criança e do adolescente no processo de proteção integral.

No plano nacional de convivência familiar e comunitária a "família aparece como grupo de pessoas unidas por laços de consanguinidade, de aliança e de afinidade, laços estes constituídos por representações, práticas e relações que implicam em obrigações mútuas" (FÁVERO, 2007, p. 180).

Segundo a autora, enfatiza-se, no plano, a "rede social de apoio" formada pelos "arranjos constituídos no cotidiano para dar conta da sobrevivência, do cuidado e da socialização", ultrapassando a visão restrita ao parentesco. O plano ainda ressalta

a necessidade de reconhecer outros tipos de vínculos que pressupõem obrigações mútuas, mas não de caráter legal, e sim de caráter simbólico e afetivo - relações de vizinhança, apadrinhamento, amizade -, que não raro se revelam mais fortes e importantes para a sobrevivência cotidiana do que muitas relações de parentesco. Ao mesmo tempo em que amplia o conceito de família e reconhece os vínculos para além da consanguinidade, chama a atenção para que, uma vez utilizado qualquer desses recursos como possibilidade, torna-se necessária a sua regulamentação legal (VALENTE, 2012, p. 583).

Valente (2012, p. 583), em um de seus dois artigos publicados sobre acolhimento familiar, refere que o plano trabalha com definição mais ampla de "família", de base socioantropológica: "A família pode ser pensada como um grupo de pessoas que são unidas por laços de consanguinidade, de aliança e de afinidade".

Vale enfatizar que a base socioantropológica, embora guarde algumas similaridades, revela também perspectivas diferentes da sócio-histórica, que para nós garantem maior amplitude.

Da mesma forma, a abordagem da família como espaço de disciplina e controle, que assume como perspectiva teórica as categorias trabalhadas por Foucault, trazida por Lavergne (2012, p. 330-331) em seu artigo.

O autor em *O poder psiquiátrico* (2003, p. 81-88), o filósofo demonstra como a família, ao obedecer a um dispositivo de soberania (chefe de família manda), constitui uma dobradiça essencial no funcionamento dos sistemas disciplinares. Ela constitui o “ponto zero” a partir do qual os diferentes sistemas disciplinares vão se enganchar uns aos outros. É o ponto de intercessão que permite a passagem de um sistema disciplinar para outro [...] a família nunca foi dissolvida pela disciplina e nunca perdeu seu poder instrumental de incidir na conduta, na regulação e no controle de certas populações, alvos dos cuidados políticos.

Encontramos, ainda, publicações que se atêm a tipologias. Valente (2007) sugere a tipologia de dois tipos de famílias envolvidas em problemas situacionais e famílias envolvidas em problemas transgeracionais.

Pires *et al.* (2004) referem-se a famílias multiproblemáticas; isoladas; excluídas; suborganizadas; associadas; desmembradas; multiassistidas; multiparentais; em sistema subfraternal.

A tipologia de famílias foi um recurso bastante utilizado por estudiosos nesse campo na passagem dos anos 90 para 2000, mas vem perdendo espaço para a valorização das matrizes teórico-conceituais em que estão inseridas, como apontado em capítulos anteriores.

Contudo, as definições, também trazem consigo as matrizes, como é o caso do subsistema fraternal definido como " filhos fruto de ligações diferentes, algumas esporádicas" e famílias multiparentais

em que o elemento masculino varia na proporção dos companheiros que a mãe vai tendo, a figura materna pode ser desempenhada pela mãe, pela avó ou por irmã mais velha, isto sem negligenciar a influência de vários outros membros da família extensa e dos profissionais (PIRES *et al.*, 2004, p. 9).

Esse artigo remete à afirmação de Heller, em sua obra, de que toda ultrageneralização é a base do preconceito. Os próprios resultados da pesquisa apontam:

Comunicação confusa, indefinição dos agregados familiares, mulheres como figuras centrais, mães jovens e relações instáveis, mortes trágicas, baixa qualificação acadêmica e trabalho infantil, trajetórias profissionais instáveis, elevada morbidade geográfica, problemas de saúde, relações conflituosas (PIRES *et al.*, 2004, p. 9).

Ou quando trazem a afirmação de que: “Em cada uma destas famílias é possível elencar um conjunto de problemas: o pai violento, o filho alcoólico, a tia prostituta, o primo delinquente, o neto com insucesso escolar, a mãe deprimida [...]” (PIRES *et al.*, 2004, p. 8).

A perspectiva teórica escancara-se quando afirmam tratar-se de famílias diluídas, com desarmonias fortes, instabilidades, em que a inconstância conjugal arrasta à deterioração da função parental e se debruçam sobre a estrutura e o funcionamento das famílias.

Trabalham com a ideia de sintoma, caos, desorganização. As categorias de análise são o indivíduo, funcionamento da estrutura, a harmonia, o sintoma, a dependência, organização. Em uma das citações, afirmam que essas famílias vivem problemas com contornos espetaculares e estão em risco permanente de produzir sintomas e desintegração, de tal forma que os aspectos mais positivos se ofuscam (WEISMAN, 1985, apud PIRES *et al.*, 2004). A publicação não deixa dúvida a respeito de suas matrizes conservadoras.

4.5 Referências Bibliográficas e Documentais

A intenção aqui é explicitar as referências predominantes nas publicações.

Em relação à pesquisa de dados, encontramos fontes como a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Sobre a legislação, predominaram a CF/88 e o ECA.

Em relação às referências bibliográficas ressaltam-se os seguintes autores: Áries, Rizzini, Fávero (criança e adolescente); Bruschini, Kergoat, Saffiotti (gênero); Saraceno, Esping Andersen, Fonseca, Kaloustian, Costa, Brant, Skymanki (famílias); Yazbek, Boschetti, Behring, Pereira, Mota, Koga (políticas sociais); Dagnino (participação política); Telles, Oliveira e Martins (sociologia crítica); e Heller,

Foucault, Habermas, Bauman (clássicos) e Amartya Sen. No Serviço Social, Yamamoto, Martinelli e Netto.

Chamou-nos a atenção os autores da sociologia francesa, como Castel, citado em quatro publicações; seguido de Paugan e Rosavallon.

As omissões também foram objetos de análise e, nesse sentido, duas questões sobressaíram. A primeira diz respeito à ausência de autores que se dedicam aos fundamentos da profissão, pouco referidos e citados, aparecendo somente em três publicações⁸².

E a segunda diz respeito a Marx, afastado das referências bibliográficas, exceto no artigo de Cruz (2012), que anunciou e trabalhou com o autor e as categorias marxianas⁸³.

A maioria das publicações não dispôs das categorias marxianas para análise, como totalidade, exploração, contradição, mediação, alienação, classes, produção e reprodução.

Para alguns autores, a análise das vicissitudes que enfrentam as famílias assentou-se num conjunto de fatores, não referenciados à totalidade e descontextualizados da questão social.

A contradição também não foi categoria utilizada pela ampla maioria dos artigos, mas verificamos a utilização do conflito, instabilidade e problema.

No geral, não trazem os prejuízos da exploração do capital para as famílias e todas as nuances que envolvem o trabalho; as famílias são concebidas em alguns artigos somente como vulneráveis.

Quanto à relação entre as classes, muito poucos foram os que explicitaram os prejuízos de uma sociedade cindida por interesses antagônicos e que tem nessa raiz a matriz de suas expressões.

Também não apareceu a mediação e não verificamos a utilização de nenhuma referência aos processos de alienação e estranhamento que acometem os sujeitos.

⁸² Essa questão será tratada na sequência.

⁸³ Importante reiterar que uma das publicações anuncia se apoiar no método para elaboração de eixos, mas essas categorias não aparecem.

As constatações sobre a utilização de categorias marxianas não se deram no sentido de patrulhamento ideológico, mas de teorias que, em nosso entendimento, têm potência para explicar a realidade que envolve as famílias.

Nesse sentido, o trabalho, como categoria, se impõe, já que é por meio de sua transformação em mercadoria que a sociedade capitalista, na perspectiva marxiana, acumula a riqueza socialmente produzida e a questão social se estrutura, e, por essa magnitude, indica os caminhos analíticos mais fecundos da vida social.

Calcados na realidade na qual o trabalho tem centralidade (não a família), é possível caminhar com análises mais consistentes.

Na perspectiva marxiana, essa análise é atravessada pela produção de mercadorias, pelos meios de produção, pelo salário, pela exploração, pelo trabalho socialmente necessário, a força de trabalho, pela mais-valia, a alienação, pelo estranhamento e pelas relações sociais.

Algumas aproximações foram possibilitadas pela análise das publicações sobre o trabalho como categoria.

Cruz (2012, p. 244), para compreender a agricultura familiar, toma o trabalho como categoria de análise.

Cabe destacar que para a abordagem ontológica é o *trabalho* que particulariza o homem como ser social, uma vez que essa modalidade de práxis converte a natureza nos bens necessários à *reprodução social*. Com a complexificação das sociedades, o trabalho cada vez menos deve ser compreendido como uma atividade restrita à produção material para atendimento às necessidades humanas, pois envolve relações sociais e suas formas de organização (itálicos originais).

A autora aborda esse modo específico de produção, discutindo a acumulação primitiva, o assalariamento, a propriedade da terra, trazendo à tona a contradição entre as classes.

Poucos, como Cruz, situaram a apropriação do trabalho coletivo como exploração. Importante situá-la como categoria, pois não existe pobreza, desigualdade, vulnerabilidade, sem a expropriação da mais-valia, sem a exploração do capital sobre o trabalho.

A maioria dos artigos, quando trata de trabalho, refere-se ao mercado de trabalho, ao emprego (ou à falta dele).

Importante frisar que, mais do que acesso ao trabalho, é preciso problematizar as condições em que se concretiza. Embora o desemprego constitua-se em uma de nossas preocupações, não é só a "geração de emprego e renda", como encontramos referida em alguns artigos, que vai atender às famílias, e sim a maneira como o trabalho se processa hoje, que tem aviltado as famílias que dele vivem.

Se os valores aportados ao trabalho são injustos, insuficientes e muitas vezes se dão em condições desumanas, é preciso conferir significado às formas como ele se concretiza.

Cruz (2012) traz essa perspectiva quando problematiza a pluriatividade como alternativa à complementação de renda para a reprodução das famílias, no contexto da reestruturação produtiva, mercado precário e desproteção estatal à agricultura familiar.

É principalmente na precarização do trabalho, hoje, que se assentam as novas formas de exploração e alienação. Se alguns autores citam a precarização, poucos são os que contextualizam os impactos do processo de reestruturação produtiva e as transformações no mundo do trabalho.

Um dos artigos expõe que a equação inserção do mercado de trabalho não representa melhores condições de vida, pelo contrário, dependendo das condições dessa inserção, necessitam de maior proteção social, como revelam os dados do Bolsa Família referenciados na publicação.

“Conforme os dados antes apresentados, o programa vem beneficiando famílias chefiadas por trabalhadores pobres que participam intensamente do mercado de trabalho mas ganham muito pouco” (CARVALHO; FERNANDES, 2009, p. 381).

Nessa direção, a divisão social do trabalho, suas formas e gestão e organização, precisam ser explicitadas e discutidas.

Mioto (2015, p. 703-704) toma como ponto de partida em sua análise a cisão entre o mundo da produção e da reprodução, apoiada na produção das feministas de orientação marxista. No sentido de reconhecer o trabalho no âmbito da reprodução, traz a discussão do trabalho não remunerado da mulher, o doméstico, o de cuidados, os trabalhos produtivo e improdutivo e o trabalho familiar.

Meil (2004) indica que o debate sobre o trabalho doméstico, no bojo da teoria social de Marx, também se centrou em dois aspectos: um se relaciona à natureza desse trabalho (produtivo ou improdutivo); o outro, à afirmação do trabalho doméstico como uma forma específica de produção (ou não) e suas relações com o modo de produção capitalista.

A autora discute também o que vai chamar de políticas de conciliação entre trabalho e família. "No contexto capitalista, a família se conformou como o espaço dentro do qual se realiza a alocação do trabalho remunerado e do não remunerado, com base na condição de gênero" (MIOTO, 2015, p. 710).

Nessa direção, um dos caminhos de análise explorado, foi situar não só a divisão social, mas também a divisão sexual do trabalho, trazida pelo artigo de Carloto (2006, p. 146).

[...] se pretendemos dar conta da complexidade de uma realidade social construída a partir de relações hierarquizadas de poder, o conceito de gênero enquanto aporte teórico para análise das relações sociais deve estar articulado a classe e raça e etnia.

Um dos aspectos mais importantes da divisão sexual do trabalho foi apontado em um dos artigos.

A relação entre chefia feminina e pobreza evidencia a situação generalizada da mulher ocupando os piores postos de trabalho, obtendo a menor remuneração e a sua vinculação a atividades informais, portanto mais sujeita às oscilações do mercado de trabalho do setor informal (PINTO *et al.*, 2011, p.170).

Embora a publicação anuncie um ponto tão importante da relação entre gênero e trabalho, acaba trazendo em sua análise o homem provedor e a mulher cuidadora.

Cumprir o papel masculino de provedor não configurou um problema para as entrevistadas. Embora o fardo seja pesado, todas estavam acostumadas a trabalhar desde muito cedo. O trabalho adquire um sentido de afirmação de si enquanto mulher e enquanto provedora de seus lares. Nesse aspecto, a relação trabalho e cuidado como família fortalecem a construção da identidade feminina, um jeito especial de ser mulher. Para as mulheres, o trabalho significa mais do que a sobrevivência material, até porque seus parcos rendimentos mal cobrem as necessidades imediatas da família (PINTO *et al.*, 2011, p. 177).

Outra questão foi associar a mulher que trabalha, àquela que tem retirada sua feminilidade, remetendo aos posicionamentos e estereótipos que homens e mulheres ocupam no espaço de produção e reprodução.

A múltipla jornada de trabalho resulta, geralmente, em abdicar de sua feminilidade, de cuidados com sua saúde e de sua sexualidade pelo estresse cotidiano desencadeado na luta pela sobrevivência. Referiram não ter tempo para cuidar de si (PINTO *et. al.*, 2011, p.178)

E para completar a ideia do trabalho que dignifica, do valor moral do trabalho:

a disposição para o trabalho pode ser considerada uma força positiva que recompensa o estado de pobreza e vulnerabilidade. O trabalho assume também uma condição de autoafirmação como mulheres provedoras e, assim, elas constroem sua autonomia diante do poder masculino (PINTO *et. al.*, 2011, p.178).

A ideia da dignidade relacionada ao trabalho também apareceu em Maia e Marques (2007, p. 74) que, procurando apreender o trabalho como alternativa à pobreza e o valor conferido ao trabalho pelas beneficiárias, afirmam: "as oportunidades que as torne dignas e as emancipe do benefício do programa reduzem-se cada vez mais com exigências como grau de escolaridade, cor de pele e experiência de trabalho".

Por fim, na lógica burguesa, historicamente, os trabalhadores foram estereotipados como vagabundos, como uma estratégia na lógica de domesticação para o trabalho.

Outro símbolo dos elementos das famílias multiproblemáticas é a raridade de uma carreira profissional. Os seus empregos não conferem um significado destacado a vida, trabalham para receber o salário, pelos contatos sociais, para se manterem ativos ou para se sustentarem (PIRES *et al.*, 2004, p.11).

4.6 Trabalho Profissional do Assistente Social

Procuramos aqui captar quais foram as abordagens sobre o trabalho profissional dos assistentes sociais nas publicações, buscando aproximações com as concepções de trabalho, demandas sociais, requisições institucionais, atribuições privativas, competências profissionais, referências às condições, relações e jornada de trabalho, relação com o projeto profissional e normativas legais da profissão e formação profissional⁸⁴.

⁸⁴ Esse item dialoga com nossos aprendizados e inserção na pesquisa Espaços Sócio-ocupacionais e Tendências do Mercado de Trabalho do Serviço Social no Contexto da Reconfiguração das Políticas Sociais no Brasil, do Procad/Casadinho, financiada pela Capes/CNPQ.

A primeira observação é que a maioria das publicações não faz nenhuma referência ao Serviço Social ou ao trabalho do assistente social. Apenas duas têm como objeto o trabalho do assistente social. Por se tratarem de publicações de natureza científica que, muitas vezes, refletem adensamentos do meio acadêmico, nos causou estranheza esse distanciamento.

A outra é que a maioria das problematizações se dá no contexto da operacionalização das políticas e dos planos, e não revelam as particularidades do trabalho profissional do assistente social.

As preocupações profissionais trazidas nos artigos dão essa dimensão: "frustração dos técnicos que se sentem usados como meios"; "dificuldades para implementação do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC)"; "fragilidade no conceito de negligência "; "implantação do família acolhedora nos municípios"; "desafios de eleger usuários"; "necessidade de inclusão da perspectiva de gênero nas políticas públicas"; "não efetivação da provisoriedade e excepcionalidade da aplicação abrigo"; "dispor da alternativa de família acolhedora"; "construção analítica que dê conta de explicar a pobreza"; "inserção do assistente social na Estratégia de Saúde da Família (ESF)"; " programas de transferência de renda"; "o lugar da mulher nas famílias pobres"; "compreensão de grupo de mulheres socialmente vulneráveis"; " dimensão e Bolsa Família"; "pluratividade e agricultura familiar"; "bolsa família e biopolítica" e "política social e trabalho familiar".

Embora o trabalho profissional sofra diretamente as determinações das políticas sociais, e consideremos legítimas as preocupações profissionais pela histórica relação entre as políticas sociais e a profissão, assim como pela importância dos planos como mediação importante para o Serviço Social, a profissão não se reduz às políticas e aos planos e é orientada por um projeto profissional a ser perseguido.

Quando o objeto das publicações não é tomado pela perspectiva do Serviço Social, pode explicar o motivo pelo qual constatamos estarem subsumidos a questão social, os fundamentos da profissão e as referências bibliográficas.

Isso pode se dar também pelo distanciamento dessa área de conhecimento das ciências sociais aplicadas, já que percebemos que alguns autores não se identificaram como graduados em Serviço Social.

Um dos poucos artigos que traz o Serviço Social como objeto dialoga exatamente sobre esse aspecto, explorando a relação do assistente social com as políticas sociais; analisando as experiências britânicas e brasileiras; trazendo importantes reflexões sobre a dificuldade de leitura crítica dos limites da profissão; a participação restrita ao pragmatismo da execução; o papel de *gatekeepers* [*porteiros das políticas*]; queixas quanto à capacitação técnica e à presença de matrizes conservadoras.

No artigo, afirma-se que o “debate das políticas sociais e o Serviço Social tem, especialmente no Brasil, um viés normativo, o que muitas vezes dificulta uma leitura mais crítica dos limites da profissão” (GARCIA, 2006, p.6).

Faz a provocativa afirmação de que frequentemente a participação dos assistentes sociais é restrita ao pragmatismo da execução, embora seja um direito dos assistentes sociais participarem da elaboração, do gerenciamento de políticas sociais.

Sem conceber ou contribuir para os desenhos das políticas sociais, os profissionais são recrutados a operar programas e serviços específicos, com objetivos que podem se constituir numa mera implantação de atividades. Uma entrevista, uma reunião com usuários, uma visita domiciliar - em vez de serem empregadas como meios, recursos valiosos, porém essencialmente instrumentais - traduzem-se no trabalho em si, no último objetivo de intervenção (GARCIA, 2006, p.6).

E assevera que os profissionais transformaram-se em porteiros das políticas (*gatekeepers*).

No que diz respeito aos critérios de elegibilidade de tais políticas, os profissionais em geral operam como aplicadores estritos da lei ou do “legislador” sem conseguir evitar os rigores injustificados e os estigmas que recaem sobre os demandantes dos programas sociais e como um efeito agregado sobre eles próprios. Frequentemente restritos à linha de frente, os assistentes sociais são convidados a atuar como porteiros (*gatekeepers*, como são chamados no Reino Unido), selecionando os que entram a partir dos parâmetros comumente alheios à sua contribuição como formuladores (GARCIA, 2006, p.6).

Por se tratar de um estudo comparado, a autora afirma que, no Reino Unido,

o profissional perdeu a função de escuta e da consideração das necessidades que estão na base das demandas do serviço profissional e estão cada vez mais envolvidos em mecanismos de controle e seleção dos programas sociais (GARCIA, 2006, p.8-9).

Dentro dessa construção do profissional que preza muita mais pela gestão dos recursos do que por afiançar direitos, no âmbito de uma ideologia gerencialista⁸⁵ que repercute no Serviço Social, questiona a formação profissional do assistente social.

Embora diversa e sujeita a orientações teórico-metodológicas distintas, segue parâmetros curriculares que qualificam tecnicamente o profissional a atuar de modo propositivo na formulação e implementação as políticas sociais. No entanto, é frequente, entre os assistentes sociais, determinadas queixas quanto à sua capacitação técnica, tais como falta de domínio de manejo estatístico, de complexas peças orçamentárias e definição de critérios de elegibilidade com base em parâmetros de mensuração e caracterização da pobreza (GARCIA, 2006, p. 14).

Por fim, a autora ainda pontua:

A predominância de referências religiosas ainda é forte na orientação profissional, o que tende a favorecer intervenções controversas em termos de visão e mundo e manter o profissional no seu antigo posto: conselheiro, solucionador de conflitos (GARCIA, 2006, p. 14).

Remete, assim, à apreensão da reatualização de um conservadorismo moralizante presente na profissão.

O outro artigo que faz referência direta ao trabalho do assistente social tem como objeto a inserção do profissional na ESF, que se pauta na crítica à composição da equipe mínima do programa e à ausência do assistente social.

Considerando o objeto do Serviço Social são as múltiplas expressões da questão social, a formação teórico-metodológica dos assistentes sociais os habilita a lidar com a realidade da classe trabalhadora em seu cotidiano, identificando-os como profissionais privilegiados no trabalho social com esta classe, podendo oferecer diversas contribuições para atuação das equipes de SF (VASCONCELOS *et al.*, 2009, p.319).

Aponta, ainda, as contribuições do Serviço Social no contexto da promoção à saúde; participação do usuário; articulação entre os diversos setores e políticas; educação em saúde; dimensão pedagógica; socialização de informações sobre direitos sociais, e suas formas de inserção, tanto os profissionais, que são disponibilizados para a Saúde da Família, nas residências multiprofissionais e pela

⁸⁵ Compreende-se a ideologia gerencialista como naturalizadora de práticas de gestão de pessoas que facilitam o exercício de poder. Ela contribui para a construção de um universo gestor que substitui a dignidade pela utilidade e a solidariedade coletiva pela celebração do mérito individual. Nessa complexa configuração social, as relações humanas são instrumentalizadas e transformadas em relações comerciais. Cidadãos são abordados como clientes e as organizações públicas e privadas, em simples provedores de bens e serviços (ONUMA, F. M. S.; ZWICK, E.; BRITO, M. J. Ideologia gerencialista, poder e gestão de pessoas na administração pública e privada: uma interpretação sob a ótica da análise crítica do discurso. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, n. 42, p. 106-120, 2015).

inclusão nas equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf), num modelo de atendimento transdisciplinar.

Neste artigo, há indicação da forma precarizada em que se inserem os assistentes sociais na ESF.

O artigo de Carloto (2006), ao problematizar a preocupação com relações de gênero, chama a atenção para os compromissos estabelecidos no Código de Ética do Assistente Social. Ainda faz o pertinente exame de que o Serviço Social incorporou a crítica ao neoliberalismo mas não o recorte de gênero: “o Serviço Social também tem feito uma crítica, principalmente ao viés neoliberal destas s noções de cidadania, desigualdade e justiça social, sem, no entanto, aprofundá-las a partir do conceito de gênero” (CARLOTO, 2006, p. 141).

Algumas publicações fazem referência ao trabalho multidisciplinar - avaliação, subsídios técnicos, critérios para enquadramento -, onde se situa o assistente social, mas não abordam seu trabalho privativo.

Franco (2005, p. 175-176) aponta que na avaliação por assistentes sociais e psicólogos da Vara da Infância pela Comarca de Franca/SP, para inclusão no cadastro, são levantadas as "condições socioemocionais, condições econômicas, financeiras e organizacionais (trabalho e moradia), estrutura e organização familiar (papeis e funções desempenhadas pelos seus membros)".

Fávero (2007, p. 189) faz referência aos profissionais da área social, à importância do estudo diagnóstico e de trabalhar na perspectiva de direitos.

Aponta necessidade de criteriosa avaliação para subsidiar a decisão de retirada de uma criança de sua família em que pese o esforço particular de muitos profissionais que atuam nessas áreas, que buscam conhecer essa realidade à luz das condições sociais, políticas e econômicas mais amplas nas quais é produzida, imprimindo uma direção ética e política em suas ações com vistas à efetivação de direitos sociais, a realidade de alguns locais de trabalho tem se mostrado resistente a propiciar espaços para o pensamento e a ação direcionados às potencialidades e direitos dos cidadãos"

Assim como Azevedo (2010, p. 587) traz a referência aos profissionais que atuam na linha de frente da política.

Essa é, sem dúvida, uma questão polêmica, de modo que o conjunto da sociedade brasileira não tem demonstrado solidariedade com a pobreza e com os pobres. Até mesmo os profissionais que atuam na linha de frente das políticas e programas sociais carecem de recursos objetivos e subjetivos capazes de conciliar as demandas com a qualidade dos serviços prestados.

Alguns artigos, quando se referem aos sujeitos que operam o programa Bolsa Família os tratam como "equipes". Encontramos, ainda, menções à "prática profissional", sem especificar a qual profissão se refere.

Um dos artigos retoma a perspectiva tomista que já foi referência na profissão, trazendo como alguns jargões se repõem.

A discussão de ativos e passivos trazidas pelos vários autores como a dimensão inovadora da concepção de vulnerabilidade, em contraposição à de carência não é nenhuma novidade. Por exemplo, no Serviço Social, ainda num contexto de referencial tomista, nos anos 1970, já se trabalhava com a concepção de potencialidades individuais e coletivas inerentes ao ser humano e, por conseguinte, aos setores populares, que lhes dava a possibilidade de superar situações adversas (AZEVEDO, 2010, p.161).

Deparamo-nos, ainda, com referências à intervenção desenvolvida na relação entre profissionais e clientes, clientes e seus problemas profissionais, seus métodos, dificuldades de estratégias interventivas, (PIRES *et al.*), mas sem referência ao Serviço Social.

Segundo esse artigo, agregados os multiproblemáticos [sim, desta forma se referem às famílias], são 10% dos casos que chegam à proteção e tomam 50% do tempo dos profissionais.

Ainda afirmam que “a interação instável e caótica [com os denominados por eles multiproblemáticos] tende a reproduzir-se com os técnicos dificuldade de estratégias interventivas” e finalizam “lamentando-se que esta circunstância frustra técnicos que se sentem usados como meios, não para promover melhor qualidade de vida mas de facilitação no acesso a determinados bens e serviços”. Explicitando mais uma vez a leitura conservadora dos "técnicos" em questão.

4.7 A Mão que Afaga É a Mesma que Apedreja: Perspectivas de Trabalho Social com Famílias

O trabalho social com famílias aqui é concebido no bojo das mesmas contradições que orientam as políticas sociais conformadas no capitalismo. É

influenciado pelas: relações de poder, traços da formação social brasileira, interesses privados e pela moral cristã.

Pode ser acionado como aparato de controle e/ou ter compromissos democráticos e redistributivos. É atravessado tanto pelas características que moldaram o perfil das políticas sociais no Brasil, quanto pela mudança de suas feições nos marcos no neoliberalismo.

O trabalho social com famílias, trazendo materialidade ao trabalho profissional, não é nenhuma novidade no bojo das políticas sociais, lócus privilegiado de atuação do Serviço Social já que, como vimos, a presença e importância das famílias nas políticas públicas não é uma questão nova.

Com a Seguridade Social e suas regulamentações, há um trânsito da abordagem do indivíduo para a família, como encontramos em um dos artigos.

Mais contemporaneamente operou-se uma mudança muito importante em termos de entendimento dos problemas sociais e das estratégias de enfrentamento à pobreza, recolocando a família em pauta (GARCIA, 2006, p. 21).

Almeja-se romper com a lógica da segmentação, onde, por exemplo, numa situação de violência, o trabalho era voltado somente a quem sofreu a violência (como era o caso do Sentinela⁸⁶), sem ser extensivo aos demais membros da família.

As regulamentações contemporâneas, em especial as voltadas às políticas de saúde e assistência social, preveem trabalhos nos territórios, como forma de ampliação da cobertura, aproximação ao local onde os sujeitos vivem, como é o caso da ESF (objeto de uma das publicações), por meio da Unidade Básica de Saúde (UBS) e o Programa de Atenção a Indivíduos e Famílias prestados pelos Centro de Referência da Assistência Social (Cras).

No bojo das famílias, é que explodem as determinações da questão social e suas consequências, sob a forma de desigualdade, falta de acesso, desemprego, subemprego, humilhações, apartações, discriminações, violência, violações e os riscos, como doença, envelhecimento, morte, entre outras.

⁸⁶ Programa implantado em 2001 de combate à violência contra a criança e o adolescente. Com o advento do Suas, o programa passa a ser ofertado pelo Paefi nos Creas.

O paradoxo é que, no processamento das políticas sociais, em vez do Estado assumir suas responsabilidades perante as famílias, acaba por responsabilizá-las pelas vicissitudes que enfrentam, junto com o mercado e a sociedade civil, eximindo-se de suas próprias responsabilidades, característica bem peculiar do Estado mínimo, conformado nas transformações societárias no atual estágio do capitalismo.

As famílias são ativadas para ser as protetoras e não as protegidas, retirando-as dos trilhos dos direitos, que deveriam ser alicerçados pela própria política social.

As políticas sociais, atravessadas pelo neoliberalismo, tem seu potencial alicerçador de direitos comprometidos, massacrados pela agenda econômica, e relevando-se na focalização, seletividade, estrutura deficitária nos serviços, em recursos materiais e humanos.

Nessa lógica, as unidades familiares, enquanto canal "natural" de proteção social, as famílias são chamadas a responder pelo bem-estar de seus membros, muitas vezes pelas estruturas deficitárias dos serviços.

A novidade é que esse trabalho com famílias se reapresenta, assumindo novos contornos, orientações, e, porque não dizer, jargões, num cenário de retração de direitos, enfraquecimento dos sistemas de proteção, permeado por um conservadorismo moralizante.

Um dos exemplos é a centralidade da família na Política de Assistência Social (2004), com a diretriz da matricialidade sociofamiliar, assim como categorias utilizadas como capacidade protetiva da família, convivência e vínculos familiares. A ideia fundamental da centralidade da família na política de assistência social consiste no fortalecimento e apoio das famílias para o enfrentamento das necessidades sociais, fundamentando-se no direito à proteção social de seus membros e respeito à vida privada. Contudo, seus fundamentos e seu processamento exigem problematizações e esclarecimentos.

Na política de saúde, podemos citar, no campo da atenção básica, a ESF; no contexto da Internação Domiciliar, o programa Melhor em Casa; e no campo da saúde mental, a própria desinstitucionalização tem a família como interlocutor privilegiado.

Avaliar mecanicamente que trazer a família para a centralidade na política, por si só, é um avanço ou um retrocesso, traz uma análise simplista esvaziada de mediações.

Se, de um lado, pode desconsiderar o avanço na perspectiva de direitos, as orientações para seu protagonismo e participação da família, a ampliação da cobertura, a proximidade com a realidade que as famílias vivem, ocultam as potencialidades desse modelo e de seu potencial afiançador de proteção social, a depender da direção social impressa.

Por outro, é preciso entender os rebatimentos da formação social no sistema de proteção social brasileira; as repercussões do atual estágio do capitalismo na relação Estado-família, através do perfil assumido pelas políticas sociais.

Há de se considerar que o trabalho com famílias herdaram da sua gênese práticas disciplinadoras, coercitivas, normatizadoras, num contexto onde as famílias sempre estiveram nas formulações tipicamente conservadoras e muitas vezes só assumem novas roupagens.

Esta pesquisa não pretende reduzir suas análises a desqualificar a centralidade das famílias nas políticas sociais, encerrando aí suas contribuições, tampouco nos resignar ao tradicionalismo covarde nas práticas conservadoras, muitas vezes encontrado no trabalho social com famílias, mas avançar em suas proposições.

Sublinhamos aqui a necessidade de estarmos vigilantes, principalmente em relação aos princípios liberais conservadores que tem orientado o trabalho social, com ênfase na individualização da questão social, e apontar caminhos para que, de fato, as políticas sociais se ocupem de garantir as necessidades de reprodução das *famílias que vivem do trabalho*.

Se o processo de mudança não for amplamente discutido, corre-se o risco de reproduzir expressões típicas do pensamento conservador, como despolitizar, moralizar, culpabilizar o indivíduo, ajustar os desajustados e só mudar nomenclaturas, colorindo a velha roupa (DUARTE, 2012, p. 103).

Dentro da perspectiva crítica propositiva que nos convoca, sintetizamos alguns dos elementos acima enunciados, e, a partir da pesquisa e experiência profissional, apresentamos as perspectivas de trabalho com famílias que nos deparamos hoje que se antagonizam à construção e garantia de direitos e que

corroboraram com o que encontramos nos artigos. No trabalho social com as famílias, parafraseando Augusto dos Anjos, "a mão que afaga é a mesma que apedreja".

A ideia aqui não é criar tipologias, apenas para fins didáticos, mas elucidar perspectivas assumidas pelo trabalho social com famílias em seu processamento nas políticas sociais: são perspectivas que guardam estreita relação umas com as outras e imbricadas vão se expressando no trabalho profissional, de forma que pensá-las individualmente pode levá-las a perder a dimensão de totalidade, que primamos por preservar em nossas análises.

Chamamos a atenção para seis perspectivas que vêm assentando o trabalho com as famílias: a endogeneização, submissão, moralização, discriminação, responsabilização, culpabilização e penalização das famílias.

Direcionamos a pesquisa para que não se finde na crítica, mas nos caminhos que delas podemos depreender, regada pelo projeto profissional que nos orienta.

“A crítica arrancou as flores imaginárias dos grilhões, não para que o homem suporte grilhões desprovidos de fantasias ou consolo, mas para que se desvencilhe deles e a flor viva desabroche” (MARX, 2010, Introdução, p.146).

4.7.1 Perspectiva de endogeneização das famílias

O trabalho social com famílias não pode ser ensimesmado, voltado somente para os recursos e as particularidades internas da família e do ambiente doméstico. Historicamente, a perspectiva endógena foi disposta no trato da família operária brasileira como estratégia na difusão da ideologia burguesa.

No Brasil, o projeto republicano se instaura com uma forte preocupação de implantar uma gestão higiênica da miséria (adorno, 1990) e de reorganizar a rede de relações sociais dos setores pauperizados, a partir da intervenção nas famílias e comunidades. nesta medida a esfera privada, representada pela casa, se opunha a rua com seus apelos viciosos e passou a representar o espaço da disciplina, da ordem, da integração, referências que se mantêm fortemente preservadas na cultura política brasileira . Coube à família, desde então, filtrar valores dominantes e difundi-los, preparando seus membros para o bom convívio social (GARCIA, 2006, p. 21).

No artigo citado, encontramos preocupação com excessiva ênfase nas questões intrafamiliares.

A transferência do foco do indivíduo para a família não significa responsabilizá-las pelas problemáticas que sobre ela incidem, nem de pretender que a solução destas problemáticas se encontra na dimensão intrafamiliar (GARCIA, 2006, p. 28).

A busca incessante através dos recursos internos da família desconsidera a responsabilidade pública do Estado, colocando, como eixo orientador do trabalho, as famílias, buscando enfrentar as condições adversas, e não o Estado, através de um conjunto de respostas que deveria ofertar.

Desconsidera, ainda, as possibilidades do trabalho diante das relações comunitárias, no território, no âmbito do pertencimento, das relações sociais e da participação popular.

Com isso, há uma inversão da problemática, na abordagem metodológica: muitas vezes é assumido como chave analítica para o trabalho social, as particularidades das famílias e não os contextos socioeconômico, político, histórico e cultural que incidem sobre elas.

Na medida em que o trabalho se organiza a partir das particularidades das famílias, perde-se a dimensão coletiva e, com isso, a dimensão de classe.

A endogeneização caminha de mãos dadas com a responsabilização individual. Os resultados apresentados em um dos artigos expressam esse contexto, e aqui é possível claramente observar essa perspectiva nas referências às famílias atendidas:

comunicação confusa, indefinição dos agregados familiares, mulheres como figuras centrais, mães jovens e relações instáveis, mortes trágicas, baixas qualificação acadêmica e trabalho infantil, trajetórias profissionais instáveis, elevada morbidade geográfica, problemas de saúde, relações conflituosas (PIRES *et al.*, 2004, p. 5).

4.7.2 Perspectiva de submissão das famílias

A submissão é umas das faces das relações de poder que foram aqui estabelecidas com a população desde os tempos de colônia. Uma das publicações pesquisadas se atém a essa questão.

Em relação ao caso brasileiro, tais parâmetros podem refletir não só a orientação da política e o escopo do programa, mas também preferências subjetivas, lógicas clientelistas, favorecimentos de certas comunidades - reconhecidas como feudo eleitorais, ou identificadas por certos códigos (como religião) (GARCIA, 2006, p.7).

O paternalismo é um desses traços, como apontado por Maia e Marques (2007, p. 73): "o paternalismo está centrado nas suposições de que os indivíduos pobres e extremamente pobres não sabem o que é melhor para eles, nem possuem meios de alcançar um ideal de bem viver por si mesmos".

No caso das políticas sociais, isso se dá sob diversas formas: desde as preferências mais subjetivas, na submissão à vontade de outrem, seja pela prevalência dos interesses políticos na lógica clientelista, seja pela submissão institucional expressa, por exemplo, no horário dos serviços prestados que não incorpora as necessidades dos sujeitos demandatários. Também se revela na sujeição ao crivo técnico, ao mérito, às condicionalidades, à comprovação vexatória, às contrapartidas e aos testes de meios a que é submetida a população para atestar suas necessidades.

As condicionalidades, que são tão presentes nos dias de hoje nas políticas, em especial para a política de assistência social, aparecem sob diversas justificativas, como aborda um dos artigos que trata do programa Bolsa Família.

Isto era visto como uma espécie de contrato mediante o qual as famílias investiriam no desenvolvimento de suas capacidades, de forma que pudessem (na presença de políticas governamentais de natureza mais estrutural) dispor de condições mínimas necessárias para garantir um processo sustentável de inclusão social (CARVALHO; FERNANDES, 2009, p. 369).

A subordinação dos direitos ao "investimento" das famílias revela a dura realidade brasileira pois, mesmo sem as condições "mínimas" necessárias para sobreviver, precisam comprovar que estão aptas a receber "mínimos" aportes. A lógica de concessão dos privilégios, do favor, que ainda reveste muitas concepções da política, substituem o "direito a ter direitos".

Nessa esteira, as famílias têm subordinadas suas privacidades e as intimidades invadidas e, em especial nas visitas domiciliares, que fazem lembrar os inspetores da Lei dos Pobres, do século XVI, e suas intervenções de cunho policialesco.

Algumas beneficiárias entrevistadas para o artigo de Marques e Maia (2006, p. 72) referem-se às visitas domiciliares feitas pelos agentes da prefeitura⁸⁷ como “sindicância”.

Muitas vezes, a tônica na relação entre o profissional e as famílias, é de submissão, como é possível verificar no artigo que se refere à tentativa de "esconder dos técnicos" e a perspectiva de ajuda colocada na análise.

As famílias multiproblemáticas pobres vivem, em grande parte, de subsídios sociais e ajudas comunitárias ou institucionais, por vezes acrescidas do produto de atividades ilegais, que tentam esconder dos técnicos. Esses rendimentos mais obscuros são, em geral, empregues pelas mulheres para objetivos familiares e para os homens para objetivos pessoais (PIRES *et al.*, 2004, p. 11).

A hierarquização na relação com os sujeitos atendidos, ausentes nos processos de construção das políticas, participação e protagonismo, também é uma forma de submissão. Nos conselhos, se estabelece a prática de falar pelo usuário, ocultando ainda mais o principal interessado na proteção e garantia de direitos.

Maia e Marques (2006, p. 60) são bem claras nesse aspecto, quando abarcam a ideia de que: “A construção da autonomia depende da oferta de condições materiais básicas para que os cidadãos marginalizados consigam fazer escolhas bem informadas de modo a elaborar e conduzir projetos de vida próprios”.

Por fim, a submissão revela-se quando as famílias pobres são tratadas como não dignas do compromisso formal da socialização dos custos de proteção e de acessar direitos. Direito estes como caminho, na sociedade capitalista, para enfrentar as desigualdades, mediado por políticas públicas que reconhecem seu caráter redistributivo.

4.7.3 Perspectiva de moralização das famílias

A ideia de ajustar os desajustados, estruturar os desestruturados, traz forte componente doutrinário religioso, pautado na ideia de "reforma moral".

⁸⁷ Não especificam a que profissionais se referem.

A moralização revela-se na perspectiva de famílias estruturadas e foi problematizada em alguns artigos.

Por famílias estruturadas, subentende-se um conjunto de atributos combinados: composição familiar, função dos membros da família, padrão da relação entre os mesmos, valores e ideais partilhados. A composição familiar ideal compreende pai, mãe e filhos, com funções preferencialmente estabelecidas em provedor e cuidador, restringido a criança à condição de tábula rasa, que, ao fim de um processo contínuo de estímulos pedagógicos, deverá responder satisfatoriamente ao investimento dos pais. Essa caricatura, embora distante da vida como ela é, persiste como referência valorativa (GARCIA, 2006, p. 22).

Historicamente, essa perspectiva veio orientada pelos princípios da moral cristã e sua sagrada família e dever moral da ajuda, voltada para a regulação do comportamento das famílias.

A forma clássica de atender os pobres por meio das políticas públicas é tomar suas famílias como objeto de intervenção. Família é, sem dúvida, uma unidade mais complexa do que os indivíduos que a compõem, do mesmo modo que planejar políticas com base na família implica uma ação mais abrangente, variada, capaz de atender a diferentes indivíduos e demandas, produzindo, teoricamente, resultados mais eficientes. Embora tomada como novidade, a escolha da família como foco da intervenção social constitui uma estratégia antiga e bastante eficiente como ação disciplinar (GARCIA, 2006, p. 20).

O tratamento moral da questão social reveste-se de preconceitos e prescrições moralistas. Como expressam Volic e Baptista (2005, p. 151), em sua publicação sobre concepções de negligência, afirmando que a depender da perspectiva que assume: “a negligência pode ser detectada do ponto de vista moral [...]”.

Num cenário de desprofissionalização, cultura tecnocrata, ajuizamento profissional, na esteira do senso comum, oferta-se às famílias uma perspectiva moralizante, que também psicologiza a questão social, as rotula como negligentes e desestruturadas.

O foco na família combinou inovações com perversas continuidades em termos de julgamento dos pobres merecedores. O exemplo mais claro desse hibridismo é a adoção do aparentemente inofensivo “famílias desestruturadas” (GARCIA, 2006, p.22).

A perspectiva dos direitos muitas vezes é sucumbida por um agenda moralista onde continua se forjando o disciplinamento das famílias.

Nessa lógica, por exemplo, as famílias, muitas vezes, são colocadas como algozes e as crianças como vítimas. Essa ideologia ainda persiste em muitas entidades que ofertam serviços de acolhimento institucional (os antigos orfanatos/abrigos).

Outra questão são os velhos modelos e concepções dos papéis familiares: a mãe amorosa que cuida, o pai que trabalha, a avó que mimar, a sogra má. Esses papéis, estereotipados historicamente, ainda são reproduzidos no trabalho social. “Famílias estruturadas, além de se constituírem a partir de modelos cristalizados na figura do homem, da mulher e da criança, são as que reproduzem valores [...]” (GARCIA, 2006, p. 22).

4.7.4 Perspectiva de discriminação das famílias

A discriminação pode ser social, cultural, religiosa, sexual, racial, étnica, de orientação sexual. Hoje, suas manifestações, dentre outras formas, podem se dar pela via da intolerância, do preconceito, racismo, machismo, da misoginia, homofobia. A discriminação nas ações profissionais assume novos contornos e particularidades.

Nas políticas sociais, um dos aspectos a ser observado no contexto da ativação das famílias é a sobrecarga das mulheres, apoiado em estereótipos e papéis pré-ideados. Carlotto (2006, p. 145) alerta para os perigos nesse campo.

Há uma valorização da família como locus privilegiado de superação das sequelas da questão social por um Estado que pouco tem priorizado os gastos com o social e pouco tem implementado, em termos de política social, estratégias de superação de desigualdades sociais. O enfoque prioritário tem sido o papel da mulher na esfera doméstica, relacionado fundamentalmente à maternidade. Assim, as mulheres mais que participantes ativas, são tratadas como receptoras passivas, sendo a criação dos filhos seu papel mais efetivo.

A mulher associada ao papel de mãe, na linha de frente dos cuidados da família, aparece em mais dois artigos.

Um dos marcadores mais importantes da identidade feminina é, sem dúvida, a maternidade. A condição de mulher, sempre associada ao papel de mãe, cuja responsabilidade no cuidado com os filhos parece uma imposição da ordem da natureza, limita as oportunidades de construção de outros marcadores identitários necessários à ordem civilizatória. Longe dos

benefícios e vantagens que seu lugar social não pode proporcionar (AZEVEDO, 2010, p. 584).

Um deles, inclusive, apresenta o resultado de uma pesquisa, onde o mito do amor materno evidencia-se.

As mulheres colocaram uma centralidade na relação mãe-filho, evidenciada nas narrativas das entrevistadas pelo valor atribuído por todas elas à maternidade. O amor materno, compartilhado por todas as mulheres, demarca a identidade feminina no espaço do lar. Para algumas delas, principalmente as mais velhas, essa capacidade transforma a mulher muito mais em mãe do que em mulher, tornando o sentimento da maternidade uma recompensa em suas vidas. De alguma forma diferenciam seus papéis femininos, legitimados socialmente, a partir da relação mãe-filhos (PINTO *et al.* 2011, p.178).

Nesse contexto, a mulher tem sido convocada a responder como principal interlocutora dos serviços.

Nos programas de combate à pobreza, uma das principais contribuições do debate feminista tem sido o de chamar a atenção para a instrumentalização dos papéis das mulheres a partir de suas responsabilidades na esfera reprodutiva, para o bom desempenho desses programas no contexto neoliberal (CARLOTO, 2006, p. 144).

Citaremos aqui duas situações de discriminação muito comuns e que guardam estreita relação com os valores morais atribuídos ao trabalho. O primeiro exemplo comumente encontrado hoje é a discriminação dessas mulheres pelos profissionais nas políticas sociais.

Vamos lembrar aqui que muitas mulheres que vivem do trabalho, ao projetar seus custos em relação aos seus rendimentos, no que diz respeito aos cuidados atribuídos historicamente a elas, são empurradas novamente para a esfera reprodutiva. Ao totalizar os custos do cuidado, que vão desde o deslocamento à escola e outras atividades, cuidados no âmbito doméstico, "optam" por não trabalhar fora, decisão esta eminentemente econômica.

Contudo, é recorrente a desqualificação das mulheres, que são tratadas como preguiçosas e motivo de chacota⁸⁸, quando não estão despertas nas visitas domiciliares no período matutino ou quando não frequentam os grupos propostos.

Em relação a essa obrigatoriedade na participação, Carloto (2006, p. 153) pontua:

⁸⁸ Refiro a partir da experiência como assistente social e pelas assessorias prestadas em diversos municípios.

No processo de gestão, na operacionalização dos serviços, programas e projetos, a mulher mãe ainda continua sendo interpelada para participar das chamadas atividades socioeducativas, ainda é responsabilizada pelos filhos e pelo cumprimento dos critérios de permanência no programa.

O outro diz respeito à discriminação que enfrentam os usuários dos programas de transferência de renda, como trazem dois artigos sob diferentes abordagens. Lavergne (2012) aponta que as próprias tecnologias sociais são discriminadoras quanto à sua população-alvo, quando se trata do programa Bolsa Família.

Carvalho e Fernandes (2009, p. 381) indicam que:

A hipótese de um desincentivo ao trabalho também carece de sustentação. Conforme os dados antes apresentados, o programa vem beneficiando famílias chefiadas por trabalhadores pobres que participam intensamente do mercado de trabalho mas ganham muito pouco, ou se encontram desempregados por falta de oportunidades de ocupação.

Na pesquisa realizada por Maia e Marques (2007), entrevistadas referem humilhações que vivenciam como usuárias do programa Bolsa Família, desde dificuldades de acesso até os estigmas ligados ao estatuto de beneficiárias. Os estereótipos, como manifestação da discriminação, extirpam grupos particularmente vulneráveis, da condição de sujeito de direitos.

Além da discriminação aos grupos particularmente vulneráveis, é perceptível a discriminação aos grupos historicamente atendidos nas políticas sociais. São figuras historicamente estereotipadas em mendigos, pivetes, menor abandonado, trombadinhas, órfãos, bastardos e mulheres de malandro (DUARTE, 2012).

Uma questão preocupante hoje é a discriminação de gays e dos adeptos das matrizes africanas, que são alvo de repulsa do conservadorismo religioso. A discriminação separa, segrega, desconsidera, humilha, põe à parte, gerando grandes assimetrias e injustiças no trabalho social. Como é possível verificar nessa multidesqualificação encontrada em diversos trechos de um dos artigos:

Em cada uma destas famílias é possível elencar um conjunto de problemas: o pai violento, o filho alcoólico, a tia prostituta, o primo delinquente, o neto com insucesso escolar, a mãe deprimida [...] as principais características da comunicação nas famílias multiproblemáticas são o caos comunicacional, a pobreza emocional das mensagens e a falta de directividade e clareza [...] a organização familiar é o espaço onde convergem as identidades dos membros, e, nas famílias multiproblemáticas pobres, é o espelho do estilo de comunicação predominante: caótica, desagregada, dispersa e centrífuga (PIRES *et al.*, 2004, p.11).

Encontramos ainda referências à falta de inteligência emocional e hereditariedade relacional de multiproblemas (PIRES et al., 2004) e a miséria física, psicológica e emocional (PINTO et al., 2011).

4.7.5 Perspectiva de responsabilização das famílias

O discurso de trabalhar a responsabilidade das famílias com suas próprias vidas, nos convoca à reflexão sobre como estamos conduzindo essa mediação para o trabalho; se estamos diante da responsabilidade *das* famílias, *com* as famílias ou *responsabilização da família*?

Lavergne (2012, p. 339) afirma em seu artigo que "exortar à mobilização dos recursos da comunidade é incidir na conduta dela para que aceite a ideia de que as chaves de seu destino estão em seu bolso".

Nesse processo, onde cada indivíduo é responsável por seu bem-estar, reforça-se o mito da autossustentação, permeado por um certo darwinismo social, onde só os fortes sobrevivem. Como afirma Garcia (2006, p. 20), é a "pobreza interpretada como falta de esforço".

Assim, a questão social é individualizada, fazendo com que cada família responda pelas dificuldades que enfrenta e por suas necessidades de reprodução social.

Como é o caso retratado por Volic e Baptista (2005, p. 151) das famílias classificadas como negligentes, responsabilizadas por todas as condições objetivas e subjetivas na esfera do cuidado de uma criança.

Existem situações em que o cuidador não tem acesso aos meios que lhe permitirão o suprimento das necessidades daquele que está sob sua responsabilidade, não em razão de ausência de sua vontade, mas em função da falta de condições objetivas que lhe possibilitem dar ao outro aquilo que ele precisa. Nesses casos, não se caracteriza negligência. As pessoas só são passíveis de ser responsabilizadas por negligência quando possuírem as condições para atender às necessidades daqueles que estão aos seus cuidados e voluntariamente se omitirem.

Essas práticas também são muito visíveis nas situações que envolvem a guarda de crianças e adolescentes.

A prática cotidiana tem mostrado que muitas famílias de baixa renda têm se responsabilizado pela guarda de crianças e de adolescentes no processo de reintegração familiar, a partir de iniciativas do acolhimento institucional e do acolhimento familiar. Há, no entanto, necessidade de maior atenção no desenvolvimento dessas práticas, para que a responsabilidade do Estado não seja, uma vez mais, transferida para as famílias pobres (VALENTE, 2012, p. 590).

A família tem sido colocada como fonte de recurso, o que tem se apresentado como um fio tênue para que elas sejam pressionadas a assumir cada vez mais tarefas. O Estado vai se desresponsabilizando e responsabiliza cada vez mais a família pelo seu bem-estar.

Mioto (2015, p. 708-709) traz essa perspectiva em seu artigo.

Os processos de responsabilização da família estão presentes principalmente na configuração do acesso aos serviços, no campo dos cuidados e na própria organização dos serviços e em seus processos de externalização (BRITOS, 2006 apud MIOTO 708) [...] além de serem requisitadas a cumprir com as "suas obrigações" no fórum doméstico, são, cada vez mais, acionadas a se incorporar no trabalho de cuidado no próprio ambiente de prestação de serviço, e também realizam demoradas e desgastantes interlocuções com os serviços para deles usufruírem.

Carloto (2006, p. 145) enfatiza a responsabilização da mulher nesse contexto.

Os programas de "desenvolvimento" tem como eixo o combate à pobreza, como preocupação a eficiência das medidas, e como alvo preferencial a família, sendo que dentro delas as mulheres. A principal estratégia é a chamada privatização da família ou a privatização da sobrevivência da família, propondo explicitamente a transferência de responsabilidades que deveriam ser assumidas pelo Estado às unidades familiares.

O Estado, cumprindo seu papel de maneira subsidiária, interfere quando a família e o mercado já não dão mais "conta". Na lógica neoliberal, o mercado e a família devem satisfazer às necessidades do indivíduo, e para o cumprimento dessa agenda, os organismos internacionais e o Banco Mundial erguem as mangas e constrói-se toda uma racionalidade em torno da ativação das famílias, como apontam Arregui e Wanderley (2009, p. 156).

Por isso, alguns *experts* do Banco Mundial enfatizam que os pobres devem ser vistos como administradores estratégicos de um portfólio complexo de ativos. De tal forma, constatar e valorizar os recursos e capacidades que os pobres têm, em vez de insistir na escassez de ingressos, como o enfoque da pobreza faz, pode resultar interessante do ponto de vista tanto interpretativo quanto da política pública (PIZZARO, 2001).

Construindo as bases para a responsabilização das famílias na agenda neoliberal, como aparece no discurso do Banco Mundial:

Os estudos mostravam que mesmo diminuindo as redes de proteção social do Estado nas áreas da saúde, educação e seguridade social, e mesmo sofrendo o impacto do desemprego e da precariedade no trabalho, as famílias afetadas desenvolviam estratégias baseadas no remanejamento dos próprios recursos (ativos) para defender suas condições de vida (ARREGUI; WANDERLEY, 2009, p. 156).

4.7.6 Perspectiva de culpabilização das famílias

A responsabilização excessiva atribuída as famílias, usualmente, é justificada por seus "defeitos". Cada vez mais recorrentes, como vimos, são retomados os discursos de famílias desestruturadas e/ou que não conseguem se organizar, onde persistem abordagens conservadoras e disciplinadoras.

Reatualiza-se a ideia de falência e fracasso das famílias, como incapazes de cumprir suas obrigações familiares. Ressaltam-se inabilidades e incompetências individuais: não souberam educar, se organizar, não querem trabalhar. Como encontramos problematizados em alguns artigos: "A associação da pobreza com as noções de debilidade, desvantagem e risco pessoal" (ARREGUI, 2009, p.156).

Garcia (2006, p. 20) reforça que na "concepção de políticas sociais na leitura neoliberal a pobreza é vista como incapacidade de adequação ao mercado, e seu enfrentamento será no sentido de fortalecer e capacitar o indivíduo".

Carvalho e Fernandes (2009, p. 384) também trazem a ideia de pobreza associada a deficiências individuais no contexto neoliberal.

No Brasil e na América Latina os programas de transferência de renda surgiram em um período de empobrecimento popular maciço, abandono do paradigma de proteção que tinha como eixo o acesso ao emprego formal e aos direitos sociais e limitação do tratamento da questão social à vulnerabilidade e a pobreza, associando esta última fundamentalmente, a deficiências individuais.

O artigo de Marques e Maia (2007, p. 71) trabalha com beneficiárias do Bolsa Família, afirma que algumas usuárias consideram ajuda/esmola e problematiza essa dimensão do fracasso individual.

A "esmola revela o lado negativo do Bolsa Família", pois, como afirma Vera Telles, evidencia o fracasso do indivíduo em lidar com os azares da vida e que transforma a ajuda em uma celebração pública de sua inferioridade, já que o seu acesso depende do indivíduo provar que sua desgraça é grande o suficiente para receber ajuda estatal.

Cada vez mais, as determinantes da questão social, oriundas da exploração do trabalho pelo capital, complexas em seu enfrentamento pelo Estado, são atribuídas ao funcionamento da família, escamoteando suas raízes societárias.

O trabalho com famílias, hoje, vem se apoiando em valores burgueses e conservadores, reiterando traços da formação social brasileira que nega a perspectiva dos direitos como fundamentais no enfrentamento às desigualdades.

Culpar as famílias pelas dificuldades que vivenciam é a antítese da compreensão da questão social, como objeto de trabalho e da perspectiva de direito posta no projeto ético contemporâneo.

Encontramos ainda artigo que se refere a essa pretensa incompetência: *as famílias que precisam de ajuda externa e sistemas de apoio para suprir a incompetência das famílias*, e em um de seus trechos afirma:

É comum o reconhecimento de que os pais amam os filhos, embora sejam incompetentes na execução das tarefas, mas tal ocorre porque não sabem fazer melhor, já que os seus modelos de referência foram, também instáveis e inseguros (PIRES *et al.*, 2004, p.12).

4.7.7 Perspectiva de penalização das famílias

As famílias são submetidas a critérios de acesso e permanência e a comprovação de suas necessidades, por meio das condicionalidades, contrapartidas, elegibilidade, com efeitos punitivos, antítese da garantia de direitos.

No caso do Bolsa Família, penalidades gradativas são aplicadas: advertência, bloqueio, suspensão e, por fim, o cancelamento, reforçando a lógica do favor e da meritocracia, como se as famílias tivessem que "fazer por merecer" o que lhe é de direito.

Garcia (2006, p. 20), em seu artigo, aponta que "variações tipológicas sobre a pobreza são ilustrativas dos métodos para enfrentá-las: pobres como mercedores e não mercedores [...] pobres honrados ou não (aqueles que querem e os que não querem saber de trabalho)".

Lavergne (2012, p. 331), ao discutir as condicionalidades, afirma:

Pressionada para assumir certo número de condições, sob pena de perder os benefícios mensais do programa, a dimensão soberana da família é usada para incitar, estimular e controlar a fixação dos seus membros tanto nos critérios da pobreza “monitorada” quanto nas esferas disciplinares que devem contribuir para a superação do estado de miséria endêmica em que se encontra.

As famílias, além dos "castigos institucionais" a elas aplicados, são atribuídos trabalhos de baixa qualidade na lógica do *workfare*, o que não deixa de ser punitivo.

.A criminalização da questão social não é novidade, no Estado brasileiro, que, de maneira recorrente, tem tratado a pobreza como caso de polícia. As famílias são penalizadas por instituições que deveriam garantir seus direitos.

As famílias perderem a guarda de seus filhos, pela condição socioeconômica, é uma de suas injustas expressões. Fávero (2007) mostra que pesquisas apontam como motivo principal para crianças e adolescentes estarem privados da convivência familiar é a situação de pobreza da família de origem.

Volic e Baptista (2005) reiteram que os motivos de abrigamento referem-se direta ou indiretamente à pobreza: abandono e/ou negligência, condições sociais precárias, violência intrafamiliar e drogadição dos pais. Em geral, esses motivos estão relacionados à precariedade de políticas públicas que atendam à demanda dessa população.

No Brasil, as famílias são impactadas pelo novo perfil das políticas sociais e pelas perspectivas antes anunciadas, somada à *histórica e estrutural desigualdade*, altera-se o conjunto de respostas à questão social, através da relação família-Estado, conformando novos contornos no sistema de proteção social.

Como vimos em capítulos anteriores, os assistentes sociais não são alheios a esses processos e têm que atuar entre enorme fosso que se alarga dia a dia entre políticas sociais e direitos; entre o projeto profissional e as condições objetivas para sua efetiva concretização, com sérios impactos para o trabalho social com as famílias que atendem.

Em que pesem todas as dificuldades da contracorrente na defesa de direitos, é preciso construir mediações para as lutas políticas e institucionais, assim como para a qualificação do trabalho profissional, apoiados nos próprios fundamentos da profissão.

4.8 Construção de Subsídios para o Trabalho Social com Famílias

Com o intuito de contribuir na construção de subsídios para o trabalho social com famílias, tomamos por base os conteúdos estudados até o presente, pela perspectiva do Serviço Social, seus fundamentos e compromissos éticos, já que não somos meros mediadores, conselheiros, executores, pois temos formação, identidade e projetos profissionais próprios, que expressam os acúmulos e as lutas travadas no interior da categoria.

Partimos da ideia de que o trabalho profissional do assistente social tem diferentes dimensões, dentre elas, as de cunho teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. Por esse veio, tem tomado corpo no cotidiano profissional a afirmação de que o que falta é o fortalecimento da dimensão técnico-operativa. Encontramos essa assertiva nos espaços sócio-ocupacionais, na academia e na produção técnico-científica da categoria, e dela depreendemos alguns elementos para a discussão.

O primeiro refere-se aos perigos de relacionar a dimensão técnico-operativa diretamente com a discussão da prática, do "fazer profissional", dissociada da teoria, destituída de suas bases sócio-históricas, voltada a uma espécie de instrumentalização, de receituário, que dialoga com matrizes positivistas.

A afirmação pode ainda esconder a recusa ideológica das contribuições da teoria social em Marx que assombra a profissão e revela a pulsação da pós modernidade em seu interior.

Também pode mostrar a fragilidade na formação acadêmico-profissional e a apropriação vulgar do marxismo, que, de alguma forma, também parece comprometer a adesão ao projeto ético-político.

Outro aspecto é que pode expor o desassossego dos profissionais, que enfrentam um abismo entre o projeto profissional e as condições objetivas para sua concretização, forjadas principalmente por sua condição assalariada e atravessada pelos dilemas da alienação.

Inicialmente, também trazíamos preocupações, nesse sentido – em relação à dimensão técnico-operativa – como centrais em nosso trabalho.

Em uma primeira aproximação com os artigos, poderia nos levar à precipitada conclusão de que pouco se dedicaram à dimensão técnico-operativa para compor os subsídios aqui almejados. De certo, os artigos se dedicaram muito mais às críticas do que aos caminhos a se trilhar, mas mesmo assim essa afirmação seria equivocada, já que exatamente das dimensões teórico-metodológicas, que sustentam os artigos, é que pudemos depreender as contribuições.

Contudo, foi o processo da pesquisa na sua totalidade que desvelou com clareza que a dimensão técnico-operativa não pode ser considerada de maneira autônoma, pois só existe em articulação com as demais e, então, por si só, não tem potência para construir as bases para um trabalho social.

Por isso, aqui, afirmamos que o caráter técnico-operativo do trabalho com famílias, assim como a dimensão ético-política, só faz sentido se ancorados em bases teórico-metodológicas. Sobre essas bases é que nos debruçamos e aqui procuramos recuperar alguns contextos importantes.

Construir subsídios para metodologias críticas de trabalho social com famílias, conduzidos por assistentes sociais, nos coloca a tarefa de assentar sobre essas bases nossas contribuições, pois é a matriz das outras dimensões.

Os caminhos, a intencionalidade e a direção social empreendidos no trabalho social com famílias só pode se dar através da dimensão teórico -metodológica. O projeto profissional decorre dessa matriz, assim como as estratégias e táticas de intervenção.

Assim, nos voltarmos aos **fundamentos da profissão**, ao projeto ético-político, ao trabalho profissional, hoje, torna-se fundamental para estabelecer as mediações necessárias para construir subsídios para o trabalho social com famílias. Esse caminho acena um horizonte de possibilidades não só para o trabalho social com famílias, mas para todo o trabalho profissional.

Em relação aos fundamentos da profissão, partimos do significado do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho e seu papel estratégico no enfrentamento à questão social, no contexto da reprodução das relações sociais na sociedade capitalista. O conceito de reprodução social é entendido na perspectiva marxiana, como reprodução das forças produtivas, das relações de produção e também do conjunto de ideias e valores que garantam à reprodução do capitalismo.

Nessa perspectiva, o pensamento capitalista deve estar vinculado não apenas à classe dominante, mas ser veiculado por todas as classes, garantindo a permanente reelaboração de suas bases de sustentação. Todos estão implicados, num modo de viver e trabalhar socialmente determinado: os assistentes sociais e as famílias que atendemos.

As famílias também estão situadas no processo de produção e reprodução da vida social, portanto, quando nos referimos ao trabalho com famílias estamos nos reportando às condições objetivas para sua reprodução.

Estar inserido na divisão social e técnica do trabalho significa que os assistentes sociais vendem sua força de trabalho implicados pelas mesmas relações de exploração, capturas ideológicas e dilemas da alienação a que está submetido o conjunto dos trabalhadores, sujeito às mesmas vicissitudes que as famílias que atendem.

Não há nada que os coloque num pedestal, que os credencie a olhar pelo alto as famílias que atendem, pois têm a mesma condição de trabalhadores. Por isso, a consciência do papel do assistente social na sociedade de classe e a solidariedade com as famílias que atendem, parece, das mediações mais importantes, ser a empatia de quem também vive do trabalho e é constrangido por humilhações e explorações, na luta pela sobrevivência, em maior ou menor grau.

Na perspectiva política, é a **solidariedade de classe**, que nada tem a ver com a construção de relações harmônicas, mas de unidade entre os trabalhadores.

O Serviço Social está inserido nos processos contraditórios de reprodução do capital e também do trabalho, frente às respostas construídas à questão social pela sociedade e pelo Estado. Nas tramas da sociedade em que se situa, sendo seu produto e expressão, e nessas tramas assoalhadas pelos interesses antagônicos entre as classes, onde se movem as contradições, é que a profissão e o trabalho devem ser entendidos, **rompendo com uma visão ensimesmada que busca na profissão e nas famílias respostas para o seu cotidiano** (IAMAMOTO, CARVALHO, 2011).

Pensar nos fundamentos da profissão passa por reconhecer sua gênese conservadora, como estratégia de domínio de classe, almejando garantir a continuidade da produção do sistema capitalista, e que nos últimos 30 anos, no

processo de Renovação do Serviço Social, fez um giro radical combatendo essas matrizes conservadoras, impulsionada por novos rumos teórico-metodológicos.

Contudo, passa por reconhecer também que o conservadorismo não está superado na profissão. Existem fortes conexões entre as matrizes em que se assentavam o Serviço Social tradicional e o trabalho com famílias conduzido hoje. Essa constatação deve colocar os profissionais vigilantes com as perspectivas de trabalho apoiadas em matrizes conservadoras, assumidas até os dias de hoje, como aquelas que demonstramos anteriormente: endogeneização, submissão, discriminação, culpabilização, responsabilização, penalização.

Desconectados de seu tempo, fazem lembrar os inspetores da Lei dos Pobres, os reformistas sociais, a "escola" Mary Richmond, que tratavam individualmente as famílias, em práticas reintegradoras de caráter, através de verdadeiros inquéritos e fiscalizações, individualizando, moralizando e criminalizando a questão social.

Assim como antigamente, muitas famílias atendidas continuam não legitimando e fazendo resistência ao trabalho conduzido dessa forma; "não aderindo" às propostas. Esse contexto coloca o dever da **autocrítica**, para entender se o que ofertamos de fato atendem às demandas da classe trabalhadora, ou revelam apenas táticas e estratégias mais modernas, com novas roupagens, mas persistentes em suas abordagens disciplinadoras da força de trabalho, penetrando na casa das famílias e reproduzindo a moral burguesa, como fez o Serviço Social com as famílias nas suas origens.

Os novos rumos teórico-metodológicos impressos à profissão possibilitaram combater o tradicionalismo e as matrizes que o sustentavam e nesse cerne está a incorporação da teoria social em Marx, que se expressa sobretudo no **compromisso com a classe trabalhadora**. Estar comprometido com a classe trabalhadora significa estar comprometido com as *famílias que vivem do trabalho*.

As categorias marxianas operam em uma **perspectiva crítica e de totalidade, pela saturação das determinações, através das múltiplas mediações propiciando a radicalidade necessária à análise e apreensão do movimento da realidade**.

Segundo Netto⁸⁹, Marx opera na intersecção entre o registro histórico e a factuação da realidade e aponta que a análise deve dar conta da natureza e das mediações desse movimento, tendo a aparência como ponto de partida. Marx afirma ainda que se a aparência revelasse a essência, bastava olhar, então, se nega a aparência, não a ignorando, mas indo além da aparência.

Imprimir a historicidade necessária na perspectiva marxiana, significa **conhecer o terreno sócio-histórico em que se move a profissão, suas contradições, seu dinamismo e como se expressa no tempo presente, nas demandas colocadas para a profissão.**

O assistente social deve **realizar essa leitura da dinâmica social concreta, expressa em suas contradições, partindo da aparência a essência, buscando apreender as múltiplas mediações. Ir além da aparência coloca a tarefa de irna raiz, radicalizando as análises, saturando o objeto, esgotando a argumentação, na medida em que a apreensão deve se dar por vários ângulos.**

Isso pressupõe **aproximações sucessivas à realidade das famílias** e, para isso, a **atitude investigativa** torna-se fundamental. Investigativo aqui tomado como mola propulsora da pesquisa e não como prática policialasca.

A pesquisa supõe muito mais do que o preenchimento de cadastro com endereço, composição familiar, escolaridade, emprego, mas depreender desses dados o que significam no contexto de reprodução social, ampliando-os para noções que abarquem a privação do acesso, a divisão social e sexual do trabalho, a cobertura do Estado, as diversidades regionais, as relações de conjugalidade, parentalidade, intergeracionalidade atravessadas por contradições.

A perspectiva de totalidade que enfatizamos deve conseguir captar esse movimento, de reelaboração permanente, permeado por contradições. As trajetórias das famílias não são lineares, cartesianas e suscetíveis apenas ao trabalho profissional; sobre elas incidem múltiplas determinações.

Tomar a contradição como categoria significa **apreender as questões que se apresentam nas dinâmicas familiares, como expressão das condições vividas em um sociedade cindida por classes.** Não podem ser tomadas como problemas

⁸⁹ *Introdução ao Método da Teoria Social* (Disponível em: <<http://www.pcb.org.br/portal/docs/int-metodo-teoria-social.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2017).

individuais ou conjunto de fatores, onde não incidem as questões estruturais, pois são também a própria expressão da questão social.

Quando se assume a questão social como a base sócio-histórica da profissão e da realidade e, também, como chave analítica para a formação e o trabalho profissional, **as famílias e suas dinâmicas não podem ser entendidas abstraídas de suas determinações.**

Assim, o método para apreensão da realidade das famílias precisa captar esse movimento da história que se particulariza nas características que a questão social assume em cada contexto familiar.

Essas contradições não são só vividas pelas famílias atendidas, mas também por assistentes sociais, e podem se relevar nas formas de violências e violações, conflitos, desafios e dilemas intergeracionais, entre outros. Nesse sentido, as categorias marxianas são tão importantes, pois apoiar-se em conceitos que não sejam consistentes teoricamente, ou mesmo em meros modismos, pode metamorfosear a questão social e subsumir os processos de acumulação e apropriação da riqueza socialmente produzida. **É preciso abrir fuga às matrizes teóricas, categorias de análise e abordagens que despolitizem a questão social.**

A partir dessa perspectiva, **relacionar as demandas que se colocam para a profissão, com a reprodução das relações sociais e acumulação da riqueza socialmente produzida** é mediação fundamental.

Como se expressa a questão social, hoje, e como suas determinações reverberam na vida das famílias sob as formas de desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, atravessadas por disparidades de gênero e étnico-raciais e regionais?

As questões estruturais são determinantes para a construção de resposta à realidade que as famílias vivenciam; **a vida das famílias só se explica se situarmos as análises nos marcos do sistema capitalista e da questão social.**

Só assim será possível sair da ótica de problemas sociais, que responsabilizam individualmente as famílias, sem criminalizar, individualizar, psicologizar a questão social, e desvinculá-la de sua raiz comum, ocultando o real responsável.

É importante que o profissional entenda as expressões que se revelam nas famílias e sua relação com as expressões gerais assumidas pela questão social no Brasil.

Imprimir historicidade em nossas análises nos reporta a relacionar as dinâmicas societárias e os processos sociais históricos mais amplos, conjugando o conhecimento do modo de produção capitalista com a forma como se particulariza em nossa sociedade.

Por esse caminho é necessário buscar na formação sócio-histórica e nas raízes da questão social brasileira, mediações importantes para o desvelamento do real.

Numa realidade particularizada pelos movimentos da história, entender as heranças históricas do escravismo, autoritarismo, clientelismo, patrimonialismo, da ditadura, assim como o enraizamento dos valores burgueses que os sustentaram, são mediações importantes para a compreensão das famílias com as quais trabalhamos.

É fundamental entender as marcas de um país que carrega até hoje uma mentalidade senhorial, um ranço das sociedades estamentais, que naturaliza a segregação social e que, historicamente, se apoia na apropriação privada em detrimento dos interesses coletivos.

A classe dominante brasileira, diferente das classes menos abastadas, sempre teve seus interesses protegidos, defendidos e preservados. **É preciso apreender como as forças do espectro político brasileiro, onde os interesses do Estado e das elites historicamente se emaranharam, fazendo pender a balança para o lado oposto daqueles que vivem do trabalho.**

São aspectos culturais, sociais, políticos, a partir da relação entre as classes, expressa pelo posicionamento do Estado e pelos modos de produção que precisam ser explicitados e entendidos.

São processos que impregnam o jeito de viver, trabalhar, se relacionar e moldaram o perfil das políticas sociais no Brasil.

Nos fundamentos da profissão, o trabalho é tomado como categoria central e núcleo estruturante, à luz da perspectiva marxiana.

É importante **conferir significado ao trabalho na vida das famílias**. Certamente, isso não passa só pelo fato de estar empregado ou não, como é perceptível em algumas intervenções profissionais.

Num contexto de imensas dificuldades para quem vive do trabalho, como o empobrecimento acelerado, a desigualdade de toda ordem, não acesso, urge a necessidade de **deter como se forja a nova dinâmica de reprodução social nas famílias para garantir a sobrevivência, apreendendo as formas de gestão e organização da divisão social e sexual do trabalho no contexto familiar**.

É significativo captar o impacto das mudanças no mundo do trabalho da vida das famílias que se dá de variadas formas com o aprofundamento da exploração, desemprego estrutural e conjuntural, longas jornadas, baixos salários, ritmo intensificado, redução de número de trabalhadores, subcontratação, terceirização, desregulamentação, condições precarizadas de trabalho.

Entender como a exploração, precarização, o adoecimento e as humilhações advindas da divisão social e sexual do trabalho impactam diretamente na organização e na vida das famílias se faz absolutamente necessário.

No contexto da divisão social, a divisão sexual do trabalho não pode ficar subsumida, já que, a longo da história, o patriarcado vem sobrecarregando e responsabilizando as mulheres (mães, irmãs, avós ou tias) pelos acontecimentos em âmbito reprodutivo.

Perceber o papel da mulher nas tramas das relações sociais parece ser determinante para pensar como conduzir o trabalho social com famílias, para que não se reitere a sobrecarga e a responsabilização, assim como os conteúdos opressores no trabalho profissional.

Inclusive, existem famílias com orientações sexuais e identidades diversas, questão que precisa ser considerada, respeitada e incorporada ao trabalho, evitando a reprodução das relações tradicionais de gênero.

Na medida em que o Estado se desresponsabiliza de criar as condições necessárias de reprodução social, por meio do trabalho não remunerado da mulher, a família foi se estruturando como um dos pilares de proteção. As políticas sociais,

então, ativam as famílias para o trabalho produtivo e também para o trabalho reprodutivo.

Assim, o profissional **carece entender como as políticas sociais se posicionam frente à desigualdade de gênero e quais as possibilidades de contribuir com o processamento de trabalho mais equânime** nesse sentido.

Outra questão importante é deter os prejuízos históricos acumulados na perspectiva de raça e etnia e as discriminações e segregações que vivenciam as famílias oriundas desse contexto.

Cabe ao assistente social **conhecer as várias políticas sociais e como se propuseram a enfrentar as expressões da questão social, já que são historicamente tensionadas por interesses difusos e pela disputa de riqueza socialmente produzida.**

No Brasil, a caridade, filantropia, tutela, benesse atravessam a formação das políticas, distanciando-as de seu potencial alicerçador de direitos. O direito ainda é fortemente impregnado pela ideia de benefício, concessão.

Ter clareza sobre os **novos contornos assumidos pelo sistema de proteção social é basilar. O conhecimento dessas políticas sociais é indispensável para o profissional, seus fundamentos, suas bases, suas defesas, suas funções, diretrizes, para assim contextualizar a possibilidade de sua cobertura e intervenção profissional.**

Qual o impacto efetivo de determinada política social sobre as famílias no que se refere à efetividade, qualidade, cobertura e às respostas produzidas para as necessidades sociais?

A proteção social ofertada concretiza-se em formas tradicionais? Parece, através de seu processamento, genuinamente ter preocupação com os sujeitos que a demandam?

Qual a cobertura de proteção ofertada pelo Estado, em especial pela prestação de serviços sociais, para a sobrevivência dessas famílias, num contexto onde o Estado se forja em interesses econômicos, moldados pelo neoliberalismo, renunciando à responsabilidade pública para com as famílias e coagindo-as para a construção de respostas?

Em relação aos direitos, quais famílias têm acesso? Quais estão assegurados? Quais estão ameaçados?

Como apontado em capítulos anteriores, o fato de as políticas sociais existirem por si só, não as credenciam como redistributivas. Elas podem ser controlistas, ajustadoras, até hipócritas, travestidas de um discurso de pseudo preocupação, mas, pela aparência dos fatos e pela imediatividade, muitas vezes atribuem à família responsabilidades, em vez, de atendê-las.

Ao profissional compete apropriar-se criticamente do conhecimento existente relacionado às demandas que se apresentam. É necessário dominar a bibliografia, as documentações, os planos, as políticas e legislações.

A defesa dos direitos a partir das políticas exige essa postura. Exige também a primazia do Estado, a descentralização e sua democratização. Nesse sentido, **a inserção de profissionais, politizando a participação de usuários nos espaços de representação é importante para a construção da democracia, do controle social, de socialização do poder, que se contraponham às manobras clientelistas cravadas no trato da coisa pública.**

Aspecto fundamental são as formas de organização e luta em que se inserem os usuários e qual a contribuição do Serviço Social nesse sentido. Isso passa por entender as formas e organizações de controle social, o protagonismo dos usuários e como se fortalecem os sujeitos coletivos.

O projeto neoliberal afastou os trabalhadores das lutas sociais mais amplas e conforma uma nova sociabilidade pautada no individualismo, consumismo, na competição, determinantes nas dinâmicas familiares, já que são corrosivos aos vínculos, à convivência, solidariedade e ao apoio.

Importante entender as dinâmicas familiares a partir dos traços da sociabilidade contemporânea forjados nos processos cíclicos do capital.

As repercussões da agenda neoliberal, da reestruturação produtiva e dessa nova sociabilidade, foram sentidas no campo profissional, em especial nos sistemas de proteção e na vida dos trabalhadores. Nesse contexto, há um redimensionamento do trabalho profissional, em seu conteúdo e direcionamento, na medida em que o mercado de trabalho, as demandas sociais, as requisições institucionais,

competências profissionais, assim como as condições e relações de trabalho são impactadas.

Ao tomarmos a divisão social e sexual do trabalho como referência, precisamos apreender as determinações dessa mercantilização da força de trabalho do assistente social e sua complexificação.

Na condição de trabalhador assalariado, os processos de trabalho são condicionados pelos empregadores, que detêm as condições necessárias para a efetivação do trabalho profissional, forjados na tensão entre condição assalariada e o projeto profissional.

É necessário ter competência para negociar com os contratantes e entender as correlações de forças políticas, "fazendo trincheira" para a defesa dos conteúdos do trabalho do assistente social.

É importante ampliar o conhecimento sobre a instituição/organização na qual o profissional se insere, compreendendo os rebatimentos dessa "nova morfologia do trabalho social"⁹⁰ e decodificando as demandas, requisições e competências que estão postas hoje para o trabalho profissional.

As determinantes macrossocietárias estabelecem os limites e as possibilidades, alargando e restringindo dialeticamente a autonomia relativa e é nesse contexto que o trabalho social com famílias se move, deve ser pensado e projetado.

As políticas sociais, também impactadas pelos processos de reorganização do capital, são reconfiguradas, e, dentre outras características que assumem, passam a dispor de alternativas privatistas, meritocráticas, disciplinadoras e de ativação das famílias, nos âmbitos da produção e reprodução.

O assistente social deve rechaçar qualquer tentativa de descolar da questão social, atribuindo às famílias o ônus de um Estado que centra esforços para proteger as necessidade do capital, e não do trabalho.

O Serviço Social tem suas requisições intrinsecamente ligadas à gestão e execução das políticas sociais, onde estruturou sua profissionalização, contudo, **as**

⁹⁰ Termo cunhado por Raichelis (2013) para explicitar as características que assumem o trabalho profissional do assistente social, impactado pelas mudanças no mercado de trabalho e pela crise contemporânea do capitalismo.

políticas não podem diluir os conteúdos do trabalho profissional. Não somos simples operadores de manuais que fundam seus trabalhos em paradigmas, diretrizes e condições das políticas que operam.

As estratégias profissionais que serão dispostas no contexto do trabalho profissional, ancoradas nos fundamentos, no projeto e entendimento da questão social brasileira, devem fortalecer o potencial alicerçador de direitos na política.

Ainda coloca a necessidade de apreender os novos contornos nos processos de alienação, frente às formas que assume a precarização dos trabalhadores assalariados hoje.

É necessária ainda a construção de espaços de lutas coletivas em que o profissional se sinta efetivamente contemplado em suas demandas e necessidades como trabalhador.

O projeto profissional foi pensado alinhado às lutas sociais coletivas e mais amplas dos trabalhadores, orientado pela matriz teórico-metodológica crítica, contrapondo-se à perspectiva conservadora.

Expresso no Código de Ética e na Lei de Regulamentação da Profissão, baliza a relação com os usuários, as instituições, as outras profissões, assim como estabelece atribuições, direitos e deveres, guiado por princípios, valores, diretrizes, objetivos. Vincula-se a valores como liberdade, direitos humanos, justiça social, democracia, equidade, e ao conjunto de direitos defendidos pela classe trabalhadora.

Essas orientações devem ser processadas no cotidiano pelos profissionais, constituindo-se em *guia efetivo* para o trabalho profissional cotidiano.

Isso significa possibilitar informações, escolhas, tomada de decisão, voz, participação política, por parte dos usuários; refutando práticas autoritárias, hierarquizadas, policiaesca e disciplinamento das famílias; criando estratégias profissionais e políticas para a defesa e manutenção dos direitos historicamente conquistados, entendendo como os custos da exploração, discriminação, do preconceito, racismo recaem sobre as famílias.

É essencial estarmos vigilantes com o conservadorismo, que assume novas formas, reiterando no fundo os valores da sagrada família e da moral cristã e burguesa, através de formas dialeticamente articuladas de exploração, opressão e enquadramento dos mais pobres.

Aqui procuramos delinear uma perspectiva metodológica para o trabalho com famílias, conduzido por assistentes sociais, partindo da centralidade do trabalho e da questão social na vida das famílias atendidas pelas políticas sociais, com o objetivo de estender direitos de cidadania às *famílias que vivem do trabalho*, como uma das formas de resposta à questão social, no contexto do atendimento das necessidades para a reprodução social.

Ainda buscamos demonstrar que a teoria social em Marx tem potência para a apreensão, construção de respostas, direção e processamento do trabalho profissional.

4.8.1 Quadros sínteses

Os Quadros 3 e 4 apresentados a seguir sintetizam exercícios reflexivos sobre o objeto estudado e têm meramente o sentido de ilustrar as discussões acumuladas durante o processo da pesquisa. Não se pretende com eles cravar nenhuma tipologia e categorizações, pois estamos cientes das limitações desses tipos de classificação, já que não expressam as múltiplas determinações que incidem sobre a realidade, restando prejudicada a perspectiva de totalidade e o movimento dialético que vem orientando esse trabalho.

Sabemos que esquemas, metodologias, parâmetros e subsídios descolados de suas bases sócio-históricas e das transformações sociais no capitalismo contemporâneo podem ferir os princípios da teoria social à qual nos filiamos.

Dito isso, o Quadro 3 foi construído com base na apreensão dos traços que sustentam a conformação da formação social brasileira (coluna 1), no processamento das políticas sociais e as características que assumem no atual estágio do capitalismo (coluna 2) e nos horizontes, nas potencialidades, possibilidades e nos princípios que podem ser assumidos pelo trabalho profissional (coluna 3).

Quadro 3 – Traços que sustentam a formação social brasileira

Traços/ Conformação	Processamento nas Políticas Sociais	Horizontes/Potencialidades Possibilidades
Dependência	Tutela	Autonomia
Desigualdade	Meritocracia Focalização Seletividade Fragmentação	Equidade Universalidade Caráter redistributivo Compromisso com direitos de cidadania
Autoritarismo	Controle Condicionalidades/perspectivas punitivas/ <i>welfare</i>	Liberdade Políticas protetivas
Patriarcado	Sobrecarga da mulher Discriminação	Igualdade
Interesses privatistas	Ajuda Solidariedade Privada Filantropia	Perspectiva de direitos Responsabilidade pública Socialização dos custos de proteção
Clientelismo	Hierarquização	Processos democráticos Sujeitos políticos
Patrimonialismo	Primeiro-damismo	Políticas públicas
Ideologia do favor	Não reconhecimento dos direitos Desprofissionalização	Garantia de direitos Profissionais críticos, competentes

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 4 sintetiza as discussões adensadas no capítulo anterior, no item 4.6, sobre as perspectivas assumidas no trabalho social com famílias (coluna 1) que se colocam na contramão da construção e garantia de direitos, como se dá o processamento dessas perspectivas, citando alguns exemplos (coluna 2) e quais possibilidades podem ser encampadas no trabalho profissional cotidiano (coluna 3).

Quadro 4 – Perspectivas assumidas no trabalho social com famílias

Perspectiva	Processamento	Possibilidades
Endogeneização	Ativação dos recursos internos da família Foco no ambiente doméstico e nas questões intrafamiliares Individualização, responsabilização pela questão social	Apreensão dos contextos socioeconômico, político, histórico, cultural Relações comunitárias e com o território; Oferta de políticas públicas Dimensão coletiva, dimensão de classe
Submissão	Relações de poder, hierarquização, preferências subjetivas, Condicionalidades, comprovações vexatórias Visitas domiciliares invasivas Conselhos não representativos	Garantia de cobertura Critérios objetivos Participação, protagonismo e autonomia Processos democráticos Sujeitos políticos
Moralização	Componente doutrinário-religioso: Ajustamento, estruturação, disciplinamento e regulação das famílias Preconceitos Prescrições Modelos idealizados Desprofissionalização Psicologização da questão social	Valores do projeto profissional Respeito aos diferentes modos de ser família Agenda de construção de direitos e proteção às famílias Profissionais comprometidos teórica e eticamente
Discriminação	Social, étnica, religiosa, racial, orientação sexual, gênero Preconceito, racismo, misoginia, homofobia, transfobia, intolerância Separação, segregação, humilhação, exposição, inferiorização Sobrecarga da mulher	Equidade Igualdade Respeito Sujeito de direitos
Responsabilização	Autossustentação, darwinismo social, pobreza como falta de esforço Estado subsidiário Família como fonte de recurso Sobrecarga da mulher/trabalho de cuidado Estereótipos Individualização da questão social	Estado responsável Sujeitos políticos
Culpabilização	Defeitos da família, falência, fracasso, incapacidade, inabilidade, debilidade, deficiências	Capacidade protetiva do estado Apreensão da questão social Perspectiva de direitos
Penalização	Efeitos punitivos, penalidades gradativas meritocracia, castigos institucionais <i>Workfare</i> Criminalização da questão social	Garantia de direitos Acesso a políticas sociais, universalizantes, com caráter redistributivo. Descriminalização da Questão social

Fonte: Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse processo de síntese e finalização da tese, retomaremos algumas reflexões e considerações suscitadas ao longo da pesquisa, a partir das indagações que orientaram nosso percurso investigativo.

Nossa motivação inicial em ter como objeto a processualidade do trabalho com famílias e suas determinações sócio-históricas na reconfiguração da política social contemporânea, guarda estreita relação com o debate que perseguimos em nossa trajetória profissional e acadêmica que é verificar quanto o trabalho profissional cotidiano tem se mostrado suscetível às perspectivas conservadoras, obstaculizando o avanço das políticas públicas e a concretização da perspectiva crítica colocada no projeto ético-político contemporâneo.

Nesse percurso, fomos impulsionados a contribuir para a construção de subsídios, no contexto do trabalho profissional, que partam da centralidade do trabalho e da questão social, com o objetivo de estender os direitos de cidadania, assim como analisar criticamente as determinações que moldaram historicamente o trabalho social com famílias, visando a superar as concepções estereotipadas de famílias e naturalizadoras das expressões da questão social.

Em nossa análise, compreendemos a família como categoria histórica, a partir da questão econômica, determinada e constituída pelo processo de produção e reprodução da vida cotidiana. A família, aqui, é concebida como instituição histórica mais antiga, mas em constante mudança, fora de modelos preestabelecidos, nos quais se processam relações complexas e contraditórias, assentadas em diversas formas, pelo seu tempo, lugar e, principalmente, pelos interesses e pelas demandas de classe social.

Tomamos como referência a tese de Engels, apoiada nos estudos de Morgan, do quanto as condições de reprodução e acumulação de riqueza incidem na conformação das famílias e em seus modos de ser.

Adotamos ainda o termo *famílias que vivem do trabalho*, numa alusão aos estudos de Antunes, quando se refere à classe que vive do trabalho, ou seja, as

famílias, que historicamente têm sido alijadas do acesso à riqueza coletivamente produzida e vêm demandando das políticas públicas o trabalho social.

Desde o primeiro capítulo, a questão de gênero e a divisão sexual do trabalho, ganham especial relevância quando explicitamos a conformação do patriarcado, forjado nos processos de acumulação de bens e riquezas, apoiado na supremacia e opressão masculina, alterando o exercício da sexualidade da mulher através da monogamia, dando as bases para a família nuclear burguesa.

Vimos que, com o advento da Revolução Industrial e das mudanças no sistema produtivo, altera-se substancialmente a morfologia das famílias. Nesse contexto, um dos novos traços estabelecidos é a retração à intimidade entre seus membros. Outro aspecto de fundamental importância é a entrada da mulher no espaço produtivo industrial, acentuando as relações de desigualdade e exploração.

O resgate dessas determinações são de suma importância para apreender a tessitura do modelo nuclear burguês de família, a partir da divisão sexual do trabalho e seu impacto nas concepções orientadoras do trabalho social com famílias.

Tão importante quanto entender a família em suas origens e os novos contornos que assumem, foi compreendê-la no contexto das dinâmicas societárias mais amplas e das particularidades brasileiras.

O aprofundamento teórico sobre a formação social brasileira evidenciou aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos, a partir da relação entre classes, pelo posicionamento do Estado e pelos modos de produção, cravados na história do Brasil. Possibilitou captar as marcas da colonização, do escravismo, da monarquia, da ditadura, movidas por dependências, desigualdades, hierarquias e autoritarismo exacerbados e o *universo de valores, padrões, ideias, doutrinas, modos de ser, pensar e agir* produzidos por esses processos históricos que reverberam até os dias de hoje.

Foi possível observar claramente os prejuízos de uma sociedade que se assentou na instituição e manutenção de privilégios sociais, econômicos e políticos de uma classe (e uma raça) apoiando-se não só na exploração mas na estratificação e segregação social e na discriminação, no preconceito e na repulsa à mobilidade social e ao acesso .

A via de acesso aos direitos, no Brasil, foi alicerçada pela cultura do favor, clientelismo e patrimonialismo e transformou o Estado em fiel depositário de interesses privados em detrimento dos coletivos.

Essas questões moldam o perfil da política social no Brasil e irrompem no trabalho profissional. Desta forma, são fundamentais para entender as famílias com as quais trabalhamos e os serviços a elas ofertados.

A pesquisa buscou verificar as transformações societárias e os novos modos de ser família que se moldaram, em especial, a partir da Revolução Industrial e da formação do modelo burguês de família.

A inserção da mulher no espaço produtivo não a eximiu das responsabilidades no espaço de reprodução, consolidando a família como espaço de desigualdade entre seus membros. Ao mesmo tempo em que a divisão sexual do trabalho traduzia as largas vantagens obtidas pelo capital através do trabalho da mulher, também irrompeu processos históricos para as conquistas de seus direitos contra os mecanismos de exploração, dominação e opressão a que é submetida até os dias de hoje.

As lutas dos movimentos sociais vêm publicizando e legitimando diversos modos de ser família. As famílias estão mudando no tamanho, em suas formas de organização, sustento, divisão e cuidados de seus membros, com clara desvalorização das formas autoritárias, fruto da construção dos processos democráticos.

Embora tenhamos nos deparado com diferentes modos de ser família e na revisão bibliográfica, impulsionada pelo processo da pesquisa do que vem sendo utilizado como referência no Serviço Social, termos encontrado diversas definições e tipologias, reforçamos nossa convicção de que as famílias prescindem de adjetivação e que nominá-las acabaria por reforçar estereótipos e rótulos, retirando a potência de matrizes histórico-conceituais que possam apreender as famílias contemporâneas, a partir de suas determinações sócio-históricas e do contexto da acumulação capitalista.

A pesquisa confirmou que, sob o signo do neoliberalismo, as famílias contemporâneas sofrem severos impactos com a reestruturação do trabalho e da

produção, desresponsabilização do Estado, retração de direitos e com o enfraquecimento dos sistemas de proteção social.

A nova morfologia do trabalho, expressa pela precarização, flexibilização intensificação, reverberam no seio da família, que passa a reunir inúmeras dificuldades para sua reprodução.

As políticas sociais são redimensionadas no contexto da desresponsabilização do Estado, e como alternativa ao seu esvaziamento, as famílias são chamadas a atuar.

O projeto neoliberal a que nos referimos é sustentado por uma ideologia própria a esse estágio do capitalismo, em que a tendência ao conservadorismo se evidencia cada vez mais, escamoteando novas formas de exploração assumidas pelo capital e moralizando, individualizando, despolitizando a gênese da questão social.

Os valores da sagrada família e da moral cristã retornam com força pela defesa da família nuclear burguesa, expurgado os diferentes modos de ser família, encampando atitudes antidemocráticas e discriminatórias.

A renovação das velhas características conservadoras oprime ainda mais os pobres, que precisam atender as prescrições moralistas e se enquadrar em modelos ideais no contexto das políticas sociais, colocando as *famílias que vivem do trabalho* em situações vexatórias e excluídas das riquezas socialmente produzidas.

Para aprofundar nossos entendimentos sobre as políticas sociais e as formas que assumem na atualidade, fomos buscar nos traços da formação social e no desenvolvimento do Estado brasileiro, formas de ampliar nossa compreensão sobre as dificuldades de acesso para essas famílias. Constatamos o favorecimento das classes dominantes desde a gênese do Estado brasileiro, traduzidas pelas formas de autoritarismo, favor, clientelismo, patrimonialismo, que, amalgamadas, moldaram o perfil das políticas sociais brasileiras.

O Estado, expressão de interesses antagônicos entre as classes, nasce marcado pela ausência de compromisso com os direitos e pela promíscua relação entre público e privado. A elite brasileira, obstinada em preservar seus privilégios, com o apoio do Estado, estabelece com a classe trabalhadora uma relação de dominação, opressão, intolerância e disputa dos recursos e do espaço público.

As necessidades de reprodução social da grande massa dos trabalhadores não se constituíam em uma preocupação do Estado. Nessa esteira, se dá o desenvolvimento dos direitos sociais, produto e expressão da luta de classes, incorporado sob pressão dos trabalhadores, prevalecendo a lógica do compadrio, favor e dependência, a partir dos interesses das elites nacionais, no contexto das respostas construídas à questão social no Brasil.

As políticas sociais surgem no bojo das mesmas contradições, como estratégia de gestão da força de trabalho e pela via do seguro social, e se movem nesse pantanoso contexto, pelas mãos de um Estado com traços muito peculiares, tensionada pela disputa da riqueza socialmente produzida.

Os critérios de acesso ligados ao mercado formal colocam uma massa de trabalhadores no contexto da desproteção, em especial os que não estavam no eixo do trabalho urbano industrial, que passam a contar com a caridade e a filantropia, sob as bases da doutrina social da Igreja, construindo respostas sob a forma de favor, tutela, benesse.

Mais tarde, as organizações da sociedade civil passam a contar com aporte do Estado para concessão de auxílios. Essa lógica de subvenção, chancela, atravessou por muitos anos as políticas sociais, em especial a assistência social, distanciando-a de seu potencial afiançador de direitos.

O Estado brasileiro não cria condições para reprodução da força de trabalho e configura um sistema de acesso às políticas sociais entre aqueles que podem e os que não podem pagar, desde a Era Vargas e aprofundado pelo regime militar, no enfrentamento das expressões da questão social.

A Constituição Cidadã vem desafiando essa lógica e colocou no horizonte a possibilidade de um sistema de Seguridade Social universal e democrático, sob responsabilidade do Estado, numa sociedade tão constrangida por seus traços antidemocráticos e particularistas.

Infelizmente, essa pauta foi assolada pela agenda neoliberal e o sistema de proteção social brasileiro assume novos contornos, distanciando os trabalhadores de seus direitos, principalmente os trabalhistas e aqueles assegurados pela Seguridade Social.

O modelo de *welfare mix* é fortalecido, reforçando uma nova modalidade de atendimento às demandas, cuja responsabilidade é compartilhada entre Estado, sociedade civil e mercado. Nesse contexto, onde o Estado já não é o principal responsável, a família é potencializada para responder às suas próprias necessidades de reprodução social, no contexto das necessidades de acumulação do atual estágio do capitalismo e frente ao agravamento da questão social.

Com o fortalecimento da solidariedade privada, pelas mãos do Estado, há uma desprofissionalização nas políticas sociais, pautada num *mix* de moral cristão com senso comum.

O Estado vai sendo destituído de seu protagonismo e o princípio liberal da autossustentação recai com força sobre as famílias. A individualização da questão social é visível nos discursos sobre capacidade protetiva da família, corresponsabilidade, reorganização familiar.

A família é convocada a abarcar um conjunto de atividades, principalmente no que diz respeito ao cuidado dos demais membros, sobrecarregando em especial as mulheres, em um contexto onde as políticas têm alto grau de focalização e seletividade.

São submetidas à comprovação vexatória de sua condição - expressa em contrapartidas e condicionalidades - em que são destacadas suas pretensas inabilidade, incompetências, fracassos individuais, afastando a família do seu papel protetor do Estado. Dentro dos critérios de elegibilidade e permanência para a proteção estatal, estão ainda a ativação para o emprego, conformando o chamado *workfare*, que coloca o acesso ao mercado de trabalho como contrapartida ao acesso às políticas.

A pesquisa nos convocou a pensar como o Serviço Social se insere no contexto da reconfiguração contemporânea das políticas sociais e nessa relação entre Estado-família, e, por isso fomos buscar em suas origens conexões com o trabalho social com famílias que é realizado hoje.

Pensar o Serviço Social plasmado no projeto político da burguesia e seu papel estratégico frente à questão social no bojo do capitalismo industrial é essencial para a apreensão dos processos de trabalho em que se insere, assim é possível entender o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, polarizado por

interesses em disputa, participando tanto dos interesses do capital, quanto das famílias que vivem do trabalho.

Pelo retrovisor da história possibilitado pela pesquisa, olhamos para a origem do Serviço Social e para um leque de respostas à questão social, que colocavam as práticas sociais diretamente ligadas ao projeto de domínio de uma classe pela outra, encampadas pela histórica aliança entre burguesia, Estado e Igreja.

Dai advém o caráter punitivo, controlador, fiscalizatório das práticas sociais, que ratificavam a submissão e a espoliação burguesa, com forte função ideológica junto às famílias operárias, não só para criar as bases de sustentação do sistema, mas de desmobilização das reivindicações dos trabalhadores.

As práticas sociais foram aprimoradas e transformou os filantropos nos primeiros assistentes sociais na Europa; em seu traço fundante, estão a individualização, moralização e criminalização da questão social. Desde aquela época, já dispunham da visita domiciliar, inquéritos sociais, trabalho de educação familiar, como instrumento de fiscalização da vida familiar.

Nos anos 30 é que se dá a origem do Serviço Social, no Brasil, como desdobramento da ação católica, marcado pela influência do Serviço Social franco-belga, num contexto sociopolítico onde a burguesia precisava dispor de estratégias e táticas disciplinadoras da força de trabalho, conjugado aos esforços da Igreja em se manter no poder, criando novos mecanismos de coerção e controle do movimento operário, penetrando em seu ambiente doméstico, com claro intuito de domesticação do proletariado, na tentativa de imprimir a moral cristã-burguesa à sua existência.

A abordagem da questão social como problema moral e religioso reforçava as estratégias de educação familiar, reeducação moral e fortalecimento da família na fé cristã. Nesse contexto, as assistentes sociais, oriundas inicialmente da burguesia, eram contratadas para atuar com a família operária.

Podemos, então, afirmar que o trabalho social com famílias marca o Serviço Social desde suas origens, no Brasil.

Somente no processo de revisão crítica da profissão, décadas depois, quando o Serviço Social incorpora a teoria social em Marx, remetendo a profissão a uma consciência da sociedade de classes, que fornece as bases para os novos rumos teórico-metodológicos para a profissão e para o projeto ético-político

contemporâneo, é que se vislumbra a possibilidade de mudança na relação com as famílias atendidas. Abre-se o flanco de um novo tempo para a profissão, em que o compromisso com a classe trabalhadora desponta como valor ético central.

Apesar dos avanços conquistados na CF/88, onde os assistentes sociais foram protagonistas em muitas lutas, em especial para consolidação de um sistema de proteção, os anos 90 foram palco de regressões em relação aos direitos conquistados e ao papel do Estado, decorrentes da agenda neoliberal e da reestruturação produtiva, repercutindo no campo profissional – com ênfase nos sistemas de proteção social – e na vida dos trabalhadores, onde as famílias atendidas e os próprios assistentes sociais se inserem.

A pesquisa apoia-se no entendimento do Serviço Social como trabalho e do assistente social como trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho, em grande parte ao Estado, sujeito aos mesmos constrangimentos, humilhações e explorações que as *famílias que vivem do trabalho* atendidas pelos profissionais sofrem.

Sob essa perspectiva, diversas questões vêm sendo colocadas ao debate profissional, no contexto dos processos de regulação das contradições entre as classes, no atual estágio do capitalismo contemporâneo.

Uma delas diz respeito à autonomia relativa e às ingerências dos empregadores na definição do trabalho profissional, nos pautando a radicalizar as análises sobre as tensões entre o projeto profissional e trabalho assalariado. Outra questão diz respeito às novas exigências do capital, incidindo nas condições e na gestão da força de trabalho, atingindo o mercado de trabalho dos assistentes sociais e de forma mais aviltante as mulheres, nos remetendo a agregar a divisão social e sexual do trabalho para análise e estratégias de luta.

Essas mudanças afetam ao mundo do trabalho, no contexto da acumulação capitalista, que redefinem o papel do Estado, diante da questão social que assume um novo perfil, desencadeiam transformações, nas competências, demandas e requisições dos assistentes sociais nas políticas sociais, impactando diretamente em seu conteúdo e sua direção.

As alternativas privatistas, meritocráticas, disciplinadoras, nas políticas sociais, conformadas por um Estado obscurecido em suas responsabilidades e

distante do seu potencial alicerçador de direitos, no contexto da proteção social, os assistentes sociais são chamados a ativar as famílias no âmbito da produção e reprodução.

Diante de tantas questões que incidem sobre o trabalho profissional cotidiano, colocamos como desafio para a pesquisa entender como os assistentes sociais vêm pensando e ofertando o trabalho com famílias e quais seus fundamentos.

Para tal, nos apoiamos no levantamento e na análise bibliográfica de publicações (artigos, comunicações de pesquisa, resenhas, entrevistas) da revista *Serviço Social & Sociedade*, num arco temporal de 2004 a 2015, tendo como objeto temas correlatos ao trabalho com famílias.

Na pesquisa, norteadas pela análise teórico-metodológica das publicações, observou-se que as temáticas predominantes se ancoraram na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, seguidas de publicações que tem como objeto o programa Bolsa Família e as relacionadas à questão de gênero.

As referências conceituais mais utilizadas, quando se trata das determinações da questão econômica, foram a pobreza, desigualdade e vulnerabilidade social, mas raramente foram problematizadas como categoria de análise. A maioria das publicações não relaciona o objeto de estudo com o modo de produção capitalista; a reprodução das relações sociais e a acumulação da riqueza socialmente produzida. Aliás, o capitalismo não é citado nominalmente pela maior parte deles.

Apenas uma publicação elegeu e anunciou a teoria social marxista e tomou como referência a categoria trabalho e reprodução social no contexto do modo de produção capitalista.

A minoria apoiou suas análises na questão social. Em nosso entendimento, são expressões da questão social, apresentadas na maioria dos artigos como: problemas socioeconômicos; conjunto de fatores, conflitos e nova problemática social.

Na maioria das publicações, as políticas sociais aparecem livre de contradições como resposta exata às dificuldades de reprodução que as famílias enfrentam, podendo mascarar aquelas que não têm compromissos redistributivos e encampam ações disciplinadoras direcionadas às famílias.

A responsabilidade estatal com as políticas sociais foi posicionada em algumas publicações, mas poucas dedicaram-se a entender quanto o desenvolvimento do Estado, no contexto da acumulação capitalista, impacta a qualidade dos sistemas de proteção.

A centralidade das famílias nas políticas foi problematizada em alguns artigos. A questão de gênero, tão importante na relação família-Estado, apareceu poucas vezes e sob diferentes perspectivas teóricas. Problematizações sobre a perspectiva de raça também não foram encontradas.

Em relação à perspectiva dos direitos, nas publicações, apareceram muitas vezes anunciados pelas legislações e associados à desigualdade social e falta de políticas sociais. Poucos foram aqueles que se ativeram a problematizá-lo no campo da proteção. A problematização da questão dos direitos ligada ao modelo de desenvolvimento brasileiro, como campo de disputa da riqueza socialmente produzida e em constante ameaça, esteve subsumida na maioria das publicações.

Menos da metade dos artigos trouxe a política neoliberal como inflexão importante para a apreensão de seus objetos. Raros foram aqueles que se dedicaram a seus efeitos disruptivos, onde apareceram a perda da universalidade; as características que assumem as políticas sociais; a retração do Estado; responsabilização dos indivíduos; e ativação das famílias.

Já a reestruturação produtiva, embora citada, foi aprofundada em poucas publicações, assim como os seus impactos sobre as condições de reprodução das famílias. Nenhuma das publicações se dedica a entender seus efeitos sobre o Serviço Social.

Também não encontramos, na maioria das publicações, relação com os aspectos políticos, econômicos e sociais da história do Brasil e menção a traços da formação social brasileira.

Sobre as concepções de família, embora tenham sido anunciadas nas palavras-chaves e títulos, poucos foram os que se dedicaram a problematizá-las como categoria analítica. As construções encontradas são variadas, trazendo a família como categoria histórica; a partir do recorte de gênero; a família burguesa; como espaço de controle; a família a partir de papéis e funções; a família nas legislações; e em tipologias.

Em relação às referências predominantes nas publicações, chamou-nos a atenção a citação de franceses, como Castel, que consta em quatro publicações.

As omissões também foram objetos de análise. A primeira diz respeito à ausência de autores que se dedicam aos fundamentos da profissão, pouco referidos e citados; e a segunda diz respeito a Marx, que esteve totalmente afastado das referências bibliográficas, exceto em um artigo.

A maioria das publicações não dispôs das categorias marxianas para análise e essa constatação da pesquisa não se deu no sentido de patrulhamento ideológico, mas de teorias que, em nosso entendimento, têm potência para explicar a realidade que envolve as famílias.

Nesse sentido, o trabalho como categoria impõe-se, mas pesquisa evidenciou que o trabalho não é tomado como categoria de análise pela maioria das publicações.

O trabalho aparece relacionado a mercado, emprego (ou falta dele). Alguns autores citam a precarização, poucos são aqueles que trazem os impactos das transformações no mundo do trabalho. Em menor número são os que exploraram a divisão social e sexual do trabalho como caminho de análise.

Em relação ao trabalho profissional dos assistentes sociais, observamos que a maioria das publicações não faz nenhuma referência ao Serviço Social ou ao trabalho do assistente social. Apenas dois tomam o Serviço Social como objeto: um deles em sua relação com as políticas sociais e o outro na inserção no assistente social na ESF.

As problematizações dão-se no contexto da operacionalização de políticas e planos, que, embora guardem estreita relação com o trabalho profissional cotidiano dos assistentes sociais, não revelam as particularidades do trabalho profissional e sua relação com as famílias.

As publicações não se debruçaram em conteúdos próprios do trabalho profissional cotidiano do assistente social como atribuições privativas, projeto profissional, normativas legais da profissão e a formação profissional. Um único artigo chama a atenção para os compromissos estabelecidos no Código de Ética.

Suspeitamos que o objeto das publicações não terem sido tomados pela perspectiva do Serviço Social, pode explicar o fato de estarem subsumidas a questão social, matriz explicativa da profissão e da realidade, os fundamentos da profissão e as preferências bibliográficas.

Em continuidade à análise, apresentamos algumas perspectivas que encontramos no trabalho social com famílias e se antagonizam à construção de direitos, possibilitadas, através dos exercícios reflexivos resultantes da pesquisa e de nossa experiência profissional. Cada uma delas assume características determinadas, mas guardam estreita relação entre si: endogeneização, submissão, moralização, discriminação, responsabilização, culpabilização e penalização.

As famílias são impactadas pelo novo perfil das políticas sociais e pelas perspectivas anunciadas e os assistentes sociais atuam nesse enorme fosso que se alarga entre as políticas sociais e os direitos, expressos na relação família-Estado.

Na pesquisa, foram então construídos alguns subsídios para o trabalho social com famílias com base nos conteúdos estudados, tomados pela perspectiva do Serviço Social, a partir dos fundamentos da profissão, para contribuir com metodologias críticas que reafirmem a centralidade do trabalho e da questão social na vida das famílias, com o objetivo de estender direitos de cidadania e garantir as necessidades de reprodução social das *famílias que vivem do trabalho*.

Retomamos como um dos resultados da pesquisa uma síntese provisória dos subsídios que podem aportar o trabalho profissional, cujas bases foram apresentadas ao longo do trabalho⁹¹:

- Apreender o *Serviço Social, inserido na divisão social e técnica do trabalho, no contexto de reprodução das relações sociais na sociedade capitalista.*
- Conhecer o terreno sócio-histórico em que se move a profissão, suas contradições, seu dinamismo e como se expressam no tempo presente.
- Relacionar as demandas que se colocam no contexto do trabalho social com as famílias, com a reprodução das relações sociais e acumulação da riqueza socialmente produzida.

⁹¹ Assim como os quadros sínteses apresentados organizam seus achados.

- Estabelecer relações mais solidárias com as famílias atendidas, pautadas no compromisso firmado com a classe trabalhadora e suas famílias.
- Romper com a visão ensimesmada que busca na profissão e nas famílias respostas para o cotidiano profissional.
- Estar em permanente vigília (e autocrítica) com as perspectivas de trabalho apoiada em matrizes conservadoras.
- Realizar leitura da dinâmica social, radicalizando as análises, saturando o objeto, buscando apreender as múltiplas mediações, captando o movimento de reelaboração permanente, permeado por contradições, que incidem sobre a realidade em que vivem as famílias.
- Apreender as questões que se apresentam nas dinâmicas familiares como expressão das condições vividas numa sociedade cindida por classes.
- Assumir a questão social como chave analítica para o trabalho social com famílias.
- Entender como a questão social e suas determinações se expressam hoje, buscando, na formação sócio-histórica e nas raízes da questão social no Brasil, mediações importantes para sua compreensão.
- Fugir de matrizes teóricas, categorias de análise e abordagens que despolitizem a questão social.
- Conferir significado ao trabalho na vida das famílias, detendo-se sobre como se forja a nova dinâmica de reprodução social nas famílias para garantir a sobrevivência e apreendendo como as formas de gestão e organização da divisão social e sexual do trabalho impactam o contexto familiar.
- Entender o papel da mulher nas tramas das relações sociais e combater a desigualdade de gênero.
- Conhecer as diversas políticas sociais e como se propõe a enfrentar as expressões da questão social no que se refere à efetividade, qualidade, cobertura e respostas produzidas.

- Dominar bibliografias, documentações, planos, políticas e legislações.
- Impulsionar e politizar a participação dos usuários nos espaços de representação.
- Apreender as determinações da mercantilização da força de trabalho do assistente social e sua complexificação; decodificando as demandas, e requisições; desenvolvendo competências e estratégias para negociar com os contratantes e fazer trincheira para a defesa dos conteúdos do trabalho do assistente social.
- Compreender que as determinantes macrossocietárias estabelecem limites e possibilidades, alargando e restringindo dialeticamente a autonomia relativa do profissional e que nesse contexto é que o trabalho social com famílias se move e deve ser pensado e projetado.
- Construir e participar de espaços de lutas coletivas para defender os interesses da profissão e das lutas mais amplas dos trabalhadores.
- Ancorar as estratégias profissionais nos fundamentos da profissão, numa tentativa de fortalecer o potencial alicerçador de direitos que estão colocados nas políticas sociais.
- Ter o projeto profissional como um *guia efetivo* para o trabalho social com famílias e enfrentamento do conservadorismo, seus valores e expressões, no interior da profissão.

A pesquisa buscou demonstrar, caminhando das determinações sócio-históricas aos subsídios para o trabalho profissional cotidiano, que a teoria social em Marx e os fundamentos da profissão tem potência e vigor para enfrentar os desafios colocados no trabalho social com famílias, tendo como horizonte a concretização da perspectiva crítica colocada no projeto ético-político contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Valéria Oliveira. **Serviço social e trabalho docente: precarização e intensificação do trabalho nas instituições privadas de ensino superior em São Paulo.** Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho.** 3. ed. São Paulo: Cortez; 2005.

_____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

_____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

_____; MORAES, Maria (Org.). **O avesso ao trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____; BRAGA, Ruy (Orgs.). **Infoproletários. Degradação real do trabalho virtual.** São Paulo, Boitempo Editorial, 2009.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARREGUI, C. C.; WANDERLEY, M. B. A vulnerabilidade social é atributo da pobreza? **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo:Cortez, n. 97, p. 143-166, jan./mar. 2009.

AZEVEDO, Verônica Gonçalves. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo:Cortez, n. 103, p. 576-590, jul./set. 2010.

BARROCO, Maria Lucia S. **Ética: fundamentos sócio-históricos** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo:Cortez, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BEHRING, Elaine. Contrarreforma do Estado, seguridade social e o lugar da filantropia. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 73, p.101-119, mar. 2003.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, E. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

CARLOTO, C. M. Programa bolsa família, cuidados e o uso do tempo das mulheres. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL/ENPESS, Juiz de Fora, MG. Anais... 2012.

_____. Gênero, políticas públicas e centralidade na família. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 86, p.139-155, jul. 2006.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; FERNANDES, Cláudia Monteiro . Algumas considerações sobre o Bolsa Família. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo:Cortez, v. 98, p. 362-387, abr./jun. 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

_____. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTO, Berenice. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *et al.* **O sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

CRUZ, Suenya Santos da._O fenômeno da pluriatividade no meio rural: atividade agrícola de base familiar. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo:Cortez, n.110, p. 241-269, abr./jun. 2012.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? MATO, Daniel (Ed.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas, Venezuela: FaCES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

DRAIBE, S. O sistema de proteção social e suas transformações recentes. SEMINÁRIO REGIONAL SOBRE REFORMAS DE POLÍTICA PÚBLICA. Cepal/Nações Unidas. Santiago, Chile,1992.

DRUCK, GRACA. **Principais indicadores da precarização social do trabalho no Brasil**. Versão preliminar do texto apresentado no IV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. **Anais...** Rio de Janeiro, 2009.

DRUCK, M.G.; FRANCO, T. (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.

DUARTE, Joana Maria Gouveia Franco. **Dilemas e desafios da proteção social especial no âmbito do Suas**: uma contribuição ao debate. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ENGELS, F. A. **A origem da família, propriedade privada e do estado**. 4. ed. Centauro, 2002.

_____. **A origem da família, propriedade privada e do estado**. 4. ed. Clube dos Autores, 2009.

ESCORSSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**: elementos para caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil**. CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL. Módulo 3, p. 43-56, 2000.

FÁVERO, Eunice. O que é o plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes a convivência familiar e comunitária. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 91, especial, p.179-190, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Globo, 2005.

_____. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Edusp, 1965.

_____. **Nova república?** São Paulo: Zahar, 1986.

FLEURY, Sonia. Assistência e previdência: uma política marginal. In: _____. **O direito dos (desassistidos) sociais**. São Paulo: Cortez, 1989.

FRANCO, Abigail Aparecida de Paiva. Instituição do programa família de apoio na direção de política pública de acolhimento. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 83, p. 157-182, 2005.

GARCIA, Joana. Política social e serviço social: contextos distintos, desafios semelhantes. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 86, p. 5-29, jul. 2006.

GOIS, Dalva Azevedo de. Famílias: aportes teórico-metodológicos para o debate no âmbito do Serviço Social. **Revista Serviço Social & Saúde**, Campinas, SP, v. 13, n. 2 (18), p. 189-204, jul./dez. 2014.

GOIS, Dalva Azevedo de. Família e trabalho social: intervenções no âmbito do serviço social. **Revista. Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 126-132, jan./jun. 2010.

GUEIROS, Dalva Azevedo; OLIVEIRA, Rita de Cássia Silva. Direito à Convivência Familiar. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 81, p. 117-134, mar. 2005.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **A concepção dialética da história**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

HARVEY, David. **A condição pós moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HELLER, Agnes. A concepção de família no estado de bem-estar social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano VIII, Tradução Maria Lúcia Martinelli, p. 5-31, ago. 1987.

HIRATA, Helena. Divisão capitalista do trabalho. **Tempo Social, Revista de Sociologia**, São Paulo: USP, 1989.

_____; GUIMARÃES, Nadya Araujo (Org.). **Cuidado e cuidadores: as várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Atlas, 2012.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. O serviço social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS. (Orgs.). **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/Abepss, 2009.

_____. Espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ABEPSS. **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/Abepss, 2009.

_____; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil - esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez; 34 Ed. 2011.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Estado e capitalismo - estrutura social e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: < www.ibge.org.br>.

JORGE, CAMILA. **A construção teórica entre as famílias e serviço social brasileiro nos contextos societários**. Dissertação (Mestrado)- Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP, São Paulo, 2009.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: CORTEZ; Brasília, DF: Unicef, 2005.

KERGOAT, Daniele. Da divisão do trabalho entre os sexos. In: HIRATA, Helena (Org). Divisão capitalista do trabalho. **Tempo Social: Revista de Sociologia**, São Paulo: USP, 1989.

LAVERGNE, Rémi Fernand. Programa Bolsa Família: uma nova modalidade de biopolítica. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.110, p. 323-344, abr./jun. 2012.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo e enxada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DO SERVIÇO SOCIAL. Lei de Regulamentação (Lei federal n. 8662, de 7 de junho de 1993); Código de Ética Profissional do Assistente Social (Resolução Cfess n. 273, de 13 de março de 1993); Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (Abepss, 8 de novembro de 1996); Resoluções Cfess, PLs em tramitação no Congresso Nacional. Brasília: CFESS. Disponível em <<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica 45. **Revista Katálisys**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

MAIA, Claudia. **Entre inocência e corrupção**: gênero e representação das mulheres desquitadas 1917-1936. 2009. Mimeografado.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. O processo de reprodução do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Ed. 70, 1993.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010. Introdução.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARQUES, A. C. S.; MAIA, R. C. M. Dimensões da autonomia no combate à pobreza: o programa bolsa-família sob a perspectiva das beneficiárias. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo:Cortez, n. 92, p. 58-84, nov. 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O serviço social e a consolidação de direitos: desafios contemporâneos. **Revista Serviço Social e Saúde**, n. 12, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **História oral: exercício democrático da palavra**. Mimeografado.

MARTINS, José de Souza. **Sobre o modo capitalista de pensar**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história da modernidade anômala**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

MÉSZÁROS, I. **O poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MESTRINER, Maria Luiza. **O estado entre a filantropia e a assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. **Política nacional de assistência social**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNA_S2004.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2017.

_____. **Condicionalidades do Programa Bolsa Família**. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

MIOTO, R. C. T.; DAL PRA, Keli Regina. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. In: _____; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. **Familismo, direito e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015a.

_____. Política social e trabalho familiar: questões emergentes do debate contemporâneo. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 124, p. 699-721, out./dez. 2015.

_____; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. **Familismo, direito e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

MONTAÑO, Carlos. **O terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MORENO, Rachel. **A beleza impossível: mulher, mídia e consumo**. São Paulo: Agora, 2008.

NARAZZI, Muriel. **O desaparecimento do dote** – mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado**. A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do *telemarketing*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea**. CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL. Módulo 1 - Crise contemporânea, questão social e serviço social. Brasília: CFESS/Abepss/Cead/UnB, 1999.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília: Abepss, ano 2, n. 3, p. 41-49, 2001.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós 64. São Paulo: Cortez, 2001a.

_____. **Introdução ao método da teoria social**. Disponível em: <<http://www.pcb.org.br/portal/docs/int-metodo-teoria-social.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

_____. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

ONUMA, F. M. S.; ZWICK, E.; BRITO, M. J. Ideologia gerencialista, poder e gestão de pessoas na administração pública e privada: uma interpretação sob a ótica da análise crítica do discurso. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, n. 42, p. 106-120, 2015.

PAULA, Renato Francisco dos Santos. **Estado capitalista e serviço social**: o neodesenvolvimentismo em questão. Campinas: Papel Social, 2016.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo**: crítica à teoria e ideologia conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA, Potyara A. A questão social e as transformações das políticas sociais: respostas do Estado e da sociedade civil. Ser social e serviço social. **Revista do Programa de Pós-graduação em Política Social da UnB**, n. 6, jan./jun., 2000, p. 119-132.

_____. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A; MATOS, M. C. e LEAL, M. (Org.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, Potyara A.; SIQUEIRA, Marcos César Alves. Política social e direitos humanos sob jugo imperial dos Estados Unidos. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 119, p. 446-467, jul./set., 2014.

_____. Prefácio. In: CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. **Familismo, direito e cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro *et al.* Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.105, p.167-179, jan. 2011.

PIRES, S.; MATOS, A.; CERQUEIRA, M; FIGUEIREDO, D., SOUSA, L. Retratos da vida das famílias multiproblemáticas. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 80, p. 6-32, nov. 2004.

PRADO, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 116, p. 609-635, out./dez. 2013.

_____. Notas sobre o serviço social na divisão sociotécnica do trabalho e a dupla dimensão do trabalho do assistente social. Exposição na ATP: **A nova morfologia do trabalho**: a explosão do proletariado de serviços e a lei do valor. Mimeografado.

_____; YAZBEK, Maria Carmelita; VICENTE, Damares V., ALBUQUERQUE, Valeria de O.; DUARTE, Joana M. G. F. Fundamentos do trabalho do assistente social no contexto da reconfiguração das políticas sociais no Brasil. **Anais... ENPESS**. 2016.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Educ / Cortez, 2003.

ROUANET, P. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Orgs.). **Família**: redes, laços e políticas públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SARTI, Cynthia A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Edith Seligmann. A precarização contemporânea: a saúde mental no trabalho precarizado. Texto apresentado no III CONGRESSO INTERNACIONAL DE SAÚDE E PSICOPATOLOGIA NO TRABALHO. **Anais...** Goiânia, 2008.

SILVA, Edith Seligmann. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SIMIONATTO, Ivete. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico prática. In: _____. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília. Cfess/Cress, 2009.

SOARES, A. *et al.* **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América latina**. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, Jamerson M. A. O Conservadorismo Moderno: esboço para uma aproximação. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.122, p.199-223, abr./jun. 2015.

SPOSATI, Aldaíza. Desafios do sistema de proteção social. Texto-base originalmente publicado na **Revista Le Monde Diplomatique**. jan.2009.

_____. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: _____. **Concepção e gestão da política social não contributiva no Brasil**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Brasília-DF, 2009. p.13-56. Disponível em: <aplicações.mds.gov.br/sagi>.

_____. Regulação social tardia: característica das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênios. VII CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, Lisboa, Portugal, 8-11, Oct. 2002.

SZYMANSKI, Heloisa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.71, 2002.

TELLES, Vera da Silva. No fio da Navalha: entre carências e direitos. Notas a propósito dos programas de renda mínima no Brasil. In: _____. **Programas de renda mínima no Brasil**: impactos e potencialidades. São Paulo: Polis, 1998.

TONET, IVO. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. In: _____. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Cfess/Cress, 2009.

TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VALENTE, Jane. Uma reflexão sobre o acolhimento familiar no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 92, p. 174-186, nov. 2007.

_____. Acolhimento familiar: validando e atribuindo sentido às leis protetivas. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.111, p. 576-598, jul./set. 2012.

VASCONCELOS, Kathleen E. L. *et al.* Serviço social e estratégia saúde da família: contribuição ao debate. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 98, p. 362-388, abr./jun. 2009.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck . **A americanização da seguridade social no Brasil**: estratégias de bem-estar e políticas públicas. Rio de Janeiro: Revam, Ucam, Uperj, 1998. 270p.

VICENTE, Damares. Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 562-581, jul./set. 2015.

VIEIRA Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1992.

VOLIC, Catarina; BAPTISTA, Myrian Veras. Aproximações ao conceito de negligência. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 83, p. 147-156, set. 2005.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e caribenho. In: CASTEL, Robert *et al.* **Desigualdade e a questão social**. 4. ed., São Paulo: Educ, 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. A pobreza e as formas históricas de seu enfrentamento. **Revista de Políticas Públicas**, v. 9, n. 1, p. 217-228, jul./dez. 2005.

_____. Estado, políticas sociais e implementação do suas. In: _____. **Suas**: configurando os eixos de mudança. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Instituto de Estudos Especiais (IEE) da PUC-SP, Brasília: MDS, 2008, 136p

_____. Política social e desenvolvimento: o novo padrão da dependência na América Latina e seus impactos na estrutura da desigualdade. Mesa. XIII ENPESS, 2012.

_____. Significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/Abepss, 2009.

_____. **Sistema de proteção social brasileiro**: modelo, dilemas e desafios. Brasília: MDS, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. Terceiro setor e despolitização. **Revista Inscrita**, Brasília: Cfess, jul. 2000.

_____; MARTINELLI, Maria L.; RAICHELIS, R. O serviço social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 95, 2008.

APÊNDICE

Ficha Bibliográfica

1. Identificação da obra
2. Caracterização da obra
3. Principal tema abordado
4. Objetivo
5. Objeto da obra
6. Referências histórico-conceituais
 - a. Contexto sociopolítico de elaboração
 - b. Categorias de análise
 - c. Proteção social/Políticas sociais/Políticas nacionais/Planos nacionais
 - d. Formação social brasileira
7. Concepção de família
8. Trabalho profissional
9. Reflexões/questionamentos/Observações (Ausências, omissões, primeiras abordagens)
10. Perspectiva para o trabalho com famílias